

**PATRÍCIA SOARES DE ANDRADE**

**NO COMPASSO DA ESPERA, DO RESISTIR E DO SEGUIR  
EM FRENTE: A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DO  
ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL EM TERESINA**

**MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**TERESINA - PIAUÍ  
JULHO 2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PATRÍCIA SOARES DE ANDRADE

NO COMPASSO DA ESPERA, DO RESISTIR E DO SEGUIR  
EM FRENTE: A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DO  
ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL EM TERESINA

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dra. Masilene Rocha Viana Tidafi

TERESINA – PIAUÍ  
JULHO 2009

**A553p. ANDRADE, Patrícia Soares de**

No compasso da espera, do resistir e do seguir em frente: a produção do território do assentamento 17 de abril em Teresina, Teresina 2009.

242 fls.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Piauí.

Orientadora: Profa. Dra. Masilene Rocha Viana Tidafi

1. Assentamento. 2. Reforma Agrária. 3. Território.

C.D.D. – 333-76

PATRÍCIA SOARES DE ANDRADE

NO COMPASSO DA ESPERA, DO RESISTIR E DO SEGUIR  
EM FRENTE: A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DO  
ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL EM TERESINA

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2009.

BANCA EXAMINADORA

---

*Profa. Dra. Masilene Rocha Viana Tidafi*  
Universidade Federal do Piauí - UFPI  
Orientadora

---

*Profa. Dra. Severina Garcia de Araújo*  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Examinadora

---

*Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima e Silva*  
Universidade Federal do Piauí - UFPI  
Examinadora

Á memória de Antonia Flor... seu exemplo de resistência frente a pressão do latifúndio, estimula o seguir em frente na luta pela terra!!!

## AGRADECIMENTOS

Às famílias do Assentamento 17 de Abril que na leveza e na dureza de uma vida em movimento, *resistindo, esperando e seguindo em frente*, acolheram a minha solicitação de pesquisa, e com curiosidade e acima de tudo interesse, abriram as portas de suas casas e de seus quintais, para que eu adentrasse e pudesse junto com elas, também de forma curiosa, partilhar dos sentimentos, das conquistas e das tensões que emergem na produção de um assentamento de reforma agrária. Muito Obrigada!

À *Masilene Rocha*, orientadora dessa construção, que acreditou na minha capacidade, apostando nas ideias iniciais, que depois de amadurecidas (esse é meu desejo) tornam-se públicas na forma desse texto. Muito obrigada pelo respeito as minhas limitações intelectuais (sei que ainda são muitas), pelo jeito que apresenta e estimula as críticas que tanto me instigaram a definir um melhor recorte de pesquisa e acima de tudo gostaria de agradecer pela forma afetiva e generosa como se envolveu na construção desse trabalho;

Aos demais professores e professoras do Mestrado em Políticas Públicas da UFPI pelas contribuições teóricas e experiências propiciadas em sala de aula e em outros espaços, que muito colaboram para a ampliação das questões que instigavam o meu interesse de pesquisa;

Aos funcionários dos órgãos públicos (INCRA, INTERPI, IBGE, Crédito Fundiário, PMT/SDR), que disponibilizaram seu tempo e os seus conhecimentos para contribuir na construção de informações sobre a realidade dos assentamentos rurais no Piauí;

Às professoras que participaram da Banca de Qualificação, *Maria do Rosário Fátima e Silva* e *Jaíra Alcobaça*, pela contribuição na leitura do texto e das ideias apresentadas no sentido de melhorá-las; bem como a professora *Dione Moraes* pelas contribuições apresentadas no Seminário de Pesquisa, que muito colaboraram para qualificar o projeto de pesquisa;

Aos colegas da 7ª turma do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, os que ficaram pelo caminho e os que continuaram percorrendo essa árida e gratificante trilha, em especial a *Frazão, Valdomir, Suzane, Edileuza, Robert, Pierre, Sonia, Cláudia e Eliane*, pelos saberes e experiências partilhadas nos debates em sala de aula, e nos outros espaços que também colaboram com a construção do conhecimento;

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, nas pessoas das duas coordenadoras, durante o período em que fui aluna do curso, *Simone Guimarães* e *Lúcia Rosa*, pela forma responsável e dedicada com que conduziram e conduzem os rumos do curso;

À *Neila Palácios*, Secretária do mestrado, que de forma muito carinhosa atende as nossas solicitações e vibra com as nossas conquistas;

À *Marli Clementino* e *Lucineide Medeiros*, amigas dos momentos de dificuldade, de choro, e de riso, pela forma como se envolveram e colaboram na construção desse trabalho,

dispensando tempo e cuidado para a troca generosa de ideias, de questionamentos e de incentivos;

À *Secretaria Estadual de Educação do Piauí – SEDUC* pela liberação para cursar o Mestrado em Políticas Públicas;

Aos membros do MST no Piauí, em especial a *Claudiomir Viera, “o Neguinho”* pela atenção dispensada em vários momentos desse trabalho, nas conversas, nos telefonemas e emails trocados, que muito contribuíram para instigar e aumentar a curiosidade acerca das questões de pesquisa;

À *Ana Paula, Palônia e Deuzinha*, irmãs queridas e apoiadoras que sempre estiveram presentes no meu dia-a-dia, me dando forças nas horas mais difíceis desta caminhada e a *Ana Tereza*, afilhada postiça, que no seu jeito duro, alegre e meigo de ser foi um suporte para a construção e finalização desse trabalho;

Aos meus pais, *Maria Helena e Antonio Andrade*, pelo incentivo e pelo apoio incondicional e acima de tudo pelos esforços que dispensaram na luta pela educação de suas filhas. O resultado que alcanço agora é com certeza uma vitória de vocês. Agradeço também a *Divina e Jacob, meus sogros*, pelo apoio incondicional e pelo encorajamento, manifesto por meio das constantes orações para a finalização desse trabalho;

A *Edilson Rocha*, meu companheiro de todas as horas e incentivador nos momentos mais difíceis, obrigada pela leitura atenta das ideias seminais, pela crítica fundamental que colaboraram para melhorar as mesmas, pela fidelidade e compreensão dos meus atos e omissões e acima de tudo pelo cuidado e carinho dispensado na vida e na dura tarefa de construir esses escritos;

Por fim, esta produção é resultado de uma caminhada que envolve esforço individual e coletivo, visto que várias mãos e muitas mentes colaboraram na construção dessa dissertação, dessa forma agradeço a tudo e a todos, que de uma forma ou de outra me ajudaram nessa tarefa!



## RESUMO

Pesquisa de natureza qualitativa, que investigou a constituição e as relações que se estabelecem entre os distintos sujeitos (gestores e operadores da política pública, as famílias assentadas e o Movimento dos Sem Terra) que se apresentam na produção do território no assentamento 17 de abril em Teresina, com vistas a compreender as particularidades dessas relações e a direção sociopolítica desse processo. Nesse percurso, optamos por situar o Assentamento 17 de Abril nos processos mais amplos da sociedade brasileira, notadamente aqueles relacionados com os movimentos dos sujeitos envolvidos na resistência pela permanência ou conquista da terra. Os estudos recentes sobre a formação de assentamentos rurais no país tem evidenciado que diferentes sujeitos, com distintas orientações se apresentam na produção da política pública de reforma agrária e, de maneira geral, na conformação do território do assentamento e no modo de vida e produção que se instala. O Assentamento 17 de abril, base empírica desta pesquisa, se originou em 2004, a partir de uma ocupação estabelecida nas margens da BR 316, que reivindicava a desapropriação da fazenda Junco. A mobilização das famílias para participarem da ocupação foi realizada pelo MST e ocorreu junto aos trabalhadores desempregados da periferia urbana de Teresina, especialmente nos bairros, favelas e vilas da zona Sul de da cidade, bem como nas localidades próximas a referida fazenda. O assentamento 17 de abril é um exemplo desse movimento que envolve, de um lado a mobilização de movimento sociais, com suas lógicas, regras, códigos e princípios organizativos, e de outro a ação do Estado por meio da política pública de reforma agrária e, sobretudo, envolvem pessoas com distintas trajetórias e vivências que influenciam na configuração desse espaço e das relações sociais estabelecidas. O assentamento se estrutura numa trama de relações sociais, que tem produzido um espaço plural que reflete as concepções, os códigos, ou as orientações do MST, do Estado, e das famílias que, mais recentemente vem projetando uma autonomia relativa na produção desse território. Ou seja, são relações sociais que podem se constituir num pêndulo, visto que dependendo da correlação de forças e do que se está em negociação podem prevalecer tanto os interesses das famílias, do MST, ou dos agentes estatais. Assim, o futuro, planejado no tempo da resistência, tem se materializado *no compasso da espera, do persistir e do seguir em frente.*

**Palavras-chave:** Assentamento. Território. Reforma Agrária.

## ABSTRACT

Nature of qualitative research, which investigated the formation and relations established between the different subjects (managers and operators of public policy, the families settled and the Movement of the Landless) that are in the production area of the April 17 settlement in Teresina, in order to understand the particularities of these relationship and the direction of this sociopolitical process. In this way, we decided to put the April 17 settlement in the broader processes of Brazilian society, especially those related to the movements of the subjects involved in the resistance by the permanence or conquest of the land. The recent studies on the formation of rural settlements in the country have shown that different subjects, with different orientations are in the production of public policy of land reform in general, in the conformation of the territory of the settlement and the way of life and production that is installed. The April 17 settlement, the empirical support of this research, was originated in 2004 from an occupation established at the edges of the BR 316, which claimed the dispossession of the Junco farm. The mobilization of the families to participate in the occupation was carried out by the MST and it occurred both with the unemployed workers of the Teresina's urban periphery, especially in neighborhoods, slums and villages of the south area of the city and in towns near the farm. The April 17 settlement is an example of this movement which involves, on one hand the mobilization of social movement, with its logic, rules, codes and organizational principles, and on the other hand the action of the State through the public policy and land reform, especially involving people with different histories and experiences that influence the configuration of this space and the social relations established. The settlement is structured in a web of social relations, which has produced a space that reflects the diverse conceptions, codes, or guidelines of the MST, of the State, and from the families that more recently have been designing a relative autonomy in the production of that territory. That is, they are social relations that can constitute an impactor, since depending on the correlation of forces and what it is in negotiation can prevail both the interests of families, the MST, or agents of the state. Thus, the future, the planned time of resistance, has materialized itself in the bar waiting, and continues to move forward.

Keywords: Settlement. Territory. Agrarian Reform.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
I A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: RESISTÊNCIA NATIVA E LUTA PELO DIREITO À TERRA E REGULAÇÃO ESTATAL.....28	
1.1 AS PRIMEIRAS INCURSÕES DA COROA PORTUGUESA E A RESISTÊNCIA EM DEFESA DA TERRA.....	29
1.2 A LEI DE TERRAS DE 1850: A RESTRIÇÃO À POSSE DA TERRA .....	34
1.3 A RESISTÊNCIA CAMPONESA NA EXPERIÊNCIA REPUBLICANA BRASILEIRA.....	37
1.3.1 O lugar do campo e da Questão Agrária nos Projetos de Desenvolvimento Nacional.....	41
1.3.2 Novos rumos para o campo: da “revolução verde” às novas formas de resistência.....	45
1.4 ASPECTOS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA E DA INTERVENÇÃO PÚBLICA EM TERRAS PIAUIENSES.....	55
1.4.1 Os movimentos sociais do campo no Piauí: da resistência individual a organização sindical e as ocupações de terra.....	60
II ASSENTAMENTOS RURAIS: “TERRITÓRIOS” DA INTERVENÇÃO PÚBLICA NA QUESTÃO AGRÁRIA CONTEMPORÂNEA.....68	
2.1 QUAL “REFORMA” PARA A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA? DEBATES E CONTROVÉRSIAS.....	68
2.2 OS CONTORNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA.....	78
2.2.1 O governo de Fernando Henrique Cardoso e o Novo Mundo Rural.....	80
2.2.2 Os caminhos da reforma agrária no governo Lula.....	88
2.3 OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL: SUJEITOS, PROCESSOS E DIFICULDADES .....	100

2.3.1 Assentamentos rurais: “manchas” de desconcentração fundiária ou territórios da reforma agrária? .....	112
III OS (DES)CAMINHOS DA INTERVENÇÃO PÚBLICA NA QUESTÃO AGRÁRIA E FUNDIÁRIA NO PIAUÍ .....	119
3.1 OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO PIAUÍ .....	128
3.2 A REALIDADE FUNDIÁRIA DE TERESINA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	145
IV O ASSENTAMENTO “17 DE ABRIL” EM TERESINA: SUJEITOS E CONCEPÇÕES.....	150
4.1 A MOVIMENTAÇÃO PRÓ-ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL: A AÇÃO POLÍTICA DO MST E A INTERVENÇÃO PÚBLICA .....	152
4.1.1 O Acampamento como espaço educativo na luta pela terra e na construção do território do assentamento.....	159
4.2 A ESTRUTURAÇÃO DO ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL: UMA “ESPERA” EM MOVIMENTO.....	167
4.2.1 A ocupação do espaço do Assentamento 17 de Abril .....	170
4.2.2 As atividades produtivas e a assistência técnica no Assentamento 17 de Abril.....	183
4.2.2.1 <i>A assistência técnica no assentamento</i> .....	187
4.2.3 A gestão do assentamento 17 de Abril: entre a organicidade do MST e a emergente autonomia relativa das famílias.....	192
V O ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL: ENTRE A EXPERIÊNCIA CIDADINA E A SOCIABILIDADE CAMPESINA.....	198
5.1 A MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM EXPERIÊNCIA URBANA .....	202
5.2 O PERFIL DOS/AS ASSENTADOS/AS NO ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL.....	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	218
REFERÊNCIAS.....	227

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Assentamentos organizados pelo MST no Piauí:1994-2008.....	65
Tabela 2 - Acampamentos organizados pelo MST no Piauí.....	66
Tabela 3 – Quantidade de famílias em ocupações e assentadas pelo INCRA:1999- 2002 .....	86
Tabela 4 - Orçamento do INCRA: 2000-2008.. .....	91
Tabela 5 - Tipologia de projetos de assentamento de reforma agrária.....	96
Tabela 6 - Estrutura fundiária do Brasil.....	112
Tabela 7- Mudanças na estrutura fundiária brasileira:1992/2003.....	113
Tabela 8 - Número de municípios por tamanho da população residente.....	125
Tabela 9 - Estrutura fundiária piauiense.....	127
Tabela 10 - Ocupações de terras no registradas pelo INCRA no Piauí - 2008.....	127
Tabela 11 - Famílias assentadas pelo INCRA no Piauí:198 -2002.....	129
Tabela 12 - Metas do Plano Regional de Reforma Agrária do Piauí: 2003-2010.....	133
Tabela 13 - Metas do PRRA e do INCRA nacional para o assentamento de novas famílias e serviços de assistência técnica:003-2008.....	136
Tabela 14 - Famílias assentadas e serviços de assistência técnica nos assentamentos do INCRA no Piauí:2003-2008.....	137
Tabela 15 - Famílias assentadas pelo INCRA: 2003-2008.....	138
Tabela 16 - Desempenho do Programa Crédito fundiário no Piauí: 2002-2008.....	143
Tabela 17 - Famílias assentadas por órgãos públicos e programas no Piauí: 1981-2008 .....	144
Tabela 18 - Estrutura fundiária de Teresina-PI.....	146
Tabela 19 - Assentamentos rurais em Teresina:1997 a2006.....	147
Tabela 20- Assentamentos criados pelo Programa Crédito Fundiário em Teresina: 2002-2008. ....	149

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01 - Distribuição dos(as) assentados(as) quanto ao sexo.....	210
Gráfico 02 - Procedência dos(as) assentados(as) .....	211
Gráfico 03 - Atividade produtiva anterior a condição de assentamento/a.....	212

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ocupações de terras no Brasil (1988-2006).....	115
Figura 2 - Assentamentos, famílias assentadas e área dos assentamentos no Brasil (1979-2006).....	116
Figura 3 - Piauí: Assentamentos Rurais Criados ou Reconhecidos Pelo INCRA (1981-2008).....	141
Figura 4 - Matéria veiculada em jornal local de Teresina quando da ocupação da área que gestou o Assentamento 17 de abril.....	154
Figura 5 – Estrutura organizativa do acampamento do MST.....	167
Figura 6 - Localização da área do Assentamento 17 de Abril em imagem do território “Entre Rios”.....	171
Figura 7 - Modelo da agrovila do Assentamento 17 de Abril construído pelos/as assentados/as depois da primeira visita a área desapropriada pelo INCRA.....	176
Figura 8 – Mapa cognitivo da realidade do Assentamento 17 de Abril.....	177
Figura 9 - Mapa de Teresina zona rural e urbana.....	201
Figura 10 – Aspectos de habitação dos assentados .....	206
Figura 11 – Aspectos do interior de habitação de um dos assentados .....	207

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária  
ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental  
AQ - Assentamento Quilombola  
BR- Brasil Rodovias  
CEB's – Comunidades Eclesiais de Bases  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina  
COMDEPI – Companhia de Desenvolvimento do Piauí  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
DALUTA – Banco de dados da luta pela terra  
DNIT – Departamento Nacional Infraestrutura e Transporte  
EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado  
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí  
FETRAF SUL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul  
FETRAF/PI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar  
FLONA - Florestas Nacionais  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INDA- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário  
INESC - Instituto de Estudos Sócios Econômicos  
INTERPI – Instituto de Terras do Piauí  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
ISEAF - Instituto Superior de Educação Antonino Freire  
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
ITR - Imposto Territorial Rural  
MA - Ministério da Agricultura  
MASTER- Movimento dos Agricultores Sem Terra  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário



MEPF – Ministério Extraordinário de Política Fundiária  
MP – Medida Provisória  
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados  
MTST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto  
NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária  
ONG's - Organizações Não Governamentais  
PA - Projeto de Assentamento Federal  
PAC - Projeto de Assentamento Conjunto  
PAD - Projeto de Assentamento Dirigido  
PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista  
PAF - Projeto de Assentamento Florestal  
PAM - Projeto de Assentamento Municipal  
PAR - Projeto de Assentamento Rápido Fora de Vigência  
PCA - Projeto de Assentamento Casulo  
PC - Projeto de Colonização Oficial  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PCF – Programa Crédito Fundiário  
PC - Projeto de Colonização Oficial  
PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural  
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento  
PDS – Partido da Democracia Social  
PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável  
PDT – Partido da Democrata Trabalhista  
PE - Projeto de Assentamento Estadual  
PEA - Plano de Exploração Anual  
PEC - Projeto Especial de Colonização Fora de Vigência  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PFP - Projeto Fundo de Pasto  
PIC - Projeto Integrado de Colonização  
PIN- Plano de Interação Nacional  
PND- Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNRA – Plano Nacional da Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PPA - Plano Plurianual de Investimentos  
PPRA - Plano de Reforma Agrária do Estado do Piauí  
PRA – Plano de Recuperação do Assentamento  
PRB - Projeto de Reassentamento de atingidos por barragens  
PROCERA- Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária  
PROEJAPI - Projeto de Educação de Jovens e Adultos nas áreas de Reforma Agrária do Piauí  
PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar  
PRRA - Plano de Reforma Agrária do Piauí  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
RBs – Relação de Beneficiários  
RCQ - Reserva Cultural Quilombola  
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável  
RESEX - Reserva Extrativista  
SEDUC - Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Piauí  
SIPRA – Sistema de dados da Reforma Agrária  
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
TCU - Tribunal de Contas da União  
UDR - União Democrática Ruralista  
UFPI - Universidade Federal do Piauí  
ULTAB - Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

## INTRODUÇÃO

“Não escrevo de uma torre que me separa da vida, mas de um redemoinho que me joga em minha vida e na vida.”

Edgar Morin (1997)

A questão agrária e fundiária em um Estado de forte marca da pobreza e da vida tecida nas veredas da ruralidade constitui a temática geral que acompanha o interesse da pesquisa que deu corpo ao presente trabalho. O Piauí, terra dos valentes vaqueiros que ainda povoam o imaginário e marcam a cultura no Estado, terra de homens e mulheres acostumados à dura labuta da vida na lavoura de bravios sertões, terra da qual partem muitos retirantes seja para engrossar os cordões dos migrantes temporários das lavouras do agronegócio país afora ou mesmo em uma mobilidade em busca de alternativa de vida nas cidades do Brasil dos cartões postais, é um Estado a merecer uma intervenção pública qualificada no que tange particularmente aos assentamentos de famílias nas áreas rurais.

A gênese do presente estudo situou-se fundamentalmente na observação de experiências de assentamentos rurais no Estado do Piauí e na busca de compreender a trama de relações em que são produzidos, nas quais inúmeros interesses e projetos interagem, envolvendo um conjunto de organizações, movimentos, instituições e pondo em debate concepções mais amplas acerca de projetos estratégicos para o país, de concepções de reforma agrária e de políticas públicas específicas como a de Educação ou mesmo planos de desenvolvimentos regionais e nacionais.

No entanto, meu trânsito pela temática e o interesse particular pelos assentamentos rurais é bem anterior a esse esforço investigativo já que no período compreendido entre os anos de 1999 e 2002, quando ainda na condição de estudante do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí (UFPI), participei do Projeto de Educação de Jovens e Adultos nas áreas de Reforma Agrária do Piauí (PROEJAPI),<sup>1</sup> uma atividade de

---

<sup>1</sup> O referido projeto consistia em uma parceria que envolvia o Programa Nacional da Reforma Agrária (PRONERA), e, no Piauí, os movimentos sociais do campo, dentre eles, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí (FETAG) e ainda a Universidade

extensão universitária que permitiu o contato com a realidade de alguns assentamentos do Piauí, notadamente aqueles acompanhados politicamente pela FETAG. Continuando nessa trajetória, realizei estágio supervisionado junto a mesma federação, experiência que qualificou minhas reflexões iniciais acerca do processo de luta pela terra no Piauí, notadamente daqueles que se relacionavam com o conteúdo e as formas de ação desta entidade. Além disso, tal estágio viabilizou um contato com os diferentes sujeitos e as tensões que se apresentam no encaminhamento da questão agrária no Estado e os produtos destas lutas: os assentamentos rurais.

Essas experiências me levaram em 2005, à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) para trabalhar na Supervisão de Educação do Campo. Nesse espaço, coordenei, no período de 2006 a 2007, o curso de Magistério “Educação do Campo”, realizado em parceria com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o MST, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-PI), o Instituto Superior de Educação Antonino Freire (ISEAF) e a SEDUC, atividade permitiu novas aproximações com a realidade de alguns assentamentos no Piauí, especialmente, daqueles instalados nas proximidades da capital do Estado, formados fundamentalmente por pessoas com experiência de vida urbana.

Assim, a escolha pelo Mestrado em Políticas Públicas e por esta temática e foco de pesquisa se relaciona com essa trajetória, que se constituiu como fundamental no estabelecimento de contato com a realidade dos assentamentos rurais e com produções bibliográficas diversas que discutiam o processo recente de luta pela terra no país, destacando principalmente o protagonismo dos trabalhadores sem terra a partir das ocupações de terras das últimas décadas, revelando posições teórico-analíticas distintas quanto à reforma agrária, um debate instigante e na ordem do dia da questão agrária brasileira.

Tais ocupações de terras e as respostas públicas com a implantação de assentamentos rurais indicam que o espaço rural está sendo ocupado por sujeitos que estão num movimento de construção de um território que se distancia do território do latifúndio ou do agronegócio. As ações coletivas que se processam nesse sentido são evidências de que não está ocorrendo um esvaziamento do espaço rural, apresentando-se, portanto, essa temática, como um desafio para os centros de produção do saber no sentido da ampliação do debate sobre as formas de ocupação do campo ou de maneira mais geral, sobre as várias dimensões da questão agrária na atualidade, particularmente a atuação dos distintos atores que a conformam e que nela

---

Federal do Piauí (UFPI), tendo por objetivo a alfabetização e escolarização de jovens e adultos das áreas de reforma agrária do Piauí.

investem (sobretudo os movimentos sociais do campo, os gestores públicos e as organizações não-governamentais).

Na delimitação do objeto de estudo as possibilidades, ou melhor, as trilhas e suas veredas se revelaram múltiplas em face das inquietações que as observações da realidade vinham gerando, o que aumentou significativamente as dificuldades na escolha/opção por um caminho teórico-metodológico. No entanto, no esforço por delimitar e dirigir a atenção com vistas a promover a realização de uma pesquisa com rigor sociológico, definimos a centralidade do presente estudo nos interesses e as orientações políticas e sociais no processo de produção de um assentamento rural em particular, o “17 de Abril”.<sup>2</sup>

O assentamento 17 de abril tem suas origens associada à ocupação de uma área de terra às margens da BR 316, em 2004, por aproximadamente 500 famílias,<sup>3</sup> que reivindicavam junto ao INCRA a desapropriação da fazenda Junco, localizada na zona rural de Teresina. A mobilização das famílias para participarem da ocupação foi realizada pelo MST e ocorreu principalmente junto aos trabalhadores desempregados da periferia urbana de Teresina, especialmente nos bairros, favelas e vilas da zona Sul da cidade, bem como junto às comunidades rurais localizadas próximas a área da referida fazenda.

A área reivindicada pelo MST foi desapropriada ainda em 2004. Na ocasião foram cadastrados pelo INCRA como beneficiários da reforma agrária no Piauí naquele assentamento 80 famílias. A área desapropriada (de 1.014 hectares) não atendeu ao conjunto das famílias, gerando um excedente de famílias que foram distribuídas por outros acampamentos do MST no Piauí. Atualmente moram no assentamento 77 famílias.

O assentamento 17 de abril traz em sua configuração a singularidade de ser um espaço formado em grande medida por pessoas que, tendo migrado anteriormente do campo para Teresina, e habitado por certo período de tempo nas áreas periféricas desta cidade, promovem um retorno ao campo com a constituição do processo de luta que gerou o aludido assentamento. Ou seja, o 17 de abril é constituído fundamentalmente por famílias com experiências urbanas em áreas de pobreza que rumaram em direção ao campo em busca de

---

<sup>2</sup> O Assentamento 17 de abril que se constitui no espaço primordial de investigação, está localizado na zona rural de Teresina, capital do Estado do Piauí, nas proximidades da BR-316, entre os municípios de Teresina e Demerval Lobão.

<sup>3</sup> Segundo um militante do MST, esse é um número aproximado, visto que nos primeiros dias a ocupação chegou a reunir oitocentas famílias, especialmente em razão da divulgação da ocupação pelos meios de comunicação em Teresina, alavancando os números dos que buscaram a área do acampamento para ao movimento se associarem. Segundo ele, uma parte significativa das pessoas que se juntaram as famílias acampadas tomou conhecimento do acampamento pela televisão e pelo rádio.

novas possibilidades de produção e reprodução da vida material. Essa singularidade consistiu no elemento de atração na delimitação desta área como o espaço por excelência, alvo da pesquisa, já que nos últimos anos tem sido recorrente as práticas de ocupações no campo em diversos Estados, realizadas a partir da articulação de parcelas das populações e movimentos dos sem teto (das cidades) e dos sem terra (das áreas rurais).

Com efeito, muitas famílias que hoje habitam e produzem no aludido assentamento procederam ao que alguns estudiosos chamam de “migração de retorno” já que grande parte, embora tendo migrado da cidade para o campo, já haviam em épocas anteriores, realizado o movimento oposto (do campo para a cidade). Nesta estada urbana, geralmente em áreas de concentração de pobreza e sujeitos as vicissitudes de uma vida marcada por inúmeros problemas (desemprego, subemprego, habitação e transportes precários, violência, entre outros), após determinado período, veem como alternativa o retorno ao espaço rural, às formas de vida e de produção a que outrora estão habituados. Tal retorno ao campo ocorre, portanto, na esteira da fuga das adversidades típicas da pobreza urbana.

Analisar, portanto, como se produziu um território rural – o assentamento 17 de abril - a partir da conjunção de distintos interesses e distintas trajetórias sociais tornou-se, assim, o foco fundamental da presente pesquisa.<sup>4</sup> Considerando o exposto, as indagações que alimentaram a pesquisa foram as seguintes: como se relacionam os distintos sujeitos que se apresentam na produção do Assentamento 17 de abril em Teresina e como estas lógicas distintas operam na produção do território do assentamento no tocante às atividades produtivas, a gestão do assentamento e a ocupação do espaço? Haveria, da parte dos operadores da política, alguma atenção particular em razão da composição social e a experiência cidadina desses assentados? Essa experiência urbana migrada novamente para o campo engendraria algum tipo novo de sociabilidade, que eventualmente jogasse peso na produção do território do assentamento?

Nesse sentido, os objetivos que guiaram a nossa inserção em campo situavam-se no entorno das questões e análises acerca dos distintos sujeitos (os gestores e operadores da política pública, as famílias assentadas e o movimento social em questão) na produção do território no assentamento 17 de abril em Teresina com vistas a compreender a direção

---

<sup>4</sup> Discutindo as diferenças entre empirismo e pesquisa científica, Bourdieu (2003, p. 73) desenvolve a noção de “fato construído”, buscando lançar luzes à reflexão acerca da construção do objeto de pesquisa que, para ele, “só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade.”

sociopolítica forjada nessa relação. A investigação intencionou identificar também os elementos diferenciadores (antagonismos, contradições de interesses, concepções de sociedade, de urbano/rural, entre outros) que se apresentavam e se relacionavam na produção do assentamento, o que implicava, em estudo da origem e condição socioespacial dos assentados, buscando identificar as “experiências de cidade” das famílias assentadas e como se apresentavam na constituição do assentamento e, por fim objetivávamos identificar como as famílias assentadas se posicionavam frente às tensões existentes entre os projetos e concepções que se apresentavam na formação do assentamento.

No que concerne aos aspectos metodológicos, entendemos tal qual Woortmann (1990, p.17) que “modelos implicam em recortes, o que significa subjetivar o objeto, em si mesmo construído e não empiricamente dado [...]. [Afinal,] todo modelo teórico implica em recortar o concreto para poder construir o real”. Dessa forma, a inserção no universo da pesquisa científica é orientada por um conjunto de aportes teóricos e metodológicos que operam realizando um recorte do objeto para, numa perspectiva científica, produzir/construir uma interpretação sobre o real, que não pode ser confundida com a realidade. Recorrendo a Gertz (1989), poderíamos afirmar que as ciências e, em especial, as ciências sociais operam produzindo e apresentando interpretações para os discursos e ações que são construídos num determinado contexto.

Em se tratando dos procedimentos metodológicos da pesquisa cabe ressaltar que o estudo foi realizado com base na abordagem qualitativa de pesquisa social; escolha que não excluiu a utilização de dados quantitativos e de fontes secundárias que tomavam dados de mensuração para colaborar com a construção de informações sobre o objeto em estudo.

A pesquisa se caracterizou por certa densidade do trabalho de campo, tendo em vista que a sua centralidade encontrava-se nas relações entre os distintos sujeitos (movimentos sociais, gestores de órgãos públicos, famílias assentadas, técnicos da assistência técnica) que participaram da implementação da política de reforma agrária e que tiveram como desdobramento a produção do assentamento rural em questão.

Na fase exploratória, que conforme Lüdke e André, (1986, p.22), é um “momento de especificar as questões ou pontos críticos, de estabelecer os contatos iniciais para entrada em campo, de localizar os informantes e as fontes de dados necessárias para o estudo”, procuramos aprimorar as indagações e reunir informações e referências gerais sobre o tema, realizando inúmeras visitas aos órgãos públicos, como a Superintendência de Desenvolvimento Rural da Prefeitura Municipal de Teresina (SDR-PMT), o Programa de

Crédito Fundiário, o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), e o INCRA com vistas a obter informações sobre o processo de constituição dos assentamentos de reforma agrária no Estado e, particularmente, para reunir dados sobre a intervenção pública junto ao assentamento 17 de abril.

Dessa forma, as informações aqui apresentadas constituem resultado de pesquisa bibliográfica, documental e de trabalho de campo desenvolvido junto a diferentes instituições estaduais, ao movimento social do campo que acompanhou todo o processo do assentamento e particularmente junto aos assentados/as. Assim, recorreremos a fontes primárias e secundárias e a técnicas distintas de construção de dados com destaque para as entrevistas, para a análise documental e para todo o processo de observação de campo em oficinas, reuniões, assembleias, conversas informais, visitas domiciliares, entre outros.

Foram realizadas 16 entrevistas semi-estruturadas, distribuídas da seguinte forma: dez com os/as assentados/as, duas com técnico/as que trabalharam na assistência técnica do assentamento, uma com um servidor do INCRA que acompanha(va) o assentamento, uma com um representante da direção do MST no Piauí e, por fim, uma com o Superintendente do INCRA no Estado. A amostra das famílias entrevistadas foi definida de forma intencional a partir da identificação das lideranças no processo de produção do território<sup>5</sup> do assentamento, ou seja, os/as assentados/as entrevistados são informantes qualificados, posto que assumiram ou assumem papéis de liderança no processo de luta pela terra e implementação do assentamento 17 de abril.<sup>6</sup>

Para realização das entrevistas elaboramos 05 roteiros divididos em blocos de questões semiestruturadas (para o/a chefe da unidade familiar, para o/a técnico/a que trabalhou na assistência, para o gestor do INCRA, para o técnico do INCRA que faz o acompanhamento do assentamento e para o representante da direção do MST), ou seja, um roteiro para cada tipo de sujeito da pesquisa.<sup>7</sup> As entrevistas tiveram duração entre uma e duas horas e constituíram-se

---

<sup>5</sup> Entendendo “processo” como uma ação contínua em direção a um resultado, no caso o assentamento na forma como esse território se constituiu até o momento da pesquisa.

<sup>6</sup> Tomamos como sujeito para abordagem no núcleo familiar, a pessoa cadastrada no INCRA como chefe da unidade familiar e consideramos liderança, a pessoa que assumiu, independente do gênero, posição de comando no processo de luta pela terra, nos distintos momentos da história do assentamento, ou seja, trata-se de um informante qualificado que, em algum momento do processo esteve envolvido com a produção do território e os distintos conflitos que em torno dessa questão se travaram.

<sup>7</sup> No entanto, cabe informar que algumas questões estavam presentes em todos os roteiros. Para os/as assentados/as, utilizamos um roteiro, com 04 blocos de questões compreendendo os seguintes aspectos: caracterização sócioespacial das famílias assentadas, a constituição do assentamento, os diferentes sujeitos na formação do assentamento e as famílias assentadas frente aos diferentes projetos que atuam na produção. Para os outros sujeitos da pesquisa, as questões foram divididas em cinco blocos. O primeiro com questões



em momentos onde os entrevistados expressaram livremente suas experiências, conquistas, expectativas e avaliações.

Ainda no processo de aproximações exploratórias e como recurso para conhecer e estabelecer um perfil das famílias aplicamos um questionário em uma amostra de 29% das famílias assentadas, atingindo, portanto 22 representantes de unidade familiar (22 lotes), o que possibilitou colher informações acerca de idade, sexo, local de moradia antes do assentamento, experiência de trabalho anterior ao assentamento, dentre outras questões que serão apresentadas no quinto capítulo.

A observação direta em eventos no assentamento também compôs o quadro das técnicas de construção de dados utilizados nessa pesquisa. A observação foi realizada em diferentes momentos, tais como: nas reuniões da direção do assentamento e dos núcleos de famílias, atividades culturais e recreativas do assentamento, assembléias do assentamento, reunião com o técnico do INCRA e as famílias assentadas, entre outros. Nessas oportunidades realizamos registros em diário de campo, além de fotografias e registro de áudio como forma de qualificar o trabalho de pesquisa.

Na perspectiva de construir uma contextualização histórica e institucional da problemática, recorreremos aos arquivos das instituições (INCRA, MST, INTERPI, Programa Crédito Fundiário e a associação do assentamento) para obter documentos produzidos sobre o processo de estruturação dos assentamentos rurais, em especial, do assentamento 17 de Abril. Assim, recorreremos a relatórios, planos e documentos distintos, como o Plano de Exploração Anual (PEA)<sup>8</sup> do assentamento, dentre outros. Utilizamos também dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) bem como sobre a questão agropecuária brasileira e piauiense.

Como outra possibilidade de construção de dados realizamos uma oficina de desenho com o intuito de produzirmos um mapa cognitivo da realidade do assentamento. Esse foi um momento bastante rico, que estimulou uma reflexão sobre a atuação das famílias no processo de alteração do espaço natural do assentamento e a sua transformação num território construído a partir da ação das famílias, num processo que entendemos, tal qual Ferrante

---

relacionadas a participação deles no processo de luta e conquista da terra. Os outros com mais questões relacionadas a política pública de reforma agrária, a presença e os serviços da assistência técnica no assentamentos e o papel desempenhado pelos diferentes mediadores que atuam na constituição do assentamento.

<sup>8</sup> O PEA é elaborado em conjunto com as famílias visando a utilização do crédito apoio inicial, no valor de R\$ 2.400,00, liberado para as famílias após a desapropriação da terra pela INCRA.

(1997), como uma “teia de relação sociais”<sup>9</sup> que envolve tensões e acordos com diferentes sujeitos.

Por fim, construímos também uma grande quantidade de registros visuais do assentamento (fotografias) como um meio de divulgação e representação da realidade local e como forma de estimular outras formas de sentir a realidade a que nos propomos a analisar. Como procedimento de pesquisa, recorreremos ainda à internet para levantamento de artigos e textos publicados, bem como levantamento de dados a partir de pesquisas já realizadas sobre a temática, como elemento complementar ao conjunto das fontes bibliográficas disponíveis no formato impresso (periódicos e livros).

No desenvolvimento da pesquisa recorreremos a diversos autores que oferecem estudos de referência sobre a questão agrária no país e no Piauí, bem como aos estudos mais recentes que tomam como foco de análise a realidade dos assentamentos rurais e que foram fundamentais para reflexão e aprofundamento de inúmeras questões pertinentes ao universo de investigação, com destaque para as contribuições de Martins (1986, 1995, 2003a, 2003b, 2000), Leite (1998, 2004), Medeiros (2003, 2004), Bergamasco (1992, 1997), Brenneisen (2002) Florestan Fernandes (1987), Caldart (2001) Carvalho (1999, 2003), Carvalho Filho (2004, 2006) Oliveira (2007, 2008, 2009), Silva (1991, 2002), Raffestin (1993), Navarro (2009), Haesbaert (2004), Araujo (2005), Neves (1995, 1997, 1999), Ferrante (1995, 1997 1998), Guimarães (1989), Moraes (2002), Ribeiro (2006), Nogueira (1997), Ianni (1986, 2005), Fernandes (2001, 2005, 2006, 2007, 2008) Santos (1996), Veiga (1998, 2002), Abramovay (1985, 2002), Domingos Neto (2000, 2004), Machado (2002), Heredia (2002,2004), Alentejano (2002, 2003), Gonçalo (2001), dentre outros.

Assim, buscamos com a pesquisa, gerar aproximações substantivas na construção e no amadurecimento do olhar investigativo sobre as questões-problema, colaborando para a produção de um olhar e de uma análise para além das formas fenomênicas ou aparentes que se apresentam no cotidiano dos assentamentos. A análise dos dados foi orientada, portanto, para a investigação das ações, das reciprocidades, das contradições presentes no processo de produção do território do assentamento, buscando um exercício reflexivo da prática social dos diferentes sujeitos que se apresentam nesse processo (as famílias assentadas, os operadores e gestores da política de reforma agrária e o MST). Dessa forma, as entrevistas foram

---

<sup>9</sup> Termo tomado de empréstimo dos estudos realizados por Ferrante (1997) acerca do processo de constituição dos assentamentos rurais no Estado de São Paulo.

analisadas com foco na captação das convergências e divergências, articulando-as com o aporte teórico de base do presente estudo.

Em atenção aos requisitos para o desenvolvimento de pesquisa com seres humanos, a investigação transcorreu sempre em observância aos princípios da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. No momento das entrevistas foi apresentado aos sujeitos, o termo de consentimento livre e esclarecido, e a eles garantido o direito a privacidade de suas identidades. Assim, a fim de preservar a confidencialidade e como recurso meramente técnico para evitar a identificação atribuímos aos entrevistados nomes fictícios, embora tenhamos mantido informações importantes desses informantes, como idade, sexo e local de moradia, que serão apresentados conforme informação dos entrevistados.

Sendo um estudo de caso, apresentamos, portanto, dados sobre uma realidade particular: o assentamento 17 de abril.<sup>10</sup> Contudo o esforço foi no sentido de estabelecer relações entre os fatos mais gerais que envolvem e jogam um peso importante na constituição dessa realidade particular, ou seja, optamos por situar o estudo de uma realidade específica - o assentamento 17 de abril e as relações que produzem este território -, nos processos mais amplos da sociedade brasileira e piauiense, notadamente aqueles relacionados com os movimentos dos sujeitos envolvidos nos processos de luta pela permanência ou conquista da terra rural.

As páginas a seguir, condensam na forma dos cinco capítulos e das conclusões, o esforço de reflexão/pesquisa desenvolvido. No primeiro capítulo, intitulado “*A questão agrária no Brasil: resistência nativa e luta pelo direito à terra e regulação estatal*” discutimos a dinâmica das diversas manifestações de resistência das populações indígenas e camponesas pela posse e uso da terra, bem como refletiremos sobre as ações desenvolvidas pelo Estado no contexto das tensões, das disputas e dos conflitos que se estruturam no âmbito da questão agrária brasileira. Ainda no primeiro capítulo, recuperamos as variadas formas de luta e resistência pela terra no Piauí, bem como dos processos que levaram a organização das entidades de representação dos trabalhadores rurais e do MST no Estado.

A ocorrência de movimentos de resistência protagonizados pelos sujeitos do campo – índios, negros, camponeses sem terra, e mais recentemente assalariados rurais indicam que a luta pela terra, como afirma Fernandes (1999, p.8), “não é um fato do passado, é um

---

<sup>10</sup> Para Chizzotti (2000, p.102), “o caso é tomado como unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno, quanto propor uma intervenção [...] [O caso] tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação.”

fenômeno de todo o tempo de existência do latifúndio”, ou seja, faz parte da constituição da história nacional.

Com vistas a discutir as tensões que se organizaram no debate sobre a reforma agrária, no segundo capítulo, intitulado “*Assentamentos rurais: “territórios” da intervenção pública na questão agrária contemporânea*”, buscamos recuperar alguns aspectos do debate em torno da questão agrária atual, com o foco na formação dos assentamentos rurais pelo país, sem, no entanto, a pretensão de elaborar uma reflexão finalista sobre o tema. Para tanto, partimos das discussões em torno das diferentes posições teóricas que se constituíram na análise da questão agrária brasileira, por entender que essa reflexão ajuda no entendimento da intervenção do Estado nessa questão, posto que partilhamos da convicção de que a implementação das políticas públicas, notadamente para o meio rural, não se faz deslocada de um quadro de referência que opera interpretando a realidade agrária do país, bem como influenciando no formato das políticas públicas para esse setor.

Seguindo essa intencionalidade, analisamos, a partir das fontes documentais e bibliográficas, as gestões dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, destacando, assim, os fatos que levaram à concepção e à implementação da política “Novo Mundo Rural” e também as circunstâncias que levaram à elaboração do Segundo Plano Nacional de Reforma (II PNRA) e os impactos desse plano na realidade agrária do país.

O segundo capítulo discute ainda aspectos internos na constituição dos assentamentos, como os impasses e as tensões que se apresentam na constituição desses territórios, marcados notadamente pela atuação de diferentes sujeitos e distintos interesses, levando à construção de uma “teia de relações sociais”. Esta segunda seção do trabalho direciona a atenção também para a análise dos impactos dos assentamentos na estrutura fundiária do país.

No capítulo que se segue, intitulado “*Os (des)caminhos da intervenção pública na questão agrária e fundiária no Piauí*”, o foco é dirigido para o processo de estruturação dos assentamentos rurais no Piauí. Na construção deste capítulo, para além dos registros documentais, contamos também com a valiosa contribuição dos dados fornecidos por funcionários do INCRA e do INTERPI e por militantes do MST e da FETAG.

O quarto capítulo, intitulado “*O assentamento “17 de abril” em Teresina: sujeitos, projetos e concepções*”, dirige a atenção para a singularidade de um território em movimento, construído pela inserção de diferentes sujeitos e com intenções e interesses também distintos. Dessa forma, a quarta seção da presente dissertação, trata das ações e relações que se

estabeleceram no processo de constituição do referido assentamento, relações que envolvem as famílias, os movimentos sociais, os técnicos da assistência técnica, e os operadores e os gestores da política pública de reforma agrária. O capítulo busca dar visibilidade aos principais problemas enfrentados pelos/as assentados/as no processo de luta para conseguir a terra e para equipá-las com as condições de produção e de vida em geral, conferindo ênfase às estratégias elaboradas por eles para permanecer na área, buscando ainda indicar os principais impactos que a situação de assentado provoca na qualidade de vida e nas relações de poder internas ao assentamento.

No quinto capítulo discutimos a experiência de cidade de grande parte das famílias assentadas, visto que, o assentamento em questão constitui-se em um território formado por um significativo número de pessoas que, tendo migrado inicialmente do campo para cidade e nela permanecido por certo período, realizaram, com o assentamento, um retorno ao campo. Assim, buscamos captar as particularidades da constituição desse território a partir dessa característica, posto que seus integrantes, embora com forte sociabilidade campesina, apresentam também traços e condutas marcadas pela experiência citadina.

Em tendo sido rico o processo de investigação e por ter revelado o quão multifacetada é a questão em tela, consciente estou que o texto escrito que o apresento tem o compromisso com o debate aberto já que, constituindo-se enquanto aproximação a temática, longe está de uma apreensão finalista ou conclusiva. Em sendo uma contribuição particular ao problema, torna visível a luta e a realidade de famílias que, em condição de pobreza e marcados pela forte sociabilidade curtida na ruralidade, ousam tentar a produção de um território novo, o Assentamento rural 17 de abril, muitas dessas famílias realizando uma operação de retorno “para casa”, uma volta para o campo de onde haviam se retirado em outros tempos.

## I A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: RESISTÊNCIA NATIVA E LUTA PELO DIREITO À TERRA E REGULAÇÃO ESTATAL

- Essa cova em que estás,  
com palmos medida,  
é a conta menor,  
que tiraste em vida.  
- É de bom tamanho,  
nem largo nem fundo,  
é a parte que te cabe  
deste latifúndio  
- Não é cova grande,  
é cova medida,  
é a terra que querias  
ver dividida.

*“Morte e Vida Severina”*

*João Cabral de Melo Neto (1994)*

O que mobiliza a construção desta reflexão é a possibilidade de situar o estudo de uma realidade específica, o Assentamento 17 de Abril e as relações que produzem este território nos processos mais amplos da sociedade brasileira, notadamente aqueles relacionados com os movimentos dos sujeitos envolvidos nos processos de resistência pela permanência ou conquista da terra. Dessa forma, este estudo situa-se no âmbito dos problemas relacionados à posse e uso da terra, ou seja, no universo dos problemas que compõem o quadro da questão agrária brasileira. Por questão agrária, compreende-se o conjunto dos problemas,

relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política. A questão agrária é um elemento estrutural do capitalismo. (FERNANDES 2001, p. 23-24).

Nesta reflexão, os dados que a nossa história passada e recente fornece sobre o tema serão tomados como um recurso fundamental na compreensão dos cenários que produziram as lutas pela posse e uso da terra e que estimularam a formação de uma bandeira política a Reforma Agrária; proposta que marcou e marca fortemente a realidade brasileira nas décadas de 1960, 1980 e 1990 e que tem continuidade neste início de século XXI.

Neste trabalho, a história é compreendida como “um processo de incertezas, pois é obra de seres humanos vivos em ação, em movimento, produto da dialética de relações que eles estabelecem ao agir e se mover” (GRZYBOWSKY, 2002, p. 287). Assim, a perspectiva não é com um olhar linear para a história, mas busca captar as dinâmicas e os movimentos dos diferentes sujeitos nos contextos que serviram e que ainda servem de fermento para a emergência das disputas por terra no país.

Dessa forma, objetivo apreender a dinâmica das diversas manifestações de resistência das populações indígenas e camponesas pela manutenção da posse e do uso da terra, bem como refletir sobre as ações desenvolvidas pelo Estado no contexto das tensões, das disputas e dos conflitos que se estruturam no âmbito da questão agrária brasileira.

## **1.1 AS PRIMEIRAS INCURSÕES DA COROA PORTUGUESA E A RESISTÊNCIA EM DEFESA DA TERRA**

A produção acadêmica que trata do tema da ocupação e da exploração das terras americanas pelos europeus no período colonial tem sido fértil em apresentar elementos que ajudam a pensar como o território nacional foi sendo moldado no jogo das disputas ao longo dos séculos.

A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Neste processo de formação do nosso país, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, [...]. Começaram então, a luta contra o cativo, contra a exploração, e por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, a luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo (FERNANDES, 2000, p. 25).

A formação do território brasileiro resulta dos confrontos em defesa e pelo domínio da terra, tendo como sujeitos deste processo, num momento inicial, as populações que já se

encontram na América e os conquistadores/colonizadores, sejam eles na versão portuguesa, espanhola, francesa ou holandesa.

A Coroa Portuguesa, em virtude das dificuldades financeiras por que passava no segundo quartel do século XVI e da pressão por estabelecer o domínio nas terras situadas na América, institui o sistema de Capitânicas Hereditárias, como uma forma viável e barata de acelerar a ocupação e instalação nas terras brasileiras. Este sistema, que se constituiu na primeira forma de regulação das terras por parte da Coroa Portuguesa, visava fundamentalmente atrair investimento privado para a exploração das terras que estavam sendo conquistadas. O donatário, quase sempre um membro da nobreza, um chefe militar ou um funcionário envolvidos nas atividades ultramarinas, é “definido como o ocupante da terra por graça real, terra que não sai do domínio do soberano” (MORAES, 2000, p.299).

O donatário não possuía o domínio sobre a terra, mas obtinha a autorização para conceder parcelas de terras aos interessados em produzir na colônia. Essa autorização ficou conhecida como as Concessões de Sesmarias. Na visão de Moraes (2000), a instituição do regime de sesmarias visava estimular o rápido povoamento da colônia. O elevado número de Carta de Concessão de Sesmarias<sup>11</sup>, em torno de 45, no primeiro ano de vida da colônia, expressa a ação da Coroa no tocante a sua política de povoamento. Os sesmeiros passavam a ter o direito de posse sobre as terras, mas o domínio permanece com a Coroa. Para alguns estudiosos dos problemas do campo brasileiro (GUIMARÃES 1989, NOGUEIRA 1997, MEDEIROS, 2003, LERRER, 2003), o regime das sesmarias é visto como a base histórica dos problemas agrários no país, notadamente o latifúndio.<sup>12</sup>

Alberto Guimarães (1989, p.46) destaca que a sesmaria encontra no açúcar o seu destino econômico, ou seja, a política econômica implementada na colônia se apoiou em duas instituições: as sesmarias e o engenho de açúcar, essas se “transformaram numa unidade econômica e numa unidade produtora”, recebendo toda atenção da metrópole, visto que o

---

<sup>11</sup> Segundo Silva (1996), a Concessão de Sesmarias era uma prática adotada em Portugal desde o século XIV para solucionar a crise de abastecimento de alimentos, visto que o rei retirava a posse do senhorio que não cultivasse e nem arrendasse as terras e repassava a posse das mesmas para quem estivesse interessado em produzir. No processo de colonização do Brasil, este ordenamento jurídico consistiu numa transposição da norma reguladora de distribuição de terras em Portugal para os solos coloniais.

<sup>12</sup> Martins (2003), num posicionamento contrário à grande maioria desses estudos, afirma que a base do latifúndio não foi o sistema de sesmaria e sim a Lei de Terras de 1850, que inviabilizou que a população pobre e os escravos de tirem acesso à terra. Essa questão será melhor trabalhada no decorrer deste capítulo.



planejado foi cumprido: o monopólio da terra entregue à fidalguia para impulsionar a implantação de uma atividade produtiva voltada para os interesses econômicos da Coroa.

Avaliando o funcionamento das Capitânicas Hereditárias, Ribeiro (2006) assinala que algumas delas alcançaram êxito (Pernambuco e São Vicente) e outras nem chegaram a receber os donatários, posto que diante das dificuldades (hostilidade indígena principalmente) estes desistiram de estabelecer os empreendimentos na colônia. Contudo, o que chama atenção é a descrição física das capitânicas, visto que as mesmas constituíam verdadeiras províncias, formadas por léguas de terras, variando entre 150 a 600 km de largura, iniciando no mar e prosseguindo até alcançar a linha imaginária das Tordesilhas (MORISSAWA, 2001). Diante desta descrição, fica fácil inferir a origem dos latifúndios<sup>13</sup> que ainda marcam presença no cenário agrário brasileiro.

Na perspectiva de Ribeiro (2006), as capitânicas não atingiram plenamente os objetivos que justificavam a existência do sistema – estabelecer o povoamento e a exploração econômica da colônia. Moraes (2000), numa posição contrária à maior parte da historiografia sobre o funcionamento das capitânicas, avalia que, do ponto vista do povoamento, o resultado é positivo, pois boa parte delas conseguiu instalar núcleos de povoamento, o que levou a Coroa Portuguesa a instituir o governo-geral em 1548, visando fortalecer e expandir o processo de instalação e de domínio do território que estava sendo produzido no âmbito dos conflitos entre as populações indígenas e colonizadores.

Como as populações nativas reagiram à intervenção estrangeira que visava à ocupação e à exploração do território? Para Clóvis Moura (2000), a presença do colonizador português representou uma verdadeira hecatombe para as populações indígenas, posto que, no processo de defesa do seu território, muitas nações indígenas foram exterminadas. Ou seja,

a Confederação dos Tamoios (1554-1567), a Confederação dos Guaranis, e a “guerra dos bárbaros” (que demorou quase cem anos) são movimentos que comprovam a luta do índio pela defesa da terra, pela reconquista de cada espaço ocupado pelo colonizador português, lutando pelo território que lhe pertencia (MOURA, 2000, p. 83).

---

<sup>13</sup> O Estatuto da Terra, em seu Capítulo 1, Art. 4, define o "Latifúndio", como “o imóvel rural que: a) exceda à dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine; b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural.”

Darcy Ribeiro (2006, p.89), discutindo a formação do povo brasileiro, afirma que, nos primeiros séculos da colonização, o Brasil foi transformado num “moinho de gastar gente”.

Milhares de índios foram incorporados [...] a sociedade colonial [...] não para se integrarem nela na qualidade de membros, mas para serem desgastado até a morte, servindo como bestas de cargas a quem deles se apropriava. Assim foi ao longo dos séculos, uma vez que cada frente de expansão que se abria sobre uma área nova, deparando lá com tribos arredias, fazia delas imediatamente um manancial de trabalhadores cativos e de mulheres capturadas para o trabalho agrícola, para a gestação de crianças e para o cativo doméstico

As invasões das terras indígenas, bem como o extermínio, a escravidão e o aldeamento pelos jesuítas compõem o cenário do cativo indígena. O apresamento dos índios tinha por finalidade, dentre outras, a formação de uma mão-de-obra para ser utilizada na produção de subsistência dos colonos. A caça ao índio era vista como um ato de bravura e muitos bandeirantes receberam sesmarias como recompensas pelos feitos no processo de desbravamento dos sertões e pelo apresamento dos índios (MACHADO, 2002). Na perspectiva dos colonizadores, a função básica da mão-de-obra indígena seria a de servir aos seus interesses, levando as populações indígenas à degradação de sua condição humana.

Laureano (2007), discutindo o processo que impulsionou a formação dos sujeitos da luta pela terra no país, afirma que o movimento liderado pelo índio guarani Sepé Tiaraju, no Sul do país, na fronteira entre a Argentina, Paraguai e Uruguai, simboliza uma das principais manifestações da resistência indígena. Na referida região, que era disputada por Portugal e Espanha, viviam, segundo Laureano (2007), mais de 12.000 índios que formavam a nação dos Povos Guaranis. A resistência, que durou até a exaustão dos indígenas, só foi possível devido à unidade forjada pelos povos tradicionais quando dos ataques dos bandeirantes, bem como das ações dos exércitos português e espanhol que visavam ao domínio e à exploração das terras pertencentes às comunidades que nelas trabalhavam e garantiam a sua reprodução social.

Na perspectiva de Ribeiro (2006), a Confederação dos Tamoios foi a mais importante experiência de unidade indígena do período colonial. Esta foi ensejada numa aliança com os franceses, que naquele período ocupavam a Baía da Guanabara, para guerrearem contra os portugueses e outros grupos indígenas que os apoiavam. Assim,

frente a invasão européia, os índios defenderam até o limite possível seu modo de ser e de viver. Sobretudo depois de perderem as ilusões dos primeiros contatos pacíficos, quando perceberam que a submissão ao invasor representava sua desumanização como bestas de carga. Nesse conflito de vida e morte, os índios de um lado e os colonizadores de outro punham todas as suas energias, armas e astúcias. (RIBEIRO, 2006, p.44)

Avançando um pouco no tempo, é possível encontrar exemplos de resistência indígena ainda no século XIX. Musumeci (1988) assinala que nas primeiras décadas do século XIX, na região do Vale do Mearim, no Maranhão, a resistência indígena representou um dos principais obstáculos aos planos de expansão da fronteira agrícola para o Oeste. Estes planos visavam principalmente à ampliação do estoque de terras agricultáveis. Só depois de vencida a resistência das populações indígenas, com o aldeamento das tribos e com o seu afastamento para outras áreas da Província, é que os primeiros povoamentos começaram a se estabelecer na região.

Em relevante poema-denúncia do extermínio da população autóctone no processo de ocupação das terras piauienses pelos bandeirantes, escreve o poeta H. Dobal (1997) no seu “El Matador”: No sangue a violência contra os desarmados/ Ao preço de tantas vidas/ sua vida se perde/ do consumo do tempo/Não matador de touros/toureador da morte/vencedor dos varões/Matador de índios/ sua Glória triste pesa sobre nós. A poética de H. Dobal faz lembrar que a “civilização ocidental”, se impôs deixando como legado, no que se refere aos povos nativos, o extermínio de várias nações indígenas e a escravidão, aos grupos que não sucumbiram nas lutas de resistência.

O povo negro marca a sua presença na história do país inicialmente na condição de escravos

trazidos principalmente da costa da África, [...] capturados meio ao acaso nas centenas de povos tribais que falavam dialetos e línguas não inteligíveis uns aos outros. [...] Embora mais homogêneos no plano da cultura, os africanos variavam também largamente nessa esfera. Tudo isso fazia com que a uniformidade racial não correspondesse a uma unidade lingüística-cultural, que ensejassem uma unificação, quando os negros se encontraram submetidos à escravidão. [...]. Encontrando-se dispersos na terra nova, ao lado de outros escravos, seus iguais na cor e na condição servil, mas diferentes na língua, na identificação tribal e freqüentemente hostis pelos [...] conflitos de origem, os negros foram compelidos a incorporar-se passivamente no universo cultural da nossa sociedade (RIBEIRO, 2006 p. 102-103).

Contudo, mesmo diante dos obstáculos decorrentes da variedade cultural, os escravos negros passaram a resistir à escravidão. A fuga das unidades produtivas de cana-de-açúcar ou de café era uma estratégia de resistência e acarretava um perigo a mais à sua situação, posto que os escravos que fugiam eram brutalmente perseguidos e, quando capturados, marcados com ferro em brasa, além de terem seus tendões cortados (RIBEIRO, 2006). A fuga, ou mesmo o suicídio são expressões da luta do povo negro no regime escravocrata do implantado no país.

A formação dos Quilombos, com padrões organizativos diferentes da sociedade nacional, baseados em relações comunitárias na dimensão econômica e social, expressava, na perspectiva da resistência negra, a solução para os problemas dos escravos no Brasil. (MOURA, 2000).

Os Quilombos, principal instrumento da resistência do povo negro que fugia dos engenhos de açúcar ou das fazendas de café, se constituíram em territórios livres, reunindo negros, índios e trabalhadores pobres. O Quilombo de Palmares, em Alagoas, é a referência histórica do processo de organização social dos escravos negros no país. Liderado, primeiro, por Ganza Zumba e posteriormente por Zumbi chegaram a reunir aproximadamente 20 mil pessoas. A dizimação do Quilombo de Palmares por Domingos Jorge Velho, em 1695, representou o modo de agir do Estado Português, voltado sobretudo para a destruição da resistência negra (LAUREANO, 2007).

Para Silva (1996), a adoção do trabalho compulsório na colonização moderna se relaciona com a necessidade da geração de sobrelucros para a burguesia mercantil metropolitana, e com a manutenção das terras nas mãos dos setores sociais dominantes que produziam de acordo os interesses do sistema colonial. A escravidão mantinha inalterada a estrutura fundiária e disponibilizava terras para a instalação da grande lavoura produtiva.

## **1.2 A LEI DE TERRAS DE 1850: A RESTRIÇÃO À POSSE DA TERRA**

A Lei de Terras de 1850 foi o ponto alto de toda uma política de terras discutida e elaborada durante os primeiros 50 anos do século XIX. A restrição à posse da terra, instituída com a referida lei, compõe o quadro das ações regulatórias do império no que tange à estrutura fundiária do Brasil. Para entender o significado desta lei, é necessário direcionar o olhar para a conjuntura que a produziu.

Em 1759, o sistema de capitanias hereditárias foi extinto devido ao fracasso econômico de algumas capitanias e ao não cumprimento, por parte dos donatários, das atribuições que garantiam a posse da terra (povoamento e exploração econômica com recursos próprios). Com a extinção das capitanias, a concessão de sesmarias foi o instrumento que passou a regular a posse da terra na colônia. Contudo, o sesmeiro também passa a descumprir a obrigação de uso produtivo da terra e aos poucos vai se tornando fazendeiro, senhor de

engenho, obtendo privilégios, negociando livremente com outras capitânicas, ou seja, agindo por conta própria. Em face desta situação, no século XVIII, as concessões de sesmarias sofrem alterações que implicaram na limitação do tamanho das áreas para 6 léguas de comprimento e 1.5 légua de largura e a exigência de demarcação judicial das terras (MORISSAWA, 2001).

Cabe destacar que este período coincide com a exploração do ouro e diamantes na região correspondente a Minas Gerais, o que provocou um aumento populacional, colaborando para fortalecer as tensões em torno da posse da terra. Sobre essa questão Guimarães (1989, p. 56-57) assinala que:

Passadas as ilusões, esgotados os veios auríferos, desbaratada as atividades mineradoras, a Colônia apresentava um quadro desolador, um incrível contraste que só o monopólio da terra poderia explicar. Terras abandonadas por toda a parte e uma enorme massa humana privada de trabalho em face dos tremendos empecilhos legais que se antepunham a pequena e média propriedades.

No século XIX, com a resolução de 17 de julho de 1822, que suspendeu todas as sesmarias futuras até a convocação da Assembléia Geral Legislativa, o regime de sesmarias é finalmente abandonado (SILVA, 1996). Nesses 300 anos de funcionamento do instituto da sesmaria, a Coroa Portuguesa não criou instrumentos legais específicos para regular a apropriação do território nacional, o que ocorreu foi a transposição da legislação vigente na metrópole para a colônia. E, em face da disponibilidade de terras na colônia, o latifúndio é o elemento que singulariza a posse da terra sob o regime das sesmarias.

O debate em torno da substituição do trabalho escravo é outro elemento que compõe este cenário, posto que a Inglaterra e o movimento abolicionista pressionavam o Estado imperial para a extinção da escravidão e a instituição do trabalho livre no país. A Lei Euzébio de Queiroz proibiu o tráfico negreiro e colaborou para lançar as bases para o fim do trabalho escravo. Essa pressão intensificou as polêmicas sobre as alternativas de substituição da mão-de-obra escrava no país. Para os representantes do setor agroexportador, notadamente os fazendeiros de café, a saída seria a vinda de camponeses pobres da Europa para trabalharem nas lavouras de café.

Para Silva (1996, p. 14), os estudos que tratam da Lei de Terras de 1850 indicam que esta é um ato complementar à Lei Euzébio de Queiroz, contudo, a autora chama atenção para outro aspecto da lei:

Queremos resgatar uma outra dimensão da lei que tem sido desprezada, de um modo geral, e que consistia na sua intenção de demarcar as terras

devolutas e normalizar o acesso à terra por parte dos particulares, daquela data em diante. Intervir na questão da terra e da mão-de-obra, tal como pretendeu o Estado imperial por meio da adoção da lei de Terras, só foi possível devido às alterações que se produziu na vida social e política do império em torno de 1850. A Lei de Terras esteve vinculada, portanto, também ao processo de consolidação do Estado nacional.

Ou seja, a Lei de Terras representava para o Estado Imperial um dos vértices de consolidação do Estado Nacional e um espaço de relacionamento entre proprietários e Estado. A lei se relaciona com o papel do Estado imperial no processo de ordenamento do estatuto jurídico da terra que vigorava até aquele período, posto que foi implementada como instituto próprio do Estado nacional imperial para regular o acesso às terras ante o vazio legal do período colonial. O Art. 1º da referida lei determina que “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”, e, a partir do exposto no Art. 14º, o governo ficou “autorizado a vender as terras devolutas, em hasta pública, ou fóra della, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras.” (BRASIL, LEI DE TERRAS 1850)

Assim, a Lei 601, do Império pôs fim à posse da terra como meio de reconhecimento de propriedade, bem como à concessão de terras públicas, instituindo a propriedade privada, ou seja, o acesso à terra só se tornaria possível por meio da compra. Sobre esta dimensão da lei, Martins (1995, p. 42) afirma que

A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e Estado controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros. Os camponeses não-proprietários, os que chegassem depois da Lei de Terras ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se [...] a trabalhar para a grande fazenda [...] O acesso a terra se daria mediante a oferta compulsória de trabalho ao grande fazendeiro.

Segundo Lerrer (2003), a instituição da compra, como forma de garantir a posse da terra, institucionaliza a questão agrária no país. Esta estratégia de impedir a posse ou a concessão de terras foi utilizada pelos grandes fazendeiros para evitar que os escravos fugissem das fazendas, bem como impedir que os colonos europeus, que vinha para as fazendas de café, se apossassem de terras públicas, visto que, naquele período, a terra era o principal ativo econômico e existia em abundância.

Na avaliação de Moura (2000), a Lei de 1850, enquanto instrumento jurídico, intensificou a concentração de terras e estimulou a formação dos latifúndios e das oligarquias agrárias do país.

Vale destacar, a partir do que informa Romeiro (2002, p. 108), que, enquanto o Brasil cerceava o acesso a terra aos negros, aos camponeses e imigrantes pobres, nos Estados

Unidos, em 1862, por meio da Homestead act foi garantido “ legalmente a abertura do oeste para as levas de imigrantes que começavam a afluir em massa da Europa“. Assim, as elites daquele país conscientes do processo de formação em que estavam envolvidos, intensificaram a distribuição de terras do governo federal para os interessados em ocupar produtivamente.

No Brasil, a Lei de Terras foi utilizada para manter o padrão de acumulação, sem prejuízo dos interesses dos fazendeiros de café. Dessa forma, a transição para o trabalho livre estaria assegurada, já que “num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo, num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 1986, p.32). Como consequência, tem-se o impedimento prático de milhares de trabalhadores rurais de acesso à terra, notadamente os ex-escravos, os colonos europeus e os camponeses pobres, que não dispunham de recursos econômicos para adquirir a propriedade da terra. (MEDEIROS, 2003; LERRER, 2003).

### 1.3 A RESISTÊNCIA CAMPONESA NA EXPERIÊNCIA REPUBLICANA BRASILEIRA

No início da experiência republicana, a política dos coronéis<sup>14</sup> marca o cenário político brasileiro. Na dimensão econômica a ação do Estado estava voltada, especialmente, para o atendimento das demandas do setor agroexportador, o que significava, principalmente, uma atuação no sentido de proteger e incentivar as atividades ligadas a este setor, visto que a base da economia era a produção agrícola direcionada para o mercado externo.

Tendo este quadro como pano de fundo, diversos movimentos camponeses surgiram denunciando, de diferentes formas (movimentos messiânicos, banditismo social) a situação de

---

<sup>14</sup> Segundo Carone (1971), o mandonismo local e o domínio familiar do público, manifesto no forte controle dos bens públicos são características associadas à política dos coronéis no Brasil. Os coronéis, no espaço local, são visto como os homens de confiança do poder e, em sua orbita encontra-se uma numerosa clientela, tais como: parentes, jagunços, profissionais liberais, representado para esses o poder judiciário, civil e militar. A obra “Os donos do poder” de Raimundo Faoro é considerada uma interpretação clássica sobre esse fenômeno que marca a realidade política do país. Para Carvalho (1997), os estudos sobre o coronelismo produzindo a partir da década de 1970 tem colaborado para apresentar outras questões a respeito da figura do coronel, visto que “da imagem simplificada do coronel como grande latifundiário isolado em sua fazenda, senhor absoluto de gentes e coisas, emerge das novas pesquisas um quadro mais complexo em que coexistem vários tipos de coronéis, desde latifundiários a comerciantes, médicos e até mesmo padres. O suposto isolamento dos potentados em seus domínios também é revisto. Alguns estavam diretamente envolvidos no comércio de exportação, como os coronéis baianos da Chapada Diamantina, quase todos se envolviam na política estadual, alguns na política federal”. Carvalho reforça ainda que mandonismo e clientelismo tendem a desaparecer quando os cidadãos conquistam os seus direitos civis.

carência estrutural dos sujeitos do campo.<sup>15</sup> Caracterizando a reação do Estado frente aos movimentos camponeses que teimavam em aparecer na cena pública Martins (1995, p.27), destaca que

o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a proclamação da República, tem uma reiterada experiência direta de confronto militar com o Exército: em Canudos, no Contestado, e, de um outro modo em Trombas e Formoso, ou, então uma experiência de intervenção direta do Exército, na insurreição do Sudeste do Paraná, no Nordeste e mais recentemente nos conflitos camponeses do Araguaia-Tocantins.

Segundo Moura (2000), a luta dos camponeses pela terra no Brasil pode ser dividida em três momentos. O primeiro corresponde ao processo de resistência dos negros contra a escravidão. O segundo momento corresponde aos movimentos posteriores a Palmares e a Cabanagem e segue até as experiências de Canudos, Contestado e a formação do território livre de Formoso em Goiás. Esses movimentos têm por singularidade a organização de espaços alternativos ao padrão vigente (fundado no latifúndio agroexportador), e defesa de organização da vida em bases comunitárias. O terceiro momento tem início com a formação das Ligas Camponesas, ainda na década de 50 do século XX, se estendendo aos dias atuais e se caracteriza pela cobrança de direitos políticos e sociais aos trabalhadores rurais.

Canudos e Contestado, especialmente, expressam a reação camponesa aos primeiros anos da nossa experiência republicana. Numa avaliação dos estudos que tratam da experiência de Canudos, Clovis Moura (2000) aponta que uma parte desses estudos concebem o movimento

como se ele fosse decorrente das contradições das próprias classes dominantes e não como uma consequência das contradições entre as oligarquias e os interesses dos camponeses sem terra. A autonomia da solução desta contradição passou a ser problema crucial quando os camponeses assumiram a hegemonia do mesmo e criaram a solução a partir dos seus interesses [...]. A imagem de Canudos como perigo surge exatamente desse conflito de interesse e a solução que os camponeses encontraram, desligando-se da estrutura latifundiária (MOURA, 2000, p. 64)

Os movimentos camponeses do início da República, excetuando o território livre de Formoso em Goiás, organizado pelo Partido Comunista Brasileiro, ficaram conhecidos principalmente pelo seu misticismo, contudo o que esses movimentos trazem é a denúncia da situação de exclusão em que se encontravam os camponeses naquele período. Na perspectiva desses movimentos, a solução para a situação dos pobres do campo passava

---

<sup>15</sup> No Piauí, a “Revolta dos Caceteiros”, na região de São Raimundo Nonato, ficou conhecida como um movimento de caráter messiânico. O líder do movimento era um religioso conhecido por Beato, oriundo da região do Ceará. (MEDEIROS, 1996).



pelo estabelecimento de um novo modelo de organização da vida, baseado em laços comunitários e em oposição ao padrão vigente – marcado pelo latifúndio e pela miséria dos pobres do campo. Assim,

A intervenção militar em Canudos e Contestado, em defesa da ordem e do regime, constituiu a mediação que fez, das guerras camponesas, guerras políticas; que arrancou as rebeliões místicas dos camponeses da sua aparente insignificância localista, municipal e pré-política, descobrindo nelas a dimensão política profunda, o perigo para a ordem constituída, o seu poder desagregador. [...] Não era a monarquia que os militares combatiam, [...]. Era insurreição, a subversão dos pobres do campo. (MARTINS, 1995, p. 62)

Os enfrentamentos que os camponeses tiveram com a força do Estado colaboram para evidenciar que esses assumem uma dimensão política, por isso não podem ser considerados como pré-políticos.

O sertão nordestino, marcado pelo poderio dos coronéis, foi o cenário para emergência de um movimento de contestação da ordem vigente no início do século XX. Numa região formada por camponeses pobres, o cangaço representava um questionamento deste poder, “o cangaceiro era principalmente o camponês que fora expropriado, expulso, esbulhado por um fazendeiro ou comerciante determinado, mas que em resposta se vingava da classe, percorrendo vínculos de sangue de seus desafetos” (MARTINS, 1995, p. 60).<sup>16</sup>

A crise social do início do século XX deságua nos processos que levaram à revolução de 1930, trazendo no seu bojo questões novas para a realidade brasileira, tais como: alteração da estrutura do Estado, derrota parcial das elites oligárquica, na sua feição agroexportadora, fortalecimento das classes sociais urbanas, organização da classe operária e das leis trabalhistas, promovendo o desenvolvimento de um novo formato no tocante à relação Estado e Sociedade, dentre outras questões.

No que se refere às novas situações que emergem com a revolução de 1930, Ianni (1986) afirma que nesse processo ocorre uma vitória parcial da cidade sobre o campo, ou seja, as elites agrárias perdem fôlego na direção sociopolítica do Estado, e esse assume a tarefa de criar as condições para o desenvolvimento do capitalismo no país – instituições e valores sociais e culturais tendo por base o ideário burguês. Em suma, “o conjunto das atividades estatais, no período de 1930 a 1945, assinalaram a agonia do Estado de tipo oligárquico e o desenvolvimento do Estado propriamente burguês” (IANNI, 1986, p. 26). Em

<sup>16</sup> Não há registro da experiência do Cangaço em terras piauiense. Contudo, cabe assinalar que os cangaceiros e, em especial Lampião, povoam a memória dos piauienses como homens temidos e admirados. Esse imaginário resulta da forte influência que o Cangaço exerceu no sertão nordestino (MEDEIROS, 1996).

face da permanência de práticas políticas marcadas pela apropriação privada do Estado, cabe questionar se a agonia do Estado de tipo oligárquico chegou mesmo ao fim?

Nessa conjuntura, a intervenção do Estado visava principalmente impulsionar o processo de desenvolvimento industrial, rompendo com o padrão agroexportador, mantido na Primeira República. Seguindo essa trajetória, o Estado se mobiliza na perspectiva de desenvolver a economia, implementando políticas que visavam alterar o formato do Estado.

Assim, no período de 1930 a 1945, o Estado redimensionou a sua estrutura e criou novos órgãos e empresas públicas, tais como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1931; Ministério da Educação e Saúde Pública em 1933; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1939; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, em 1943; Companhia Siderúrgica Nacional, em 1942, dentre outros. O compromisso dessa estrutura era com a implementação do projeto de desenvolvimento nacional, ou seja, “tratava-se de formalizar, em novos níveis, as condições de intercâmbio e funcionamento das forças produtivas no mercado brasileiro” (IANNI, 1986, p. 34), com foco na industrialização do país.

O campo desempenhou um papel secundário nessa conjuntura, assumindo principalmente a função de fornecedor de mão-de-obra para os centros urbanos. A constituição de 1937, no tocante aos problemas do campo, apresentou avanços, como o estabelecimento da desapropriação por interesse social dos latifúndios improdutivos, contudo o governo não impulsionou ações de desconcentração da terra (LERRER, 2003). Na avaliação de Medeiros (2003), o Estado Novo apenas estimulou projetos de colonização nas áreas de fronteiras e, no tocante à legislação trabalhista, não expandiu para o campo os direitos que beneficiaram os trabalhadores urbanos.

No sentido de prevenir ou amenizar as tensões sociais no sertão nordestino, o Estado estimula a colonização da Amazônia. No governo Vargas, a propaganda oficial “levou milhares de nordestinos àquela região, sendo expressão disso o fenômeno denominado de ‘soldados da borracha’” (ARAÚJO, 2005, p. 36).

Assim, a partir de 1930, o Estado volta-se para os espaços vazios do Centro-Oeste, para as áreas deprimidas do Nordeste e para a imensa Amazônia. O compromisso neste momento é a instalação de trabalhadores pobres, flagelados e retirantes das secas e ex-reservistas em grandes áreas de assentamentos agrícolas.

O papel desempenhado pelo Estado no que se refere à manutenção da propriedade da terra, especialmente nas áreas prósperas e já densamente ocupada do Centro-Sul, pode ser

entendido no jogo das alianças entre as elites urbanas e agrárias, no processo da revolução burguesa no Brasil. Florestan Fernandes (1987, p. 240-241), discutindo esse processo, afirma que:

[...] a burguesia (no Brasil) mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país. [...]. Ela se comprometia, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso. [...]. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo nela as oligarquias) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora.

Essas alianças, segundo Florestan Fernandes (1987), terminam por evidenciar a feição conservadora do processo de modernização brasileira. Para muitos estudiosos, a modernização no Brasil é um processo inconcluso, e a questão agrária e urbana são faces desta situação.

### **1.3.1 O lugar do campo e da Questão Agrária nos Projetos de Desenvolvimento Nacional**

As discussões sobre o projeto de desenvolvimento do país ganham centralidade, principalmente na década de 1950. Estas giravam em torno da definição das bases do nosso desenvolvimento. Optar por um projeto de desenvolvimento de bases nacional ou estreitar as relações com o capital externo era a questão a ser definida. Essa situação já havia sido colocada no período anterior, pois é com Vargas que o desenvolvimento industrial assume uma feição nacional, com forte intervenção estatal (IANNI, 1986).

No âmbito da produção acadêmica, segundo Toledo (1999), distintas posições emergem à época, buscando caracterizar a situação nacional e apontar os rumos que o país deveria tomar. Entre essas posições, destacam-se a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão permanente da ONU, que aglutinava os pensadores preocupados com o desenvolvimento da região, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e o Partido Comunista do Brasil (PCB). As questões relacionadas ao universo rural brasileiro ganham centralidade na pauta política nesse período. A estrutura fundiária e as relações de produção vigentes no campo são tomadas como obstáculos ao processo de desenvolvimento do capitalismo. Nos debates travados entre diferentes sujeitos (academia, partidos políticos)

sobre os rumos do desenvolvimento nacional, a questão agrária é colocada no centro das discussões sobre os projetos globais para a sociedade brasileira (NOGUEIRA, 1997).

O pensamento cepalino apresenta como proposta para a industrialização dos países da região a intervenção do Estado no processo de desenvolvimento, ou seja, o Estado deveria agir como um indutor, visto que

este paradigma incluyó un conjunto de ideas fuerza, entre las que se destacan: i) el encuadre del paradigma en la relación centro-periferia; ii) la orientación del desarrollo hacia adentro; iii) el papel de la tecnología; iv) la industrialización sustitutiva, y v) el rol activo del Estado. A su vez, la implementación de esa estrategia de desarrollo descansaba en un conjunto de instrumentos y políticas específicas de carácter arancelario, tributario, cambiario, crediticio y de incentivos fiscales al desarrollo industrial, y en la atención del crecimiento explosivo de las demandas sociales generadas por las migraciones del campo a las ciudades. En ese contexto correspondía al Estado cumplir un papel protagónico, para lo cual se crearon ministerios especializados, oficinas de planificación, y bancos de desarrollo destinados a movilizar recursos financieros y tecnologías. La ampliación y fortalecimiento del aparato estatal fue el instrumento básico de la política económica. El desarrollo impulsado por esta estrategia transformó profundamente el perfil económico y social latinoamericano. (IGLESIAS, 2000, p. 09-10)

Na perspectiva cepalina, a identificação das peculiaridades de cada país, bem como a relação que se estabelece entre o centro e a periferia do sistema capitalista se apresentavam como condição para pensar as políticas de desenvolvimento industrial, orientadas para superação da pobreza, tendo o Estado como protagonista desse processo.

Fiori (1995, p. 1995), avaliando as teses desenvolvidas pelo pensamento cepalino, enfatiza o aspecto relativo a especificidades das economias periféricas e o papel do Estado frente aos dilemas do desenvolvimento capitalista na América Latina, para o autor.

As propostas [da CEPAL] consagraram um projeto de desenvolvimento que partia do reconhecimento da impossibilidade de uma industrialização espontânea na América Latina e propunham um programa de indução à modernidade que teria na indústria sua locomotiva e no Estado seu planejador.

Na visão de Delgado (2001), Celso Furtado, um principal representante da posição da CEPAL no tocante aos problemas do mundo rural, identificou a inelasticidade da oferta de alimentos em relação à demanda urbana e industrial como um dos principais problemas do campo, sendo esta uma das justificativas para alterar a estrutura fundiária do país.

Segundo Plata; Reydon (2006, p.27), a questão central para a Cepal era “a restrita oferta de produtos agrícolas e o fraco mercado interno. Além disso, adicionavam-se argumentos de cunho sociológico, como o caráter tradicional do latifundiário, cujas grandes

propriedades permitiam boas rendas sem necessidade de maiores melhorias.” No ideário cepalino, a reforma agrária emerge como uma que compõe as ações que levaram ao desenvolvimento industrial do país.

No debate interno do PCB sobre essa conjuntura, Caio Prado (2005) foi um dos responsáveis por sistematizar as posições do partido. Para ele, um dos principais obstáculos para o desenvolvimento do campo era a concentração da propriedade fundiária, que contribuía para colocar o trabalhador rural numa situação desfavorável. Frente a essa questão, afirmava que a possibilidade de acesso dos trabalhadores rurais à propriedade da terra favorecia:

uma nova alternativa de trabalho e ocupação, [...] influenciando (sic) poderosamente na melhoria das condições de vida [...]. O problema da reforma agrária, que tem assim suas raízes dialéticas no antagonismo e contradição entre uma reduzida minoria de grandes proprietários que detém o monopólio virtual da terra, e controlam portanto as oportunidades de ocupação e trabalho na agropecuária brasileira, e doutro lado, a massa trabalhadora do campo, que depende dessa oportunidade para conseguir seus meios de subsistência. Os trabalhadores rurais alcançarão uma posição melhor na luta por suas reivindicações imediatas, e mais facilmente se beneficiarão dela, na medida em que as oportunidades de trabalho e ocupação não forem unicamente proporcionadas pelos grandes proprietários. [...], o que interessa do ponto de vista dos trabalhadores rurais, é a perspectiva do possível e eventual acesso deles a propriedade da terra. (PRADO, 2005, p. 80-83).

É nesses termos que se posiciona Caio Prado na defesa da reforma agrária, ou seja, como uma política que possibilitaria aos trabalhadores rurais alcançarem os meios necessários para garantir a sua sobrevivência. Para desconcentrar o ativo terra, ele propõe a elevação da tributação da terra, pois considerava uma forma de “golpear a concentração e o virtual monopólio da terra, tornando-a acessível a massa de trabalhadora rural, ou pelo menos a parcela importante dessa massa” (PRADO, 2005, p. 81).

Quanto ao universo da resistência camponesa, o messianismo e o cangaço hegemonizaram as formas de manifestação da rebeldia camponesa até a década de 1940, mas, a partir dos anos 1950, ocorre uma mudança no formato da resistência. As Ligas Camponesas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais emergem numa conjuntura com dinâmica diferenciada das mobilizações camponesas anteriores; visto que o país encontrava-se num processo acelerado de transformações econômicas, baseadas principalmente na industrialização visando à substituição importações, bem como pela intensificação das pressões sociais decorrentes da urbanização (MANTEGA, 1990).

Na perspectiva de Moura (2000, p. 120-121), caberia às ligas

unir o direito dos homens do campo a uma força do Estado que obrigasse(sic) a que este direito já existente passasse a ter função e a ser cumprido (sic). Em outras palavras: tem um papel integrativo, isto é, ao invés de criar um direito alternativo, contestatório, as Ligas queriam (sic) ser legitimadas social e juridicamente. [...]. O seu papel era conseguir, através de elementos legais modificar a estrutura agrária dentro da ordem, mas ao mesmo tempo utilizam um elemento de intimidação social quando diziam que a reforma agrária seria feita na Lei ou na marra, como palavra de ordem adjetiva.

As ligas e os sindicatos, enquanto instrumentos políticos dos sujeitos do campo, estavam cobrando a integração desses sujeitos no processo de desenvolvimento do país. Dessa forma direcionavam suas ações para a cobrança de garantias legais, como a realização da reforma agrária e a conquista de direitos trabalhistas e sociais para os trabalhadores do campo.

A emergência de novas organizações políticas camponesas na segunda metade do século XX, como as Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), no Sul do país e as Ligas Camponesas no Nordeste, indicam que os camponeses ocupam a cena pública, exercendo um papel político que se expressava na cobrança da Reforma Agrária. (FERNANDES, 2000). Em que pese a existência de diferenças em relação às visões e aos métodos para garantir a realização da reforma agrária, esta bandeira política unificava o conjunto das entidades representativas dos trabalhadores rurais.

Nos projetos de reformas de bases propostas por João Goulart, na década de 1960, a reforma agrária figurava como centro propulsor do debate sobre a necessidade das reformas e aglutinava “um conjunto significativo de forças políticas [...] que vinham intensificando as suas ações em torno desta luta” (ROS, 2005, p.133).

Para Santos (1994) é a partir da agitação camponesa na segunda metade da década de 1950, que o Estado se movimenta no sentido de intervir no mundo rural, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. O Estatuto é o instrumento que materializa a posição do poder público frente aos problemas das desigualdades do campo brasileiro. Contudo uma avaliação deste ato aponta para mais “um exemplo de manipulação simbólica de estatutos legais, uma vez que não lhe foram definidos os meios materiais – financeiros e outros – de operação efetiva” (SANTOS, 1994, p.31).

De acordo com Ianni (2005), o Estatuto do trabalhador rural definiu as condições de trabalho no campo e as regras de sindicalização dos trabalhadores rurais, sendo este fato um dos últimos acontecimentos políticos no processo de transformação do camponês em proletário rural. Agindo dessa forma, o Estado se afasta da perspectiva de realização da

reforma agrária e passa agir no sentido de modernizar o campo, com instituição das práticas capitalista, via estímulo à implantação aos complexos agroindustriais.

Considerando o exposto até o momento, podemos afirmar que, no intervalo de tempo que compreende o fim da era Vargas e o início da ditadura militar no Brasil, ocorre a intensificação dos conflitos no campo, que colaboram com o fortalecimento de uma bandeira política: “A Reforma Agrária” como solução para modernizar as relações do campo brasileiro. Os defensores de um projeto de desenvolvimento nacional incorporaram a bandeira política da reforma agrária como parte do processo de modernização da economia. Acreditava-se, então, que a “industrialização fosse acompanhada por transformações na estrutura agrária e na distribuição de renda” (FIORI, 1995, p.103), fatores considerados necessários para o fortalecimento do mercado interno.

### **1.3.2 Novos rumos para o campo: da “revolução verde” às novas formas de resistência**

Em face das mobilizações populares que ocupavam os espaços cobrando a realização das reformas de bases, dentre elas, a reforma agrária, os militares, em 1964, apoiados por setores da elite nacional: latifundiários, empresários, banqueiros etc., tomam o poder e destituem o presidente João Goulart. O golpe acabou com a democracia e, por conseguinte, reprimiu violentamente os setores que se posicionaram de forma contrária ao regime militar.

Segundo Martins (1995), a proposta de reforma agrária fazia parte do projeto de vários grupos políticos que davam sustentação ao governo de João Goulart. Para esses setores, ela representava a possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas. Ainda segundo o autor, a burguesia nacional também passou a defender a reforma agrária como meio para modernizar o campo brasileiro.

O debate político sobre os rumos do desenvolvimento do país, e que mobilizava diferentes setores da sociedade, perde fôlego. Contudo a partir de 1968, segundo Fiori (1995, p. 172),

o regime autoritário abandona o discurso liberal e volta ao leito do desenvolvimentismo conservador, reconhecendo a centralidade do Estado na promoção da organização econômico-política da sociedade brasileira. [...]. Do ponto de vista econômico, se consolida de forma definitiva a indústria pesada de bens de capital e a de bens de consumo durável lideradas, em

quase todos os setores, pelas grandes empresas públicas e; ou pelas grandes empresas multinacionais.

O pensamento conservador no que se refere à realidade do campo brasileiro foi impondo o debate exclusivo em torno da necessidade de modernizar as relações de produção sem alterar a propriedade da terra (VEIGA, 2002). A modernização do campo no Brasil ficou conhecida como “revolução verde”,<sup>17</sup> inspirada no modo de produção norte-americano.

Assim, quando, em 1964, o Estatuto da Terra foi promulgado, já no período militar, oito meses após o golpe, “as mesmas forças políticas que durante 18 anos posteriores à promulgação da constituição de 1946 haviam levantado todo tipo de empecilho a qualquer medida de reforma agrária” aprovaram a proposta e retiraram da constituição os obstáculos a realização da “desapropriação de terras por interesse social” (MARTINS, 1995, p. 95).

O Estatuto da Terra criou instrumentos legais para a intervenção do Estado na estrutura fundiária do país. O artigo 12. estabeleceu que a propriedade da terra dever exercer a função social e deveria está condicionado ao bem estar coletivo. Já art. 13. determinou a responsabilidade do Poder na extinção gradativa “das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social”.

Além do Estatuto, a lei complementar de nº 554 de 25/04/1969 alterou a Constituição Federal no que diz respeito à forma de pagamento das desapropriações, estabelecendo que essa fosse realizada utilizando os títulos da dívida pública, e não mais com dinheiro, como estava previsto na Constituição de 1946 (SILVA, 2002).

Na perspectiva de Martins (1995, p. 96), um dos objetivos do governo com a aprovação do Estatuto era “impedir que a questão agrária se transformasse numa questão nacional, política e de classe. Assim, o Estatuto da Terra foi uma resposta competente dos militares à luta pela reforma agrária”

Neves (1995), avaliando os desdobramentos do Estatuto da Terra na estrutura do aparelho do Estado, destaca que na elaboração da lei o aparelho do Estado vigente naquele momento foi desqualificado para a implementação da política de reforma agrária. Diante deste diagnóstico foi montado um aparato institucional que se materializou na criação de diversos órgãos, tais como, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), subordinado ao Ministério da Agricultura; o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), subordinado ao

---

<sup>17</sup> Introdução de inovações científicas, tecnológicas e de insumos na agricultura, visando aumentar a produção de grãos. O objetivo principal era a produção em escala voltada para o mercado externo. Uma das conseqüências dessa revolução foi a liberação crescente de mão-de-obra, por conta da utilização de maquinário na produção (ROMEIRO, 2002).



Presidente da República, a Cooperativa Integral de Reforma Agrária (CERA), com uma função de natureza econômica, Grupo Executivo da Reforma Agrária (GRE), as delegacias regionais do IBRA, e as Comissões Agrária. E, em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA),<sup>18</sup> resultado da fusão do IBRA com o INDA.

A referida autora destaca ainda que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e outras agências de fomento ao desenvolvimento foram convocadas para atuar na implementação dessa política, tendo por funções a assistência social, técnica, e o estímulo a produção agropecuária, entre outras.

Com estas medidas, o Estado absorvia parte das reivindicações da época e criava as condições institucionais para viabilizar a política de reforma agrária. Entretanto, segundo Neves (1995, p.187), a criação desses instrumentos apresentou novos problemas, como a reivindicação de uma atuação mais autônoma por parte dos órgãos envolvidos na operacionalização da política, evidenciando os “problemas inerentes às articulações interinstitucionais do aparato do Estado e o emperramento previsto para as realizações”. Dessa forma “tal aparato institucional não correspondeu à agilidade de execução proclamada.”

Segundo Medeiros (2003), o estatuto é um texto dividido em duas partes, uma versa sobre a reforma agrária e a outra trata do desenvolvimento rural. No tocante à reforma agrária, objetivava a extinção gradual dos minifúndios e latifúndios, por considerá-los como elementos propulsores do conflito no campo. Quanto ao desenvolvimento rural, a ênfase estava na dinamização da produção agrícola, com a introdução de inovações tecnológicas, bem como aportes de recursos financeiros.

Os estudos de diferentes autores (DELGADO 2001, MEDEIROS 2003, FERNANDES 2000, dentre outros) tem indicado que o governo fez a opção pela modernização da agricultura, como forma de atender fundamentalmente as pressões e os interesses dos representantes do conservadorismo agrário. Neste sentido, Delgado (2001, p. 03) afirma que:

O resgate das teses modernizantes de Delfim Netto e de seu grupo iniciou-se no governo Castelo Branco como reação ao Estatuto da Terra, mas manifestou-se como projeto explícito do governo a partir do momento em

---

<sup>18</sup> O decreto que criou o INCRA como uma autarquia, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e com o objetivo de promover a redistribuição de terras obtidas pelo atributo constitucional da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

que Delfim Netto assumiu o Ministério da Fazenda em 1967 e começou a implementar o Sistema Nacional de Crédito Rural como principal estrutura de fomento à produção agropecuária.

O Sistema Nacional de Crédito Rural se materializou como um dos principais instrumentos da estratégia do Estado de intensificação do capitalismo no campo. A concessão do crédito funcionava de maneira seletiva, beneficiando principalmente os médios e grandes proprietários de terra e produtores agrícolas (ROS, 2005).

O processo de modernização do campo brasileiro operou de forma seletiva e excludente, privilegiando algumas regiões, notadamente o Centro-Sul do país. Neste sentido, Moreira (apud Araújo, 2005 p.73) destaca que o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND), de 1972-1974, foi construído de maneira seletiva, tendo por referência a regionalização das atividades produtivas a serem implementadas, ou seja, para cada região do país foi definida uma estratégia de produção. No Centro-Sul, objetivava-se o desenvolvimento da agricultura capitalista voltada para a exportação. Para as áreas do Plano de Interação Nacional (PIN), a estratégia seria a "transformação da agricultura tradicional do Nordeste em agricultura de mercado (Prototerra)", e "a expansão da fronteira agrícola para incorporar os vales úmidos do Nordeste, especialmente o do São Francisco, e as novas áreas na Região Amazônica e no Planalto Central".

A opção pela seletividade no processo de desenvolvimento econômico tem como desdobramento a formação de pólos de desenvolvimento, caracterizados por uma infraestrutura moderna, implantada com recursos públicos e que serve de atrativo para os investimentos dos grandes grupos econômicos (ARAÚJO, 2005).

Segundo Nogueira (1997, p. 51), os efeitos, do ponto de vista social, da modernização da agricultura implantada no país a partir da década de 1970 sobre os pequenos produtores rurais foram principalmente "a expropriação de suas propriedades, a redução das oportunidades de emprego no campo, e – em razão do efeito colateral da modernização do latifúndio tradicional, cuja principal marca é a cerca – a redução das oportunidades de acesso a terra através das relações de parceria e arrendamento".

Em face desses efeitos sociais e da ausência de uma política direcionada para alterar a estrutura fundiária, o Estado recorre novamente à política de colonização dos espaços vazios<sup>19</sup> especialmente para os trabalhadores nordestinos, como informa Araújo (2005, p. 37):

Outra onda de colonização da Amazônia, sob o domínio do regime militar e dentro da ideologia do desenvolvimento e da integração nacional, mais uma vez coloca o Nordeste no centro da propaganda oficial. [...], a ofensiva propaganda pode ser sintetizada nas expressões emocionadas e nas lágrimas do presidente Médici, quando em visita a uma frente de trabalho no município de Macau, RN, por ocasião da seca e 1970, exclamou: ‘Vi a seca no Nordeste [...] vi o homem de mãos calejadas do Nordeste comer o inosso na terra do sal [...] Vou levar o homem sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia’.

Podemos inferir que a colonização das áreas de fronteiras e da região amazônica, principalmente, constituiu-se numa estratégia do Estado, objetivando deslocar a pressão por terra e arrefecer os interesses daqueles que desejavam a realização da reforma agrária, visto que, ao deslocar segmentos expressivos de camponeses sem terra das áreas de tensão/conflitos do campo para os vazios agrícolas, estabelece freios para a mobilização dos segmentos que cobram a realização de uma reforma agrária.

A avaliação da intervenção do Estado nesse período indica que os militares se esforçaram visando modernizar a produção agrícola e pouco agiram no sentido de alterar a estrutura agrária, apesar das garantias legais para esse fim constarem na Constituição de 1969, visto que, por meio do Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969, a obrigatoriedade do prévio pagamento foi eliminada e no que se refere ao justo preço das desapropriações ficou estabelecido que este seria feito como base no tributo territorial declarado pelo proprietário. Segundo Jose Gomes da Silva (2002, 174), com essas alterações o governo militar encontrava-se preparado para “desencadear uma autêntica mudança na estrutura fundiária brasileira”, o que na sua avaliação não o fez.

A agonia final do regime militar coincide com a crise fiscal dos anos 1980, ou dito de outra forma, a crise fiscal, bem como o endividamento interno e externo concorreram para intensificar a crise do regime. Fiori (1995), avaliando este processo, evidencia que, por trás da crise fiscal da década de 1980, encontra-se o esgotamento da ação desenvolvimentista do Estado na forma estabelecida pelo pacto conservador, pacto este, que, na sua visão, manteve intocável os interesses setoriais do capital agromercantil.

<sup>19</sup> O Art. 55 do Estatuto da Terra estabelece que o Poder Público tem a prerrogativa de “recrutar e selecionar pessoas ou famílias, dentro ou fora do território nacional, reunindo-as em núcleos agrícolas ou agroindustriais, podendo encarregar-se de seu transporte, recepção, hospedagem e encaminhamento, até a sua colocação e integração nos respectivos núcleos.

É nessa conjuntura de crise que a sociedade brasileira retorna à cena pública, reivindicando, além do fim do regime, as demandas não atendidas pela ordem militar autoritária. O florescimento dos movimentos sociais no Brasil, a partir do final dos anos 1970, assume as formas mais diversas, que vão desde associações até movimentos rurais, como os sem-terra ou os movimentos de atingidos por barragens, passando por movimentos de mulheres, comunidade de base da Igreja Católica, movimentos negros, sindicatos profissionais ou movimentos ecológicos, para citar apenas alguns exemplos. (DOIMO, 1994).

A mobilização camponesa desse período traz uma novidade no tocante às formas de luta pela: As ocupações massivas<sup>20</sup> de Terras. No final dos anos 1970, precisamente em 1979, no Rio Grande do Sul, ocorre a ocupação da fazenda Macali, por 1.800 famílias de trabalhadores rurais sem terra. Essa ação desencadeou um processo de organização de trabalhadores rurais, tendo como consequência mais direta a ampliação das experiências de ocupações de terras improdutivas em várias regiões do país. Os principais sujeitos dessas mobilizações eram os trabalhadores rurais sem terra, posseiros e meeiros. Agindo assim, esses sujeitos estavam colaborando para intensificar a territorialização e espacialização<sup>21</sup> da luta pela (FERNANDES, 1999).

Cabe registrar que uma ala expressiva da Igreja Católica, de bases mais críticas, posto que assentavam suas elaborações e práticas na Teologia da libertação, impulsionou as experiências das comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), que serviram de apoio para a mobilização camponesa no período de freio dos movimentos sociais. E numa articulação conjunta com a Igreja Luterana, formaram a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Stédile (2009, p. 04), avaliando os 25 anos de existência do MST, afirma que:

a Igreja Católica, sua ala progressista, foi a única porta que se abriu para que os camponeses pudessem discutir seus problemas e buscassem formas de se organizar. Colocou à disposição dos camponeses as condições materiais para o trabalho de transformação do sindicalismo pelego e em defesa da reforma agrária. Ajudou a termos a clareza de que era importante investir na formação política e de que deveríamos construir uma organização dos camponeses em nível nacional e autônoma.

<sup>20</sup> Para Fernandes (2001, p. 67), “o conceito de ocupação massiva tem como significado: quantidade e extensão. Portanto, considera-se tanto o grande número de famílias envolvidas, quanto a prática de desdobramentos da luta quando a ocupação é organizada não para conquistar uma área determinada, mas sim para conquistar determinadas áreas para todas as famílias”

<sup>21</sup> Conforme Fernandes (1999, 136), a territorialização da luta pela terra refere-se às frações do território conquistadas pelos camponeses nos processos de luta pela terra, e estes territórios conquistados se organizam de forma contrária à lógica de territorialização do capital monopolista. A espacialização é compreendida “como o movimento dos sujeitos, carregando suas experiências por diferentes lugares do território”, colaborando assim para a produção e a criação de espaços de luta para conquista da terra.

Nas palavras do dirigente do movimento, a CPT desempenhou um papel importante no processo de organização de trabalhadores rurais pelo país, colaborando de forma decisiva para a formação do MST. Essa colaboração se expressou, sobretudo, na contribuição ao processo de mobilização e articulação dos diversos movimentos camponeses que estavam ocorrendo no país naquele período (MORISSAWA, 2003).

A criação formal do MST aconteceu nos primeiros anos da década de 1980, mais especificamente em 1984, na cidade de Cascavel - Paraná, no Primeiro Encontro Estadual de Trabalhadores Sem Terra, onde fundaram oficialmente o MST (CALDART, 2000). Portanto, o período de formação do MST coincide com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, e o ressurgimento, para alguns, ou emergência heróica para outros (CARDOSO, 1994), de movimentos sociais na cena pública.

Fernandes e Stédile (1999, p.19-20), avaliando os aspectos que levaram à formação do movimento, destacam que:

O primeiro aspecto, [...], é o sócio-econômico. O segundo é o ideológico [...] do trabalho da CPT. Esse trabalho começou mais no Centro-Oeste, em 1975. Posteriormente, a partir de 1976, se espalhou por todo o país [...]. Ele só pode se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao surgimento das greves operárias, em 1978 e 1979 e à luta pela democratização da sociedade.

A intensificação dos conflitos no campo, no discurso do MST, deve ser compreendido como uma resposta ao avanço das contradições capitalistas no campo, em especial à concentração de terras e à expropriação dos camponeses. Os latifúndios, principalmente no Nordeste, e a mecanização da agricultura implementada pelas empresas agrícolas liberaram expressivos contingentes da força de trabalho do campo (GORGEN; STÉDILLE, 1991).

Na segunda metade da década de 1980, o último presidente militar deixa o poder, e em seu lugar assume José Sarney, primeiro presidente civil depois de 24 anos de comando militar. Na sua plataforma política, a reforma agrária figurava com destaque, passando a fazer parte do pacto para a transição democrática. Para Alexandrina Moura (1989, p. 124), a Nova República, num primeiro momento, procurou se legitimar “afirmando seus compromissos com a democracia e com a justiça social, apresentando programas de intervenção nas mais diferentes áreas de políticas públicas”.

Nesse período, tem-se a elaboração do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) e por meio do decreto de nº 97.770, de 10 de outubro de 1985, o referido plano foi instituído com a meta de assentar 1,4 milhão de famílias, em 43 milhões de hectares de terra

até 1989. Na concepção de alguns setores dos movimentos sociais, dentre eles, o MST, em que pese o I PNRA apresentar essas metas, o governo cedeu à pressão dos setores contrários à reforma agrária elegendo,

a negociação e o entendimento como instrumento prioritário, secundarizando assim a desapropriação por interesses social [...] [alem de ceder] em relação à base de referência das indenizações, que passaram a ser pactuadas com os latifundiários tendo como parâmetros valores de mercado (NOGUEIRA,1997, p.70-71)

Diante desses recuos e por considerar que as metas estabelecidas no plano estavam aquém da necessidade, o MST se posicionou de forma contrária ao PNRA. O referido plano foi apresentado à sociedade pelo presidente da República, no IV Congresso Nacional da CONTAG, em março de 1985. Como forma de marcar posição, o MST, no dia da apresentação do PNRA pelo governo, realizou diversas ocupações de terra no país (MEDEIROS, 2003).

No que concerne a implementação do PRNA, o pacto para a transição democrática não conseguiu avançar, visto que os passos tomados pelo governo produziram resultados muito aquém do esperado, e no final da gestão, apenas 10% da meta prevista para o período foi alcançada (SILVA, 2002).

No processo de mobilização para a elaboração da constituição de 1988, a questão agrária ganha novamente centralidade e diferentes setores da sociedade se posicionam apresentando propostas para alterar a estrutura fundiária do país. Os segmentos vinculados ao latifúndio fundam a União Democrática Ruralista (UDR) com intuito de influenciar e disputar politicamente o processo de elaboração do capítulo que trata da política fundiária e da reforma agrária.

Cabe destacar que ação da UDR não se limitou à disputa política e ideológica em torno da elaboração do texto constitucional. Com um discurso e uma ação extremada, cobrava do poder público medidas de caráter autoritárias para combater a ação dos movimentos sociais do campo, que ressurgiam na cena pública, ocupando os latifúndios improdutivos e reivindicando a efetivação da reforma agrária. Além dessa cobrança direcionada ao Estado, a UDR também recorria ao uso da força privada para coibir a organização e a ação dos trabalhadores rurais que cobravam garantias constitucionais para a realização da reforma agrária.

Os vários assassinatos de lideranças camponesas, bem como de agentes pastorais e advogados ligados aos movimentos, principalmente nas décadas de 80 e 90 do século passado,

expressam a reação de determinados setores das elites do campo na defesa da propriedade da terra. Na perspectiva de Moura (2000, p. 92-93), o que viabiliza a ação violenta das elites é a própria

estrutura fundiária altamente concentrada, arcaica e geradora do poder, que para manter-se, evidentemente tem de recorrer a métodos violentos de controle social exercidos contra os camponeses. A violência em todos os níveis é a sua arma preferida e o mecanismo mais comum de se preservar os privilégios dos latifundiários [...] daí a constância dos chamados conflitos de terras que se avolumam à medida que os camponeses se conscientizam e os latifundiários organizam grupos ou milícias de para iniciarem o enfrentamento armado.

Nogueira (1997, p. 100), avaliando os avanços e os recuos da Constituição de 1988, no tocante à reforma agrária, afirma que o novo texto constitucional retrocedeu em relação ao que estava estabelecido no Estatuto da Terra, pois a Carta Magna “reintroduz a exigência da “prévia” indenização e limita seriamente as áreas passíveis de desapropriação ao excluir da ação deste instituto as pequenas e médias propriedades e as propriedades produtivas”.

Na perspectiva de Silva (2002, p. 173), a Constituição de 1988 recuou,

afrouxando o instituto da desapropriação por interesse social, tanto na abrangência (art. 185), como no tocante à exigência do prévio pagamento (art. 184); não resgatou o critério decretado pelo Governo Militar do Marechal Costa e Silva [...] de fixar o valor declarado para fins de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) como limite para o valor das indenizações (AI 9 - Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1964); recuou também rebaixando de cem para cinquenta hectares o limite do instituto de usucapião; manteve praticamente inalterado o limite para a alienação ou concessão de terras públicas, já que passou apenas de três mil para 2.500 ha, quando na etapa interconstitucional anterior a redução foi de 10.000 para 3.000 há.

Os recuos em relação aos dispositivos legais que regulavam a estrutura fundiária podem ser entendidos como resultado da correlação de forças presentes no processo da constituinte. Os senadores e deputados que se posicionavam em defesa da reforma agrária somavam 106, e os contrários, 296 (SILVA, 2002). Os resultados dessa equação se expressam, entre outros aspectos, na volta da obrigatoriedade do pagamento justo e prévio, dispositivo que havia sido eliminado na Constituição de 1969, por ser considerado um entrave legal à desapropriação por interesse social.

Silva (1991, p. 74), avaliando a situação do campo, na década de 1980, destaca que a modernização conservadora da agricultura, implementada no período militar, agravou o problema agrário e lançou os pobres do campo nas áreas periféricas das cidades, provocando a lumpenização dos grupos menos favorecidos. Em face dessa situação, ele afirma que, em

determinadas regiões do país, a questão agrária já é uma questão urbana. Assim, situa a reforma agrária no âmbito das políticas sociais “como uma condição de sobrevivência, [...] para aqueles que não encontraram outra possibilidade de inserção produtiva na atual sociedade”.

Nos início da década de 1990, com o governo do Presidente Collor, a possibilidade de realização de uma reforma agrária no país sofre um novo freio. O governo assumiu compromissos com uma plataforma liberalizante da economia que levou à retração do papel Estado, essas ações alinhavam-se aos interesses do capital internacional. No que tange à reforma agrária, em que pese à proposta de assentar 500.000 famílias em cinco anos, o caminho para a alteração da estrutura fundiária não passava pela desapropriação de terras improdutivas. O governo optou pela tentativa de institucionalizar o mercado de terra, lançando o “Programa da Terra” e a utilização das terras públicas em oposição à desapropriação dos latifúndios privados (LAUREANO, 2007).

Na realidade, as ações do poder público nesse período privilegiaram os setores conservadores do campo. A indicação de Antonio Cabrera, um representante desses segmentos para o ministério da agricultura<sup>22</sup>, evidenciou a posição do governo nessa questão. Cabe destacar ainda que nesse período não foi realizada nenhuma desapropriação de terra (SILVA, 2002).

Com a queda de Collor, em 1992, devido ao processo político que levou a impugnação do seu mandato, Itamar Franco assume o poder, e, no que tange às ações para o campo foi aprovada em 1993 a Lei Agrária de nº 8.629/93, que passou a regulamentar e disciplinar as disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. A regulamentação desses artigos da Constituição atribuiu à União a competência de desapropriar, para fins de reforma agrária, as terras que não cumprissem a sua função social. Assim a União, através do INCRA, assume a responsabilidade pela desapropriação de terras (ROS, 2005). O reconhecimento da reforma agrária como uma questão de responsabilidade da União era uma das bandeiras do movimento social do campo. Nesse aspecto, a referida lei, ao

---

<sup>22</sup> O Ex-ministro é um dos donos do Grupo Cabrera, um conglomerado de empresas que atua no setor agrícola há mais de 100 anos, dentre as atividades do grupo destacam-se a agropecuária, e nos últimos anos tema diversificados as suas atividades, ingressando no setor sucroalcooleiro no triângulo mineiro. Conforme matéria no site do jornal do Brasil, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério Público do Trabalho numa fiscalização, na cidade de Limeira do Oeste (MG), no mês de abril, em uma usina de cana de açúcar, encontraram 184 pessoas em situação análoga à de escravo, a referida fazenda pertencia a Antonio Cabrera. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u561697.shtml> > Acesso em 30 maio 2009.



atribuir a União a competência para a desapropriação de terras, vai de encontro aos interesses do movimento social, especialmente do MST.

Nesse período, também foi aprovada o Rito Sumário por meio da Lei complementar nº 76/1993, que tem finalidade tornar mais célere a desapropriação das terras destinadas à reforma agrária. Segundo Plata e Reydon (2001, p. 45) “o Rito Sumário reduziu substancialmente o tempo entre a desapropriação e emissão da posse de glebas desapropriadas para a reforma agrária”, visto que o art. 6º do referido rito estabeleceu um prazo de 48 horas para as instituições da justiça se manifestarem diante da solicitação de desapropriação realizada pelo INCRA.

Quanto ao número de famílias assentadas, nesse período, o governo de Fernando Collor (1990-1992), assentou 39.894 e no de Itamar Franco (1993-1994) foram assentadas apenas 4.809 famílias (INCRA 2000).

#### 1.4 ASPECTOS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA E DA INTERVENÇÃO PÚBLICA EM TERRAS PIAUIENSES

Na tentativa de situar o objeto empírico deste estudo, o Assentamento 17 de Abril e as relações que produzem esse território no universo das questões da qual ele é parte constitutiva, especialmente os conflitos que se estruturaram no âmbito do direito ao acesso e à posse da terra, consideramos importante apreender os movimentos que produziram o território piauiense. Assim o esforço será no sentido de identificar o movimento dos sujeitos e a natureza que os processos vão assumindo.

A ocupação das terras piauienses teve início na segunda metade do século XVII e compõe o movimento de interiorização da colonização portuguesa pelos sertões. Esse momento ficou conhecido pelo devassamento das terras piauienses e assumiu as seguintes características: guerras de conquista pelo território com a caça e extermínio das populações nativas, disputas entre posseiros e sesmeiros<sup>23</sup> pelo domínio das terras piauienses, e a implantação de uma estrutura econômica e social na Bacia do Parnaíba (MARTINS *et. al.*

---

<sup>23</sup> Por conta dessas disputas, no início do século XVII, o território piauiense que se encontrava sob a jurisdição de Pernambuco passa para a jurisdição do Maranhão, o que na visão de Martins et al (2002) representou a vitória dos posseiros nessa peleja.

2002). Nessa trajetória, as fazendas de gado foram utilizadas pela metrópole para viabilizar a penetração e a conseqüente colonização das terras do interior do país<sup>24</sup>.

A instalação das fazendas de gado ocorreu de forma bastante violenta. Segundo Ribeiro (2006, p.310), “disputando o domínio dos territórios tribais de caçadas para destiná-los ao pastoreio e lutando contra o índio para impedi-lo de substituir a caça que se tornara rara e arredia nos campos povoados pela enorme caça que era o gado, os conflitos tornavam-se inevitáveis”.

Machado (2002, p. 15) afirma que o colonizador na busca de dominar o território, para instalar as fazendas de gado, exterminou e espoliou as populações que já habitavam estas terras, produzindo na sua visão as “trilhas da morte”:

As nações indígenas que habitavam os vales férteis dos rios formadores da bacia hidrográfica parnaibana piauiense foram exterminadas pelos fazendeiros-exploradores, que promoveram a destruição das aldeias para viabilizar a instalação das fazendas –criatório de bois e cavalos.

Na perspectiva de Machado (2002, p. 16-17), os conflitos em torno da posse da terra no Piauí obedecem à seguinte cronologia:

Na primeira fase (curso das primeiras décadas do século XVII) caracterizavam-se pelas lutas entre povos indígenas e possuidores primitivos; na segunda fase (das últimas décadas do século XVII às primeiras do século XVIII) deram-se entre povos indígenas, possuidores - primitivos e primeiros sesmeiros, e na terceira fase (das últimas décadas do século XVIII as primeiras do século XIX), marcaram-se pelos confrontos entre povos indígenas, descendentes dos possuidores primitivos e descendentes do primeiros sesmeiros.) [...] A partir da sexta década do século XX, a ocorrência de conflitos agrários disseminou-se em todo o território piauiense em decorrência do confronto entre trabalhadores rurais sem terra e latifundiários ou grupos empresariais, que se apresentam, atualmente, como proprietários de imóveis rurais de origem legítimas.

A estrutura fundiária piauiense, marcada pela concentração de terras, resultou desse processo de intensas disputas entre populações nativas e o colonizador. Os primeiros possuidores<sup>25</sup> exerceram o domínio de extensas áreas de terras visando à implantação dos

---

<sup>24</sup> Ribeiro (2006), avaliando a ocupação do sertão, afirma que nesta região se desenvolveu uma economia pastoril fornecedora de carne, couros e bois para a produção da zona açucareira. Segundo ele, esta atividade produtiva incorporou um considerável contingente da população nacional. O tipo humano que se estabeleceu nesta região é visto como o representante de um tipo particular de cultura, a cultura sertaneja, marcada pela especialização do pastoreio, por uma dispersão espacial, visto que a criação de gado ocupava enormes extensões do sertão, e por uma religiosidade propensa ao messianismo. Estes traços culturais singularizam a experiência cultural do sertão nordestino, que, na visão do autor, ficou conhecida como “a civilização do couro”.

<sup>25</sup> Contingente formado principalmente por homens livres, que constituíam uma mão-de-obra excedente nas regiões do litoral destinadas à plantação de cana-de-açúcar e desenvolvida com base no trabalho escravo (RIBEIRO 2006).

currais de gado e cavalo. O passo seguinte, por parte destes, consistiu na solicitação de concessões e confirmações de sesmarias aos governadores-gerais da Capitania, visando à legalização das posses e passando conseqüentemente da condição de possuidores à de sesmeiros. Segundo Nunes e Abreu (1995), os latifúndios piauienses têm origem no processo de concessão de grandes extensões de terras aos sesmeiros absenteeístas.<sup>26</sup> Na visão das autoras, os critérios que fundamentavam a concessão de sesmarias não eram justos, geralmente o prestígio social e as relações que o fazendeiro estabelecia com a administração da colonial eram o que determinava a concessão. Sobrinho (apud DOMINGOS NETO 2000, p. 9), avaliando as concessões de sesmarias, chama atenção para os seguintes aspectos:

1) os domínios reivindicados pelos potentados são muito mais extensos que as concessões dadas ; 2) que foi insignificante a proporção de sesmarias dadas aos povoadores efetivos da terra. Na história do devassamento do Piauí, esses fatos se patentearam de maneira mais precisa do que em qualquer outro episódio de conquista do nosso território. A concessão das sesmarias beneficiava a potentados baianos, nenhum dos quais pensaria em transferir as suas residências para essas paragens bravias. Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias d'Ávila, Bernardo Pereira Galo, [...] não teriam, por certo, nenhuma idéia de morar ou trabalhar nos descobertos do Piauí, como não teria aquele Garcia d'Ávila Pereira, que em 1684, com quatro ou cinco anos de idade, já se inscrevia como titular de sesmarias, nas margens do Gurguéia e do Parnaíba.

A concessão de sesmarias beneficiou principalmente “os colonizadores” que não apresentavam interesse em fixar residência nas terras reivindicadas. A estrutura fundiária que resulta desses processos “serviu de sustentação à formação e à organização da sociedade piauiense e perdura, com poucas variações, até hoje, para as acomodações dos interesses das estruturas políticas dominantes.” (MACHADO, 2002, p.39).

Para Veloso Filho (1998), essa forma de ocupação levou à concentração de terra e à inibição do desenvolvimento do mercado interno. Como já foi assinalado, a pecuária extensiva de gado consistiu-se na atividade produtiva que promoveu a ocupação do território piauiense. A instalação das fazendas de gado no sertão, diferentemente dos engenhos de açúcar do litoral, exigia pouco investimento inicial, geralmente umas cabeças de gado e alguns escravos formavam o efetivo das fazendas. O reinvestimento do capital decorria da multiplicação biológica dos rebanhos. O vaqueiro representava a mão-de-obra livre utilizada nos currais; o pagamento pelo seu trabalho era feito com uma parte das crias, ou seja, não havia dispêndio de recursos monetários. O ciclo econômico da pecuária prossegue até o fim do século XIX. (MENDES, 1995)

---

<sup>26</sup> Sesmeiros que possuíam a concessão, mas não se estabeleciam nas terras solicitadas à Coroa Portuguesa.

Do processo de colonização, no século XVII, a estruturação da Capitania de São José do Piauí em 1758, a sociedade piauiense encontrava-se isolada dos centros administrativos, sendo formada basicamente por uma pequena elite detentora da posse da terra e por uma parcela considerável da população (agregados, vaqueiros, pequenos posseiros, escravos) que não tinha poder para fazer frente aos fazendeiros, que utilizavam o poder e a força para impor seus interesses nas pendências do cotidiano (NUNES; ABREU, 1995).

Medeiros (1996) evidencia que, durante o período colonial, as disputas/choques entre sesmeiros e posseiros pelas terras expressam os primeiros movimentos de conflitos e acomodações no Piauí. O padrão de relacionamento entre o fazendeiro e o agregado, baseado numa hierarquia rígida, serviu de combustível para que vaqueiros, agregados e pequenos posseiros participassem da Balaiada no Maranhão e no Piauí. O que mobilizava esses segmentos da massa excluída era a revolta contra as arbitrariedades dos representantes do poder e o descontentamento por falta de espaço político e social. Em que pese o fato de o movimento abolicionista ter mobilizado expressivos segmentos no Brasil, no Piauí este movimento teve pouca envergadura.

Nos anos posteriores à Proclamação da República, ocorre no país uma intensificação de movimentos formados por camponeses descontentes com a situação econômica, política e social daquela conjuntura. Relacionando o quadro de mobilização camponesa do início do período republicano - Canudos na Bahia e Contestado em Santa Catarina, bem como o Cangaço, com a realidade piauiense, Medeiros (1996) destaca que o fenômeno do cangaço não ocorreu por aqui. Contudo, no tocante aos movimentos messiânicos, a história registra a Revolta dos Caceteiros, na região de São Raimundo Nonato. O movimento era liderado por um religioso conhecido como Beato, oriundo provavelmente do Ceará. Na sua pregação, ele anunciava o Juízo Final e que os fiéis deveriam estar preparados. A mobilização camponesa chegou a reunir mais de 1000 pessoas na localidade Pau de Colher. A reação do poder local levou à chacina dos adeptos do Beato. Além de movimentos de cunho coletivo, as revoltas e conflitos de famílias e de indivíduos pela posse terra fazem parte da história da luta camponesa no Piauí.

Com o fim do ciclo econômico da pecuária, o Piauí se integra ao mercado externo por meio da produção de algodão e do extrativismo vegetal, especialmente o da borracha, da cera de carnaúba e do coco babaçu, este ciclo prossegue até a segunda metade do século XX. As alterações na realidade piauiense impulsionadas pelo extrativismo se relacionam

fundamentalmente com fortalecimento do comércio nas cidades onde a exploração era realizada e com a integração do Piauí ao mercado externo (NUNES & ABREU, 1995)

Nascimento (1994), discutindo a conjuntura política do Estado antes dos acontecimentos que levaram à Revolução de 1930, chama atenção para a posição estratégica que os coronéis assumiam na construção das hegemonias locais de poder. Os governadores só conseguiam de fato o poder na medida em que conseguissem o apoio da maioria dos coronéis. Tentando responder ao questionamento sobre em que bases se assentavam o poder dos coronéis, ele informa que esse poder se fundamenta

no Nordeste, e em especial no Piauí, *na propriedade das terras e nas relações de trabalho nelas existentes*. O Piauí, quando da sua ocupação territorial, foi dividido em grandes lotes de terras, as sesmarias, onde se desenvolveu a criação extensiva de gado, originando-se os grandes latifúndios, que dominaram na Colônia, Império e chegaram à República Velha com ligeiras modificações (NASCIMENTO, 1994, p. 27, grifo nosso)

Nos anos posteriores à era Vargas, o Piauí passa por um processo de formação e de fortalecimento das representações de diversos segmentos sociais, tais como a formação de sindicatos e associações patronais de pecuaristas, extrativistas e da reduzida burguesia industrial, bem como de trabalhadores, especialmente os urbanos. A representação sindical dos trabalhadores rurais só emerge de forma mais organizada a partir dos anos de 1950, sendo que a motivação para a organização dos trabalhadores rurais era a luta pela reforma agrária e por direitos previdenciários (MEDEIROS, 1996).

Em estudos mais recentes sobre papel desempenhado pela reação anticomunista no Piauí, Marylu Oliveira (2008) evidencia que as Ligas Camponesas foram organizadas em solo piauiense, no início da década de 1960, sendo essas, inclusive, apoiadas pelo governador do estado, Chagas Rodrigues, e pelo Bispo de Teresina, Dom Avelar Vilela. Os jornais da época expressaram a forte reação dos setores conservadores ao apoio que o governo e a igreja dispensavam às demandas dos sujeitos do campo, como a reforma agrária.

### 1.4.1. Os movimentos sociais do campo no Piauí: da resistência individual a organização sindical e as ocupações de terra

A luta pela terra no Piauí segue os rumos do restante do país, ou seja, pode ser caracterizada pela violência, tanto sob a forma de constrangimentos morais ou psicológicos como agressões físicas que podem extremar-se até a prática do assassinato. Paulo Machado, historiador e poeta piauiense, no poema “Canção de amor e morte<sup>27</sup>”, apresenta um exemplo de disputa e resistência pela terra no Estado.

Antônia Flor – flor de gameleira- toda manhã lavrava a terra com a sabença de quem conhece o sabor agridoce dos araçás. Antônia Flor – flor de gameleira na cinzenta da tarde guardava no aprisco cabritos e borregos na fúria profana dos carcarás Antônia Flor – flor de gameleira- aos oitenta anos tinha os olhos acesos a alumiar, como os olhos de maracajás. Antônia Flor – flor de gameleira- fez do amor à terra sua peleja, sua crença, sua razão de bem viver. Antônia Flor – flor de gameleira- teve o corpo crivado de balas – a sombra de uma velha ingazeira, carpideiras puxaram excelências e tiranas, com a notícia da morte a correr nos estirões das veredas (MACHADO).

A poética de Machado denuncia a violência posta em prática pelos proprietários diante da resistência dos posseiros na luta pela terra, ou seja, o poema evidencia um traço característico dos conflitos de terras no Piauí, qual seja: a resistência individual dos posseiros frente às investidas do latifúndio em vias de modernização.<sup>28</sup> Assim, violência e resistência aparecem como traços comuns na história da luta pela terra.

A organização sindical dos trabalhadores rurais no Piauí tem início entre as décadas de 40 e 50 do século XX, com a solicitação de reconhecimento de sindicatos rurais nas cidades de Parnaíba e Teresina, contudo, segundo Medeiros (1996, p.112), essas solicitações não alcançaram êxito. Nesse período, os trabalhadores rurais eram representados pelas associações rurais, entidades que congregavam além dos “trabalhadores rurais, pequenos proprietários, lavradores em geral” e técnicos que trabalhavam na agricultura (MEDEIROS, 1996, p.112). A

<sup>27</sup> Antônia Flor, trabalhadora rural octogenária, residente no lugarejo Gameleira, no município de Piripiri/PI, era posseira há 50 anos na gleba de terra onde trabalhava, resistiu corajosamente às muitas tentativas de despejo e foi assassinada por jagunços em sua residência, em 1º de dezembro de 1984. A referida terra já foi desapropriada pelo INCRA e os herdeiros de Antonia Flor foram assentados na área.

<sup>28</sup> Sobre este aspecto, Nogueira (1997), em estudo sobre a política de reforma agrária implementada no Piauí durante a vigência do I PNRA, discute as alterações na natureza dos conflitos e tensões no campo, no período de modernização da agricultura, na década de 1970.

atuação dessas entidades oscilava, segundo o autor, entre “assistencialismo e a educação de base”.

Os anos 1950 e início da década de 1960 são marcados por um processo intenso de mobilizações e lutas no Brasil, e o Piauí também passa por um processo de efervescência. Os trabalhadores rurais se organizam, apesar da ação contrária das forças conservadoras e latifundiárias que exerciam a dominação política no Estado. Os primeiros sindicatos rurais só se efetivaram de fato no Estado, no início de 1960; a motivação política desses sindicatos “era a luta pela reforma agrária e pelos direitos sociais” (MEDEIROS, 1996, p.115).

Assim, nesse período, a mobilização por terra no Piauí ganha um impulso, sendo apoiada pela igreja católica, bem como pelo movimento de esquerda. Estes passaram a desempenhar um papel de destaque, atuando como mobilizadores dos sujeitos do campo. Contudo, o golpe de 1964 impõe um novo freio as ações e as mobilizações tanto no campo, como na cidade. Durante o regime autoritário, os sindicatos são tutelados pelo Estado, passando a assumir uma postura voltada para atividade de caráter assistencial. O sindicalismo rural, nesse contexto, desenvolve uma prática, marcadamente assistencialista (MEDEIROS, 1996).

Ainda no período autoritário foi criada a FETAG, no ano de 1967. Essa entidade nasceu tendo por tarefa a articulação dos sindicatos de trabalhadores rurais e a mediação junto ao poder público apresentando as demandas dos trabalhadores rurais. Sobre a atuação da FETAG e dos sindicatos de trabalhadores rurais, na década de 1970, no Piauí, Nogueira (1997) informa que essas entidades assumiram uma postura política marcada pelo assistencialismo e pela burocratização de suas ações. No caso específico da FETAG, a entidade não colocou em prática os encaminhamentos do 3º Congresso da CONTAG que orientava a intensificação da luta pela reforma agrária no país. A atuação da entidade no Piauí, segundo o autor, estava voltada, principalmente para o envio de correspondências para o poder público denunciando a situação dos pobres do campo e cobrando providências.

Segundo Medeiros (1996), na década de 1980, as mobilizações que estavam acontecendo pelo país, cobrando democracia política e direitos sociais, também ressoam na realidade piauiense. Seguindo a tendência dos acontecimentos que movimentam o restante do país, diferentes sujeitos, tais como sem teto, trabalhadores rurais, apareceram apresentando suas demandas, bem como cobrando o atendimento das mesmas. A igreja católica e setores de esquerda passam a acompanhar e apoiar as diversas experiências movimentistas que estavam em gestação nessa conjuntura.

No que tange a realidade agrária do Estado, temos a organização da CPT, que volta suas ações para a mobilização dos trabalhadores rurais. Num primeiro momento, a sua atuação foi mais intensa na região Picos, organizando principalmente os pequenos agricultores da região. No que tange ao movimento sindical rural, nesse contexto, este já estava com a sua estrutura sindical legalizada, vivenciando um movimento de renovação das lideranças sindicais. Esses fatos, colaboraram para alterar atuação das entidades rurais (sindicatos e FETAG), passando a assumir uma postura mais combativa no que diz respeito a luta pela terra no Piauí, “conseguindo [...] ser um interlocutor legitimado junto ao INCRA e ao governo estadual para as questões fundiárias [...]” conseguido “desapropriações pela luta direta dos trabalhadores rurais, inclusive com ocupações de áreas (MEDEIROS, 1996, p.120). As primeiras ocupações de terras no Piauí foram apoiadas politicamente pela FETAG.<sup>29</sup>

A partir do final da década de 1980 do século XX, um sujeito social novo aparece nas lutas do campo piauiense. Conforme Simeão Silva (2007), os primeiros passos que levaram ao surgimento do MST no Piauí foram dados na XI Assembléia Estadual da CPT, em 04 de novembro de 1985, quando militantes do MST participaram dessa atividade apresentando as idéias do movimento para os participantes. Essa situação reforça aspecto já evidenciado nesse capítulo, ou seja, a presença da CPT foi determinante para a formação do MST. No Piauí, a entidade passou a articular os trabalhadores rurais, especialmente os posseiros e moradores do semi-árido para a cobrança de direitos, como a reforma agrária, ao poder público. As primeiras reuniões de trabalhadores rurais com militantes do MST aconteceram na cidade de Picos, sendo organizadas com a participação de membros da CPT.

A articulação de sindicatos, setores da igreja católica, movimento sindical e o MST pode ser comprovado por meio de documento reivindicatório, assinado por representantes de 23 sindicatos de trabalhadores rurais de várias regiões do Estado do Piauí, Centra Única dos Trabalhadores (CUT), CPT-PI, e outras entidades vinculadas a igreja católica em Teresina e Picos, que compõe o processo de Nº 00157/89-62, do INCRA-Piauí, datado do ano de 1989. Neste documento, de 08 laudas, as referidas entidades denunciam a concentração de terras no Estado e o descaso quanto às condições de vida da população que vivia no campo piauiense. Sobre a situação agrária, à época, o documento menciona que:

O Piauí é eminentemente agrário [...] os dados do Censo agropecuário de 1980, dão conta que dos 25 milhões de hectares de terras que o Estado

---

<sup>29</sup> Segundo informa a Secretária de Política Agrária de FETAG-PI, a primeira ocupação de terra no Piauí foi organizada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais da cidade de Cabeceiras, no início da década de 1980 e apoiada pela FETAG.



possui, em torno de 9 milhões estão aptos para a atividade agrícola porém deste número apenas 995 mil estão efetivamente ocupados com lavouras, o restante faz parte da imensa quantidade que constitui o latifúndio improdutivo. Em contrapartida 19% dessa área agricultável são as pequenas propriedades com até 100 hectares que respondem por mais de 69% da produção agrícola. (INCRA, 1989, p.05)

Esse documento que resultou da organização de diversos sindicatos, movimentos sociais e entidades vinculadas à igreja, que em comum impetraram no INCRA-PI e em outros órgãos públicos denúncias e reivindicações acerca da concentração de terras no Piauí. Na sede do MST em Teresina é possível encontrar registros fotográficos das atividades realizadas no processo de organização dos/as trabalhadores/as para a primeira ocupação de terras do movimento no Estado

Os primeiros passos do MST em terras piauienses tinham por objetivo a organização dos trabalhadores rurais, e em 1989 ocorre a primeira ocupação de terras no Piauí, seguindo as orientações do

1º Congresso Nacional do MST, as CEB's e a CUT passaram a fazer articulações e a formar as lideranças no Sudeste Piauiense. Havia na região uma luta de posseiros resistindo à expulsão. A preocupação do MST era justamente preparar uma primeira ocupação, para ser a base da formação do Movimento no Estado. Os agentes pastorais e outras entidades que atuavam na luta pela reforma agrária não incluíam a ocupação entre as formas de lutas locais. Até junho de 1989, o MST ainda não havia conseguido seu intento. Nesse intervalo, houve eventos importantes no Estado. A 1ª Romaria da Terra, em Oeiras, promovida pela CPT, contou com a participação de 8 mil trabalhadores, em outubro de 1988 [...]. Em janeiro de 1989, Sem Terras organizados pelo MST e pela CPT ocuparam a Assembléia Legislativa para pressionar os deputados a votarem contra a venda de 450 mil hectares (de terras públicas) a grupos privados. No início de junho de 1989, o Movimento sentia-se suficiente organizado e fortalecido para fazer sua primeira ocupação no Estado. No dia 10 daquele mês entrou, com 120 famílias na Fazenda Marrecas, em São João do Piauí. (MORISSAWA, 2001, p.188)

A fazenda Zebulândia havia sido beneficiada com projetos financiados pelo governo federal para a criação de gado da raça “nerole”, porém no período da ocupação estava sem atividades produtivas, visto que o governo havia parado de custear o projeto.<sup>30</sup> A imprensa local destacou a ação do MST nesses termos,

Com o slogan ‘ocupar resistir e produzir’, a invasão de terras ociosas no interior do Estado está sendo organizada por uma entidade denominada Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Piauí, com o apoio de setores progressistas da igreja católica. O coordenador do movimento, Elias Araújo, afirmou que as invasões são uma consequência do não cumprimento da reforma agrária pelo governo. A primeira ação organizada pelo MST ocorreu no último dia 10. (SOUSA FILHO, 1989, p.05)

<sup>30</sup> Conforme informação presente no processo de desapropriação da referida fazenda.

O relatório de viagem de técnicos do INCRA-PI, também contém informações esclarecedoras, quanto ao processo desenvolvido por este órgão ao vistoriar a área, após a ocupação e constatar a decisão das famílias de permanecerem na área. Assim se pronunciam os técnicos, no referido relatório datado de 24 de julho de 1989:

esta é a primeira incursão dos sem terra em plagas piauienses, havendo perspectivas plenas de ser o início de um ciclo. Por outro lado o desejo de terra é, por natureza, legítimo e, de qualquer forma, a propriedade é um latifúndio por exploração, ao alvo, portanto, das intervenções previstas constitucionalmente (INCRA-PI, 1989, p. 32).

Os técnicos, na elaboração do citado relatório, pareciam prever a continuidade das investidas do MST em terras piauienses. Em dois de outubro do mesmo ano o Movimento ocupou mais um latifúndio também na região de São João do Piauí, nas proximidades da fazenda Zebulândia, que havia sido ocupada em junho de 1989. Com estas ocupações estavam instaladas materialmente as bases que estruturaram o MST no Estado.

Para um dirigente do MST no Piauí, as duas ocupações, que culminaram com os Assentamentos Marrecas e Lisboa, foram fundamentais para a estruturação do Movimento no Estado, conforme relato a seguir.

O MST do Piauí nasce na região Sul do Estado, no município de São João do Piauí, especificamente, com “Lisboa” e “Marrecas”, foram as primeiras ocupações, depois Canto do Buriti, Amarante, a gente veio descendo em direção a capital, Picos, Oeiras, aquela região. E depois a ocupação de Oeiras acabou se dissolvendo por uma série de problemas, etc., mas acabou se dissolvendo, de qualquer forma foi um marco importante na história do MST. (Carlos, 34 anos)

Esses fatos colaboraram para projetar o MST no Piauí e multiplicar seus militantes, neste sentido, ele se posiciona afirmando que “depois desse tempo fomos então pra região norte do Estado, Luzilândia, Esperantina, Barras e a região litoral mesmo: que é Buriti dos Lopes, Parnaíba, Joaquim Pires, aquela região toda”, ou seja, os militantes passaram a se deslocar para as diferentes regiões do Estado, com objetivo de organizar trabalhadores rurais sem terra com vista a ocupação de latifúndios improdutivos.

As ações do MST, no final da década de 1980, no Sul do Piauí, com as ocupações de terras não produtivas, impulsionaram a mobilização de trabalhadores rurais sem terra em outras regiões levando a espacialização do movimento no Estado. A estratégia do movimento era pressionar o governo para agilizar a implementação do plano de reforma agrária no Estado. Como vimos, nesse processo o MST contou com o apoio de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, CPT (Comissão Pastoral da Terra), CUT (Central Única dos Trabalhadores) e partidos políticos de esquerda.

Nesses 20 anos de existência do MST no Piauí, o movimento está organizado em 24 assentamentos, com 1.844 famílias, numa área de 65.586,67 hectares de terras. Destes 24 assentamentos, 22 são projetos de assentamentos federais (PA), criados pelos INCRA e apenas 02 são projetos de assentamentos estaduais (PE), criados sob a responsabilidade do governo do Estado. Na tabela a seguir, apresentamos os assentamentos que resultaram das mobilizações organizadas pelo MST no Piauí.

**Tabela 1 - Assentamentos organizados pelo MST no Piauí: 1994 a 2008**

Nº	Nome	Município	Área (ha)	Famílias
				Assentadas
1	PA Vale do Iracema	Buriti dos Lopes	915,865	49
2	PA Josué de Castro	Buriti dos Lopes	1.422,89	100
3	PA Fazenda Malhada	Canto do Buriti	1.886,09	61
4	PA 13 de Abril	Canto do Buriti	722,35	32
5	PA São Caetano	Caraúbas do Piauí	1.921,00	104
6	PA GAVIÃO (1º de Julho)	Currálinhos	650,00	30
7	PE Irmã Dorothy	Currálinhos	2.300,00	64
8	PA Maria Betânia	Joaquim Pires	1.136,59	52
9	PA Terra Santa	Joaquim Pires	2.449,00	66
10	PA Palmares	Luzilândia	1.445,17	101
11	PA Olga Benário	Nazária	1.072,40	40
12	PA Passagem Santo Antônio	Nazária	56,00	8
13	PA Herdeiros de Che	Nova Santa Rita	*	60
15	PA José Constâncio	Palmeirais	2.125,84	82
16	PA Ernesto Che Guevara / Levada	Palmeirais	1.168,83	52
17	PA Cajueiro	Parnaíba	550,857	54
18	PA Lagoa do Prado	Parnaíba	970,4236	73
19	PE Jaelson dos Santos	Pio IX	21.000,00	60
20	PA Lisboa	São João do Piauí	9.976,30	300
21	PA Marrecas	São João do Piauí	10.506,64	279
22	PA Fazenda Eugênio	São João do Piauí	1.133,26	35
23	PA 17 de Abril	Teresina	1.014,69	78
24	PA Vale da Esperança	Teresina	1.162,47	64
Total			<b>65.586,67</b>	<b>1.844</b>

Fonte: Relatório do MST-PI, 2009.

(\*) O relatório não apresenta a informação referente aos hectares do PA Herdeiros de Che, localizado na cidade de Nova Santa Rita, na região do Sul do Piauí.

Com efeito, é possível encontrar assentamentos com a bandeira do MST<sup>31</sup> na Região Norte; Região Centro, onde está localizada a capital Teresina,<sup>32</sup> foco deste estudo; e na Região Sul do Estado, ou seja, o movimento está estruturado em quase todas as regiões do território piauiense. A cidade de São João do Piauí, local da primeira ocupação de terra realizada no Estado pelo MST, se destaca por abrigar o maior número de assentamento, o que representa uma espacialização e territorialização de assentamentos organizados politicamente pelo MST.

Além dos assentamentos, o MST organiza acampamentos de Sem Terra pelo Estado, posto que uma das suas marcas é a mobilização de trabalhadores rurais para participarem de ocupações de terra. Na tabela a seguir apresentamos os acampamentos organizados pelo MST no Piauí.

**Tabela 2 - Acampamentos organizados pelo MST no Piauí**

Nº	Município	Nome	Famílias
			Acampadas
1	Buriti Dos Lopes	Chico Mendes	70
2	Cajazeira	Oziel Pereira	60
3	Esperantina	Guerreira Trindade	15
4	Esperantina	Nova Conquista	10
5	João Costa	Che Guevara	70
6	Nazária	Francisca Trindade	20
7	Ribeira Do Piauí	Barras	40
8	Teresina	Eldorado dos Carajás	40
<b>TOTAL</b>			<b>325</b>

Fonte: Relatório do MST, 2009.

Atualmente, o MST organiza 08 (oito) acampamentos no Piauí, com 325 famílias participando dessas ocupações, localizados, especialmente, na região Norte, nos territórios Cocais e Entre Rios.<sup>33</sup> A ocupação que gestou o acampamento Eldorado dos Carajás,

<sup>31</sup> A bandeira vermelha do MST, geralmente colocada na entrada ou na área central dos assentamentos, tem por finalidade indicar que o movimento está presente na construção do espaço do assentamento, ou seja, a bandeira funciona como uma marca simbólica, delimitando também os limites imateriais do território do assentamento.

<sup>32</sup> Esta região onde está localizada a capital, Teresina, pela geografia é denominada de meio norte do Brasil e norte do Estado do Piauí, mas denominada de região centro pelo MST por agregar um número significativo de assentamentos e acampamentos, e por também estar situada a sede do MST.

<sup>33</sup> Conforme a Lei complementar nº 87 de 22 de agosto de 2007, os Territórios de Desenvolvimento tem sido impulsionados, no Piauí, desde 2003, pelo governo estadual, como uma nova estratégia de definição e

localizada na zona rural de Teresina, foi realizada na mesma data do Assentamento 17 de Abri, entretanto até o momento as famílias não foram assentadas na área que estão reivindicando a desapropriação.

No capítulo seguinte, discutiremos o quadro atual da questão agrária no Brasil e os caminhos da intervenção pública e dos demais sujeitos que atuam nessa problemática, evidenciando as diferenças entre as posições e quais os desdobramentos na realidade dos assentamentos.

---

implementação de políticas públicas. Os 224 municípios piauienses foram agrupados em 11 territórios, são eles: Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Rio Guaribas, Vale do Canindé, erra da Capivara, Vale dos Rios Piauí e Itaueira, Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras. Conforme exposto no parágrafo primeiro, do Art. 1, da Lei Complementar Nº 87 de 22 de agosto de 2007, “a regionalização para o desenvolvimento fundamenta-se em características ambientais; vocações produtivas e dinamismo das regiões; relações sócio-econômicas e culturais estabelecidas entre as cidades; regionalização político-administrativa e malha viária existente.” Esses territórios foram definidos a partir de estudos das potencialidades, dos obstáculos e dos diferentes estágios de desenvolvimento das localidades, com vista ao aproveitamento das oportunidades e da capacidade de superação dos obstáculos decorrentes dos mais diversos processos na gestão pública.

## **II ASSENTAMENTOS RURAIS: “TERRITÓRIOS” DA INTERVENÇÃO PÚBLICA NA QUESTÃO AGRÁRIA CONTEMPORÂNEA**

A construção deste capítulo tem por objetivo recuperar alguns aspectos do debate em torno da questão agrária atual, com o foco na formação dos assentamentos rurais pelo país, sem, portanto, a pretensão de elaborar uma reflexão finalista sobre o tema. Assim, a intencionalidade que nos coloca em movimento é a procura por evidenciar os rumos da intervenção pública contemporânea frente à problemática, com ênfase nas distintas posições dos sujeitos que operam nesse processo.

Para tanto, partimos das discussões em torno das diferentes posições teóricas que se constituíram na análise da questão agrária brasileira, por entender que essa reflexão ajuda no entendimento da intervenção do Estado nessa questão, posto que partilhamos da convicção de que a implementação das políticas públicas, notadamente para o meio rural, não se faz deslocada de um quadro de referência que opera interpretando a realidade agrária do país, bem como influenciando no formato das políticas públicas para esse setor.

Seguindo essa intencionalidade, analisaremos as gestões dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, destacando, no que diz respeito ao primeiro, os fatos que levaram à concepção e à implementação da política Novo Mundo Rural. Quanto ao governo de Lula, refletiremos sobre as circunstâncias que levaram à elaboração do Segundo Plano Nacional de Reforma (II PNRA) e os impactos desse plano na realidade agrária do país.

Na continuidade do capítulo, discutiremos os aspectos internos presentes na constituição dos assentamentos, como os impasses e as tensões que se apresentam na constituição desses territórios, marcados notadamente pela atuação de diferentes sujeitos e distintos interesses, levando à construção de uma “teia de relações sociais”. Por fim o nosso foco será direcionado para análise dos impactos dos assentamentos na estrutura fundiária do país.

### **2.4 QUAL “REFORMA” PARA A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA? DEBATES E CONTROVÉRSIAS**

Diferentes posições teóricas e políticas operam no debate sobre a questão agrária no Brasil, tornando-o fragmentada e polêmica. O ponto nevrálgico da polêmica encontra-se nas disputas em torno da implementação de políticas para alterar a estrutura fundiária<sup>34</sup>, visto que um reduzido número de grandes proprietários de terras, os latifundiários, não raras vezes, donos de terras improdutivas, dominam a maior parte das propriedades rurais; enquanto, milhões de pequenos proprietários possuem área de pequena dimensão, os chamados minifúndios,<sup>35</sup> contexto revelador de uma concentração fundiária, que, conforme Gonçalo (2001, p. 23), revela a “má distribuição de renda e de poder no país”.

Segundo Gonçalo (2001), a efetiva redistribuição da terra, por meio de uma política de reforma agrária, provocará alterações nas relações de classes no meio rural, visto que a democratização do uso e da posse terra modifica a conformação das classes sociais do campo, pois, onde imperava a grande propriedade e o latifundiário, com o parcelamento da terra, passarão a vigorar novas relações sociais de produção marcadas, sobretudo pelo desenvolvimento da agricultura familiar nas pequenas unidades produtivas.

Como destacado no primeiro capítulo, partidos políticos, intelectuais, movimentos sociais, dentre outros sujeitos, ao longo da nossa história, têm protagonizado disputas em torno da realização de uma política de reforma agrária como estratégia para desconcentrar a terra no país. Alentejano (2003, p.69) reforça que “a reforma agrária é uma política pública construída num campo de tensões sociais acentuado. [...] Isso faz da reforma agrária um tema altamente complexo e não apenas no Brasil”. Esse é, portanto, um tema que estimula conflitos e tensões.<sup>36</sup>

Sendo a reforma agrária uma bandeira política ou uma política pública orientada para a redistribuição de um ativo econômico, a terra,<sup>37</sup> as tensões têm suas raízes na disputa em torno

---

<sup>34</sup> Por estrutura fundiária entende-se a forma de organização e distribuição das propriedades rurais no território (quantidade, tamanho e a distribuição).

<sup>35</sup> Os minifúndios são os imóveis rurais que possuem menos de 10 hectares de terras. Segundo Albuquerque (1987, p.109), a classificação do tamanho dos imóveis rurais em “0-10, 10-100, 100-1000 e mais de mil hectares de terras se aproxima do estudo da Pan America Union (1966) que introduziu [...] a idéia de módulo rural”. Nessa pesquisa, o minifúndio é imóvel rural de até 10 hectares. No Piauí, conforme dados do INCRA de 2007, existem 82.220 imóveis rurais classificados como minifúndios, o que representa 67% dos imóveis cadastrados, contudo estes ocupam apenas 9,7% da área do Estado. Já as grandes propriedades rurais somam 2.814, contudo, no tocante a área, esses imóveis ocupam mais de 50% do território, vale registrar que, desse número, apenas 237 são imóveis produtivos.

<sup>36</sup> Para Frey (2000, p. 224), o processo político de implementação de políticas públicas redistributivas costuma ser polarizado e repleto de conflitos, pois o objetivo dessas políticas é “o deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores entre camadas sociais e grupos da sociedade”.

<sup>37</sup> Como observado no primeiro capítulo, a concentração e as disputas por terras, envolvendo camponeses e proprietários, têm marcado presença na formação sócio-histórica brasileira e colaboravam para produção das

da forma de se realizar ou não o deslocamento desse recurso - que, via regra, está concentrado nas mãos de poucas pessoas -, para o segmento que não a possui.

Neves (1999, 25) afirma que as políticas públicas são “instrumentos de ação do Estado” e expressam “disputas em torno de recursos e de regras definidoras e consolidadoras de interesses específicos.” Tais disputas, são, portanto, compreendidas, como constitutivas das ações sociais e políticas na medida “em que grupos de interesses se constituem no confronto travado em campos sociais determinados, mas também em instâncias do aparato estatal, onde conquistas podem ser legitimadas, institucionalizadas e legalizadas.”

Como observa a autora, o processo de implementação das políticas públicas pelo Estado tem por característica as disputas, estimuladas por interesses quase sempre divergentes. No que concerne à política de reforma agrária, os setores vinculados à grande propriedade têm apresentado resistência quanto à desconcentração da terra no país, e a história social e política nacional é eivada de manifestações dessa resistência. Exemplo, não tão recente, mas emblemático da ação desses setores foi o processo constituinte que gestou a Constituição Federal de 1988. Os setores vinculados a UDR, representados nos debates pelo PDS, PFL e PTB, disputaram com os segmentos vinculados aos interesses dos movimentos sociais do campo (PT, PCB, PC do B, PDT e PSB) a elaboração dos artigos constitucionais sobre a reforma agrária.

Nessa peleja, apesar do art. 184, atribuir à União a competência “para desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social”, os grandes proprietários, por meio de seus representantes, conseguiram incluir no referido artigo, que a desapropriação seria feita “mediante prévia e justa indenização”. O texto constitucional garantiu, ainda, a impossibilidade de a propriedade produtiva ser desapropriada para fins de reforma agrária, conforme disposto no artigo 185.

Segundo Silva (2002), os debates em torno da questão da terra foram os mais intensos e acalorados do período constitucional, mobilizando os segmentos em prol de seus interesses. Para o autor, apesar da efervescência, dos debates e das disputas, a Constituição de 1988 foi “madrasta” com os sem terra, visto que essas garantias constitucionais atendiam fundamentalmente aos interesses do latifúndio improdutivo.

---

feições, caracterizadas por intensa desigualdade social, que o país tem atualmente. Mesmo no processo de implantação das relações de trabalho livres e na industrialização do Brasil a partir de 1950, grande quantidade de terras permaneceram concentradas, como reserva de valor.



Os critérios utilizados para definir se uma propriedade rural é produtiva ou não tem estimulado polêmicas nos debates, visto que o índice de produtividade utilizado para essa avaliação foi construído na década de 1970. Para os movimentos sociais do campo, este índice está defasado em relação à produção das fazendas atualmente.<sup>38</sup> Na perspectiva do MST, apesar de a existência de aparato legal que determina a atualização desses índices, a pressão do setor ruralista tem impedido essa atualização.<sup>39</sup>

Esse campo marcado por sujeitos diferentes e com concepções distintas de reforma agrária tem motivado a construção de estudos por diferentes disciplinas do conhecimento (Sociologia, Geografia, Agronomia, entre outras) que adotam concepções e paradigmas particulares nas suas abordagens, ou seja, a reforma agrária não possui uma conceituação única nas disciplinas particulares, tampouco encontrar-se-á uniformidade de elaborações se tomarmos como referência os sujeitos e interesses envolvidos na questão.

Em geral, os estudos assentados em uma abordagem no campo da economia ressaltam os aspectos relacionados à dimensão produtiva, com vistas a avaliar os resultados alcançados em face de eventual alteração no padrão de posse e uso da terra. Nos estudos de cunho sociológico ou antropológico ou do campo da ciência política, a preocupação, geralmente, é centrada nos processos que levaram à formação dos assentamentos e seus aspectos internos, como a trajetória de vida dos assentados, a(s) identidade(s) construída(s), as tensões e disputas que emergem e os sujeitos envolvidos (famílias assentadas, movimentos sociais, Estado) na constituição desses espaços.

Os contornos e distintas compreensões acerca da reforma agrária colocam, de saída, a necessidade de refletir sobre, afinal, de que estamos tratando? Qual o escopo da mudança “agrária” desejável ao ser fomentada a bandeira da “reforma”? Para Ranieri (2003, p. 05), o “termo reforma agrária é utilizado para descrever distintos processos que procuram dar acesso à posse da terra e aos meios de produção para os trabalhadores rurais que não a possuem ou possuem apenas em pequena quantidade”.

---

<sup>38</sup> Conforme Oliveira (2004, p.10), “os critérios utilizados para definir os índices de produtividade foram estabelecidos a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1970. De lá para cá, a produtividade e o avanço tecnológico mudaram os índices e eles precisam, portanto, serem atualizados. Assim, haverá mais terra improdutiva no país.”

<sup>39</sup> O governo Lula, por conta da marcha nacional da reforma agrária, realizada em 2005 pelo MST, havia se comprometido em rever esses índices, mas até o momento a portaria atualizando os índices de produtividade não foi divulgada. Segundo Pasqualino, na avaliação do MST, falta vontade política do governo para promover a alteração dos índices de produtividades, por isso não se movimentou no sentido de realizar as mudanças que poderiam ampliar as áreas destinadas a reforma agrária no país. Disponível em: <[http://www.radioagencianp.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=262&Itemid=43](http://www.radioagencianp.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=262&Itemid=43)>. A acesso em 05.jun.2009.

No ordenamento legal que trata dessa questão, o Estatuto da Terra (Lei no 4.504, de 1964), a reforma agrária é definida como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (art. 1o, § 1o). Como podemos observar, além da capacidade de alterar a estrutura fundiária, a reforma agrária é definida como uma política de promoção da justiça e da inclusão social, pois se relaciona com a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores do campo.

Sandroni (*apud* ALBUQUERQUE, 1987, p.101) informa que no Brasil, a discussão sobre a reforma agrária geralmente é feita a partir de três enfoques: o da justiça social, o da eficiência econômica e o dos paradigmas ideológicos. Na abordagem da eficiência econômica, o aspecto em relevo é o da produtividade, visto que um dos argumentos levantados para romper com a concentração e a ociosidade da terra diz respeito à possibilidade de aumento da oferta de produtos agrícolas e o fortalecimento do mercado interno. No enfoque da justiça social, destaca-se que a concentração fundiária é geradora de desigualdades sociais, sendo urgente a sua alteração para incluir os despossuídos do campo em processos produtivos e melhorar a qualidade de vida. No enfoque dos paradigmas ideológicos, a ênfase recai, sobretudo, numa crítica ao funcionamento do sistema capitalista, visto que, nesta perspectiva a “reforma agrária não é apresentada como uma forma de aperfeiçoamento econômico da agricultura, mas sim para questionar o sistema capitalista”.

Martins (2003a, p.148-149), avaliando o discurso dos sujeitos que operam nesse debate, chama atenção para o fato de que “a idéia da reforma agrária nasce e permanece no Brasil como bandeira socialmente conservadora e politicamente progressista”. Uma das raízes conservadoras dessa bandeira pode ser encontrada na forma como a Igreja Católica se insere nesse debate. Na década 1950, a Igreja assume a defesa da reforma agrária por temer a perda de seus fiéis para o Partido Comunista, a sua ação nesse campo apresenta uma conotação política conservadora, visto que a defesa da reforma agrária emerge “como uma medida preventiva em relação ao risco de um avanço comunista entre trabalhadores rurais e mais ainda entre os urbanos de origem rural”. Ou seja, a atuação a Igreja, naquela conjuntura, visava, fundamentalmente, combater as idéias comunista no campo, em face da movimentação do PCB voltada para a construção de uma proposta de reforma agrária e sua

atuação entre os camponeses do país<sup>40</sup>. Nesse contexto os pobres do campo estão sendo disputados pela igreja e pelo partido comunista (MARTINS, 1995).

No que concerne à dimensão “progressista” da reforma agrária, esta se relaciona com a forma como o pensamento de esquerda se apropriou dessa proposta, passando inclusive a desempenhar um papel central na ideologia de esquerda do Brasil. Assim, a luta pela democratização da terra e pela alteração da estrutura fundiária chegou a incorporar - e em alguns momentos da história nacional, de forma mais significativa - enquanto objetivo estratégico, o acúmulo de forças na direção de forjar uma consciência emancipatória ou de “classe para si”, de bases claramente anticapitalistas. No entanto, a luta pela terra é, em geral, uma luta por dentro da ordem, uma luta pela divisão da propriedade, não contra a propriedade ou contra a lógica que preside o sistema econômico em geral. Nesse sentido, Martins (2003a, p. 155) adverte que

é uma simplificação supor que o mecanismo da desapropriação estatiza a propriedade da terra e constitui, por isso, um passo na direção de um suposto socialismo de Estado. Até porque o governo, em seguida, repassa essa terra ao assentado, reconvertendo-a legalmente em propriedade privada, o que tem reiniciado o ciclo da concentração fundiária nos próprios assentamentos.

Essas questões, óbvio, encontram expressões particulares nas ocupações levadas a efeito pelos movimentos e na produção dos assentamentos, onde distintas elaborações e concepções políticas compõem situações particulares, como, por exemplo, na definição da forma de usufruto e manejo da terra, se deve ser apropriada coletiva ou individualmente pelas famílias assentadas.<sup>41</sup>

Fernandes (2007) observa que a discussão sobre a reforma agrária passa pela polêmica em torno dos modelos construídos para explicar a questão agrária atual:<sup>42</sup> o paradigma do capitalismo agrário<sup>43</sup> e o paradigma da questão agrária.<sup>44</sup> Óbvio que, na construção desses

---

<sup>40</sup> Conforme o texto “Pensamento católico conservador e reforma agrária: a defesa intransigente da propriedade privada da terra” da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: < <http://www.fundaj.gov.br> > Acesso em 29.maio.2009

<sup>41</sup> No quarto capítulo dedicar-nos-emos a esta questão, focando a atenção particularmente para o assentamento 17 de abril.

<sup>42</sup> A contribuição de Abramovay (1992), e Fernandes (1999, 2001, 2005), dentre outros, ajudam no entendimento da construção dos paradigmas da questão agrária, e como estes são utilizados na análise da realidade agrária do Brasil.

<sup>43</sup> Para Fernandes (2003, p.04), esse paradigma “desconsidera a existência da questão agrária como problema insolúvel no capitalismo. Partindo desse pressuposto, propõe uma solução por meio da integração dos camponeses ao mercado e ao capital. A partir dessas condições e com a execução de políticas desenvolvidas pelo Estado, seria superado o problema agrário do capitalismo”. Conforme Felício (2006, p. 21), o paradigma do capitalismo agrário pode ser entendido como o conjunto das idéias desenvolvidas para interpretar a

referenciais, entendimentos diversos são produzidos para pensar ou avaliar a reforma agrária implementada pelo Estado brasileiro.

Para os teóricos que se identificam com as idéias do capitalismo agrário, uma política de reforma agrária de caráter massivo, com vista a alterar a estrutura fundiária do país, não faz mais sentido do ponto de vista econômico. Conforme Ranieri (2006, p. 35), os defensores dessa posição enfatizam que “não há razão para levantar-se o tema da reforma agrária em relação a uma agricultura que tem evidenciado um elevado grau de competência, que se manifesta através de um contínuo aumento de produção.”

Somando forças na perspectiva do capitalismo agrário, Navarro (*apud* em LERRER, 2003) afirma que a agricultura brasileira deu certo sem ser necessário fazer a divisão de terras, pois a revolução produtiva no campo, a partir da década 1970 possibilitou à agricultura atender, sem dificuldades, a demanda nacional por alimentos, ou seja, o país produz alimentos e matérias-primas suficientes para suprir a demanda.

Num posicionamento mais recente, Navarro (2009) utilizou a expressão “desrazão agrária” na avaliação que faz da política de reforma agrária implementada no Brasil nos últimos anos, identificando que o irracionalismo tem conduzido as ações do poder público nessa questão. Na sua perspectiva, reformas agrárias foram políticas típicas dos anos 50 e 60 do século XX em países que

tinham produção essencialmente agrícola e a maior parte da população vivia e dependia de [atividades rurais](#). O que se modificou, com o passar do tempo, é que hoje temos um mundo especialmente urbano e grande parte das economias se tornaram mais diversificadas, com a presença de setores de serviços e indústrias. Isso fez com que a temática agrária e agrícola fosse para um segundo plano, ou seja, temos, essencialmente, [processos de urbanização](#) que tiram a Reforma Agrária da agenda. [...] [elas] foram realizadas quase que exclusivamente sob a égide de governos autoritários e

---

emergência das relações capitalista no campo, que destacam como inexorável a intensificação destas relações e que seu avanço colabora para transformar o camponês, em agricultor familiar adaptado ao modo de produção capitalista. “Seus teóricos defendem a hipótese de que o único futuro para o campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar.

<sup>44</sup> O paradigma da questão agrária compreende que as contradições do capitalismo produzem simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. No que se refere ao campo, opera pela diferenciação econômica dos agricultores. Nessa diferenciação pode ocorrer tanto a sujeição, como a resistência do campesinato à lógica do capital. Ou seja, neste paradigma o campesinato não é destruído pelo capital, ao contrário, as condições que geram a sua sujeição levam também a sua resistência. Segundo Felício (2006, p. 24), “a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do campesinato”.

até ditatoriais, às vezes no âmbito de processos revolucionários. Isso porque a Reforma Agrária é um processo de força (NAVARRO, 2009).<sup>45</sup>

Para o autor, os processos de democratização e urbanização retiraram essa política das agendas de governo de boa parte dos países<sup>46</sup>. Segundo o autor, o Brasil, na atualidade, é o único país que ainda se debate com essa questão e a implementa. Outro aspecto da polêmica diz respeito ao papel desempenhado pelos complexos agroindustriais no atendimento da demanda de alimentos. Para ele, a modernização do campo resolveu o problema da oferta de alimentos e, por conta dessa situação, os argumentos em prol da reforma agrária, que destacavam o aumento da oferta de produtos agrícolas, não têm mais fundamento. Nesse sentido, Navarro defende uma política de reforma agrária de caráter apenas regional e não mais nacional, numa contraposição à grande parte dos movimentos sociais do campo. Assim, na sua avaliação, a reforma agrária ainda se faz necessária do Norte de Minas Gerais até o Maranhão, em razão dessa região não apresentar grande importância do ponto de vista agrícola.

O Brasil tem regiões agrícolas infinitamente mais importantes do que essa. O que significa, portanto, que, se o Estado Brasileiro realizasse um esforço muito grande de um processo de redistribuição de terras nessa região, isso não afetaria a produção agrícola brasileira. A segunda razão é que, se você tem ainda um segmento social de grandes proprietários de terras relativamente mais atrasados, especialmente do ponto de vista tecnológico, mas também com comportamentos políticos mais atrasados, eles se encontram nessa região. Então, nesse sentido, a democratização do acesso à terra nessa grande região também nos traria um ganho: a modernização social e política das relações sociais.<sup>47</sup>

No que se relaciona à implementação de ações para a desconcentração de terra de caráter regional, Graziano Silva (2007) reforça esse posicionamento, afirmando que a reforma agrária no país estaria limitada a algumas regiões brasileiras, principalmente às regiões Norte e Nordeste, e a sua realização na atualidade importa do ponto de vista social e não mais do ponto de vista econômico.

---

<sup>45</sup> Conforme entrevista concedida ao site da UNISINOS – RS [http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=21575](http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=21575) Acesso em: 05 jun.2009.

<sup>46</sup> Segundo Romeiro (2002, p. 108), países capitalista como EUA e Japão, por meio da implementação de diferentes políticas de reforma agrária, implantaram o parcelamento, garantindo assim o acesso a terra “aos que dela necessitavam para sua sobrevivência”, ações que levaram a modernização das atividades agrícolas nesses países. Segundo Molina (1998), na maioria dos países capitalista, em que a reforma agrária foi realizada, a pequena produção desempenha um papel de destaque no fornecimento de alimentos.

<sup>47</sup> Entrevista concedida por Navarro. Disponível no [http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=21575](http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=21575) Acesso em: 05 jun.2009.

No campo dos teóricos que se aliam ao paradigma da questão agrária, a reforma agrária teria por tarefa desencadear um processo massivo de redistribuição da propriedade da terra, com a conseqüente formação de um mercado interno. Para Oliveira (*apud* LERRER 2003, p. 234), a reforma agrária representa

um conjunto de medidas estruturais que visa alterar o sistema de distribuição da propriedade privada da terra de um determinado país. Essas medidas são de duas naturezas: uma estritamente fundiária [...]; a segunda [...] é de política agrícola, ou seja, é preciso dotar este assentado de condições financeiras para que possa produzir. Essas medidas formam o conjunto das ações governamentais de promoção de uma política de desenvolvimento [...], ela visa três objetivos fundamentais. O primeiro é de natureza social: fornecer o instrumento para aquela parcela da sociedade que está em situação de dificuldade possa progredir socialmente. (sic) O segundo é de natureza econômica, ou seja, visa aumentar a produção de gêneros alimentícios e garantir a soberania alimentar do país [...]. O terceiro é que a reforma agrária tem, também, um significado político, ou seja, permite o acesso à cidadania a seus beneficiários.

Nesta perspectiva, a reforma agrária seria uma política pública estruturante, orientada para influir no projeto de desenvolvimento do país. O argumento dos que defendem uma ampla desconcentração da terra está no fato de que “o problema da agricultura brasileira não é de eficiência ou de produção. De muito mais difícil solução é o problema da distribuição, ou melhor, do acesso à produção” (RANIERI, 2006, p. 35). Nessas elaborações, a reforma agrária tem por tarefa fundamental a indução do processo de democratização da sociedade.

Silva (1991) destaca o papel da indução a democratização que essa política desempenha, visto que a reforma agrária deve ter por finalidade o desenvolvimento de um processo amplo e imediato de redistribuição da propriedade da terra com vistas à transformação econômica, social e política do meio rural, com reflexos no conjunto da sociedade.

Outro aspecto evidenciado em defesa de uma política de distribuição diz respeito à capacidade de essa política tornar-se uma “alternativa de trabalho, moradia e reprodução social para um número crescente de trabalhadores pobres que dada a sua baixa qualificação em relação às atuais exigências do mercado de trabalho, dificilmente encontrariam melhor forma de inserção produtiva” (MARQUES, 2008, p. 63).<sup>48</sup>

<sup>48</sup> No quarto capítulo retomamos essa discussão, analisando as condições de trabalho anteriores das famílias que participaram da ocupação que gerou o assentamento 17 de abril em Teresina, visto que grande parte dos/as assentados/as, antes sem terra (ou sem teto), encontravam-se numa situação de informalidade do trabalho, eram portadores de baixa qualificação na disputa por postos de trabalho no mercado, o que compunha um quadro de precarização de suas condições de reprodução em geral, sobretudo se consideramos o contexto macroeconômico de ausência ou insuficiência de empregos para uma crescente população “sobrante” ou “inimpreçável”, dentro da lógica neoliberal que presidia as orientações das políticas públicas no país, naquele momento.

Pela complexidade da questão e dos diferentes sujeitos que operam nessas polêmicas, é mister reconhecer que esse é um dos temas em aberto sobre a realidade brasileira, caracterizando-se enquanto um debate inconcluso. Segundo Buainain, Romeiro e Guanzioli (2003, p. 313), nas abordagens que realçam os avanços quantitativos, conquistados pela modernização da agricultura, expressos no aumento da produtividade, “a reforma agrária é vista como anacrônica, desnecessária e insustentável”. Do outro lado, tem-se a defesa de uma política de distribuição de terras, de cunho estruturante, voltada para democratização das relações de poder e a inclusão de amplos segmentos sociais nos processos produtivos.

Reconhecendo esse campo aberto para a emergência de diferentes abordagens no plano teórico, voltaremos o foco da nossa discussão para a identificação dos contornos da intervenção pública e da ação dos sujeitos sociais que atuam nessa questão. No que tange à ação do poder público, estudos têm indicado que a pressão realizada por parte de alguns movimentos sociais do campo, em defesa de uma política de reforma agrária, utilizando a estratégia da ocupação dos latifúndios, teve como resposta a realização de uma política de assentamentos rurais. Neste sentido, Bergamasco (1997, p. 02) assinala que

A partir de meados dos anos 80 registra-se, de forma lenta e irregular, a implementação de assentamentos rurais em todos os Estados da Federação. Como afirma Norder (1997), são projetos criados muito mais para resolver situações de conflitos localizados do que situações de pobreza e exclusão social, ou mesmo para resgatar o potencial produtivo da agricultura familiar.

Sobre o aumento de assentamentos no meio rural, os movimentos sociais do campo - dentre eles do MST -, na defesa que fazem das suas ações e das propostas para o campo, enfatizam que os projetos de assentamentos isolados não são reforma agrária, posto que essas intervenções não têm conseguido alterar a estrutura fundiária secular do país (RANIERI, 2003). Nesse sentido, um aspecto que tem se destacado nas pesquisas sobre a evolução da estrutura fundiária é a permanência da alta concentração de terra. Sobre este aspecto, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) assevera que

Entre 1967 e 1978, os latifúndios no Brasil ampliaram sua área em 69.939.589 hectares e as pequenas propriedades perderam 7.399.875 hectares e o Índice de Gini passou de 0,836 para 0,854. Nem mesmo o crescimento da luta pela terra na década de 1980 fez com que os dados de 1992 continuassem a revelar o caráter concentrador da terra no Brasil. Havia no Brasil 3.114.898 imóveis rurais e, entre eles, 43.956 imóveis (2,4%), com área acima de 1.000 hectares, ocupando 165.756.665 hectares (50%). Dez anos depois, em 2003, os números permitem verificar novas alterações no processo de concentração, pois as grandes propriedades, que representavam 1,6% dos imóveis (69.123), ocupavam 43,7% (183.463.319 hectares) das terras, enquanto isso, as pequenas propriedades que representavam 85,2% dos imóveis (3.611.429), ocupavam apenas 20,1% da área. [...]. A área total de imóveis cadastrados no INCRA chega a 420 milhões de hectares. Além

disso, cerca de 170 milhões de hectares são constituídos por posses irregulares, em terras devolutas cercadas ilegalmente por grandes proprietários, e 120 milhões de hectares compõem as grandes propriedades improdutivas, segundo levantamento do INCRA, datado de 2003, realizado de acordo com a Lei nº 8.629/93. (ABRA, 2007, p. 13)

Pelo exposto, verifica-se o aumento da concentração de terras no Brasil durante o processo de modernização da agricultura, na década de 1970, visto que as grandes propriedades rurais aumentaram suas áreas, e as pequenas propriedades sofreram redução. Outro aspecto que chama atenção diz respeito aos 170 milhões de hectares que constituem posses irregulares de terras devolutas, prática conhecida como grilagem, feita geralmente por grandes proprietários.<sup>49</sup>

Oliveira (2007) destaca que dos 850 milhões de hectares que preenchem nossas fronteiras, 152 milhões não possuem registro formal. É por esses aspectos que, nas contribuições de Martins (2000, p. 122), “desde o Estatuto da Terra, a reforma agrária se situa nesse processo lento de retomada do domínio da terra por parte do Estado.” Segundo essa proposição, a política de reforma agrária pode ser utilizada como uma estratégia do Estado voltada para alterar as posses irregulares do território nacional, estimuladas pela Lei de Terras de 1850 que promoveu a expansão dos latifúndios no país. Nessa retomada, o Estado pode assumir a condição efetiva de gestor da função social da propriedade, compondo assim, um quadro, que de fato, represente a realidade fundiária do país.

## 2.5 OS CONTORNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

No intuito de entender os contornos que a política de reforma agrária vem assumindo nos últimos anos, tomamos como referencia as intervenções do poder público na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e Lula (2003-2008). Os diferentes governos, que assumiram a direção política do Estado brasileiro, no período que se segue à década de 1980, produziram discursos e práticas diferenciadas sobre a realização da reforma agrária. Nos estudos que tratam da intervenção do poder público nessa questão, o que mais chama atenção é a discordância em relação ao número de famílias assentadas em cada governo. Os discursos

---

<sup>49</sup> De acordo dados do Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA de 2007, as posses irregulares de terra no Piauí, encontram-se especialmente na região do cerrado, atual fronteira agrícola do Estado.



oficiais enfatizam, especialmente, na gestão de Fernando Henrique e na de Lula, a realização do “maior projeto de reforma agrária” já realizado no país ou mesmo no mundo.<sup>50</sup>

Como assevera Fernandes (2008), no bojo do movimento de redemocratização do país, na década de 1980, o modelo agroexportador e agroindustrial se consolidou, ficando conhecido como o agronegócio, e na outra face desse processo o país presencia a intensificação da territorialização da luta pela terra, com o aumento das ocupações de terras e a luta pela reforma agrária. Na década seguinte, vários movimentos camponeses se organizam por todas as regiões do país, multiplicando os conflitos de terra.

### **2.2.1 O governo de Fernando Henrique Cardoso e o Novo Mundo Rural**

Na segunda metade da década de 1990, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, presenciamos o fortalecimento da agenda liberal no país, que teve como desdobramento a reforma do Estado, nos moldes defendidos pelo então ministro do planejamento, Bresser Pereira (1997, p. 8-9), defendida nos seguintes termos “[...] redução do seu tamanho [do Estado] e delimitação de sua abrangência institucional; pela diminuição de sua interferência nas atividades econômicas; pelo aumento da capacidade fiscal e administrativa; e, pelo aumento do poder político de seus governantes”. Reforma que, levada a efeito pelo governo, reduziu o papel do Estado na economia, privatizou empresas públicas e imprimiu uma gestão de caráter gerencial ao poder público.

Quanto ao campo brasileiro, ao assumir o governo, Fernando Henrique Cardoso apresenta a meta de assentar 280 mil famílias em quatro anos. Contudo, apesar da meta, Martins (2003a, p.144) destaca que

o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso havia começado com base na suposição de que o Brasil já não era um país agrícola, que o número de trabalhadores rurais era proporcionalmente pequeno e caminhava para maior redução ainda, seguindo a tendência moderna dos países desenvolvidos. Dentro e fora do governo, as demandas feitas em nome dos trabalhadores do campo, não raro com sua escassa participação, apareciam para amplo espectro da *intelligentsia* brasileira como demandas do Brasil

---

<sup>50</sup> No relatório do INCRA (2002), que avalia a intervenção nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), os dados sobre a implantação de assentamentos são apresentados da seguinte forma: “a partir de 1995, o trabalhador está tendo acesso à terra numa escala nunca antes vista no Brasil e sem paralelo no mundo em países democráticos”.

arcaico, em descompasso com o Brasil moderno dos projetos nacionais de desenvolvimento. [...]. Para muitos, a pequena agricultura, ou a chamada agricultura familiar, estava necessariamente presa a técnicas agrícolas atrasadas, de baixa produtividade, e representava uma modalidade de economia destituída de empreendedorismo e de futuro.

Nesse período assistimos ao acirramento dos conflitos agrários,<sup>51</sup> posto que as ocupações de terras, protagonizadas pelos movimentos sociais do campo, foram intensificadas. Sobre essa situação, Martins (2003a, p. 144) observa que “o governo defrontou-se com uma enorme pressão por reforma agrária, vinda de setores mobilizados e organizados, especialmente pelas igrejas, em particular pela Igreja Católica, e nela pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).”

O massacre de trabalhadores rurais sem terras em Corumbiara, no Estado de Rondônia, no ano de 1995 e de Eldorado dos Carajás no Pará, em 1996 expressam o acirramento desses conflitos. Esses acontecimentos serviram para evidenciar o quanto era grave a situação do campo. Diante dessa situação, governo se movimenta no sentido de frear as tensões no campo e passa a implementar uma política de assentamentos nas áreas de tensão (CARVALHO, 2003).

Nessa conjuntura, a questão fundiária é retirada do Ministério da Agricultura e vinculada ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária em 1996, ficando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável pela política de reforma agrária, subordinado a este ministério.

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999 a 2002), a política agrária recebeu o nome de Novo Mundo Rural. Esta política foi apresentada como uma estratégia de desenvolvimento da agricultura familiar, tendo por centralidade a

revalorização do mundo rural firmando-se numa nova concepção do desenvolvimento sócioeconômico, formulada mais num quadro territorial do que setorial. O rural não se confunde com o agrícola e a perspectiva setorial deve ser substituída pela perspectiva territorial, tendo como elemento central as potencialidades específicas de cada local, valorizadas pela dinâmica da globalização (INCRA, 1999, p.02).

A implementação de uma política específica para a agricultura familiar visava, sobretudo, a sua inserção no mercado, intenção expressa no subtítulo do documento de apresentação da proposta: “Política de desenvolvimento rural com base na expansão da

---

<sup>51</sup> Numa perspectiva que anulava a dimensão agrícola do país, esses fatos eram compreendidos, por muitos, como a persistência do arcaico na cena moderna.

agricultura familiar e sua inserção no mercado”, inserção que seria viabilizada, segundo orientação da proposta, a partir da valorização do território e de suas potencialidades.

Na perspectiva do governo, o programa do Novo Mundo Rural teria por finalidade a interiorização do progresso e o desenvolvimento econômico e social no campo; a redução dos índices gerais de pobreza no Brasil, com desenvolvimento de políticas orientadas para a erradicação da pobreza rural; dinamização da vida econômica, social e cultural do ambiente rural com vistas a melhorar a qualidade de vida da população; a promoção de mudanças educacionais no meio rural, como meio de ampliar o capital humano e social do país; impulsionar o desenvolvimento das atividades produtivas, dos agricultores familiares em níveis de competitividade, dentro da realidade e das perspectivas do negócio rural num mundo globalizado (INCRA, 1999).

Além desses objetivos, o programa apresentava cinco linhas de ação: expansão da agricultura familiar, com obtenção de terras e integração aos planos de desenvolvimento rural; ampliação e desconcentração do capital humano; ampliação e desconcentração do capital físico, estimulando a descentralização dos investimentos em infraestrutura social e econômica, bem como o uso dos recursos naturais de forma sustentável e a recuperação das áreas degradadas; ampliação e desconcentração do capital social, por meio do incentivo e apoio à formação de associações de municípios; desenvolvimento das atividades produtivas, com destaque para o aperfeiçoamento de crédito específico para a agricultura familiar (INCRA, 1999).

Segundo o exposto no documento, essas linhas de ação foram construídas tendo por referência a superação da visão tradicional que isolava o campo das cidades e que colaborava para obstaculizar o desenvolvimento rural. Barquete (2005, p.08) destaca que, na elaboração dessa nova concepção de política para o campo, com foco no desenvolvimento da agricultura familiar, o governo tomou por referência a

experiência das nações desenvolvidas e dos chamados países emergentes, onde o capitalismo teria atingido taxas elevadas de crescimento econômico a partir da liberação do potencial da agricultura familiar. A comparação do caso brasileiro com esta realidade foi utilizada como argumento para unificar as políticas de crédito e assistência técnica para assentados e agricultores familiares, e ainda para construir um modelo considerado inovador pelo governo, no qual a agricultura familiar caberia, finalmente, um papel destacado nas políticas públicas para o campo.

Além disso, procurava inserir o segmento nas novas dinâmicas produtivas, decorrentes do processo de globalização. Vale ressaltar que o ideário neoliberal, no qual os agentes de mercado são enaltecidos como protagonistas do processo de desenvolvimento, estava em

pleno vigor no país. Assim, na perspectiva dos críticos do governo, a ênfase em modernizar a agricultura familiar tinha por objetivo a sua inserção no mercado, com vistas a colaborar com os complexos agroindustriais existentes no país.

No que diz respeito às ações de reforma agrária, o documento apresenta uma crítica ao modelo da gestão desenvolvida até aquele momento, enfatizando a excessiva centralização das ações no âmbito da esfera federal. Partindo desse diagnóstico, propõe o desenvolvimento de ações combinadas entre os níveis estaduais e municipais e o desenvolvimento de ações complementares para garantir o acesso à terra.

A consequência imediata, no que diz respeito ao formato da política, foi a união da política de reforma agrária com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sob a direção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>52</sup>. As alterações no formato da política apresentavam como ponto forte a ênfase na descentralização<sup>53</sup> das ações de reforma agrária e a construção de parcerias com as outras esferas de poder.

Nesse novo formato, os/as assentados/as foram incluídos/as na categoria de agricultor familiar. A extinção, em 1999, do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA)<sup>54</sup> e a criação de uma linha de crédito específica para os beneficiários da reforma

---

<sup>52</sup> O Decreto nº 3.338 (14/01/2000), criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em substituição ao Ministério de Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, tendo por atribuições a implementação da política de reforma agrária, a promoção do desenvolvimento do sustentável da agricultura familiar e a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas.

<sup>53</sup> Araujo (2000, p.128) no debate sobre a descentralização e a participação na implementação da reforma agrária, diferencia a descentralização da desconcentração de atribuições. Segundo a autora, a descentralização deve ser entendida “como transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas para instâncias de unidades espacialmente menores, entre as quais o município e as comunidades. Confere a estes capacidade de decisão sobre suas prioridades e diretrizes de ação, e autonomia de gestão de programas e projetos. Representa uma efetiva mudança da escala de poder”. Enquanto a desconcentração “representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de programas, projetos e atividades, sem a transferência da autoridade e autonomia decisória”. Destaca também que a descentralização pode ser feita de duas formas: Estado-Estado e Estado-Sociedade. Na primeira, ocorre a transferência de funções de uma instância mais amplas para um com dimensão mais reduzida. E na segunda forma de descentralização tem-se a democratização da gestão de recursos e transferência para a sociedade da capacidade de decisão e execução de atividades, tradicionalmente concentradas nas mãos das unidades estatais e governamentais.

<sup>54</sup> Rezende (1999, p.07) avaliando o funcionamento do PROCERA, especialmente no que diz respeito a evolução das operações contratadas, destaca que o objetivo da sua criação, pelo Conselho Monetário Nacional em 1985, era aumentar “a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua ‘emancipação’, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva.” No governo Fernando Henrique Cardoso o PROCERA funcionava com duas fontes de recursos. Uma fonte provinha “do orçamento do INCRA e outra [era] oriunda de 10% (dez por cento) dos recursos apropriados dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.” (INCRA, 1999, p.06).

agrária, dentro do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>55</sup>, expressam bem as mudanças na orientação política.

Cabe observar, a partir do que informa Barquete (2005, p.11), que a extinção do PROCERA elevou as taxas de juros a serem pagas pelos assentados, por conta dos créditos contraídos com o sistema financeiro, ou seja, “os assentados deixaram de pagar as taxas de juros vigentes no PROCERA, de 3,25% ao ano, e passaram a pagar 5,75% de encargos no âmbito do PRONAF”<sup>56</sup>.

Gonçalves (2006, p.193), avaliando a política “novo mundo rural”, destaca que o governo, ao insistir na descentralização, procurava se desonerar de responsabilidades políticas. E o reforço do local, como espaço privilegiado de desenvolvimento, objetivava o estabelecimento de “redes de investimentos (PRONAF), parcerias, no lugar dos acordos e uma série de medidas para a organização local de instituições capazes de acompanhar e dar suporte à trajetória complexa de consolidação dos assentamentos”.

Na avaliação da política Novo Mundo Rural do governo de Fernando Henrique Cardoso, Domingos Netos (2004, p. 04) observa que

a ótica que orientou a criação do PRONAF passou a dirigir a intervenção do Estado no quadro fundiário brasileiro. Esta intervenção apresentou como novidade a chamada “reforma agrária de mercado”, ou seja, o estímulo a

---

<sup>55</sup> Conforme Guanziroli (2007), o PRONAF foi criado em 1995 como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar. O programa nasce da constatação de que o pequeno produtor tinha dificuldade para acessar os créditos destinados aos investimentos na agricultura. Em face dessa evidência, o governo elaborou e instituiu o PRONAF como uma política específica para estimular o desenvolvimento da agricultura, ou seja, o PRONAF emerge como uma estratégia voltada para facilitar o crédito bancário para a agricultura familiar. Após a incorporação do PROCERA pelo PRONAF, as linhas de atuação do programa foram classificadas da seguinte forma: a) Grupo A – assentados da reforma agrária; b) Grupo B – miniagricultor familiar, até então excluído das linhas de financiamento, cuja renda bruta anual fosse de até R\$ 1.500,00, e não utilizasse qualquer tipo de mão-de-obra não familiar; c) Grupo C – agricultor familiar cuja renda bruta anual ficasse entre R\$ 1.500,00 e R\$ 10.000,00, e que utilizasse mão-de-obra de empregados temporários; e, d) Grupo D – agricultor familiar cuja renda bruta estivesse entre R\$ 10.000,00 e R\$ 30.000,00, e fizesse uso de até dois empregados permanentes. No governo Lula, novas linhas de financiamento foram incorporadas ao programa, com nova classificação e outros limites de valores para os beneficiários, tais como o PRONAF Pesca, PRONAF Jovem, PRONAF Mulher, PRONAF Eco, PRONAF Semiárido. A centralidade do programa está em beneficiar os agricultores familiares, sejam eles proprietários, assentados, posseiros, arrendatários, parceiros ou meeiros, que utilizem a força de trabalho familiar. Mas, especificamente no que diz respeito à reforma agrária, todos os/as assentados/as dos programas governamentais de assentamentos foram localizados no grupo A do PRONAF. De acordo com o Plano Safra 2007/2008, os beneficiários do programa foram classificados em 17 grupos.

<sup>56</sup> No lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar de 2007/2008, o governo Lula anunciou a redução da taxa de juro do PRONAF, da ordem de 1%, em todas as faixas de financiamentos às unidades familiares, nas linhas custeio e investimento. Disponível em: <[http://www.creditofundiario.org.br/comunicacao/one-entry?entry\\_id=83324](http://www.creditofundiario.org.br/comunicacao/one-entry?entry_id=83324)>. Acesso. 14 jun.2009

transações de compra e venda da terra, em detrimento da desapropriação dos latifúndios por interesse social, prevista pela Constituição.

As primeiras experiências de compra de terras para fins de reforma agrária com a mediação do Estado foram impulsionadas pelo Banco Mundial na Colômbia e na África do Sul, tendo por objetivo o desenvolvimento do campo e o combate à pobreza rural.

Segundo Pereira (2005, p.612), o Banco Mundial, ao propor uma política de reforma agrária, reconhecia as desigualdades dos países com alta concentração de terra, contudo a orientação do banco para a superação dessa situação passava pela negação “da ação desapropriacionista e redistributiva do Estado”, que, conforme o Banco, havia se tornado inviável, por ser orientada pela lógica do conflito “uma vez que só são desapropriadas propriedades rurais objeto de ocupações de terra ou tensões sociais” e, ainda, seria insustentável financeiramente, entre outros aspectos. Assim, recomendava a implantação do mercado de terras nesses países, como forma de dinamizar a compra e venda de terras, apresentando os seguintes objetivos:

a) implementar em países marcados por grave problema agrário um modelo alternativo à reforma agrária redistributiva; b) dinamizar os mercados de terra, de modo a promover a saída de produtores “menos eficientes” e a entrada de outros “mais eficientes”, na ótica do grande capital agroindustrial; c) aliviar pontualmente a pobreza e a tensão social no meio rural, agravadas enormemente pelo avanço das políticas neoliberais (PEREIRA, 2006, p.23).

O Brasil passou a receber esse tipo de financiamento em 1997, com a implantação de uma experiência piloto no Estado Ceará, que recebeu o nome de Projeto São José. Em seguida, outros programas, como o Cédula da Terra, beneficiando os estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Maranhão e Norte de Minas Gerais; o Banco da Terra, desenvolvido em todo o país e, por fim, o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) impulsionaram a reforma agrária de mercado do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o (MDA, 1999), a implementação de uma política de acesso à terra por meio das relações de mercado não tinha por objetivo o abandono do instrumento da desapropriação, mas buscava

a incorporação de outros instrumentos que possam, a um só tempo, reduzir os custos (aumentando a quantidade de beneficiários) e dar agilidade e transparência ao processo. A instituição do Banco da Terra e a experiência recente do Projeto Cédula da Terra apontam na direção de que a diversificação de instrumentos para a obtenção de recursos fundiários, em uma conjuntura em que as resistências dos proprietários foram extremamente reduzidas, favorecerá a manutenção dos resultados obtidos no atual governo (MDA, 1999, p.25).

Contudo, como observa Domingos Neto (2004, p. 04), o Brasil passou a implementar a reforma agrária de mercado, nos moldes do Banco Mundial sob a alegação

de que a intensidade das ocupações massivas de terra e a radicalização dos conflitos colocariam em risco os direitos de propriedade privada e os ajustes estruturais. Esta proposta representou também um esforço de contraposição ao MST que, de diversas formas, nos últimos anos, obrigou o governo a usar os instrumentos legais para desapropriar latifúndios e assentar trabalhadores.

Na avaliação de Gonçalo (2001, p. 118), “a reforma agrária de mercado, ao contrário da redistribuição de terra e do poder, que se concentra no latifúndio, trará um esvaziamento dos movimentos sociais e gerará enormes dificuldades no momento dos pagamentos”. Pereira (2005, p. 634), avaliando o que se convencionou chamar de reforma agrária de mercado, destaca que os programas implementados, considerando essa lógica,

a) não contribuem para democratizar a estrutura agrária, nem é esse o seu objetivo, pois foram criados para tão-somente aliviar de maneira seletiva os efeitos sociais negativos provocados pelas políticas de ajuste estrutural; b) não tem condições de minimamente atender à demanda por terra existente, porque são desprovidos da capacidade de ganhar escala social devido ao pagamento em dinheiro a preços de mercado; c) são caros, o que os condena a serem programas de pequena dimensão socioeconômica, completamente incapazes de atender à magnitude do problema agrário existente; d) em nada se assemelham a programas de reforma agrária redistributiva, nem tampouco se aproximam de qualquer noção de justiça social.

Em linhas gerais, no que diz respeito à reforma agrária, a intervenção do governo Fernando Henrique Cardoso assumiu as seguintes características: substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela instituição do mercado de terras, o que significa a compra e venda negociada da terra, por associações de trabalhadores rurais, essa substituição seguiu as orientações do Banco Mundial para amenizar as tensões no campo e estimulou a estadualização dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades próprias da União<sup>57</sup> para estados e municípios, tais como: realização de cadastramento, vistorias, avaliações e outras atribuições referentes à reforma agrária (GONÇALVES, 2006).

No que tange aos movimentos sociais do campo, o governo adotou a postura de criminalização desses movimentos. Essa política ganhou materialidade com a “perseguição de suas lideranças [dos movimentos], da proibição das entidades envolvidas em ocupações de imóveis rurais ou bens públicos de receber recursos públicos e dos cidadãos envolvidos em

<sup>57</sup> A Medida Provisória nº 2.183-56 de 2001 alterou o Art. 6º do Estatuto da Terra, estabelecendo que a “União, mediante convênio, poderá delegar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o cadastramento, as vistorias e avaliações de propriedades rurais situadas no seu território, bem como outras atribuições relativas à execução do Programa Nacional de Reforma Agrária, observados os parâmetros e critérios estabelecidos nas leis e nos atos normativos federais”.

ocupações de terras ou prédios públicos serem beneficiários de assentamento” (ALENTEJANO, 2004, p.07). Nesse período, o governo usou até a Lei de Segurança Nacional no embate com os sem terra.

Leal (2003, p.04) destaca que desde 1996 havia no Congresso Nacional uma articulação dos setores vinculados aos ruralistas para aprovação de uma lei que “estabelecesse interdição à vistoria de propriedades invadidas pelo prazo mínimo de um ano após a ocorrência da ocupação”. Essas propostas tornaram-se realidade a partir da aprovação, no ano de 2001, da Medida Provisória (MP) 2.027-38 e da MP 2.109-52, que estabeleceram o impedimento de vitorias, por dois anos, de imóveis que foram objeto de ocupações de terras e a exclusão dos trabalhadores envolvidos em ocupações de terras dos programas de reforma agrária.

Segundo Girardi (2008), as medidas provisórias que proibiram a vistoria e a desapropriação de terras ocupadas por famílias de sem terra expressam a postura do governo, voltado para a penalização dos movimentos sociais do campo. Para ele essas Medidas Provisórias provocaram uma redução no número de famílias participando de ocupações e, obviamente, de famílias assentadas. A tabela abaixo apresenta esses dados.

**Tabela 3 - Quantidade de famílias em ocupações e assentadas pelo INCRA (1999-2002)**

<b>Ano</b>	<b>Nº de famílias em ocupações</b>	<b>Nº de famílias Assentadas</b>
1999	118.620	51.379
2000	83.790	38.463
2001	45.537	35.606
2002	40.966	31.857
Total	288.913	157.305

**Fonte:** Adaptado do Atlas da Questão Agrária Brasileira/DALUTA – 2008.

Os dados evidenciam que, nos dois primeiros anos do segundo mandato, quase 200 mil famílias estavam participando de ocupações terra, entretanto, após a edição das referidas medidas provisórias, esse número sofreu uma forte redução, visto que em 2001 o número de famílias acampadas caiu para 45.537, o que significa uma queda de 54%, em relação a 2000. Já no tocante ao assentamento de famílias, verifica-se também um desaceleramento no ritmo



das ações de governo, visto que em 1999 foram assentadas 51.379, e no último ano do governo, em 2002, apenas 31.857 famílias foram assentadas, o que corresponde a uma queda de aproximadamente 38%.

Para críticos do governo no período, em especial o MST, “fazer assentamentos de famílias sem terra não significa necessariamente fazer reforma agrária” cujo objetivo é a democratização da estrutura fundiária (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 159). E o modelo de reforma agrária voltado para a instituição de um mercado de terras<sup>58</sup> beneficia o latifúndio improdutivo, posto que o pagamento é feito à vista, e não por meio de títulos da dívida agrária, como no caso da desapropriação por interesse social, conforme expresso no artigo 184, da Constituição Federal.

Numa posição contrária à maioria dos críticos do governo no período, Martins (2003, p. 166-167) evidencia que as dificuldades enfrentadas pelo governo no universo da questão agrária brasileira tem suas raízes na “desordem de uma demanda fora dos parâmetros da institucionalidade e de um Estado com orientações desencontradas e confusas em relação a reforma agrária” deixada pela ditadura militar. Assim, no que diz respeito a edição das referidas medidas provisória, ele observa que elas devem ser entendidas como instrumentos utilizado pelo Estado na condição de administrador da ordem no campo.

Reforça ainda que diante de um quadro complexo herdado de um passado autoritário, a política agrária de Fernando Henrique Cardoso atuou “no sentido de distribuir terras e distribuir a paz social, ao mesmo tempo, atenuando a conflitividade dos confrontos sociais que tem a disputa pela terra como causa social”.

Por fim, Martins (2003, p. 122) destaca que anulação, em 1999, de 3.065 títulos de propriedades, “correspondente a 93.620.587 hectares de terras, realizada pelo Ministério da Política Fundiária, se insere no movimento de retomada do território nacional pelo Estado e, com essas medidas as referidas propriedades passaram “a integrar o fundo de reforma agrária ou reserva para projetos ambientais”.

O saldo final desse governo, no que diz respeito aos dados quantitativos, foi o assentamento de 524.380 mil famílias, com uma média de 65.548 mil famílias por ano (MDA II PNRA, 2003).

O Tribunal de Contas da União (TCU), no ano de 2003, fez uma avaliação do Programa Novo Mundo Rural, mais especificamente das ações Plano de Desenvolvimento do

---

<sup>58</sup> Segundo dados do MDA/ II PNRA(2003), no governo FHC, o programa Banco da Terra assentou 37.988 famílias, em 1.548 municípios

Assentamento (PDA) e Assistência Técnica e Capacitação executados pelo INCRA no período de 1999 a 2002 em 34 assentamentos de seis Estados e no Distrito Federal. A avaliação tinha por objetivo verificar se essas ações colaboraram para a “organização e gestão dos assentamentos e capacitação dos beneficiários, com vistas a transformá-los em agricultores sustentáveis” (TCU, 2004, p.10). O relatório final do órgão destaca que, em geral, a atuação do INCRA tem sido irregular nos assentamentos, marcada, sobretudo, por uma postura que privilegia a fiscalização em relação aos lotes e a permanência dos beneficiários, levantamento de problemas ambientais e desvios financeiros. Assim, é postura marcada pelo excesso de fiscalização, e escassa na orientação técnica e gerencial em relação a produção agrícola dos assentados. Por fim, os serviços de assistência técnica prestada aos assentados/assentamentos, via de regras, pontuais e marcados pela descontinuidade.<sup>59</sup>

### **2.2.2 Os caminhos da reforma agrária no governo Lula**

No início da primeira gestão do governo Lula, os movimentos camponeses, motivados pela esperança de que a reforma agrária seria possível, realizaram o maior número de ocupações de terras<sup>60</sup>, envolvendo o maior contingente de famílias na história da luta pela terra no Brasil (FERNANDES, 2008). É nessa conjuntura que ocorre a mobilização por parte do governo para a elaboração do II PNRA.

O governo convocou uma equipe de estudiosos<sup>61</sup> da questão agrária no Brasil e representantes dos movimentos sociais do campo para a elaboração do II PNRA. Segundo Carvalho Filho (2006), a proposta elaborada por essa equipe visava, sobretudo, impulsionar o processo de mudança estrutural em favor das populações vulneráveis ao modelo vigente e

---

<sup>59</sup> Em entrevista a essa pesquisa, um funcionário do INCRA no Piauí, informou que no ano de 2009, o serviço de assistência técnica não está sendo realizado nos assentamentos sob gestão do órgão; e, por conta do corte 31,8% no orçamento do MDA (Decreto nº 6.8080 de 27/03/2009), não há previsão de recursos para essas atividades no orçamento do INCRA/Piauí, ou seja, os assentados da reforma agrária no Piauí não contarão com os serviços de assistência no ano de 2009.

<sup>60</sup> Conforme dados da CPT (2009), nos dois primeiros anos do governo Lula foram realizadas 887 ocupações de terra, envolvendo 2.092.915 pessoas nesse período.

<sup>61</sup> Essa equipe foi coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).

reverter o processo de concentração fundiária. As metas elaboradas pela comissão foram eram as seguintes:

Meta 1 – Dotar um milhão de famílias de trabalhadores pobres do campo com uma área de terra suficiente para obter, com seu trabalho, uma renda compatível com uma existência digna. Essa meta seria cumprida em quatro anos (2004 a 2007), com duzentas mil famílias assentadas anualmente, nos três primeiros anos, e quatrocentas mil no último ano do Plano Plurianual de Investimentos (PPA). Meta 2 – Assegurar às famílias beneficiárias das ações de reforma agrária e dos agricultores familiares uma renda bruta mensal equivalente a três salários mínimos e meio, composta de renda monetária e valor de autoconsumo. Meta 3 – Criar 2,5 milhões de postos de trabalho permanentes no setor reformado. Meta 4 – Consolidar os assentamentos de reforma agrária já constituídos, mas que ainda não atingiram a meta de renda fixada para os novos assentamentos. Meta 5 – Regularizar os quilombos. Meta 6 – Regularizar a situação dos agricultores ribeirinhos desalojados para a construção de barragens. Meta 7 – Reassentar, fora do perímetro das áreas indígenas, posseiros com posses de até 50 ha, atualmente estabelecidos naquelas áreas. Meta 8 – Efetuar o levantamento georeferenciado do território nacional, a fim de sanear definitivamente os títulos de propriedade de terras do país. Meta 9 – Atender aos assentados e aos agricultores familiares das áreas de reordenamento fundiário e desenvolvimento territorial com assistência técnica, extensão rural e capacitação. Meta 10 – Levar, por meio do Plano de Safra, o crédito agrícola e a garantia de preços mínimos aos assentados e agricultores familiares. Esta meta é fundamental para viabilizar o nível de renda prevista. A eficácia da política depende também de outra sugestão da proposta, qual seja, assentar e atuar adensando os agricultores assentados e atuais agricultores familiares em territórios, constituindo áreas reformadas (CARVALHO FILHO, 2004, p. 338)

Contudo, segundo Carvalho Filho (2004), alguns setores do governo consideraram a proposta de difícil implementação, por isso não foi assumida e, em seu lugar, foi apresentado, em novembro de 2003, um plano para o período de 2003 a 2006, com as seguintes metas: assentar 400 mil novas famílias em projetos de reforma agrária; regularização fundiária para 500 mil famílias, (ou seja, reconhecimento do direito à terra às famílias já moradoras nas áreas objeto de ação do governo); promover o acesso à terra pelo Crédito Fundiário para 130 mil famílias; recuperação a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos; criação 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado; implementar cadastramento georeferenciado do território nacional e regularizar a posse de 2.2 milhões de imóveis rurais; reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas; Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária; garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas; universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (MDA/II PNRA, 2003).

O II PNRA apresentou, como possibilidade para o alcance das metas, a utilização de variados instrumentos que deveriam ser utilizados de forma combinada, considerando as especificidades das diferentes regiões do país e a diversidade de público a serem atendidos. Assim, a “regularização de posses e reordenamento agrário, o fornecimento dos meios indispensáveis à exploração racional da terra aos beneficiários da reforma e aos agricultores familiares; [para garantir a dinamização] da economia e da vida social e cultural dos territórios” (II PNRA, 2003, p.10), são apresentados como instrumentos voltados para efetivação da política de reforma agrária.

O II PNRA, utilizando as informações do IPEA e da PNDA/IBGE estimou que a demanda por terra no Brasil estava em torno de 4 milhões de famílias. As 171.288 famílias que se encontravam acampadas no ano de 2003 foram consideradas como demanda emergencial para as ações de reforma agrária. O plano estabelece como público alvo das ações os

trabalhadores rurais sem terra, público potencial de novos assentamentos; atuais assentados, que necessitam de infraestrutura e apoio à produção; um imenso setor da agricultura familiar que ainda não acessa os mecanismos do Plano Safra; posseiros, marcados pela insegurança jurídica em relação ao domínio da terra que lhes restringe o acesso às políticas agrícolas e os expõe a ameaças de despejo; populações ribeirinhas; comunidades quilombolas, que demandam o reconhecimento e a titulação de suas áreas; agricultores que ocupam terras indígenas, que precisam ser reassentados; extrativistas, que lutam pela criação e reconhecimento de reservas extrativistas; agricultores atingidos por barragens; juventude rural; mulheres trabalhadoras rurais; entre outros pobres do campo. Estes setores serão objeto de instrumentos diferenciados e apropriados às suas especificidades e às características de cada região. (II PNRA, 2003, p 17)

Como podemos observar, uma diversidade de sujeitos podem ser beneficiados pela política de reforma agrária, destacando-se os trabalhadores rurais sem terra, os posseiros, as populações ribeirinhas, os quilombolas, os moradores das reservas extrativistas, que serão assentados por meio de instrumentos diferentes de reforma agrária, considerando as especificidades das regiões.

Na perspectiva do governo, o II PNRA é um projeto de desenvolvimento para o Brasil rural, com vistas à promoção de mudanças na estrutura fundiária brasileira. Nesse plano, a reforma agrária figura como uma política assentada numa concepção de política territorial, voltada para a democratização do acesso e desconcentração da terra.

Os movimentos sociais do campo, principalmente o MST, tem uma avaliação contrária, e se posicionam, afirmando que, em face do problema estrutural que reside na

elevada concentração de terras nos país, e de uma demanda estimada em 4 milhões de famílias, as metas são tímidas, e não apontam para a alteração da estrutura fundiária brasileira.

Para Carvalho Filho (2004, p.339), o governo apresentou um plano bem mais tímido do que a elaboração inicial, o que implica, segundo o autor, num impacto menor na concentração fundiária, destacando ainda que,

o documento fonte destas informações não apresenta previsão de custos e estimativas de tamanho de lote. Também não esclarece sobre a preferência que deve ser dada aos trabalhadores acampados, que no caso da Proposta deveriam ser assentados no primeiro ano de vigência do Plano. O documento governamental dá ênfase às ações de regularização e crédito fundiário. Na Proposta [da comissão], essas ações são consideradas apenas como complementares.

No balanço das ações do governo nos últimos anos, tem se identificado ênfase na implementação de assentamento a partir da regularização de posses e do crédito fundiário. Esse situação tem pautado o debate sobre o desempenho do governo no tocante ao assentamento de famílias. Numa tentativa de balanço do que foi planejado e executado, cabe destacar alguns aspectos, que ajudam a entender os rumos da política de reforma agrária deste governo. No que se refere ao orçamento destinado à área, chama a atenção o aumento de recursos para o INCRA em relação ao governo anterior.

**Tabela 4 - Orçamento do INCRA (2000 - 2008)\***

<b>Anos</b>	<b>Recursos do INCRA (R\$)</b>	<b>Governante</b>
2000	1.399.362.506	Fernando Henrique Cardoso
2001	1.344.612.301	
2002	1.406.771.245	
2003	1.426.520.325	Lula
2004	2.245.795.963	
2005	3.445.706.195	
2006	2.271.658.247	
2007	2.971.013.245	
2008	3.071.195.529	

**Fonte:** Relatório de Gestão do INCRA 2004, 2005 e SIGA/Senado Federal (2006 a 2008).

(\*) Como as informações da tabela foram colhidas de fontes distintas, optamos por excetuar aqui, para efeito de uniformizar a apresentação dos dados, as referências a centavos. Acrescente-se também que os dados relativos ao governo Fernando Henrique Cardoso nos anos anteriores aos citados na tabela, são geralmente citados, quando o são, de forma arredondada, dificultando parâmetros comparativos mais precisos.

No último ano da gestão de Fernando Henrique Cardoso, o orçamento do INCRA foi de R\$ 1.406.771.245 (Hum bilhão, quatrocentos e seis milhões, setecentos e setenta e um mil e duzentos e quarenta e cinco reais), e, no governo atual, as verbas destinadas ao órgão, em 2008, foram no valor de R\$ 3.071.195.529 (três bilhões, setenta e um milhões, cento e noventa e cinco mil e quinhentos e vinte e nove reais). Comparados os valores dos orçamentos fixados para 2004 e 2005, percebe-se que houve um aumento de 42,04% na dotação orçamentária.

Leite e Ávila (2007, p. 99), observam que as ações de arrecadação de terras e reconhecimento das populações nativas e comunidades tradicionais receberam maior aporte de recursos financeiros dos últimos anos no orçamento do setor agrário. Entretanto, cabe destacar que a execução do orçamento tem sido prejudicada pelo contingenciamento das verbas,<sup>62</sup> prática comum na administração pública, dificultando a implementação das atividades planejadas.<sup>63</sup> Além do aspecto orçamentário, os autores, destacam ainda, os avanços nas relações de gênero na política de reforma agrária desse governo, em virtude da “aprovação de obrigatoriedade de emissão do título do lote em nome do casal”. E o desenvolvimento de uma política de base territorial, rompendo com a proposta de um modelo único de assentamento para todo o país.

Quanto ao número de famílias assentadas, no primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), os dados oficiais sobre as ações de reforma agrária indicam que foram assentadas 381.419 mil famílias, em 2.343 projetos, numa área de 31,6 milhões de hectares, o que, segundo o governo, representa 95% da primeira meta, que era de assentar 400 mil famílias (MDA, 2006). A divulgação desses resultados estimulou o surgimento de crítica oriunda de diferentes segmentos que atuam na questão.

---

<sup>62</sup> O contingenciamento consiste no cancelamento provisório, ou ainda, na não execução de parte da programação de despesa prevista no orçamento aprovado pelo Congresso Nacional. Segundo Andre Campos (2008), “o contingenciamento faz parte da lógica de reajuste das contas do governo com base na alteração de estimativas do que será arrecado e do que será gasto ao longo do ano. Posteriormente, o Executivo pode liberar, se julgar conveniente, parte ou a totalidade dos recursos bloqueados. Caso isto venha a acontecer, historicamente tende a ocorrer nos meses finais do ano.” Para os críticos dessa prática, em especial, os movimentos sociais, o contingenciamento é utilizado pelo Executivo para garantir o cumprimento de metas fiscais, o que termina sendo extremamente prejudicial para a implementação das políticas públicas no país.

<sup>63</sup> O Instituto de Estudos Sócioeconômicos (INESC) tem desenvolvido estudos sobre a previsão orçamentária do governo federal e a sua efetiva execução. Nas notas técnicas desses estudos tem se evidenciando especialmente o contingenciamento dos recursos públicos, sobretudo nas áreas sociais e da organização agrária. Na avaliação dos técnicos do INESC a não execução do orçamento representa um entrave para o fortalecimento das políticas públicas.

No início do segundo mandato do governo Lula, a crítica corrente feita por representantes dos movimentos sociais, em especial pela CONTAG e pelo MST, diz respeito ao não estabelecimento de metas para o assentamento de famílias, além de que a gestão iniciou sem um planejamento para implementação da reforma agrária. Em face dessa situação, o ministro do MDA, em entrevista, no mês de abril de 2007, informou que as metas ainda estavam sendo construídas (PIMENTEL, 2007).

Ao assumir a inexistência de metas, o gestor termina por fortalecer a crítica dos movimentos sociais do campo, além de evidenciar um problema crônico no que diz respeito à reforma agrária, a ausência de planejamento, limitando a ação do poder público ao atendimento das demandas dos sujeitos mobilizados em luta pela terra. Em 2007, o total de famílias assentadas caiu para 67,5 mil, desempenho abaixo do esperado. (TOMAZELA, 2008). E em 2008 foram assentadas 70.157 mil famílias, em 321 assentamentos implantados no país. No cômputo dos números da primeira gestão com o desempenho desses dois anos do segundo mandato, o saldo final destes 06 anos de governo Lula é de 519.076 mil famílias (INCRA, 2009).

Os movimentos sociais e alguns estudiosos da questão agrária, dentre eles, Fernandes (2008), Oliveira (2008), Carvalho Filho (2006), dentre outros, divergem desses dados. Leite e Ávila (2007, p.98), destacam que na “rubrica ‘assentamentos rurais’ computou-se o assentamento de famílias em terras desapropriadas, em terras públicas (federias, estaduais e municipais), além de envolver processos de reordenamento e de regularização fundiária. Assim, a discordância em relação aos números se dá, em face das concepções diferenciadas em torno da definição de família assentada.

Na perspectiva de Martins (2003), considerar a reforma agrária apenas as ações de desapropriação de terra, “não amplia o campo das possibilidades da reforma agrária nem representa proposta conseqüente de reforma agrária”.

O presidente do INCRA, Rolf Hackbart, respondendo às críticas feitas acerca dos números divulgados, ressalta que a utilização de conceitos diferentes provoca a discordância em relação aos números. Para ele “o MST e outros movimentos trabalham com o conceito de família assentada em imóvel privado desapropriado. Nós trabalhamos com o conceito de terra da união e família na terra, incluindo terras públicas retomadas.”<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> REFORMA agrária no Brasil não está parada. Disponível em:  
<<http://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/2007/11/22/ult2492u795.jhtm>.> 10 mar. 2009.

Nesta seara, marcada pela divergência em relação aos números, um aspecto que tem sido levantado pelos críticos do governo, diz respeito à metodologia adotada para produzir os números oficiais. Oliveira (2007), se posicionando, neste debate, observa que “o governo preferiu seguir a orientação vinda dos técnicos do INCRA desde os tempos do governo FHC, ou seja, divulgar o dado total obtido através da relação de beneficiários, as famosas RBS.”<sup>65</sup> Assim, ocorre a unificação de todas as metas do II PNRA (desapropriação, regularização, reordenamento fundiário, etc.)<sup>66</sup> num mesmo dado. Se os números forem desmembrados, a criação de novos assentamentos, por meio do instituto da desapropriação é menor do que os dados apresentados pelo MDA.

Numa tentativa de desagregação dos números divulgados pelo governo sobre o assentamento de 448.954 famílias nos cinco anos do II PNRA, Oliveira (2009) destaca o seguinte:

entre 2003 e 2007 o governo Lula assentou apenas 163 mil famílias referentes à meta 1 – novos assentamentos. Portanto, cumpriu somente 30% da meta de 550 mil famílias que ele tinha prometido assentar. Não cumpriu também a meta 2 que se referia à regularização fundiária de 500 mil posses, pois regularizou apenas a situação de 113 mil famílias, ou seja, atingiu apenas 23% da meta. Entre os dados restantes estão 171 mil famílias referentes à reordenação fundiária, ou seja, a situação de regularização em assentamentos antigos, e o que é mais absurdo: a inclusão de cerca de duas mil famílias referentes a reassentamentos de atingidos por barragens, que em absoluto se trata de reforma agrária.

Essa divergência em relação aos dados apresentados pelo governo<sup>67</sup> e os encontrados por estudiosos da questão agrária no Brasil tem dominado o debate sobre a implementação das ações do poder público nesta questão, produzindo dessa forma números diferentes em

<sup>65</sup> A Relação de Beneficiários, chamadas de RBs pelos técnicos do INCRA e pelos assentados, informam o número de pessoas beneficiárias. No governo Fernando Henrique Cardoso, os/as candidatos/as inscrito/as no Programa de Reforma Agrária eram considerados assentados. “Antes, mesmo uma área em processo de vistoria poderia ser contabilizada para efeito de assentamento de candidatos da reforma agrária. O INCRA passou a adotar o conceito de ‘família regularmente sobre a terra’, ou seja, o governo Lula, mudou o critério da definição de família assentada, passando ser considerada assentada pelo INCRA apenas a família “selecionada, que detenha a posse de um lote e que se encontre sobre a terra.” (www.nead.gov.br) Acesso em: 10 mar. 2009

<sup>66</sup> Conforme Oliveira, (2007) esses instrumentos possuem conceitos diferenciados. Para ele, *reforma agrária* refere-se somente aos assentamentos decorrentes de ações de desapropriação de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas; *Regularização fundiária* refere-se ao reconhecimento do direito das famílias (populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, posseiros, etc.) já existentes nas áreas objeto da ação (FLONAs, RESEX, agroextrativistas, desenvolvimento social, fundo de pasto, etc.); *Reordenamento fundiário* refere-se aos casos de substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes, e /ou para garantir seus acessos às políticas públicas; *Reassentamentos Fundiários de Famílias Atingidas por Barragens* refere-se aos proprietários com direitos adquiridos em decorrência de grandes obras de barragem e linhas de transmissão de energia realizada pelo Estado e/ou empresa concessionárias e/ou privadas. (2007, p. 168)

<sup>67</sup> No capítulo a seguir, apresentaremos os dados relativos ao Estado do Piauí.



face das metodologias diferenciadas que são adotadas na construção dos dados. Cabe destacar que essa divergência também marcou presença na avaliação da política de reforma agrária de Fernando Henrique Cardoso.

A intervenção do poder público ao privilegiar o desenvolvimento de ações complementares de reforma agrária, coloca em segundo plano a desconcentração da estrutura fundiária nas regiões com ocupação consolidada como o Nordeste e a região Centro-Sul. A atuação dos movimentos sociais que lutam pela terra tem concentrado as ocupações nessas regiões.

Segundo dados da CPT (2009), 40% das ocupações de terras no país foram realizadas no Nordeste. Nessas estatísticas, o estado de Pernambuco aparece com o maior índice de conflitos. Contudo, o governo atual, seguindo o ritmo das gestões anteriores tem privilegiado a formação de assentamentos na região Norte, cerca de 46% dos assentamentos criados em 2005 foram nessa região (LEITE; AVILA, 2007).

Na realidade, a política fundiária do governo federal, em seus diversos momentos históricos, tem sido marcada pelas estratégias de incorporação das áreas de fronteira à economia nacional, notadamente na Amazônia, com a política de ocupação dos espaços vazios.

A diversificação dos tipos de assentamentos também tem se caracterizado como uma especificidade da atual política. Coca (2009), informa a existência de uma diversidade de assentamentos, proveniente das ações do programa de reforma agrária. São 20 tipos de assentamentos existentes no país, alguns encontram-se sob a gestão do INCRA, notadamente os PA, outros sob a gestão dos governos estaduais (PE, Fundo de Pasto) ou de governos municipais. Os Projetos de assentamentos florestais, agroextrativista e quilombolas começaram a ser implantados ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso

Se tomarmos por referência o exposto no II PNRA (2003, p. 15), essa diversificação pode ser compreendida, visto que desse documento consta a crítica à existência de um modelo único de assentamento para todas as regiões. Assim, propõe a diversificação de novos tipos de assentamentos, ou seja, “ao invés de um modelo único para todas as regiões do país, [o plano] prevê a adequação do modelo de reforma agrária às características de cada região, de cada bioma.” O texto estabelece como prioridade a implantação de um novo tipo de assentamento, tendo por referência o desenvolvimento territorial, e a necessidade de ajustar a realidade de

cada assentamento às características da região onde estão localizados. A tabela, a seguir apresenta a tipologia dos assentamentos existentes no país.

**Tabela 5 - Tipologia de projetos de assentamento de reforma agrária**

<b>Sigla</b>	<b>Modalidade</b>
PA	Projeto de Assentamento Federal
PAE	Projeto de Assentamentos Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PDS	Projeto de desenvolvimento Sustentável
PAM	Projeto de Assentamento Municipal
PCA	Projeto de Assentamento Casulo
PE	Projeto de Assentamento Estadual
PFP	Projeto Fundo de Pasto
AQ	Assentamento Quilombola
FLONA	Florestas Nacionais
PRB	Projeto de Reassentamento de atingidos por barragens
RESEX	Reserva Extrativista
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
PAC	Projeto de Assentamento Conjunto
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAR	Projeto de Assentamento Rápido Fora de Vigência
PC	Projeto de Colonização Oficial
PEC	Projeto Especial de Colonização Fora de Vigência
PIC	Projeto Integrado de Colonização
RCQ	Reserva Cultural Quilombola

Fonte: NERA (abril/2008).  
Org. Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Alem da diversificação dos tipos de assentamento implantados nos últimos anos, alguns estudos tem indicado, dentre ele, Fernandes (2008) que a opção do governo do Lula em privilegiar a regularização fundiária como política de reforma agrária ao invés de desapropriação do latifúndio, tem gerando problemas para os movimentos no campo,

e em especial, para o MST que responde por 63% das ocupações de terras realizadas no período de 2000 a 2007, ou seja, a predominância da criação de assentamentos por meio da regularização fundiária fez com que o tempo de acampamento das famílias aumentasse consideravelmente. Sem conquistas, muitas famílias abandonam os acampamentos, o que diminui a pressão contra o governo. A política compensatória do Bolsa Família – um auxílio financeiro mensal irrisório – também tem diminuído o poder de pressão dos movimentos organizados (FERNANDES, 2008, p. 81).

A relação entre a base do MST e de outros movimentos sociais do campo (trabalhadores rurais sem terra e moradores das periferias das cidades) com o Bolsa Família tem ganhado destaque na mídia nos últimos anos. Lírio (2009), analisado a trajetória do movimento nestes 25 anos de formação do MST, destaca entre outras questões, que os programas sociais tem reduzido a participação dos que “passavam fome” nas fileiras do MST. E que o tempo médio de permanência nos acampamentos aumentou no governo Lula, sendo este um dos aspectos que desestimula a participação em ocupações, visto que a experiência de morar num acampamento de sem terra, via de regra, é marcada por dificuldades.

Além da regularização fundiária, o governo Lula tem investido no Crédito Fundiário,<sup>68</sup> como uma ação complementar de reforma agrária. Esse programa incorpora as orientações do Banco Mundial para resolver as tensões no campo e tem por finalidade a instituição de uma reforma agrária de mercado, nos moldes do que já vinha sendo implementado no governo Fernando Henrique Cardoso (MARQUES, 2007). E, em que pese a meta de assentar 130 mil famílias por meio do Crédito Fundiário no período de 2003 e 2006, o programa assentou apenas 35.564 famílias (MDA, 2006).

Cabe destacar que, mesmo em face das críticas sobre as ações de reforma agrária deste governo, há de se reconhecer que essas políticas estão provocando uma ampliação do

---

<sup>68</sup> Conforme o manual operacional, o Programa Nacional Crédito Fundiário representa um mecanismo complementar de acesso à terra, voltado para a ampliação e consolidação da agricultura familiar. O público prioritário são os jovens agricultores (18 a 28 anos) e os/as agricultores/as familiares com pouca terra e renda até 15 mil reais e patrimônio inferior a 30 mil reais. Os investimentos são gerenciados pelas comunidades através de suas associações e podem ser utilizados para compra de terras, aumento da produção e para projetos que objetivem a melhoria da qualidade de vida da população rural. A compra de terra obedece a alguns critérios, sobretudo que área seja inferior a 15 módulos fiscais, ou com área superior a 15 módulos, mas considerados produtivos. A descentralização é uma estratégia de execução, para tanto são estabelecidos parcerias com Estados e associações dos municípios participantes, ou seja, o programa foi concebido para ser executado por meio de parcerias entre o Estado e a Sociedade civil. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, as Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG's), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF SUL), os Governos Estaduais e Municipais são os principais parceiros do programa. A participação e a autonomia dos trabalhadores sem terra ou minifundiários e suas associações comunitárias são as principais bases de apoio do programa. Cada Estado elabora e aprova o Plano Estadual de Implementação do Programa. As propostas de financiamento dos beneficiários potenciais também são avaliadas e aprovadas na esfera estadual. Disponível: [http://www.creditofundiario.org.br/passo-a-passo/one-faq?faq\\_id=29864#blank](http://www.creditofundiario.org.br/passo-a-passo/one-faq?faq_id=29864#blank) Acesso em: 10.jun.2009.

território camponês “pela apropriação das terras públicas por meio da regularização fundiária, bem como pela compra de terras por meio de políticas de créditos fundiários” (FERNANDES, 2008, p. 80). Esse é um aspecto paradoxal da política atual e ocorre porque a fronteira agrícola no Brasil ainda está em aberto, por isso tanto o agronegócio, como os camponeses ampliam seus territórios, especialmente na Amazônia (FERNANDES, 2008).

O aspecto positivo do reconhecimento das posses tradicionais se reflete no aumento das unidades camponesas nos dados oficiais, posto que boa parte dessas terras, eram consideradas como posses irregulares, e após o reconhecimento pelo INCRA, passam a computar como unidades da agricultura familiar. Além disso, essas famílias poderão acessar o PRONAF e aos outros programas do MDA para os assentamentos, como crédito habitação e investimentos em infraestrutura.

Cabe observar que do outro lado do movimento de ampliação das áreas das unidades camponesas, encontra-se o agronegócio que também está na disputa pelo território.<sup>69</sup> Na atualidade “os movimentos camponeses passaram a se confrontar cada vez mais com corporações transnacionais e cada vez menos com latifúndios” (FERNANDES, 2008, p.75).

Nessa conjuntura, a luta pela reforma agrária, cada vez mais assume um caráter de disputa pelo domínio do território, ou seja, a disputa territorial com o agronegócio tem se apresentado como um dos enfrentamentos dos movimentos camponeses pelo território,

esta nova realidade liberta a reforma agrária da simples compreensão distribucionista e amplia seu conteúdo para uma luta ampla, multidimensional e complexa. Lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato (FERNANDES, 2008, p.76).

A disputa dos camponeses com o latifúndio tradicional foi alterada em face das novas forças que marcam o cenário agrário no Brasil, posto que “a expansão do agronegócio no campo, foi impulsionada pela maior abertura do mercado brasileiro e pela ampliação de investimentos de empresas multinacionais do sistema agroalimentar no país” (MARQUES,

---

<sup>69</sup> A disputa mais recente diz respeito à votação da medida provisória 458/09, apresentada pelo poder executivo e que permite a alienação de terras públicas na Amazônia Legal, sem licitação, com até 10 módulos fiscais (1.500 hectares) e direitos de preferência para áreas maiores. Vale destacar que é nessa região onde estão concentradas as ações do poder público no que diz respeito à regularização de posse de terras. Para os movimentos sociais, essa medida iguala a prática do grileiro ao do posseiro, o que para eles é um retrocesso, visto que a Constituição de 1988 assegurou ao posseiro o direito de regularização de suas posses, e a grilagem de terra foi considerado como crime. Segundo Delgado (2009), essa medida atende aos interesses de determinados setores do agronegócio instalado na Amazônia, visto que “o pressuposto implícito é de legalizar e não penalizar práticas agrárias e ambientais predatórias na fronteira de expansão das ‘commodities’; ignora também o direito constitucional de propriedade, naquilo que este tem de mais promissor: sua função social e ambiental.

2008, p. 59). Nesse processo, setores do latifúndio se associaram ao modelo agroexportador, e grande parte dos camponeses foi expulsa da terra por conta das novas relações que se instituíaam no campo.<sup>70</sup>

A modernização do campo brasileiro, com a intensificação da mecanização na agricultura, representou obstáculos para o movimento de territorialização dos camponeses. É o que nos apresenta Marques (2008, p. 63), quando afirma que

as dificuldades econômicas e o avanço do processo de expropriação atingiu amplos setores do campesinato brasileiro ao longo das últimas décadas, determinando sua migração para a cidade, o que contribui para a crescente diluição das fronteiras entre o mercado de trabalho urbano e o rural e o crescente deslocamento do trabalhador entre estes mercados e a tendência ao nivelamento por baixo dos salários.

As atividades desenvolvidas na agricultura, com utilização intensiva de capital, com pouca absorção de mão-de-obra e em grandes extensões de terra, têm contribuído para a expansão da concentração fundiária, impedindo que os trabalhadores rurais tenham acesso à terra, o que termina estimulando o êxodo rural<sup>71</sup> e a precarização das áreas urbanas, devido ao aumento populacional, além de gerar impactos adversos na biodiversidade.

Ainda sobre a presença do modelo agroexportador, Sauer e Souza (2008, p.62) chamam a atenção para o fato que a

recente exacerbação dos conflitos agrários é, conseqüentemente, resultado da implantação de um modelo agropecuário “moderno” em uma sociedade profundamente desigual e excludente, tanto em termos econômicos como sociais, políticos e culturais. Ao contrário do que afirmam os defensores incondicionais do atual modelo agropecuário baseado no grande agronegócio, a sua expansão no Brasil não significa “uma revolução pacífica”, mas a agudização do problema agrário e a manutenção da violência no meio rural.

<sup>70</sup> Um dos principais fluxos migratórios do país ocorreu na região Nordeste, na segunda metade do século XX, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970, quando milhares de nordestinos seguiram para o Centro-Sul, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Boa parte desses migrantes era constituída de trabalhadores rurais despossuídos da terra, que naquele momento abandonavam o campo por conta da pressão do latifúndio e das novas relações de trabalho que estavam se estabelecendo devido a expansão do capitalismo na agricultura. Uma conseqüência desse processo é o impedimento de acesso a terra para esses trabalhadores rurais. (SILVA; MENEZES, 2006)

<sup>71</sup> Pesquisas recentes sobre a migração temporária evidenciam que o Maranhão e o Piauí são os principais fornecedores de mão-de-obra para o complexo da agroindústria canavieira, no Sudeste do país, especialmente para o Estado de São Paulo. No Piauí, a cidade de Elesbão Veloso se destaca pela quantidade de trabalhadores rurais envolvidos na migração temporária no período do corte da cana-de-açúcar no Sudeste. Para uma análise detalhada sobre o nomadismo dos trabalhadores rurais piauiense para a lavoura da cana de açúcar ver o trabalho de MORAES, M.D.C.; FRAZÃO, F.; JÚNIOR, T.R. (2007), que analisa as condições de vida e trabalho nas regiões de origem dos migrantes.

Como já salientamos, o acesso à terra foi, em diferentes momentos da nossa História, interditado aos camponeses no Brasil, e em resposta, eles têm se organizado para lutar pela terra, seja em movimentos de caráter messiânico, seja em ações de caráter político como as ligas camponesas, seja em movimentos sociais modernos como o MST. Em face disso, fica um questionamento: que conquistas foram alcançadas nesse processo?

No que se refere às últimas décadas do século XX e aos anos iniciais do presente século, os assentamentos rurais emergem como uma conquista das ações que levaram à intensificação da luta pela terra no país. A pressão exercida pelos movimentos sociais do campo, nos últimos anos, colaborou para a espacialização desse instrumento pelo país.

A contribuição de Bergamasco (1997), Neves (1997), Alentejano (2002), Leite e Medeiros (2004), Carvalho (2005), Oliveira (2008), dentre outros, permite um olhar mais apurado sobre a formação dos assentamentos no país e revela que, ao invés de uma efetiva reforma agrária, o que tem sido levado a efeito, nos últimos anos, é uma política precária de implantação de assentamentos, notadamente por que: a) a regularização fundiária não se trata de desapropriação do latifúndio, e sim concessão de títulos definitivos para posseiros; b) a implantação de assentamentos por meio da desapropriação de terras não vem obedecendo a um planejamento, já que são, em sua maioria, realizados por conta da pressão dos movimentos sociais, que utilizam as ocupações de terra como estratégia de luta; c) o assentamento de famílias por meio do mercado de terra não altera a elevada concentração de terras no país; d) grande parte dos assentamentos que resultam dessas ações padecem de um plano de desenvolvimento e de infraestrutura necessária para a garantia da viabilidade produtiva e a superação das carências estruturais dos pequenos produtores rurais, como crédito, moradia, educação, saúde, entre outros.

## 2.6 OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL: SUJEITOS, PROCESSOS E DIFICULDADES

Como já evidenciamos, o debate sobre a intervenção do poder público no âmbito da questão agrária, no momento posterior à redemocratização, tem sido marcado, dentre outros aspectos, pela divergência em relação aos dados divulgados sobre o número de famílias assentadas. Contudo, há de se observar que nesse período ocorreu um aumento significativo

no número de famílias assentadas. O I Censo da Reforma Agrária no Brasil, realizado em 1996, apontou que, entre os anos de 1964-1996, cerca de 200 mil famílias foram assentadas em projetos do governo federal (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Em um esforço de síntese, analisando o desempenho das gestões de Fernando Henrique Cardoso no que tange a essa questão (524.380 mil famílias assentadas) e os seis anos do governo Lula (519.076 mil famílias assentadas), verificamos que nesse período foram assentadas 1.043.456 famílias. Na comparação desse resultado com o desempenho anterior (1964-1996), que era de aproximadamente 200 mil famílias, observaremos que em 14 anos, o poder público multiplicou por cinco o que havia sido alcançado em mais de três décadas.

Uma análise sobre os assentamentos pode ser construída visando à identificação dos resultados quantitativos. Contudo um olhar preso na dimensão quantitativa pode deixar em aberto processos que de fato interferem e que levam ao fracasso ou ao sucesso nesses espaços de intervenção do poder público.

Esterci *et. al.* (1992), refletindo sobre os processos que levaram a formação dos assentamentos rurais na história recente do país, afirmam que as palavras “assentamento” e “assentado” geram um amplo debate em virtude das diferentes concepções que participam da implementação dos programas de governo. Conforme exposto na Portaria do MDA/Nº 80, de abril de 2002, o assentamento deve ser entendido com a

unidade Territorial obtida pelo programa de Reforma Agrária do Governo Federal, ou em parceria com Estados ou Municípios, por desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão ao patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em suas várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra.

Na referida portaria, o/a assentado/a é apresentado como “o candidato inscrito, que após ter sido entrevistado, foi selecionado para ingresso ao Programa de Reforma Agrária, lhe sendo concedido o direito ao uso de terra identificada, incorporada ou em processo de incorporação ao Programa”.

Bergamasco (1996, p.8-9), discutindo os processos de que levaram o poder público a implementar os assentamentos rurais no Brasil, destaca que a partir dos década de 1970 esse instrumento se torna comum no meio rural, podendo ser classificado da seguinte forma:

Projetos de colonização, formulados durante o regime militar, a partir dos anos 70, visando a ocupação de áreas devolutas e a expansão de fronteiras; reassentamentos de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização processória; programas de reforma agrária, via

desapropriação por interesse social, com base no Estatuto da Terra (de 1964), parcialmente implementado a partir de 1986 sob a égide do Plano Nacional de Reforma Agrária, iniciado no Governo Sarney e a criação de reservas extrativistas para seringueiros da região amazônica e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis.

Medeiros e Leite (2004), em estudos mais recentes sobre a mudança social e a dinâmica regional a partir da presença dos assentamentos rurais, informam que estes podem ser compreendidos como intervenções fundiárias do poder público, que unificam uma diversidade de ações, tais como: regularização da posse da terra em áreas ocupadas por posseiros; fixação de rendeiros ameaçados de expulsão; distribuição de terra a trabalhadores rurais desprovidos desse bem e organizados em movimentos sociais; realocação de famílias atingidas por grandes obras no meio rural, como barragens; preservação de famílias tradicionais, como as quilombolas e extrativistas. Além de uma multiplicidade de beneficiários: posseiros, filhos de produtores familiares pauperizados, parceiros, pequenos produtores atingidos pela construção de hidroelétricas, seringueiros, trabalhadores rurais, populações da periferia urbana, entre outros.

Para Leite *et. al* (2004, p. 64-65) “é o assentamento que faz existir o assentado”. A identidade de assentado/a é atribuída pelo Estado aos sujeitos aprovados nos critérios de seleção da reforma agrária, e na construção do assentamento essa identidade pode interpelar<sup>72</sup> as famílias assentadas, tendo que ser acionada/utilizada no jogo de negociação para garantir o atendimento de suas demandas. Nesse sentido, segundo os autores, “os rótulos de assentados/as passaram a ser utilizados com uma certa naturalidade para designar essas outras experiências e os seus beneficiários, mesmo entre os que mais insistiam em marcar diferença ontológica entre reforma agrária e outros processos de intervenção”. Destacam, ainda, que os/as assentados/as são sujeitos do campo que mantêm relações diferenciadas com o poder público, visto que, “ao criar o assentamento, o Estado “assume a responsabilidade de viabilizá-lo [...]”. Assim, “o desempenho de um assentamento é o desempenho do Estado”

Para Esterci *et. al*. (1992), o assentamento pode, num primeiro momento, aparecer aos trabalhadores como conquista de um processo de luta ou mesmo uma dádiva do Estado,

---

<sup>72</sup> A noção de interpelação que estamos usando se refere aos entendimentos produzidos nas discussões teóricas sobre a construção das identidades sociais. Destacamos a colaboração de Woodward (2000), que compreende as identidades como construídas num processo de negociações e posicionamentos. Neste sentido, na arena social os indivíduos estão rodeados de discursos sobre o que ele é ou, o que deve ser, a interpelação ocorre quando estes discursos atingem subjetivamente os indivíduos – levando-os a agir, a se reconhecer e se posicionar a partir discursos que se apresentam na arena social.



contudo, num momento seguinte pode torna-se um espaço para emergência tensões. Neste sentido Leite *et. al.* (2004, p. 28-29).afirmam que,

podemos falar dos assentamentos como ponto de chegada, ou seja, como uma entre outras possibilidades de mobilidade e integração social na qual se empenham os diversos movimentos sociais rurais, no processo de luta pela posse da terra. O impacto proporcionado nos parece importante pela transformação de um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos, novos atores em cena. Por outro lado, podemos também falar dos assentamentos como ponto de partida, ou seja, como a situação a partir da qual o produtor beneficiado busca - já num patamar diferenciado - implementar projetos tecno-produtivos, praticar uma nova sociabilidade interna aos núcleos de reforma agrária e inserir-se num jogo de disputas políticas visando sua reprodução (sobretudo na sua relação com o Estado)

Como podemos observar, o assentamento se constitui num espaço de inclusão social para os segmentos que se encontravam excluídos, contudo ação de assentar não se esgota na instalação das famílias na terra, esse ato é o primeiro de muitos outros que serão dados no processo de construção desse território, por isso os assentamentos são percebidos como momento de chegada e de saída, posto que a partir de então, é preciso lutar por políticas públicas que contribuam para a viabilidade do assentamento, geralmente novas ocupação são realizadas, em prédios públicos para garantir a liberação de créditos, a construção de estradas, a eletrificação, entre outras ações e projetos.

Um conceito importante que colabora na reflexão sobre o processo de constituição dos assentamentos, é o de território. Em princípio, é oportuno registrar que uma diversidade de conceitos foi produzida para falar de território. Num primeiro momento, a palavra território é vinculada ao universo da geografia. Na atualidade, diversas disciplinas passaram a utilizar esse termo, dentre elas, a sociologia, a antropologia, a economia.

Segundo Saquet (2007), a geografia, numa perspectiva positivista, utilizou a palavra território para designar o espaço geográfico formado por recursos naturais (água, solo, clima...). Nesta abordagem, a dimensão natural do território é privilegiada e as relações sociais seriam condicionadas pelo espaço geográfico. Ainda conforme Saquet, no século XX, a partir das contribuições de Raffestin, Deleuze, David Harvey, Guattari, Dematteis, Lefebvre, dentre outros, esta noção de território, restrita a uma dimensão natural é alterada e novos entendimentos e diversas matrizes teóricas são produzidos e incorporados ao termo. Assim, o território passa a ser compreendido como um espaço produzido e organizado pela sociedade, uma arena de relações sociais, econômicas e políticas, ou numa perspectiva mais ampla como

uma construção social, com desigualdades (entre níveis territoriais, que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...)

relações horizontais (entre as pessoas, produção, circulação) e verticais (clima, tipo de cultura, distribuição do habitat...), isto é, significa uma complexa combinação particular de certas relações territoriais (SAQUET, 2007, p. 57).

O território não é, portanto, apenas um espaço geográfico, é uma totalidade, com múltiplas dimensões - econômicas, sociais, políticas, culturais e ecológicas. Raffestin (1993), na discussão conceitual sobre território apresenta a dimensão política como fundamental para pensar essa materialidade. Para ele, o território é uma fração conquistada do espaço. Desse modo, Raffestin (1993, p.143-144) enfatiza que “o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator (que realiza um programa). Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (pela representação, por exemplo) o ator ‘territorializa’ o espaço”. Além disso, destaca que “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”

Acolhendo essa proposição, partimos do princípio de que toda relação de poder desempenhada por um sujeito no espaço produz um território, ou seja, território e poder são categorias indissociáveis. Outra importante contribuição apresentada por Raffestin (1993, p.153) diz respeito à noção de limite quando nos referimos ao território, posto que “delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa.”

Assim, quando os sujeitos operam no espaço, estão, portanto, construindo os territórios, produzindo, nesse processo, marcas físicas e simbólicas que atuam como fronteiras diferenciadoras desses espaços. A construção de um território provoca um arranjo por área, uma demarcação de fronteiras, levando a um controle determinado aos que estão dentro e fora do território. Na perspectiva de Santos (2002, p.10)

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

O território resulta de um processo histórico de construção do espaço por agentes sociais que lhe imprimem suas características socioculturais. Para Santos (1996), a construção do território se processa a partir da projeção do trabalho sobre o espaço, ou seja, o território não é “território” em si mesmo, pois o que faz dele território é o seu uso, e este uso faz do território um objeto de análise social.

Para Haesbaert (2004, p.339), “não há indivíduo ou grupo social sem território, quer dizer, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja ela de caráter predominantemente material ou simbólico.” Contudo, ao pensar o território, além da noção de posse, outro aspecto deve ser incorporado: o território como fonte de construção de identidade, posto que o território não é uma entidade com existência fora da sociedade que o habita. Para ele, os processos de territorialização resultam fundamentalmente “da interação entre relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)” (HAESBAERT, 2004, p.235).

Segundo Fernandes (2006, 2008), o território tem uma dimensão material e imaterial. Essas duas dimensões são indissociáveis na construção dos territórios. A dimensão material diz respeito à área do território, aos objetos geográficos influenciados/dominados/apropriados pelo sujeito territorial. A dimensão imaterial corresponde às estratégias dos sujeitos para a construção de um território; são as ações, representações espaciais criadas, a disputa de forças com outros sujeitos, as ideologias e os discursos, posicionamentos políticos, manifestações e outras formas de imprimir o poder. É no território imaterial que se processam as ideologias, as relações políticas, o conhecimento, o imaginário, as palavras, entre outros.

Na produção do território, diferentes marcas e características (costumes, identidade, valores, crenças) são impressas, sendo elas responsáveis pela diferenciação dos lugares, atribuindo-lhes particularidades, que colaboram para diferenciá-los entre si. Sobre esse aspecto, Haesbaert (2004, p.89) afirma que,

toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação.

Como podemos observar as relações de poder participam da constituição dos territórios e os diferentes agentes sociais desenvolvem suas próprias estratégias de produção e apropriação do território, produzem marcar, delimitando espaços materiais e simbólicos.

Essas apreensões conceituais sobre a produção dos territórios são úteis para pensar a constituição dos assentamentos rurais, visto que neste processo, diferentes esferas do poder público e segmentos da sociedade participam da sua formação. Esses sujeitos, geralmente com distintos projetos e intencionalidades, se apresentam no processo de produção da política

pública de reforma agrária e, de maneira geral, na conformação do território do assentamento e no modo de vida e de produção que se instala.

A legalização do assentamento representa o reconhecimento, por parte do Estado, das demandas dos sujeitos envolvidos nos processos de ocupação. As famílias assentadas constituem-se enquanto o sujeito demandante do processo de produção dos assentamentos rurais. Os estudos de Medeiros (2003) e Fernandes (2005), dentre outros, tem evidenciado que o perfil das famílias envolvidas no processo de luta pela terra tem se alterado, incorporando pessoas com significativa experiência de vida nos espaços urbanos, como no caso do assentamento analisado na presente dissertação. Assim,

Nos últimos 20 anos, desde a fundação do MST, as famílias participantes das ocupações tem se diferenciado. Na década de 1980, as famílias sem terra participantes das ocupações eram predominantemente de origem rural. Com a intensificação da mecanização da agricultura e com o desemprego estrutural, na década de 1990, nos acampamentos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, a participação de trabalhadores de origem urbana aumentou. Na região Nordeste, o MST começou a organizar migrantes nordestinos retornados da região Sudeste por causa do desemprego. No estado de São Paulo, o MST e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MTST) começaram a organizar famílias para lutarem pela moradia ou por terra. Essa ação resultou no aumento do número de famílias de origem urbana nas ocupações de terra. No Pontal do Paranapanema, registramos até 50% de trabalhadores urbanos entre as famílias assentadas (LIMA; FERNANDES, 2001). No Rio Grande do Sul, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) que tem ocupado terras nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre com o objetivo de desenvolver atividades agrícolas e não-agrícolas como forma de sobrevivência. (FERNANDES, 2005, p.130).

É possível afirmar que a alteração no perfil das famílias que se envolvem nos processos de luta pela terra se relaciona com a crise estrutural do mundo do trabalho dos anos 90 do século passado, que se prolonga nos dias atuais e também com o discurso construído tanto pelos movimentos sociais do campo, como pelo Estado no tocante ao papel da Reforma Agrária. Nessas elaborações discursivas, a reforma agrária aparece como uma possibilidade concreta de amenizar os problemas da agudização da questão urbana, tais como o desemprego, a violência, entre outros.

Segundo Ferrante e Barone (1998), para determinados setores de trabalhadores rurais, dentre eles, os bóias-frias, a terra aparece como alternativa diante da mecanização da agricultura e do desemprego estrutural. Nesta conjuntura, a luta pela terra é uma reação ao processo selvagem de liberação de mão-de-obra no campo e na cidade.

Outro elemento que podemos destacar sobre esta questão se refere os aspectos mencionados por Martins (2003) a respeito da “persistência” e do “reavivamento” de práticas culturais rurais e camponesas em locais de concentração de imigrantes nas grandes cidades, o que seria, na sua visão, uma resistência ao “desenraizamento.” Sobre esse aspecto, Woortmann (1990) fala da presença de características do universo camponês em populações em situação de mudanças de uma ordem moral, fundada nas relações de compadrio, parentesco, para uma ordem econômica, baseada na lógica das relações de mercado. A presença dessas características da moral camponesa, ele chamou de campesinidade.<sup>73</sup>

Ainda nessa questão da mudança do perfil das pessoas que participam das ocupações de terra, organizadas pelos movimentos sociais do campo, Carvalho (2005, p.17) afirma que os

potenciais beneficiários da política reforma agrária está estimada em mais de 4,8 milhões de pessoas. Esse número pode ser significativamente aumentado em decorrência da tendência há mais de três anos de pessoal com origem, residência e história de vida de trabalho urbano estarem participando de ocupações de latifúndio, prática de luta até então com predominância de trabalhadores sem terra tradicionais.

Na busca de identificar os possíveis beneficiários da reforma agrária no Piauí, o Plano de Regional de Reforma Agrária (2005) afirma que cerca de 198 mil famílias de trabalhadores rurais estão em condições de serem beneficiado pelo programa de reforma agrária no Estado. O perfil destes possíveis beneficiados tem por referência o disposto no Estatuto da Terra e no II PNRA. Considerando estes instrumentos, as categorias passíveis de serem beneficiadas no Piauí, segundo o plano “são trabalhadores rurais sem terra acampados, posseiros, arrendatários, ocupantes, detentores de minifúndios, comunidade remanescentes de quilombos e populações atingidas por construção de barragens” (PRRA, 2005, p.22).

Considerando as discussões sobre as mudanças no perfil das famílias que estão participando das ocupações nos últimos anos, verificamos que no Plano de Reforma Agrária do Piauí (PRRA), as famílias desempregadas com experiências urbanas não aparecem como possíveis beneficiados pela reforma agrária no Estado, apesar do plano considerar que, nos últimos anos, por conta da crise do emprego e da falta de moradia no mundo urbano, tem

---

<sup>73</sup> Conforme Klass Woortmann (1990) no estudo “Com parente não se negocia”: o campesinato como ordem moral. Para ele, a condição camponesa, os valores camponeses, os esquemas de percepção do mundo rural são passíveis de desterritorialização, ou seja, a campesinidade pode ser entendida como uma cultura internalizada que acompanha os indivíduos em sua trajetória, para além do espaço rural.

aumentado nos acampamentos o número de pessoas “oriundas de favelas e periferias urbanas o que indica uma tendência de retorno de muitas famílias ao campo” (PRRA, 2005, p. 22).

Neste processo, os/as assentados/as são disputados pelos diversos sujeitos que se apresentam no momento da organização da ocupação até a formação do assentamento. Os estudos de Bergamasso (1992), Leite *et. al.* (2004), Fernandes (2005), Ferrante e Barone (2008), entre outros, sobre a constituição dos assentamentos no país tem demonstrado que este é geralmente um momento tenso, marcado por disputas entre o Estado, os movimentos sociais e demais mediadores<sup>74</sup> (ONGs, sindicatos, Igrejas) que participam da implementação dos assentamentos.

A existência de diversos projetos políticos ou diversas concepções e intencionalidades em confronto tornam os assentamentos espaços marcados por tensões e negociações, sendo, portanto, territórios em disputa. Tais projetos, concepções ou intencionalidades estão na agenda dos agentes públicos operadores das políticas, dos movimentos sociais do campo e entre eventuais mediadores. Nesse sentido Fernandes (2005, p.127).afirma que

as famílias assentadas compõem grupos políticos ou são por eles influenciadas. E esses grupos tem seus projetos de desenvolvimento que são construídos com a participação das famílias ou que são oferecidos como modelos ideais. Os assentamentos são territórios compostos de diversos espaços políticos de acordo com as presenças de diferentes movimentos camponeses na organização socioterritorial. Mesmo as famílias não vinculadas a nenhuma organização mantém algum tipo de identificação com as suas propostas políticas.

Assim, o assentamento é aqui concebido como um território produzido no jogo das relações sociais e de poder entre os diferentes sujeitos que participam da sua estruturação. Ferrante e Barone (1998), avaliando esse processo, utilizam a metáfora “trama de tensões”, para falar das relações sociais tensas que se apresentam, devido à existência de diferentes práticas e racionalidades dos agentes envolvidos na sua produção - os/as assentados/as, os técnicos e gestores da esfera pública estatal e os movimentos sociais.

Ferrante (2007, p.04) observa que, no cotidiano dos assentamentos, uma complexa rede de relações sociais se estabelece e

a construção de lealdades, de rearranjos na sociabilidade é atravessada por mecanismos de poder, objetivando criar redes de dependências e

---

<sup>74</sup> Sujeitos coletivos, instituições, organizações ou ainda pessoas que, providos de algum tipo de intenção ou interesse (político, técnico, doutrinário, eleitoral, dentre outros) interagem na produção do território seja o do acampamento, no caso das lutas no campo pró-reforma agrária, seja no caso das definições para a formação e consolidação de assentamentos, constituindo-se enquanto interlocutores no processo decisório local.

(des)organização interna. Ao mesmo tempo, homens e mulheres assentados, buscam autonomia econômica e política, desenvolvendo estratégias em meio a contextos regionais com características específicas.

Os/as assentados/as constroem um território a partir da mudança ou da permanência das relações estabelecidas neste espaço, promovendo um rearranjo no processo produtivo, diversificando a produção e introduzindo novas atividades.

Esterci *et.al.* (1992, p.10), ajudando a pensar as relações entre movimento social, assentados, e agentes do Estado no processo de produção deste território, afirma que,

Em várias situações históricas nas quais assentamentos surgiram a partir de políticas governamentais antecedidas de movimentos sociais de demanda por terra, tensões vieram a explicitar-se entre os movimentos, suas lideranças e organizações de apoio, por um lado, e organismos estatais encarregados de selecionar os assentados, regularizar e demarcar terras, prestar assistência técnica e financeira, etc., por outro. Diante de uma preocupação e ou constatação de que os organismos estatais esvaziam politicamente o conteúdo das demandas dos trabalhadores, cooptam suas lideranças, impõem seus próprios projetos, etc, uma tendência muito forte desenvolveu-se no sentido de definir o Estado como oposição aos movimentos de trabalhadores e instrumento dos interesses de segmentos sociais dominantes, o que leva os movimentos, muitas vezes, a adotar uma atitude de confronto, descrédito e preocupação com relação a governos e suas políticas para o campo.

Um exemplo dos desencontros entre a racionalidade estatal e os interesses das famílias assentadas é apresentado por Martins, em estudo sobre a atuação dos diferentes agentes na implementação da reforma agrária. Ele destaca que, por conta dos regulamentos que orientam a formação dos assentamentos, situações inusitadas e, por que não dizer, trágicas, vão se materializando, tais como: num assentamento que a “verba para currais saíram antes da verba para a casa dos assentados que, por isso, foram morar nos currais” (2003, p. 96).<sup>75</sup>

Segundo Esterci *et.al.* (1992, p. 10), nas discussões sobre tamanho do lote, seleção dos beneficiados, assistência técnica e na definição da produção agrícola, diferentes posições tomam lugar e, da retórica em torno destas questões é possível identificar, na relação entre os sujeitos, negociação, convergência, cooptação e negação, ou seja, na produção do território do assentamento, influências diversas se apresentam disputando o formato que o assentamento vai assumindo. Contudo, segundo os autores “negociação e convergência não

<sup>75</sup> A instrução normativa do INCRA N° 15, de 30.03.2004, determina que a execução do crédito na modalidade aquisição de materiais de construção deve “estar de acordo com o estágio de implantação e desenvolvimento do projeto e as especificidades de cada região observada às condições da organização territorial prevista no PDA”. O Superintendente do INCRA no Piauí, em entrevista para essa pesquisa, informa que “para movimentar o crédito chamado aquisição de material, que pode ser chamado também de habitação, o assentamento teria que aplicar até 75% do crédito apoio inicial”. Este crédito é destinado para a compra de alimentação e maquinário para iniciar a produção das famílias assentadas. Isso pode explicar a opção das famílias em morar nos currais.

necessariamente expressam embasamento político-ideológico consensuais, mas estratégias de legitimação, produtividade e maximização de recursos que estão de um lado e de outro”.

Na perspectiva de Oliveira (2004, p.40), o território representa uma “síntese contraditória, como uma totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas e simbólicas, etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação”. Nos assentamentos de reforma agrária, o INCRA e outras instituições públicas, obviamente, exercem poder no território do assentamento, que se expressa na definição de limites e regras para o que pode e o que não pode ser feito, nesse espaço, tais como: a criação de associações, projeto de reconhecimento do assentamento, espaço de escola, dentre outros. Legitimados

Ferrante e Barone (1998 p.125) reforçam que na constituição dos assentamentos a violência dissimulada aparece através das “regras preestabelecidas no tocante ao que é certo e errado, [...]. Por detrás das propostas ‘técnicas’ de melhor alocação de recursos materiais e humanos, nunca há espaço de intercâmbio, troca de experiências ou expectativas.” Violência que tanto pode fazer parte do discurso dos agentes públicos, como de outros eventuais mediadores.

A partir de 1998, como condição para a implantação de novos assentamentos, o governo federal passou a solicitar a realização de um Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA). A realização do PDA é uma exigência formal do INCRA e deve ser construído com a participação efetiva das famílias assentadas, tendo por finalidade a definição de diretrizes para o assentamento no curto, médio e longo prazo.

Nesses documentos, pode-se encontrar, em geral, o número de famílias, as ações a serem desenvolvidas, as metas a serem alcançadas quanto à organização, à produção, à comercialização, à renda, à preservação e à recuperação de recursos naturais, às atividades de capacitação para os/as assentados/as, bem como os prazos e as responsabilidades de cada sujeito dos envolvidos. A finalidade desses planos é a elaboração de estratégias que orientem o processo de ocupação e organização da produção, com foco no alcance de melhores resultados em termos de produtividade e qualidade de vida, visando à viabilidade econômica, política, cultural e social do assentamento.

Geralmente na construção desses planos tem-se um palco privilegiado para a atuação dos representantes dos diferentes sujeitos que participam da conformação do território do assentamento. Nestes espaços são apresentadas as propostas dos diferentes sujeitos envolvidos



no processo e as discussões sobre a forma de ocupação do solo e organização das famílias que, em geral, geram debates tensos.

No que se refere à forma de ocupação do solo e à atividade produtiva nos assentamentos acompanhados pelo MST, Görgen e Stédile (1991) informam que estes podem se organizar sob três modelos referenciais: a) individual, cada um recebe seu lote e passa a trabalhar individual e separadamente, apenas utilizando a mão-de-obra familiar; b) coletivo, aquele que se estruturam, por meio do ajuntamento das famílias dos trabalhadores para a execução da lavoura agropecuária; c) misto, no qual se mesclam as duas formas. As experiências têm demonstrado que, em todas elas, existem casos de sucessos e de insucessos.

Nas orientações estatais, especialmente nos locais onde há escassez de água e com intuito de otimizar a utilização dos recursos, a construção das agrovilas é uma das recomendações do INCRA. Contudo, os exemplos tem demonstrado que as tentativas do INCRA de impor uma definição do espaço tem provocado tensões e o resultado dessas questões tem sido desastroso, quase sempre ocorrendo o abandono das casas construídas na agrovila e o estabelecimento da moradia em casas precárias no lote. A disposição espacial pré-existente à formação do assentamento influencia na organização do assentamento. (LEITE *et. al.*, 2004)

Neves (1997), discutindo a forma de intervenção do poder público na constituição dos assentamentos, observa que entre as idealizações estatais e a realização do possível, os embates emergem como constituintes do processo, em virtude as diferentes racionalidades que operam na construção da materialidade da política de reforma agrária.

No tocante a essa questão é possível que as propostas do movimento, como as do governo, podem se distanciar ou mesmo divergir das intencionalidades das famílias assentadas. Autores como Cândido (2001) e Woortmann (1990) em seus estudos evidenciaram que a sociabilidade camponesa está assentada no bairro rural, nas relações vicinais, muitas delas de parentesco e compadrio e que a existência desta solidariedade de vizinhança não é tributária da aglomeração, e, muito menos, da padronização das casas.

Ainda sobre a questão das possíveis distâncias entre as intencionalidades das famílias demandantes/beneficiárias da reforma agrária e os seus representantes, Martins (2003, p.188-189) afirma que a Igreja e o MST,

não tem a menor clareza quanto às orientações altamente conservadoras dos valores fundantes das demandas sociais de sua clientela: a religião, a família, a propriedade, a comunidade, o trabalho familiar. O abismo claro entre a

retórica radical, supostamente de esquerda, e as características sociais próprias dos grupos em nome dos quais falam, já tem se revelado em vários episódios e desencontros, sobretudo após a realização do assentamento dos reivindicantes de reforma agrária.

Os assentamentos rurais, portanto, constituem-se em uma fração de território camponês marcado pela presença de diferentes sujeitos e instituições. É um espaço de aprendizagem e socialização política, onde novos atores políticos são forjados com projetos, concepções e intenções não raras vezes distintos.

### 2.6.1 Assentamentos rurais: “manchas” de desconcentração fundiária ou territórios da reforma agrária?

Frente ao aumento do número de famílias assentadas, divulgadas pelos últimos governos, e da permanência da concentração de terra, evidenciado pelo alto índice de Gini, um questionamento corrente, diz respeito ao impacto desses assentamentos na estrutura fundiária. A tabela a seguir, apresenta dados sobre a estrutura fundiária do país.

**Tabela 6 – Estrutura fundiária do Brasil, 2003**

Estratos área total (ha)	Imóveis	% dos imóveis	área total (ha)	% de área	área média (ha)
Até 10	1.338.711	31,60%	7.616.113	1,80%	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,00%	18.985.869	4,50%	17,2
De 25 a 50	684.237	16,10%	24.141.638	5,70%	35,3
De 50 a 100	485.482	11,50%	33.630.240	8,00%	69,3
De 100 a 500	482.677	11,40%	100.216.200	23,80%	207,6
De 500 a 1000	75.158	1,80%	52.191.003	12,40%	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,90%	50.932.790	12,10%	1.381,80
Mais de 2000	32.264	0,80%	132.631.509	31,60%	4.110,80

Fonte: II PNRRRA, 2003

As grandes propriedades rurais representam mais de 31% dos cadastros registrados no INCRA, e as pequenas (com até 10 hectares) representam mais de 31% dos imóveis rurais, porém, a área dessas propriedades corresponde apenas a 1,8%. Essa situação evidencia que a concentração de terra ainda permanece como uma singularidade trágica da estrutura fundiária do país.

Fernandes (2008) numa tentativa de identificar as alterações na estrutura fundiária do país utiliza os dados do Atlas fundiário brasileiro de 1996 e as informações do cadastro de imóveis rurais do INCRA de 2003 para identificar possíveis mudanças na forma de apropriação da terras, conforme tabela abaixo.

**Tabela 7 - Mudanças na estrutura fundiária brasileira:1992/2003**

Imóveis em há	Área em milhões de hectares			
	1992	%	2003	%
Com mais de 200 (patronal)	245	74	297	71
Com menos de 200 (familiar)	86	26	123	29
Total	331	100	420	100

Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro, 1996; II PNRA, apud Fernandes (2008)

Nessa comparação dos dados, Fernandes (2008, p. 204-205) identificar que no período de 1992 a 2003 ocorreu um aumento de imóveis rurais no país da ordem de 89 milhões de hectares, assim distribuídos: “37 milhões dos imóveis com menos de 200 hectares” e aumento de “52 milhões de hectares dos imóveis de mais de 200 hectares”. O aumento dos imóveis com área inferior a 200 hectares, “pode ser explicado parcialmente se considerarmos a incorporação de 20 milhões advindos da implantação dos assentamentos” nas últimas décadas<sup>76</sup>. Quanto ao aumento da área dos imóveis acima de 200 hectares as hipóteses levantadas pelo autor são as seguintes:

a) devido às ocupações, os latifundiários passaram a declarar com precisão as áreas dos imóveis [...]; b) a incorporação de áreas em faixas de fronteiras e/ou de terras devolutas; c) a incorporação de áreas de menos de 200 hectares, o que significa desterritorialização das propriedades familiares, que parece não ter sido tão intensa (FERNANDES, 2008, p.205).

<sup>76</sup> Os estudos de Leite et. al.(2004) indicam que entre 1995 a 1999 a área da reforma agrária correspondia a 23.852.219 hectares.

Diante desses dados, tem-se uma avaliação que as ocupações de terra desempenharam um papel de destaque no aumento das unidades da agricultura familiar no Brasil. Segundo Ferrante e Barrone, (1998, p.127), coube ao Estado, diante da intensificação da movimentação social no campo na década de oitenta e noventa, “a iniciativa de ‘amortecer’ o movimento, também por meio de uma política de assentamentos rurais.” As intervenções do poder público, com a implantação dos assentamentos teriam por tarefa o estabelecimento de freios para as tensões e conflitos que marcam o campo brasileiro.

Corroborando com esta visão, Carvalho (2005, p.1), afirma que se depreende das práticas governamentais recentes, “ao menos desde 1984, que no limite, se exercita uma política compensatória e populista de assentamentos de trabalhadores rurais sem terra como consequência dos processos contemporâneos de ocupação de latifúndios pelos próprios sem terra”. Para os partidários do paradigma da “questão agrária”, o Estado brasileiro, não desenvolveu uma política de reforma agrária e sim, tem implementado uma política compensatória de assentamentos rurais.<sup>77</sup>

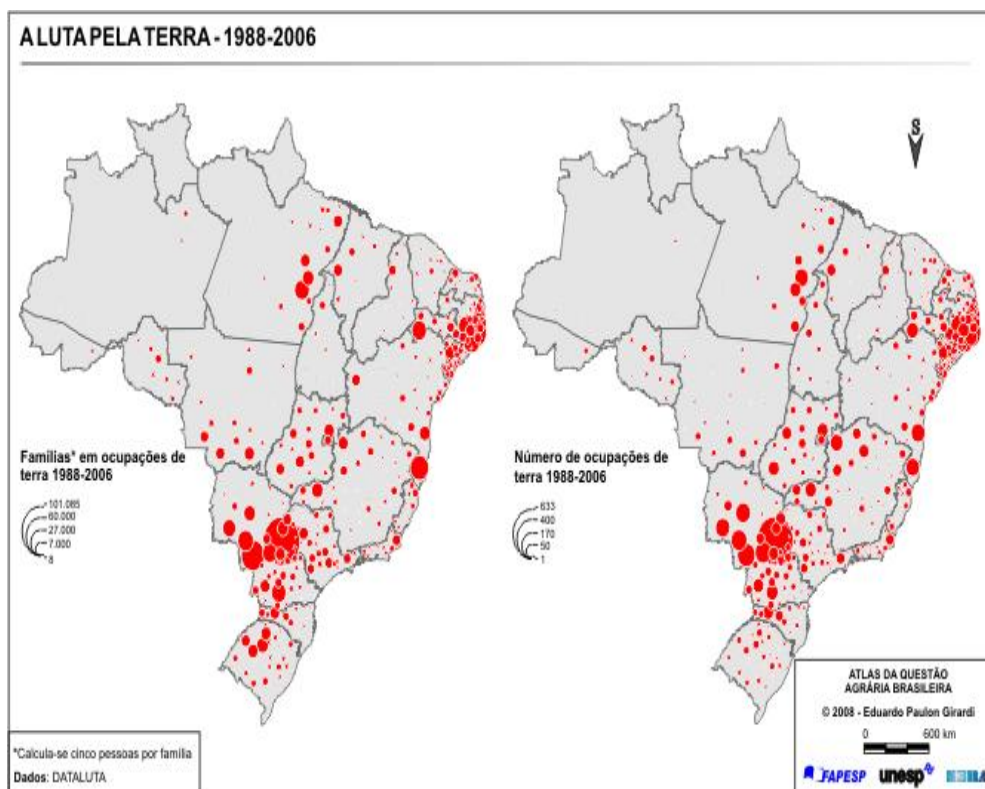
Segundo Oliveira (2004),<sup>78</sup> a base da política agrária dos últimos governos é compensatória, pois “no planejamento governamental não se inclui o setor como capaz de gerar simultaneamente empregos, renda e volume de produção significativa”. A política de reforma agrária tem atuado muito mais sobre os efeitos dos problemas e não sobre a causa, ou seja, a intervenção pública objetiva (com os assentamentos) o estabelecimento de freios diante das tensões e conflitos no campo e não a alteração da estrutura fundiária do país. A figura a seguir, com o mapa das ocupações de terras contribuem nesse entendimento.

---

<sup>77</sup> Araújo (2000, p.133) destaca que as políticas compensatórias visam “reduzir os efeitos negativos da dinâmica econômica dominante (exclusão ou desigualdade social, miséria) e tem como público-meta pessoas não necessariamente inseridas no processo produtivo (como crianças, idosos, desempregados)”. Para Buainain; Romeiro; Guanzioli (2003, p.340), “a abordagem da política compensatória equivale a tentar manter o nível da represa apenas através do controle da vazão de água, que, no entanto, é muito inferior à vazão do próprio riacho.” As políticas compensatórias compreendem um conjunto de medidas que objetivam amenizar os desequilíbrios sociais, em suas consequências, não interferindo em sua geração. As políticas de combate a pobreza como, “Bolsa Família” ou as “Políticas de cotas” podem ser classificadas como compensatórias por atuarem nos efeitos dos problemas e não nas suas causas geradoras.

<sup>78</sup> Conforme entrevista na revista do CREABA, edição nº 09 - out/nov/dez de 2004. Disponível em: < [http://www.creaba.org.br/Revista/Edicao\\_09/entrevista\\_09.asp](http://www.creaba.org.br/Revista/Edicao_09/entrevista_09.asp) >. Acesso em 10.jan..2009

**Figura 01 – Ocupações de terras no Brasil (1988-2006)**



**Fonte:** Atlas da Questão Agrária Brasileira- NERA/DALUTA 2008

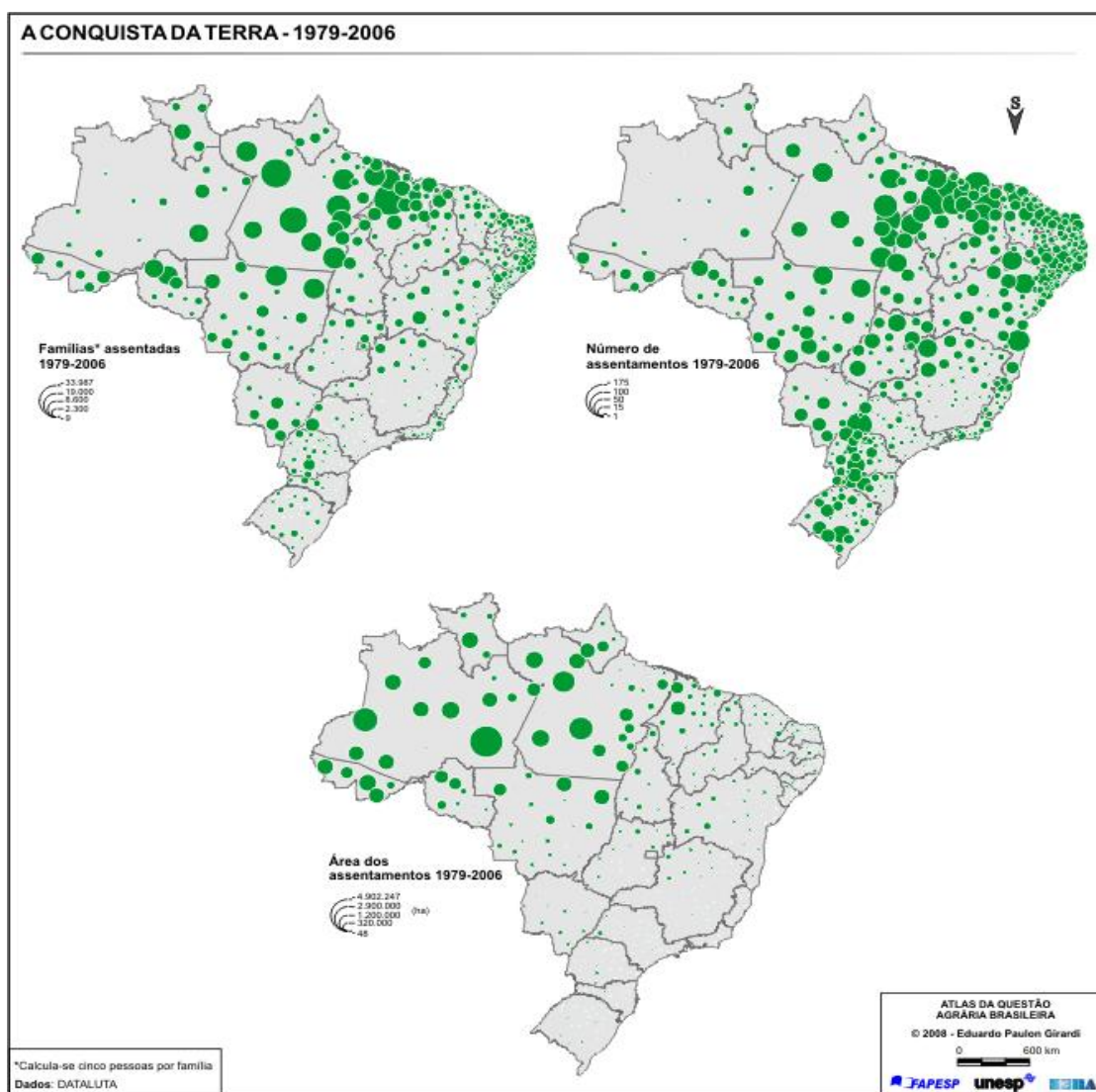
possível identificar uma concentração de ocupações de terra na região Sul e no Nordeste do país, no período de 1988 a 2006. Nos estados da região Norte observamos pequena quantidade de ocupações, apenas no Sul do Pará verificando-se uma concentração significativa de famílias e de ocupações de terras. Segundo Girardi (2008), nesse período, foram realizadas 7.009 ocupações envolvendo 1.047.320 famílias acampadas, números que expressam a gravidade do problema da luta pela terra no país. A concentração de famílias acampadas no Nordeste e Sudeste ocorre porque é nessas regiões que se concentram grande quantidade da população brasileira e por que

também se concentram os milhões de expropriados e camponeses em vias de desintegração devido à modernização da agricultura e industrialização do país, não planejadas de forma adequada para garantir a distribuição da riqueza. Além da concentração populacional, as regiões de ocupação consolidada, onde se concentram as ocupações de terra, são caracterizadas pela melhor infraestrutura para produção, maior mercado consumidor e acesso a serviços básicos como educação, saúde, eletricidade e saneamento (GIRARDI, 2008, p.1-2).

Conforme já referido, as ocupações de terras nessas regiões constituem uma resposta a intensificação da modernização da agricultura e da urbanização das últimas décadas. Além

disso, por conta do que Girardi chama de ocupação consolidada, essas regiões apresentam as melhores condições de infraestrutura (mercado, estradas, serviços, dentre outros), que desempenham um papel importante para a viabilização da reforma agrária. A figura abaixo apresenta o mapa com a localização dos assentamentos rurais implantados pelo poder público.

**Figura 02 - Assentamentos, famílias assentadas e área dos assentamentos no Brasil (1979-2006)**



**Fonte:** Atlas da Questão Agrária Brasileira – NERA/DALUTA 2008.

A comparação das figuras 3 e 4 indica que a ação do Estado está presente significativamente nas áreas de conflitos/tensões no campo, ou seja, onde há ocupação de terra, chegam, via de regra, como consequência, os assentamentos. Contudo, cabe observar

que na região Norte, verificamos uma maior ocorrência de assentamentos rurais implantados pelo Estado, e um número menor de ocupações de terras, se comparado com as outras regiões.

Essa situação pode ser explicada por conta da política de colonização dos “espaços vazios”, implementada pelo poder público desde a década de 1930, no Estado Novo, sendo fortalecida pelo INCRA, na ditadura militar; ou ainda por conta da regularização fundiária de posses tradicionais, com a formação de assentamentos agroflorestais, especialmente na Amazônia, que ganharam impulso nos últimos anos.

Leite *et. al.* (2004. p. 258), numa tentativa de explicar a permanência da concentração da terra no Brasil, informam que as ações de reforma agrária baseada na política de assentamentos rurais, implementada de forma mais intensa nas últimas décadas, produziu, “manchas localizadas de desconcentração fundiária”. Essas se concentram, especialmente onde há forte atuação dos movimentos sociais. Contudo destacam que,

a criação dos assentamentos implicou alguma redistribuição fundiária e viabilizou o acesso à terra a uma população de trabalhadores rurais em geral já residentes na própria região, mas não alterou radicalmente o quadro da concentração fundiária no nível estadual ou mesmo no nível das machas[...]. No entanto, no nível local (dos municípios e dos estratos de tamanho de estabelecimentos) as alterações na estrutura agrária são mais visíveis e chegam a ser bastante significativa.

Pelo exposto é possível inferir que o impacto desses assentamentos é sentido no plano local, posto que, onde, via de regra, existia o latifúndio, com a instalação do assentamento, passa a vigorar o parcelamento da terra e novas relações de produção que tendem a reforçar o mercado local e a produção familiar.

Segundo Neves (1997), a intervenção do poder público resultou numa “reforma agrária em migalhas”, visto que as áreas reformadas não alteram a estrutura fundiária das regiões que, geralmente, continuam extremamente concentradas. E considerando que as alterações na estrutura agrária são mais visíveis ao nível local, não se pode classificar a política de assentamentos rurais como um profundo processo de reforma da estrutura fundiária. (HEREDIA, 2004).

A precariedade da infraestrutura dos assentamentos acompanha o padrão de escassez do meio rural brasileiro, onde há principalmente camponeses pobres. Cabe observar, a partir das observações de Leite *et. al.* (2004) que os serviços e equipamentos de infraestrutura implantados nos assentamentos acabam beneficiando de forma direta ou indireta o conjunto da população rural próxima, ou seja, a população que fica no entorno dos assentamentos passa

a utilizar as benfeitorias que resultam das políticas públicas, tais como: estradas, transporte escolar, escolas, energia elétrica.

Por fim, Leite *et.al.*(2004), destaca que o sucesso ou insucesso dos programas de reforma agrária se relacionam diretamente com as condições de infraestrutura que são criadas nos assentamentos por intermédios das políticas publicas e o reflexo dessas políticas sobre a população assentada.

Num esforço de síntese poderíamos afirmar que as manchas de redistribuição fundiária se caracterizam pela concentração de assentamentos em determinadas regiões do território nacional, notadamente aquelas que tem maior atuação dos movimentos sociais do campo, ou seja, onde os movimentos sociais atuam de forma mais organizada pressionando o Estado pela desapropriação dos latifúndios, utilizando a ocupação de terra como a estratégia de luta. Além disso, os assentamentos promovem um reordenamento do uso da terra nas localidades onde estes são instalados, visto que a divisão da terra em pequenas unidades produtivas representa uma redistribuição fundiária, promovendo também alterações no processo produtivo, posto que a produção se diversifica e novas atividades são introduzidas.

Em que pese o fato do caráter não reformador dos assentamentos rurais apontado por algumas abordagens (OLIVEIRA 2007, GIRARDI 2008, LEITE ET AL 2004, FENANDES 2008), os estudo sobre os impactos econômicos, sociais e políticos deste instrumento da política agrária do país têm evidenciado que a implantação dos assentamentos aparece como “uma alternativa de trabalho e acesso a terra” para “uma população tradicionalmente excluída e que enfrentava no momento anterior [a ocupação] uma *instável e precária inserção no mundo rural/agrícola*”( LEITE, *et. al.* 2004, p. 258, grifo nosso).<sup>79</sup>

No capítulo a seguir, direcionaremos o foco da discussão para a realidade agrária do Piauí com objetivo de identificar os impactos dessas políticas no campo piauiense.

---

<sup>79</sup> No quinto capítulo retomaremos essa discussão quando discutiremos a trajetória social e o perfil das famílias do Assentamento 17 de Abril.



### III OS (DES)CAMINHOS DA INTERVENÇÃO PÚBLICA NA QUESTÃO AGRÁRIA E FUNDIÁRIA NO PIAUÍ

A questão agrária piauiense, ao longo de sua história, insere-se no processo de colonização e ocupação do Nordeste brasileiro, marcado por três pilares principais: a alta concentração da propriedade da terra, a exploração da monocultura canavieira e a pecuária extensiva.

No Piauí, a problemática da concentração fundiária e da luta pela terra tem suas raízes no processo de colonização. Uma particularidade do Estado, diz respeito ao seu surgimento como fornecedor de gado para o restante do país. A instalação das fazendas de gado foi utilizada como estratégia para assegurar o domínio do território pela coroa portuguesa.<sup>80</sup> Segundo Rocha (1988, p. 30) a pecuária bovina, desenvolvida em vastas extensões de terra, foi a atividade preponderante por todo o período colonial, e até o início do século XIX representava a “principal fonte de geração de riqueza para fazendeiros e comerciantes”, desempenhando um papel fundamental “para a estruturação do poder público no período vigente.”

Segundo o PRRA (2005), no tocante a intervenção do poder público na estrutura fundiária, as primeiras incursões foram de iniciativa do governo federal, por meio de ações de colonização, tais como a criação, em 1932, do Núcleo Colonial de David Caldas (350 famílias) e, em 1959, do Núcleo Colonial do Gurguéia (260 famílias). Segundo o PRRA (2005), essas ações foram descontínuas e não provocaram alteração na estrutura fundiária.

Martins *et. al.* (2003), destacam que em 1946 a União transferiu oficialmente para o Estado do Piauí cerca de 8 (oito) milhões de hectares de terras devolutas ou de ausentes. Esse patrimônio fazia parte das fazendas nacionais e passaram para a condição de fazendas estaduais. Conforme Martins *et. al.* (2003, p. 222), o Piauí teria autonomia suficiente para “traçar diretrizes próprias, pelo menos para o uso daquelas terras que constituem patrimônio do Estado, ou de atuar no mercado de terras, tendo em vista o aumento da produção de alimentos e desenvolvimento de um mercado interno de bens de primeira necessidade”.

---

<sup>80</sup> Nunes (2001, p. 41), discorrendo sobre a ocupação do Piauí, no período colonial, destaca que no início da ocupação, período que ele chama de “tribal”, o contingente populacional do Estado era de 438 habitantes (211 eram escravos, 64 índios e 163 homens livres) para 129 fazendas de gado, com pouco mais de 03 (três) pessoas por fazenda. Esse dado evidencia que a pecuária extensiva foi implementada com reduzida mão-de-obra, ou nas palavras do autor, com “tão pouca gente a ocupar tão grande área geográfica”.

Contudo, segundo eles, a camada dirigente não criou condições para o estabelecimento de políticas orientadas para a reforma da estrutura fundiária, tais como: reforma agrária, fundo de terras ou arrendamento social da terra.

Assim, o Estado operara como concentrador de terras<sup>81</sup> e riquezas, reforçando práticas patrimonialistas, o que, para alguns estudiosos da vida política nacional, tem perdurado durante os séculos.

Na década de 1970, por meio da Lei Estadual nº 3.271/73 as terras devolutas foram incorporadas ao “patrimônio da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), autorizando a alienação de terras públicas a empresários interessados em investir no Piauí, mediante a apresentação de projetos de desenvolvimento” (PPRA, 2005, p.18).

Além da COMDEPI, empresa pública que atuava, nessa questão, realizando distribuição de terras para os interessados em produzir, o governo do Estado, em 1980, criou o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) tendo por finalidade o desenvolvimento de ações de reforma agrária. Segundo o PPRA (2005), após a constituição desse órgão, o assentamento de famílias no Piauí passou a ser realizado por meio de ações de aquisição de terras, bem como pelo uso das terras públicas estaduais. No entanto, a criação de órgãos como o INTERPI, ou o desenvolvimento de ações de distribuição de terras descontínuas não provocaram grandes alterações na estrutura fundiária piauiense.

A utilização de grandes extensões de terra para a pecuária bovina é uma das especificidades do uso da terra no Piauí, com o agravante de que quanto maior é a extensão de terra destinada a esta atividade, menor é a quantidade de bovinos na área. Essa situação revela a ociosidade do “fator terra nos grandes estabelecimentos, com implicações negativas sobre a produção agrícola” (MARTINS *et. al.* 2003, p. 119).

Na década de 1970, o Piauí, assim como outros Estados do país, experimenta o processo de modernização de agricultura.<sup>82</sup> Os estudos sobre essa questão tem evidenciado

---

<sup>81</sup> Fernandes (1999), em estudo sobre o caráter concentrador da terra e o aumento do número de latifúndios no Brasil, no período da ditadura militar, destaca a existência de vinte e sete “superlatifúndios, que ocupavam uma área maior que o Estado de São Paulo” (p. 41-42). Neste estudo, a Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), aparece como proprietária de 1.076.752 mil hectares de terras, descontínuas nos municípios piauienses de Castelo do Piauí, São Miguel do Tapuio, Pimenteiras, Manoel Emídio, Nazaré do Piauí, São Francisco do Piauí, Oeiras, Canto do Buriti, Floriano, Ribeiro Gonçalves e Uruçuí. Essa situação, segundo o autor, colocava a referida companhia na sétima posição entre os superlatifúndios do país.

<sup>82</sup> Os estudos de Veloso Filho (1998), Nogueira (1997), Monteiro (2002), Moraes (2000), Vilela (1999), Pereira (2004), entre outros, constituem esforços significativos que ajudam na compreensão do processo de modernização da agricultura piauiense.

que o poder público desempenhou um papel importante, atuando como indutor desse processo. Veloso Filho (1998), em estudo sobre as transformações na estrutura produtiva do Piauí, destaca que as mudanças na base técnica da produção agrícola, entre as décadas de 1970 e 1980, se distanciavam das transformações que estavam ocorrendo no restante do país.

Veloso Filho (1998), utilizando as informações dos censos agropecuários de 1970 e 1980, referentes ao uso de máquinas, fertilizantes e corretivos químicos, dentre outros insumos, introduzidos nos estabelecimentos agrícolas no Brasil, como parte do pacote tecnológico, que ficou conhecido como revolução verde, evidencia que em 1970, 18,6% dos estabelecimentos agrícolas do país usavam fertilizantes, enquanto no Piauí apenas 1,9% dos estabelecimentos faziam uso desse insumo. Na década de 1980, 54,9% dos estabelecimentos agrícolas do país faziam uso de fertilizantes na agricultura, e no Piauí o uso era de apenas 2,0%. Esse dados indicam que o ritmo da modernização agrícola no Piauí não seguiu o ritmo das regiões onde o capitalismo encontrava-se mais desenvolvido no campo, notadamente no Centro-Sul do país.

Tomando como referência os dados preliminares do censo agropecuário de 2006 observaremos que dos 246.229 estabelecimentos agropecuários existentes no Estado, apenas 2.549 possuem tratores, o que equivale a aproximadamente a 1,0% dos estabelecimentos do Estado, sendo que o número de tratores nos estabelecimento é de 3.737, ou seja, 1.4 tratores por estabelecimento. Comparando os dados do Piauí com o estado do Rio Grande Sul, identificamos diferenças substantivas, visto que dos 442.564 estabelecimentos agropecuários do estado, 117.816 estabelecimentos possuem tratores, o que equivale a 26% dos estabelecimentos. Em face desses dados cumpre reconhecer que a modernização da agricultura piauiense ainda caminha a passos lentos.

Conforme Nogueira (1997), mesmo de forma lenta, a modernização do campo piauiense altera as relações sociais e estimula a emergência de novas tensões. Nogueira (1997, p.106), chama atenção para a natureza dos conflitos agrários e para a dinâmica das questões e dos sujeitos que protagonizam as disputas nesse período. Segundo ele,

[...] a maior parte dos conflitos envolve unidades familiares ou pequeno número delas, as principais questões de terra confrontam, de um lado, empresas rurais e, principalmente, proprietários tradicionais e, de outro, famílias residentes há décadas nas áreas, geralmente como parceiros-moradores, mas também como posseiros. Este é o caso da região mais conflagrada do Estado que abrange municípios como Barras, José de Freitas, Esperantina, União, Nossa Senhora dos Remédios, Porto, Luzilândia, etc.

Esses fatores alteraram as relações sociais que se haviam cristalizado no campo, modificando a natureza e dinâmica dos conflitos agrários no Estado.

os conflitos, envolvendo agora grupos de dezenas e até centenas de famílias submetidas à ameaça de expulsão de locais onde residem há muitas gerações. Nestas ocasiões os ingredientes são os mesmos que se apresentam no restante do Brasil: a impunidade, a ação violenta da polícia, a indiferença de boa parte da sociedade e do poder legislativo e o comprometimento iníquo e claro do poder executivo e do poder judiciário. Uma vez expulsas as famílias, seu destino não é mais outra propriedade, mas a periferia das pequenas cidades ou as favelas de Teresina.<sup>83</sup>

Em face dessa situação, as famílias de trabalhadores rurais foram colocadas numa situação que apresentava como possibilidade a resistência diante das investidas do capital no campo, por meios dos projetos, vinculados, especialmente da pecuária bovina, ou o êxodo rural, visto que muitas famílias foram expulsas de seus locais de moradia e trabalho, tendo que migrarem para as cidades.

Na perspectiva de Martins *et. al.* (2003), a modernização da agricultura piauiense apresentou uma feição conservadora, posto que os projetos estavam vinculados a pecuária extensiva, atividade produtiva que desde o processo de colonização ocupava posição de relevo na economia, sendo uma de suas características a pouca utilização de mão-de-obra. A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>84</sup> foi responsável por subsidiar projetos para a criação de gado no Piauí para os grandes proprietários de terras, o que provocou a concentração de terras férteis para serem utilizadas como pastagem e o fortalecimento das correntes de migração de segmentos da população do campo, notadamente os meeiros e posseiros, para as cidades.

Como parte do processo de modernização da agricultura piauiense, o governo do Estado passou a incentivar a ocupação dos cerrados por agentes interessados em investir em atividades agrícolas. Dessa forma, o Estado seguiu os passos do poder público na esfera federal que agiu como principal incentivador do uso produtivo dos cerrados brasileiros, com subsídios, créditos para facilitar a instalação das empresas capitalistas no campo. A

---

<sup>83</sup> No quarto capítulo quando discutiremos a trajetória das famílias assentadas no Assentamento 17 de Abril verificaremos que boa parte delas migraram do campo para a cidade entre as décadas de 1970 a 1980.

<sup>84</sup> A SUDENE foi criada pela Lei nº 3.692, em 1959. Os objetivos do Estado com a criação era a promoção e a coordenação do desenvolvimento do Nordeste e sua integração as outras regiões do país. A criação foi coordenado pelo economista Celso Furtado e envolveu diferentes segmentos, tais como empresários industriais, políticos interessados no desenvolvimento industrial da região, representantes de forças populares e de esquerda. No ano de 2001, em face das denúncias de desvio de finalidade no desenvolvimento das ações, o governo federal decretou a extinção da superintendência. O governo Lula relançou a SUDENE defendendo que a superintendência é um instrumento importante para estimular o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades regionais.

COMDEPI ficou responsável pelo repasse de terras aos interessados em investir nos cerrados piauienses. A regulamentação que tratava da ocupação dos cerrados apresentava as seguintes orientações:

a) se uma empresa tem condições para investir num projeto de até 25 mil hectares, o governo do Estado, através da COMDEPI, põe a sua disposição a terra requerida. Para pessoas físicas o limite máximo é de 3.000 hectares. A Companhia, num primeiro momento, torna-se sócio do projeto sem ainda vender a terra. b) seguindo ainda as diretrizes, transcorrido o prazo de cinco anos e o projeto não estando implantado, a terra retorna ao patrimônio do Estado e o negócio fica automaticamente suspenso. Mas, se o projeto for levado em frente, o pecuarista tem opção de comprar a terra, variando o preço do hectare de acordo com o município (45 a 80 cruzeiros de 1977) (Fundação CEPRO, 1979, p.206, *apud* MONTEIRO; REYDON, 2006, p.100).

Contudo a ocupação produtiva, nos moldes da empresa capitalista no campo, só se efetiva de fato, com a produção de soja na década 1990, quando esse movimento é intensificado, principalmente pela presença dos agricultores do Sul do país.<sup>85</sup> Um aspecto que tem sido colocado em relevo pelos estudiosos da modernização do campo piauiense diz respeito a forma como tem ocorrido a incorporação das terras públicas pelos empreendimentos produtivos na região dos cerrados<sup>86</sup>. A ocupação produtiva do cerrado deve ser entendida, portanto, dentro do processo de ampliação da fronteira agrícola nessa região, sendo impulsionada pelo Estado, utilizando a disponibilidade do recurso terra e incentivos públicos nesses processos.

Moraes (2000), em estudo sobre a agricultura camponesa nos cerrados piauienses, destaca que os camponeses da região utilizavam para a sua reprodução social as terras dos baixões e das chapadas de forma tradicional, produzindo basicamente para a subsistência. Contudo, no movimento de territorialização do capital no campo pelo desenvolvimento do complexo carnes/grãos, restrições de usos das terras, especialmente das chapadas, se impõem aos camponeses visto que esses segmentos

tornam-se impossibilitados de fazer uso das chapadas, seja como faziam de forma tradicional, seja como fazem os produtores capitalizados e

<sup>85</sup> Moraes (2000) destaca que uma parte dos gaúchos que chegaram aos cerrados nordestino vinham do Estado de Mato Grosso. Num primeiro momento, a ocupação dos cerrados foi implementada na Bahia e no Maranhão.

<sup>86</sup> Conforme Moraes (2000) e Monteiro (2002) o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos conflitos agrários e da análise jurídica das alienações das terras públicas patrimoniais, criada pela Assembleia Legislativa do Piauí em 1997 identificou que o governo, no ímpeto de atuar como um incentivador do desenvolvimento da região passou a comercializar as terras públicas com o preço de venda inferior ao estipulado para as terras da região, como forma de incorporá-las aos empreendimentos agrícolas da região dos cerrados

tecnificados, uma vez que não tem condições de atingir o nível de capital e tecnologia exigido para se atingir a escala de produção com a viabilidade econômica para o agronegócio de grãos, que no caso da soja, por exemplo, implica uma área mínima de 500 hectares. Ora, uma vez excluídos das possibilidades de uso dos recursos das chapadas ao seu cálculo econômico, nos moldes tradicionais, passam a arrendar terras das chapadas para o cultivo de arroz de sequeiro. [...] (MORAES, 2000, p.283).

A introdução de práticas produtivas orientadas pela racionalidade da empresa capitalista no campo, provoca alterações na sociabilidade dos sujeitos do campo, e produz impactos significativos no ambiente. Os estudos de diferentes disciplinas têm evidenciado que, no processo de modernização da agricultura, os camponeses que não são incorporados aos complexos, na condição de assalariado rural, são geralmente expulsos de suas terras, tendo que migrarem para as periferias das cidades, e os que permaneceram tem seus espaços de produção reduzidos, muitos ainda, entram em disputa com a empresa capitalista para garantir a sua reprodução social.

O Piauí tem, como uma de suas características o seu caráter rural, que ainda marcam presença nos dias atuais, haja visto que segundo os dados do IBGE de 2007, aproximadamente, 36% da população vive no campo piauiense, o que corresponde a 1.087.581 pessoas. E boa parte dessa população do campo vive da agricultura de subsistência. Cabe destacar que apesar da população rural ter aumentado em números absolutos em relação ao censo de 2000, ocorreu uma redução de 2% no que diz respeito aos valores relativos, passando de 38% para 36%.

Os debates e as polêmicas sobre os critérios que são utilizados para definir o que é urbano e rural no Brasil<sup>87</sup> podem trazer outras contribuições e redimensionar esses dados, visto que institutos de pesquisa e estudiosos caracterizam o rural e o urbano de forma diferenciada. Assim, a partir do que evidencia Andrade (1993, p.25) “muitas das cidades e vilas nordestinas [em particular as piauienses] são verdadeiros aglomerados rurais”. Ainda sobre o papel desempenhado pela população que vive no campo, Wanderley (2004, p.83), destaca que,

---

<sup>87</sup> Fernandes observa que os critérios utilizados na definição de urbano e rural no Brasil são determinados pelo IBGE que se utiliza de elementos frágeis para a classificação. Associada a esta questão encontra-se na literatura autores que advogam o fim do rural, com uma posição de que a cidade é o lugar que num futuro próximo abrigará toda a população. Ainda sobre essa questão Teófilo, (2002, p.14) destaca que diversos autores, dentre eles Sachs (2002), tem se posicionado de forma contrária ao “mito do esvaziamento do campo”, evidenciando, em seus trabalhos, que as estatísticas, são construídas tomando por referencia “critérios contestáveis e obsoletos”. Por fim afirma que “o Brasil rural e periurbano é bem maior do que se pensava. São mais de 70 milhões de pessoas. Outrossim, um terço dos municípios rurais ostenta taxas de crescimento demográfico superiores à média nacional”

A população que vive no meio rural é, assim, responsável por um duplo movimento da sociedade, que, por um lado, dinamiza a vida local – na medida mesma em que é a fonte da configuração da paisagem, do uso e da preservação dos recursos naturais e sociais e da intensidade da vida social local – e, por outro lado, estabelece as formas de relacionamento com a cidade e com a vida pública, para além do espaço local.

A população que vive no campo além de ser responsável pela configuração do espaço rural, ela não se encontra isolada, distantes dos processos que correm nas cidades, ao contrario é uma população responsável pela dinamização tanto do espaço rural como urbano. As feiras realizadas nas pequenas cidades do nordeste expressam bem essa situação, posto que esse é um dos momentos que a população rural dinamiza o espaço urbano. Ainda, sobre esse aspecto, cabe destacar que nessas cidades os benefícios pagos pela Previdência Social, dentre eles, a aposentadoria rural tem se convertido como uma das principais fontes de renda e circulação de dinheiro<sup>88</sup>. Na tabela a seguir, apresentamos dados sobre a composição dos municípios no Piauí.

**Tabela – 8 Número de municípios por tamanho da população residente - 2007**

CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO (HABITANTES)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS		CONTAGEM DA POPULAÇÃO	
	Quantidade	%	Total	%
<b>Piauí</b>	<b>223*</b>	<b>..</b>	<b>3.032.421</b>	<b>..</b>
Até 5.000	82	36,77	311.775	10,28
De 5.001 até 10.000	81	36,32	537.649	17,74
De 10.001 até 20.000	38	17,04	528.220	17,42
De 20.001 até 50.000	17	7,62	547.210	18,04
De 50.001 até 100.000	03	1,34	186.789	6,16
De 100.001 até 500.000	01	0,45	140.839	4,64
Mais de 500.000	01	0,45	779.939	25,72
<b>Nordeste</b>	<b>1.793</b>	<b>..</b>	<b>51.534.406</b>	<b>..</b>
<b>Brasil</b>	<b>5.564</b>	<b>..</b>	<b>183.987.291</b>	<b>..</b>

**Fonte:** IBGE/ Contagem da População, em 01/04/2007 *apud* Anuário do Piauí, 2009.

<sup>88</sup> Para ilustrar essa questão, a revista *Época* (1999, p.29) em matéria que discutia o peso dos benefícios pagos pela previdência social na economia dos pequenos municípios brasileiros, destaca que “dos 1.010 municípios considerados em ‘condição de pobreza’ 75,2% tem receitas previdenciárias superiores ao FPM”. No Piauí, a cidade de São Julião representava bem a situação dos municípios com desproporção entre o que recebiam e o que arrecadavam para previdência social., haja visto que, segundo a matéria, os contribuintes do municípios necessitariam de 839 anos para arrecadar o dinheiro que recebem em apenas um ano de benefícios da previdência.

(\*) Em janeiro de 2008 a quantidade de municípios passa para 224, após a posse do prefeito de Nazária, área desmembrada de Teresina, gerando pequena alteração nessa informação.

A composição dos 223 municípios piauienses obedece a seguinte classificação em relação ao número de habitantes: 201 possuem uma população de até 20.000 habitantes (sendo 82 com até 5.000, 81 com até 10.000 e 38 municípios com até 20.000). Considerando que boa parte da população dessas cidades, apesar de morarem nos núcleos urbanos, vivem da agricultura, ou seja, moram na cidade mas produzem no campo é possível afirmar que o Piauí é mais rural do que indicam os números

Entretanto, mesmo sendo um Estado com características rurais e com vocação para a agricultura, os investimentos do poder público para este setor, especialmente para os agricultores familiares, não atendem a ordem das necessidades, sendo o aumento de recursos para a agricultura familiar, uma demanda corrente na intervenção das organizações de trabalhadores rurais. Soma-se a isso a grande concentração de terras.

No tocante a estrutura fundiária<sup>89</sup> do Piauí, os dados tanto do INCRA, quanto do IBGE, têm evidenciado que a concentração de terras é uma das características da estrutura fundiária piauiense, mesmo em face da política de formação de assentamentos rurais implementadas de forma mais intensa a partir da segunda metade da década de 1990. O índice de Gini do Piauí, de 0,755, também evidencia alta concentração de terras no Estado (GIRARDI, 2008). A tabela a seguir, apresenta os dados sobre a estrutura fundiária do Piauí.

As 2.872 grandes propriedades representam 2,4% dos imóveis, e ocupam uma área equivalente a 54,40% do total de hectares cadastrados pelo INCRA, e, desse total apenas 237 são classificados como produtivos, ou seja, 2.635 não atingem os índices de produtividade. Em contrapartida, os imóveis cadastrados como minifúndios representam 67,11% dos estabelecimentos rurais, ocupando apenas 9,77% do total dos hectares cadastrados.

---

<sup>89</sup> O IBGE e o INCRA são duas fontes de dados utilizadas nas análises sobre a estrutura fundiária. Cabe destacar que essas instituições trabalham com conceitos diferentes na produção de suas informações. “As informações do INCRA, cuja fonte são os dados cadastrais levantados pelo [próprio] INCRA, permitem identificar como se acha distribuído o espaço fundiário entre seus detentores (proprietários e posseiros). Já os dados do IBGE apresenta a forma como os produtores rurais ocupam tal espaço, sendo tais informações extraídas dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”. Disponível em: <[www.incra.gov.br/portal/arquivos/publicacoes/0129300437.pdf](http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/publicacoes/0129300437.pdf)>. Acesso em: 06.mai.2009.

Considerando essas diferenças, optamos por trabalhar, neste estudo com os dados do INCRA, posto que o foco da análise, nesse momento, encontra-se na relação que os sujeitos estabelecem com a terra (proprietários ou não proprietários) e não nas diferentes atividades produtivas que podem existir nos estabelecimentos agrícolas. Ademais, o último Censo agropecuário divulgado amplamente data de 1996 e o último realizado em 2007, ainda não disponível por completo, já que só foram divulgados resultados preliminares, não permitindo uma análise mais detalhada do problema.



**Tabela 9 - Estrutura fundiária piauiense 2007**

<b>Grupo de área (ha)</b>	<b>Nº de Imóveis</b>	<b>%</b>	<b>Área Total (ha)</b>	<b>%</b>
Minifúndio	82.220	67,11	1.902.754,39	9,77
Pequena propriedade	29.281	23,89	3.277.455,00	16,83
Média Propriedade	8.142	6,6	3.694.316,30	19,00
Grande propriedade	2.872	2,4	10.603.094,00	54,40
<b>Total</b>	<b>122.515</b>	<b>100,00</b>	<b>19.477,620,70</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2007.

Frente a essa realidade, diversos movimentos sociais do campo têm utilizado as ocupações de terra como forma de denunciar a concentração da mesma, colaborando assim, para implantação dos assentamentos rurais, contudo, a demanda por terra no Piauí ainda é uma realidade. A tabela a seguir apresenta dados concernentes às ocupações de terras no Piauí até o ano de 2008.

**Tabela 10 - Ocupações de terras registradas pelo INCRA no Piauí**

<b>Associação ou movimento social</b>	<b>Nº de acampamentos</b>	<b>Nº de Famílias Acampadas</b>
FETAG	31	958
FETRAF	7	219
CPT	12	395
Associações de Trabalhadores Rurais	01	38
Resistência Camponesa*	02	91
Quilombolas	03	114
MST	08	325
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>2.140</b>

**Fonte:** Adaptado do Relatório da Ouvidoria Agrária Regional – INCRA/PI, 2008. Relatório do MST, 2009.

(\*) A organização *Resistência Camponesa* se originou de um grupo dissidente no MST-PI, em 2005 e tem atuação limitada ao território Entre Rios, compreendendo os municípios de Teresina e Demerval Lobão.

O Piauí apresenta um número expressivo de ocupações. A ouvidoria agrária do INCRA registra a existência de 61 ocupações, envolvendo 2.140 famílias, localizadas em diferentes regiões do Estado. Essas ocupações são organizadas por diferentes movimentos sociais ou organizações com atuação no campo, dentre eles, a FETAG que organiza aproximadamente 50% dessas ocupações, seguida pela CPT e o MST com 12 e 08 ocupações, respectivamente.

Cabe destacar, a partir do que informa um funcionário da ouvidoria agrária do INCRA, no Piauí, que boa parte desses acampamentos “não obedecem ao formato do que ocorre no Sul e Sudeste, ou seja, não são de ‘sem terra debaixo da lona preta’, na realidade são ocupações, em sua maioria, de posseiros, que há muito tempo moram e trabalham nas terras que estão a reivindicar junto ao INCRA.”

Em síntese, o campo piauiense pode ser caracterizado pela existência de vastas extensões de terras, territórios do latifúndio, e pela presença de médias e grandes fazendas dos complexos do agronegócio de grãos, instalados principalmente na região dos cerrados e o restante da população do campo encontra-se em pequenas propriedades, na condição de posseiros, moradores ou agregados de grandes propriedades, produzindo, geralmente, para a sobrevivência.

### 3.1 OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO PIAUÍ

No Piauí, diferentes órgãos e programas têm implantado assentamentos rurais. Alguns foram criados pelo governo estadual (INTERPI), outros pelo governo federal (INCRA), além dos assentamentos criados pelo Crédito Fundiário e, por fim, os projetos originários da ação de prefeituras. Na tabela a seguir, apresentamos o desempenho do INCRA no que diz respeito aos assentamentos de famílias no Piauí, no período de 1981 a 2002.

**Tabela 11 - Famílias Assentadas Pelo INCRA no Piauí: 1981 - 2002**

<b>Ano(s)</b>	<b>Nº de Famílias Assentadas</b>	<b>Nº de Assentamentos criados</b>
1981 a 1994	1.050	14
1995	712	09
1996	1.073	10
1997	1.390	18
1998	1.451	42
1999	649	23
2000	2.112	35
2001	1.894	88
2002	1.342	62
<b>Total</b>	<b>11.673</b>	<b>301</b>

**Fonte:** INCRA, Relatório SIPRA, 2009.

(\*) Informação construída a partir dos relatórios do SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária), criado em 1994, para armazenar todos os dados dos Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA, em substituição aos controles manuais. Neste sistema constam informações referentes às seguintes categorias: assentamentos em criação; assentamentos criados; assentamentos em instalação; assentamentos em estruturação, assentamentos em consolidação, e assentamentos consolidados, com respectivas formas de Obtenção das Terras, e de Gestão, se única ou compartilhada com Estados ou Municípios (Portaria/MDA/N.º080-24/04/2002).

Conforme podemos verificar, o INCRA, no período de 1981 a 1994 assentou em terras piauienses apenas 1.050 famílias divididas em 14 assentamentos. Esse é um desempenho aquém do esperado, visto que o IPNRA, elaborado no governo Sarney, apresentava a meta de assentar 99.900 famílias até 1989 no Piauí. Conforme Nogueira (1997, p. 76-77), os efeitos do plano no Estado foram praticamente inexistentes. Quando “em 1991, a FAO realiza uma pesquisa sobre a Reforma Agrária no Brasil, o Piauí não participa da amostra porque não possuía(sic) até outubro de 1989 mais de 5 assentamentos”. Tais dados expressam como a implementação do PNRA foi lenta e ineficaz no que se refere a demanda por terra e a própria meta estabelecida para o Piauí, situação que se expressa nos números de famílias assentadas pelo INCRA, visto que até o ano de 1994 apenas 1.050 famílias em assentamentos do governo federal, ou seja, o INCRA, no Piauí, levou 14 anos para se aproximar da meta que deveria ser alcançada em 05 anos.

No período de 1995 a 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o INCRA no Piauí, assentou 11.673 famílias, ou seja, em um intervalo de 08 anos o órgão assentou 10

vezes mais famílias que os 14 anos dos governos anteriores. Este aumento no número de famílias assentadas deve ser entendido no quadro geral das mobilizações por terras deste período, quando as ocupações foram intensificadas para pressionar o poder público a intervir na questão agrária. No Piauí, os três últimos anos (2000, 2001 e 2003) da gestão de Fernando Henrique Cardoso apresentam os melhores resultados, sendo assentadas 5.348 famílias, o que representa aproximadamente 50% das famílias assentadas nas duas gestões do referido governo.

O aumento do número de famílias assentadas expressa tanto a pressão realizada pelos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, como as ações do INCRA no sentido de responder às tensões que aumentavam no campo.

Como já evidenciado nessa dissertação, as primeiras ações do governo Lula no que diz respeito à questão agrária consistiu na elaboração do II PNRA no final de 2003. Após a apresentação desse documento, os estados ficaram com a responsabilidade de construir os planos regionais<sup>90</sup> de reforma agrária. No Piauí, este documento foi elaborado em 2004 com a participação de diversos órgãos do poder público vinculados às ações de reforma agrária, bem como, com os movimentos sociais do campo e representantes dos beneficiários da reforma agrária no Piauí. Na perspectiva do Superintendente do INCRA no Piauí,

o plano regional é, em certa medida, um espelho do plano nacional, que é quem orienta a nossa ação. É um recorte regionalizado, daquilo que foi desenhado nacionalmente, então a nossa ação, está conectada com a ação mais geral nacional. As definições nacionais tem, logicamente resguardadas as particularidades de cada superintendência, uma estratégia que está ligada. Nós não agimos aqui na nossa própria vontade, nós agimos a partir de um referencial teórico metodológico que é nacional.<sup>91</sup>

No que diz respeito a elaboração desse documento, um funcionário do INCRA no Piauí assim se manifesta:

Os planos regionais da reforma agrária foram construídos considerando as diretrizes do Plano Nacional. A construção do plano no Piauí durou mais de um ano e contou com a participação dos órgãos públicos e dos movimentos sociais. No final da elaboração, o MST não concordou com o documento, por isso seu nome não aparece na lista das entidades que assinam a construção do plano. (Marcos, 45 anos)

Para o dirigente do MST, em entrevista a essa pesquisa, a elaboração do PRRA seguiu a lógica que acompanhou a constituição do II PNRA. Nesse sentido, ele afirma que,

<sup>90</sup> A Elaboração dos Planos Regionais da Reforma Agrária constam como uma das orientações do Estatuto da Terra de 1964. Para cada plano nacional, estados ficam com a responsabilidade de elaborar seus planos regionais como forma de compatibilizar as metas nacionais com as metas locais.

<sup>91</sup> Entrevista concedida a esta pesquisadora.

nós do MST fomos convocados pra ajudar a construir o plano [nacional]. Reunimos alguns intelectuais amigos nossos, construímos a proposta, o governo não concordou, cortou pela metade, e essa metade não cumpriu até agora a terça parte. Então na nossa avaliação, esse governo não teve coragem de enfrentar os interesses que sustentam esse modelo que ele está administrando [...] Aqui no Piauí, inicialmente participamos das discussões no Estado, no sentido de construir o plano pra ver se a gente conseguia avançar. Tivemos inicialmente uma participação bastante interessante nesse movimento, no sentido de ajudar a construir o plano, mas acabamos percebendo que era só um engodo, só enrolação, que na prática isso não iria avançar, aí outros movimentos foram se afastando desse processo. (Carlos, 34 anos)

Como podemos observar, os diferentes sujeitos, partilhando de distintas orientações acerca da proposta de reforma agrária apresentam dificuldade para construir um projeto e uma intervenção que possam atender às diferentes concepções que participam do debate. No caso específico do Piauí, as divergências levaram à saída do MST da comissão de elaboração do documento. Assim, o movimento abriu mão de participar do processo de construção do plano por desconfiar da possibilidade desse documento não sair do papel, não ganhando, portanto, materialidade.

No documento encontramos uma caracterização da questão agrária no Estado, além de dados sobre o desempenho dos diversos órgãos responsáveis pela implementação de políticas de reforma agrária, bem como as principais limitações desses órgãos. O plano foi apresentado pelo governo estadual em 2005, objetivando

[...] romper com a prática comum, de até então, das intervenções fundiárias definidas e executadas, muitas vezes, sob demandas dos movimentos sociais, resultando em ações pontuais, sem o planejamento articulado com órgãos e instâncias atuantes na área, sem a inserção e integração participativa dos beneficiários e insuficientes a uma perspectiva de longo prazo (PRRA, 2005, p. 02)

Pelo exposto, a atenção é chamada pelo reconhecimento da fragilidade das ações de reforma agrária e que estas padecem de planejamento e tem se caracterizado, muito mais, por intervenções pontuais visando o atendimento das demandas dos grupos mobilizados em luta pela terra, do que a implementação de ações planejadas pelo poder público. Das discussões em torno da avaliação das intervenções públicas na problemática da terra no Piauí, saíram os seguintes eixos de atuação: Acesso à Terra e Reordenamento Territorial; Novo Modelo de Assentamento;<sup>92</sup> Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos e Qualidade de Vida nas Áreas Reformadas e Geração de Renda (PRRA, 2005).

---

<sup>92</sup> Na avaliação do processo de implantação dos assentamentos rurais no Piauí, os sujeitos envolvidos na elaboração identificaram os limites da intervenção pública nessa questão e por fim apresentaram um conjunto

O PRRA apresenta variadas ações para garantir a implementação da reforma agrária no Piauí. Essas ações e metas foram construídas considerando o exposto no II PNRA, e deveriam ser implementadas pelos diferentes órgãos que operam nessa questão e participaram da sua elaboração.

Ao final do processo de elaboração do documento, as metas foram definidas nos seguintes termos: O INCRA ficou com a responsabilidade de assentar 30.800 novas famílias no referido período; o Programa Crédito Fundiário, por meio das ações complementares de reforma agrária (compra e venda de terra) ficou com a meta de assentar 25.455 novas famílias. No que tange a regularização fundiária foi estabelecido a meta de regularizar 337.121 hectares de terras, ação que deveria ser realizada em parceria do governo estadual com o Federal. No que diz respeito ao reconhecimento e titulação das comunidades quilombolas,<sup>93</sup> o PRRA acolheu as orientações do II PNRA e estabeleceu como meta, o assentamento de 1.644 mil famílias em áreas de remanescente de quilombos. Cabe destacar ainda, que o PRRA não estabeleceu metas para o reconhecimento de terras indígenas<sup>94</sup> e áreas de Reservas Extrativistas (RESEX).<sup>95</sup> Na tabela a seguir, apresentamos as metas do PRRA do Piauí para período de 2003 a 2010.

---

de recomendações para a implantação de um novo modelo de assentamento, tendo como referencia as especificidades dos territórios e das famílias envolvidas no processo visando garantir a melhoria da qualidade de vida nesses espaços. Segundo o PPRA (2005, 44) as estratégias para a implantação desse novo modelo de assentamento seriam as seguintes: “uniformização de tratamentos para os diferentes modelos de assentamentos; envolvimento dos conselhos municipais existentes; assessoria permanente; orientação das ações seguindo as características dos territórios (IDH-M e infraestrutura básica); busca de alternativas para otimizar os recursos para moradia; titulação coletiva em nome da entidade representativa dos assentados (associação). Quanto a moradia nos assentamentos propõe: aprovação, em assembléia geral, da forma “de construção e parceria com recomendação de utilização de mão-de-obra local; inclusão, no valor do crédito, de recursos para a construção de uma cisterna para cada casa a ser construída, na região do semiárido”, no tocante a representação política das famílias o documento propõe a “desestimulação a assentamentos com elevado número de famílias sob gestão de uma única entidade (associação), dentre outras recomendações.

<sup>93</sup> Conforme consta no PRRA (2005), no Piauí existem 51 comunidades rurais quilombolas, composta por 1.433 famílias. Segundo informação de técnico do INCRA que trabalha no setor responsável pelo acompanhamento dos processos de regularização das áreas quilombolas, no período de 2003 a 2008 foram reconhecidas apenas 05(cinco) comunidades quilombolas no Piauí. A titulação das referidas áreas foi realizada pelo governo do Estado.

<sup>94</sup> O não estabelecimento de metas para o reconhecimento de áreas indígenas se relaciona com o nosso passado histórico, e aqui já evidenciado, visto que no período de ocupação do território piauiense pelos portugueses, as populações indígenas, que habitavam essas terras, foram em sua maioria dizimadas pelo colonizador (MACHADO, 2002). Contudo, o plano destaca ainda que se ocorrer a identificação de áreas com populações remanescentes indígenas, as áreas serão reconhecidas e incorporadas às ações previstas no PPRA.

<sup>95</sup> Segundo o aludido plano (p. 25), as RESEX’s “são áreas do domínio público, na qual os recursos podem ser explorados racionalmente, sem que o ecossistema seja alterado”. Essas reservas são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 7.804 de 18.07.1989). A primeira RESEX do Piauí é a Marinha do Delta do Parnaíba, localizada na cidade de Ilha Grande, sendo criada em 16 de novembro de 2000 pelo IBAMA “com o objetivo de garantir a exploração autosustentável e a conservação dos recursos naturais e renováveis”.

Tabela 12 - Metas do Plano Regional de Reforma Agrária do Piauí: 2003-2010

Ações e Metas	Anos								Total
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Assentamento de novas famílias pelo INCRA (famílias)	2.500	4.300	4.500	3.500	4.000	4.000	4.000	4.000	30.800
Assentamento de novas famílias pelo Projeto Crédito Fundiário (famílias)	929	1526	4.000	5.000	4.000	4.000	3.000	3.000	25.455
Regularização de terras p/ assentamento de famílias (ha)	22.425	14.696	40.000	40.000	50.000	50.000	60.000	60.000	337.121
Reconhecimento, demarcação e titulação das áreas quilombolas (famílias)	-	-	177	317	400	250	250	250	1.644
Reassentamento das famílias atingidas por Barragens	-	-	-	100	119	50	70	80	419
Assessoria técnica (famílias)	3.432	5.830	15.477	17.717	16.519	15.800	15.320	15.330	105.425
Arrecadação de terras públicas (ha)	183.000	53.185	185.000	150.000	250.000	200.000	200.000	300.000	1.521.185
Cadastramento e reconhecimento de RESEX (famílias)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Identificação, reconhecimento, demarcação e titulação de áreas indígenas (famílias)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Adaptado do PRRA, 2005.

Ainda sobre o PRRA, cabe ressaltar que o plano apresenta diretrizes para a realização do acompanhamento e avaliação das ações que estão sendo implantadas. Um técnico do INCRA abordado nessa pesquisa informou que “estava previsto uma avaliação plurianual do documento, mas no Piauí há uma acomodação no processo de avaliação. E o INCRA apresenta dificuldade operacional para impulsionar esse processo de revisão e avaliação.” Como podemos observar, em que pese a existência da proposta de acompanhamento e avaliação, esse processo não foi implementado em virtude das questões operacionais do órgão. Sobre o processo de elaboração e avaliação do PNRA e do PRRA, o superintendente do INCRA no Piauí afirma que,

o plano nacional de reforma agrária, eu li [...], mas há uma crítica interna ao plano [...] O corpo administrativo participou muito pouco dessa discussão, a crítica que se faz é que foi um plano concebido muito tecnicamente, em que pese alguns momentos de participação, mas há uma crítica interna

generalizada de que foi muito um plano que focou muito nas concepções técnicas da equipe que elaborou. Eu não vou entrar nesse mérito porque eu não vivenciei essa questão. Eu só estou dizendo aquilo que eu ouço e aquilo que já chegou da crítica que é feita e dos exemplos internos de planejamento que nós já tivemos e de avaliação [...] em que pese o mérito que o plano tem, você precisa ter um nível de detalhamento maior, pra você chegar no nível de execução de campo. Então você tem muitas concepções teóricas, mas do ponto de vista objetivo e prático da implementação da política de reforma agrária, tem que realmente aperfeiçoá-los muito. Nós ainda não tivemos essa preocupação, talvez, ou essa oportunidade de dirigir melhor, e fazer uma revisão desse plano, até porque isso demandaria um esforço interno de elaboração, que hoje a gente está mais tentando ver se consegue desenhar essa estratégia territorializada, por que o plano prevê muito pouco isso, porque essa é uma política nova, que reorientou toda a ação do INCRA, para você ter uma idéia, o grosso do nosso orçamento está direcionado para territórios da cidadania, então são verbas carimbadas, eu não posso utilizá-las em outro território, mesmo que eu já tenha saturado nesse aqui, eu só posso mexer com o orçamento dos territórios se houver uma autorização ministerial de Brasília para poder remanejar recursos de um território da cidadania para outro fora do território, então há uma rigidez muito grande nessa execução do orçamento nos territórios, que é monitorada pela Casa Civil em Brasília e porque é um programa prioritário do governo, então... “os territórios da cidadania” modificou toda a estratégia do INCRA, então os planos regionais, e o próprio plano nacional de reforma agrária, vão ter que ser reorientados para essa estratégia. Vão ter que ser resgatados aquilo que já foi construído e concebido, para essa nova estratégia dos territórios, que até pelo menos 2010 vem para ficar.

Como podemos observar, tanto o PNRA como o PRRA necessitam de um detalhamento das ações que foram planejadas e que o INCRA no Piauí não conseguiu desencadear esse processo de discussão e aperfeiçoamento desses documentos. Além desse aspecto, reconhece que a ação do INCRA está sendo alterada por conta do programa “Territórios da Cidadania”,<sup>96</sup> uma ação prioritária do governo federal, que deverá alterar os planos para a lógica da territorialidade.

Um membro da direção do MST, avaliando a implementação das ações do PRRA, afirma que,

o plano estadual, é como dizia o Tancredo Neves, antes de morrer, “se você não quiser fazer nada, você cria uma comissão, monte um esquema de reuniões, reuniões, para não fazer nada”. Isso tem muito a ver como o serviço público funciona. Você cria uma falsa sensação de envolvimento dos movimentos para participar do processo, para ajudar a construir os

<sup>96</sup> O programa Territórios da Cidadania consiste numa “Proposta de desenvolvimento local/regional que combina: estratégia territorial, consolidação das relações federativas, integração de políticas públicas, participação social. O objetivo geral é a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável”. Em 2009 as ações do programa serão realizadas pelo governo federal em 120 territórios. O Piauí possui 5 territórios incluídos no programa, são eles: [Carnaubais](#), [Cocais](#), [Entre Rios \[onde se situa o assentamento 17 de abril, foco desta pesquisa\]](#), [Serra da Capivara](#), Vale do Canindé e [Vale do Guaribas](#). Disponível em: <[www.territoriosdacidadania.gov.br](http://www.territoriosdacidadania.gov.br)>. Acesso em 12. jun.2009.



instrumentos, criar um certo consenso, mas na prática isso não acontece, é só para ganhar tempo, enrolar e foi isso. (Carlos, 34 anos)

Cabe observar, ainda que no processo de elaboração do planejamento anual do INCRA, as metas do órgão são construídas pela superintendência regional, porém a definição final é tomada em Brasília, conforme informação de um servidor da instituição. Segundo ele,

as metas que estão no PRRA foram pensadas para o conjunto dos órgãos públicos que atuam nessa questão no Piauí. São uma referência para implementação das suas ações de reforma agrária no Piauí. No caso específico do INCRA, as metas de cada ano são construídas pela superintendência regional e pactuadas em Brasília, tendo que considerar a previsão orçamentária do MDA/INCRA. (Marcos, 45 anos)

Com efeito, em geral, as metas propostas no âmbito dos Estados sofrem alterações na busca de conformá-las às diretrizes das políticas macroeconômicas nacionais e da correlação de forças políticas em cada conjuntura, o que, de saída, indica entrave significativo no processo de planejamento (e posterior implementação) local das políticas públicas, muitas vezes, conformando esse planejamento a mera peça figurativa no arranjo institucional, já que as decisões acerca das prioridades são tomadas muito mais em conformidade com interesses e metas gestadas em outros cenários e, muitas vezes, interesses de outros sujeitos que não os que se situam no plano local.

Assim para avaliar o desempenho do INCRA, no que diz respeito ao assentamento de novas famílias e a assistência aos assentamentos que estão sob sua gestão<sup>97</sup> é necessário considerar as metas que foram pactuadas em Brasília, visto que são essas metas que orientam a ação das superintendências regionais em cada estado. A tabela a seguir, apresenta as metas do PRRA e as do INCRA no que diz respeito ao assentamento de famílias e assistência técnica nos assentamentos, revelando diferenças significativas entre o planejado no plano local e o planejado em nível nacional.

---

<sup>97</sup> O estudo acerca do desempenho do INCRA considerando todas as metas do PRRA não é o foco do nosso interesse nessa pesquisa, entendemos que uma reflexão mais detalhada sobre essa questão demanda outra pesquisa. Assim, nesse estudo, tomamos como referência para análise do desempenho do INCRA, as metas que se relacionam de forma mais direta com o foco da nossa investigação, quais sejam: o assentamento de novas famílias e a assistência técnica aos assentamentos sob gestão do INCRA.

**Tabela 13 - Metas do PRRA do INCRA nacional para o assentamento de novas famílias e serviços de assistência técnica: 2003 – 2008**

Ano	Ações/Metas			
	Assentamento de novas famílias		Assistência.	
	pelo INCRA (famílias)		Técnica (famílias)	
	Metas do PRRA	Metas do INCRA Nacional	PRRA	Metas do INCRA Nacional
2003	2.500	1.500	3.432	1.145
2004	4.300	4.300	5.830	2.038
2005	4.500	4.500	15.477	*
2006	3.500	5.680	17.717	3.948
2007	4.000	5.060	16.519	3.321
2008	4.000	4.080	15.800	4.674
<b>Total</b>	<b>22.800</b>	<b>25.120</b>	<b>74.775</b>	<b>15.126</b>

Fonte: PRRA, 2005 e Relatórios de Gestão do INCRA: 2003-2008.

(\*) No relatório de gestão do INCRA do ano 2005 não conta a meta proposta para a assistência.

Em 2003, a meta proposta no PRRA para o assentamento de novas famílias pelo INCRA era de 2.500, mas as definições tomadas no âmbito nacional reduziram essa meta e o INCRA no Piauí trabalhou para assentar 1.500 famílias. Dessa forma, a redução foi de 60% do planejado na construção do PRRA. Em 2004 e 2005, as metas definidas em Brasília foram as mesmas do PRRA. Já nos anos de 2006 a 2008, a programação do INCRA nacional foi superior ao previsto na construção do PRRA. No que diz respeito a assistência técnica, as metas pactuadas em Brasília são inferiores ao previsto no plano estadual

As diferenças, em relação às metas estabelecidas no PRRA e a programação que o INCRA considera, na execução de suas atividades anuais, ocorre, segundo técnico do INCRA, “por que as metas do PRRA foram construídas considerando as responsabilidades de todos órgãos públicos que participaram da sua construção”. Na tabela 12, apresentamos o desempenho do INCRA no que diz respeito ao assentamento de novas famílias e a assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária sob gestão do órgão, no período de vigência do PRRA.

**Tabela 14 - Famílias assentadas e serviços de assistência técnica nos assentamentos sob gestão do INCRA no Piauí: 2003-2008**

<b>Ano</b>	<b>Nº de Famílias Assentadas</b>	<b>Assistência Técnica (famílias)</b>
2003	1.388	3.022
2004	2.098	4.613
2005	4.495(*)	4.616
2006	5.702	5.992
2007	2.024	3.589
2008	2.277	1.250
<b>TOTAL</b>	<b>17.984</b>	<b>23.082</b>

Fonte: INCRA. Relatório SIPRA, 2008.

(\*) Do total de famílias assentadas no ano de 2005 pelo INCRA, 80 famílias foram assentadas no Assentamento 17 de Abril, locus empírico dessa pesquisa.

Na comparação das metas estabelecidas pelo INCRA para o assentamento de novas famílias, observamos que o desempenho do órgão no período de 2003 a 2008 foi inferior ao esperado. A meta prevista para esses seis anos era o assentamento de 25.120 famílias, entretanto só foram assentadas 17.984 famílias. Esse resultado representa 71% da meta prevista, ficando com um saldo negativo de 22%.

Cabe observar que, nos anos de 2005 e 2006 as ações executadas pelo órgão superaram a previsão, tanto do PRRA como as do próprio INCRA, visto que foram assentadas 10.197 famílias, superando a meta do PRRA em 2.195 famílias e as do INCRA em 17 famílias. Esse resultado pode ser explicado pelo reconhecimento de uma RESEX em 2005, na região do Delta do rio Parnaíba.<sup>98</sup>

Na tentativa de entender esses números, é necessário destacar ainda que do total de famílias assentadas pelo INCRA constam as famílias dos assentamentos estaduais e municipais (Projeto Casulo), criados em anos anteriores e reconhecidos pelo INCRA nesse período, bem como a ocupação de vagas ociosas em assentamentos já criados, portanto, foram

<sup>98</sup> Apesar de não constar como meta do PRRA, em 2005 a RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, foi reconhecida pelo INCRA, e as famílias que moravam na área passaram a fazer parte do cadastro nacional dos beneficiários da reforma agrária no Piauí. No ano do reconhecimento desta RESEX (2005) foram assentadas 1.170 famílias; em 2006, 1.095 famílias; em 2007, 232 famílias e em 2008, 2 famílias, ou seja, já foram assentadas 2.499 famílias. A capacidade da RESEX é para 2.500 famílias.

contabilizados nesse período reminiscências de intervenções anteriores na problemática. E, como vimos no capítulo anterior, a unificação das ações de desapropriação e reconhecimento dos assentamentos estaduais e municipais, têm marcado o debate sobre o desempenho do INCRA no período de vigência do II PNRA. Dessa forma, considerando as controvérsias em torno dos dados apresentados pelo órgão federal, apresentamos na tabela a seguir, com o desmembramento das ações de reforma agrária desenvolvida pelo INCRA no período de 2003 a 2008.

**Tabela 15 - Famílias assentadas pelo INCRA: 2003-2008**

Ações	Anos						TOTAL por ações
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Assentamento de famílias em projetos de assentamentos criados na vigência do II PNRA/PRRA	114	650	1022	1072	619	649	4.126
Famílias assentadas em projetos de assentamentos estaduais reconhecidos pelo INCRA	218	617	695	2.172	329	505	4.536
Famílias assentadas em assentamentos municipais reconhecidos pelo INCRA	-	-	19	-	-	30	49
Assentamento de Famílias em vagas ociosas em projetos de assentamento criados em anos anteriores	1.056	831	1.589	1.363	844	1.091	6.774
Famílias assentadas em RESEX	-	-	1.170	1.095	232	02	2.499
Total das famílias assentadas por ano	<b>1.388</b>	<b>2.098</b>	<b>4.495</b>	<b>5.702</b>	<b>2.024</b>	<b>2.277</b>	<b>17.984</b>

**Fonte:** INCRA Relatório/SIPRA, 2008.

Quando os dados são desmembrados, o desempenho do INCRA, no tocante ao assentamento de famílias em novos assentamentos, sofre uma alteração significativa, posto que do total de 17.984 famílias, apenas 4.126 correspondem a novas vagas criadas, o que equivale a aproximadamente 23% das famílias assentadas no período. Os outros números advém de diferentes ações da política de reforma agrária implementada pelo INCRA, tais como: assentamento de 4.585 famílias por meio do reconhecimento dos assentamentos

estaduais e municipais<sup>99</sup> e 6.774 famílias assentadas nas vagas ociosas de assentamentos criados em anos anteriores, ou seja, consiste em ocupação de vagas criadas num período anterior a vigência tanto do IIPNRA como do PRRA.

Do conjunto de dados apresentados, cumpre destacar ainda que o assentamento dessas famílias em vagas criadas em anos anteriores ao IIPNRA/PRRA representa aproximadamente 37% do número de famílias assentadas no Piauí, com destaque para o ano de 2003, quando foram assentadas 1.056 famílias em assentamentos já existentes e, apenas 114 famílias em novos assentamentos. Essa ação tem o aspecto positivo de incorporar novas famílias à relação de beneficiários da reforma agrária, contudo, como tem destacados, os movimentos sociais do campo e em especial, o MST, não pode ser confundida com a criação de novas vagas, visto que não advem da implantação de novos assentamentos, e também não produz impactos na estrutura fundiária, posto que esses assentamentos já existiam.

Ainda sobre esses dados, chama atenção o fato de que as 2.499 famílias incorporadas a relação de beneficiários da reforma agrária no Piauí, após o reconhecimento da RESEX Marinha do Delta, na cidade de Ilha Grande, representa aproximadamente 13% do desempenho do órgão nesse período. Vale destacar também que as áreas das reservas naturais são de propriedade da União, ou seja, não são áreas que advem da desapropriação de terra. O órgão responsável pela criação e gestão das RESEXs é o IBAMA e não o INCRA. O papel do INCRA consiste no reconhecimento das famílias residentes nessas áreas, o que garante a essas famílias acesso aos créditos do governo federal para os assentamentos rurais, entretanto, mesmo depois desse reconhecimento, o imóvel continua pertencendo a união, não podendo ser repassado para a família por meio de titulação definitiva.

Por fim, o reconhecimento de assentamentos estaduais ou municipais pelo INCRA corresponde a aproximadamente 25% das famílias assentadas no período em análise. Essa situação evidencia que a reforma agrária compreendida como uma política voltada para a desconcentração de terra tem conseguido avançar de forma muito lenta no Piauí, visto que esses assentamentos já existiam, tendo sido criados por outros órgãos, notadamente o INTERPI e Prefeituras Municipais, em anos anteriores a vigência do II PNRA/PRRA.. Dessa

---

<sup>99</sup> Além da desapropriação de terras, o INCRA também realiza o reconhecimento de assentamentos rurais criados por outros órgãos. Após o reconhecimento, esses assentamentos passam a acessar as políticas do governo federal para as áreas de reforma agrária, notadamente, os créditos de investimento (crédito apoio inicial, habitação, etc) e infraestrutura (energia, estradas, entre outros). Segundo consta no relatório do SIPRA de 2008, o INCRA já reconheceu 166 assentamentos criados pelo governo do Estado.

forma, o reconhecimento desses assentamentos não consiste numa ação reformadora da estrutura fundiária.

Sobre essa questão, os movimentos sociais do campo e alguns estudiosos destacam que, em que pese o aspecto positivo do reconhecimento desses assentamentos pelo INCRA, pois os/as trabalhadores/as rurais, a partir do reconhecimento passam a ter acesso aos créditos disponibilizados pelo Governo Federal para o desenvolvimento da agricultura familiar, como PRONAF-A; além do INCRA, em parceria com o Governo do Estado, ficar com a responsabilidade de viabilizar a infraestrutura básica, como, energia elétrica, abastecimento de água e apoio instalação dos assentamentos (modalidade material de construção, alimentação e fomento), esses assentamentos de famílias não podem ser computados como novas vagas, posto que essas ações não implicam em alterações na estrutura fundiária.

Outro aspecto que merece destaque, diz respeito à duplicidade de informação nos relatórios dos órgãos que atuam nessa área, visto que um assentamento criado pelo INTERPI na década de 1990 aparece nos relatórios do INCRA como criado no ano de seu reconhecimento, notadamente, entre os anos de 2002 a 2008.

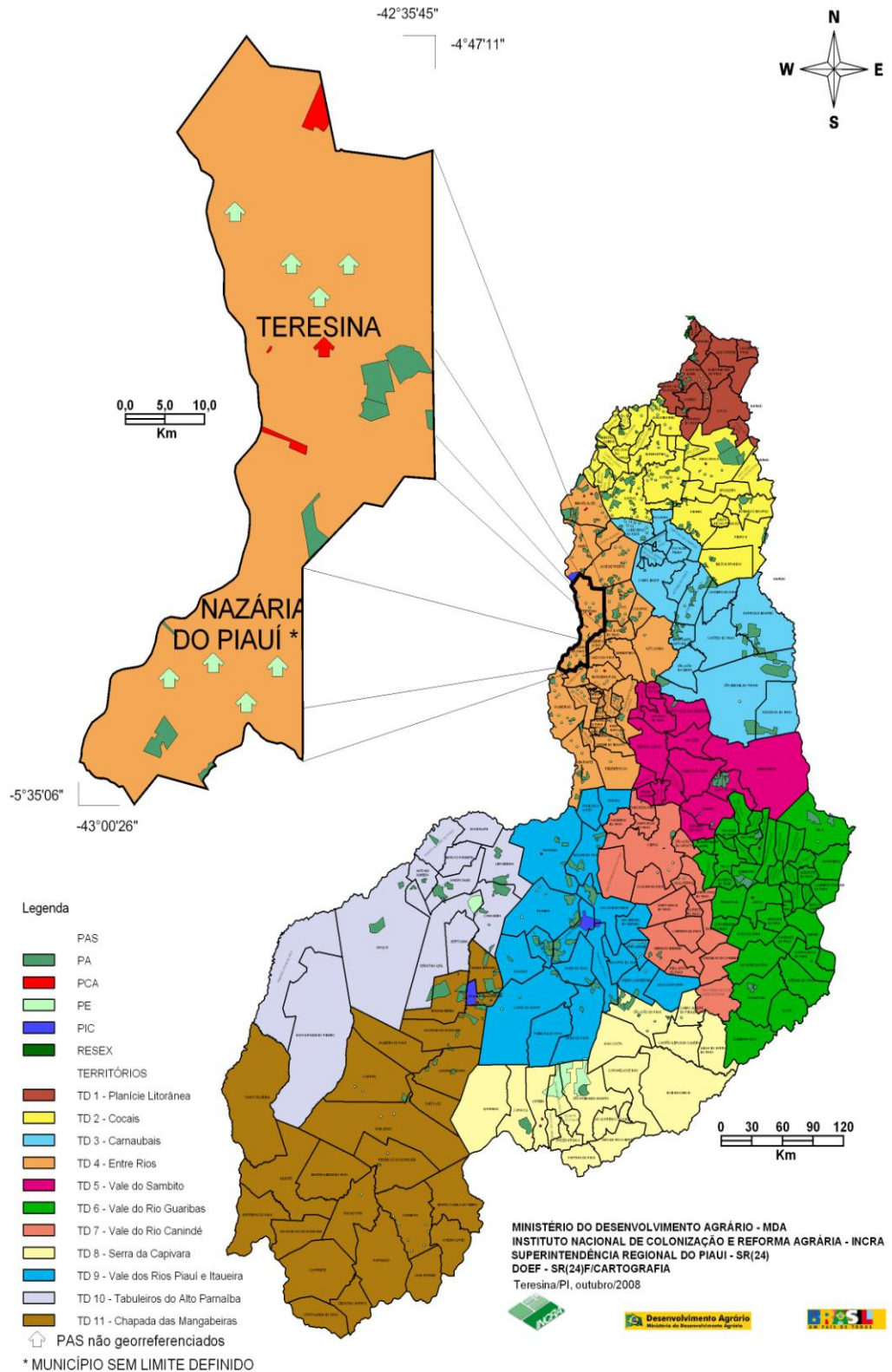
Frente ao quadro acima descrito, é possível afirmar que as ações do INCRA no Piauí apresentam baixa eficácia. Os dados sobre o assentamento de famílias em novos assentamentos indicam essa situação, visto que o órgão só atingiu 23% da previsão inicial, evidenciando, portanto, que o resultado das ações está distante do alcance das metas estabelecidas.<sup>100</sup> Na figura a seguir, apresentamos o mapa do Piauí com os assentamentos criados ou reconhecidos pelo do INCRA, com p

rojeção do Território entre rios, onde está localizado o Assentamento 17 de Abril como forma de identificarmos a espacialização dos assentamentos de responsabilidade do governo federal no território piauiense.

---

<sup>100</sup> Confome Cohen e Franco (2002, p.102-103), a eficácia deve ser entendida como o “grau em que se alcançam os objetivos e metas do projeto na população beneficiada, em um determinado período de tempo, independente dos custos implicados.” A eficiência deve ser entendida como a quantidade “de recursos requeridos para gerar uma certa quantidade produto.” E a efetividade diz respeito à relação entre os resultados e os objetivos.

**Figura 03 - Piauí: Assentamentos Rurais Criados ou Reconhecidos Pelo INCRA (1981-2008)**



Os assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA concentram-se na macro região Meio Norte, especialmente nos territórios Entre Rios e Cocais. Os primeiros assentamentos criados pelo INCRA, nessa região, foram na cidade de Altos no ano de 1987.

Segundo o PRRA (2005), essa região tem por especificidade a tensão histórica entre posseiros, moradores e proprietários de terras, além da presença do movimento sindical rural, impulsionado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí (FETAG); bem como a atuação do MST e da CPT e em anos mais recentes, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF).<sup>101</sup> As ocupações de terras também tem-se concentrado nessa região, sendo os protagonistas dos conflitos, pessoas que foram ou são vítimas de processos sociais, econômicos e políticos excludentes que geraram expropriação, ou seja, trabalhadores rurais sem terra ou mesmo com terra insuficiente.

Na região Sul do Estado, mais especificamente no cerrado piauiense, observamos a existência de uma concentração menor de assentamentos rurais. Como já salientamos essa região é a atual fronteira agrícola do Estado. Uma das especificidades dos cerrados diz respeito a existência de grandes extensões de terras, muitas delas apropriadas de forma irregular pelos empreendimentos agrícolas capitalistas, bem como de unidades camponesas.<sup>102</sup>

O INTERPI é o órgão do governo estadual que atua na questão agrária e fundiária do Piauí, desenvolvendo mais diretamente ações de regularização fundiária. No relatório sobre os assentamentos criados pelo órgão no período de 1982 a 2008, o INTERPI assentou 9.570 famílias em 190 assentamentos no Piauí. E no período de 2003 a 2008 foram criados 44 novos assentamentos, beneficiando 3.142 famílias. Cabe observar a partir do que coloca o dirigente estadual do MST, em entrevista a esta pesquisa, que apesar do INTERPI ter como uma de suas responsabilidades a desapropriação da terra para interesse social, no período de 2003 a 2008, o órgão realizou apenas uma desapropriação. Considerando essa situação ele afirma que

Nós conseguimos [o MST] há três anos fazer com que o governo do Estado desapropriasse uma área aqui no município de Teresina, em direção à Cacimba Velha. O governo decretou a área como de interesse social há três anos e até hoje não pagou. Então [...] continuamos pressionando o governo do Estado para que aquele tipo de ação se transformasse numa marca desse governo. Ledo engano, o governo só fez aquela [desapropriação] e até hoje não pagou a área, até hoje não resolveu o problema das famílias que ali vivem. (Carlos, 34 anos)

---

<sup>101</sup> A FETRAF foi organizada no Piauí no ano de 2003, por sindicatos dissidentes da FETAG.

<sup>102</sup> Sobre a agricultura camponesa ou familiar nos Cerrados ver os trabalhos de Moraes (2000) e Pereira (2004).



Contudo, em agosto de 2005 o governo do Estado conseguia a aprovação da Lei estadual de nº 5.484, que criou o Fundo de Terras do Piauí e os fundamentos das ações de regularização fundiária, autorizando o governo a alienar terras públicas para fins de assentamentos de trabalhadores rurais para o programa Crédito Fundiário e segurança jurídica aos investidores. Ou seja, com a referida lei o governo criou um ordenamento jurídico para impulsionar o desenvolvimento do programa Crédito Fundiário no Estado.

Com feito, o Programa Crédito Fundiário já vinha sendo implementado no Piauí, desde o ano de 2002, pela Secretaria Estadual de Planejamento com a participação da FETAG-PI. Nesse ano, foram adquiridos por meio das ações de compra e venda de terra para as associações de trabalhadores rurais, 6.689,52 hectares para 241 famílias, em 14 projetos. A tabela 14 apresenta os dados sobre a atuação do Crédito Fundiário no Piauí.

**Tabela 16 - Desempenho do Programa Crédito Fundiário no Piauí: 2002-2008**

Ano	Nº de Propostas Contratadas	Nº de Famílias	Área adquirida (ha)
2002	14	241	6.689,65
2003	51	929	27.728,98
2004	82	1.582	42.212,67
2005	78	1.492	37.311,84
2006	142	3.050	71.583,12
2007	113	2.671	60.931,82
2008	37	1.134	23.613,97
<b>Total</b>	517	11.099	268.071,92

Fonte: PCPR, Relatório do Crédito Fundiário, 2008.

Na avaliação do diretor do Crédito Fundiário no Estado, Francisco das Chagas Ribeiro Filho,<sup>103</sup> o Piauí tem conseguido se destacar no reordenamento fundiário, e o aumento no número de novos assentamentos é o principal argumento apresentado no balanço das ações do programa, posto que no período de 2003 a 2008 foram implantados 503 assentamentos, beneficiando 10.858 famílias. Conforme relatório do programa, referente ao período de 2002 a 2008, o Piauí apresenta o seguinte desempenho: 517 assentamentos, em 139 municípios, beneficiando 11.099 famílias. Quanto aos recursos, conforme relatório do programa de 2008,

<sup>103</sup> Avaliação apresentada em entrevista para no sítio do Programa Crédito Fundiário. Disponível em: <[www.creditofundiario.org.br](http://www.creditofundiario.org.br)> Acesso em 12.jan.2009.

foram aplicados R\$ 39.742.880,52 (trinta e nove milhões, setecentos e quarenta e dois mil e oitocentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos) para aquisição de terras e, R\$ 112.491.072,08 (cento e 12 milhões, quatrocentos e noventa e um mil, setenta e dois reais e oito centavos) em investimentos comunitários.

Quando comparamos com a meta prevista no PRRA para o período em análise (2003 a 2008), que era de 19.455 novas famílias, identificamos que o programa cumpriu aproximadamente 56% daquela meta. A tabela 15 apresenta o desempenho desses órgãos no período de 2003 a 2008 no que diz respeito ao assentamento de famílias.

**Tabela 17 - Famílias assentadas por órgãos públicos e programas no Piauí: 1981-2008**

<b>Órgão</b>	<b>Famílias assentadas</b>	<b>Nº de Assentamentos Criados</b>	<b>Área (ha)</b>
INCRA	22.316	290 (*)	830.827,40
INTERPI	9.570	190	663.343,42
PCPR/CRÉDITO FUNDIÁRIO	11.099	517	268.071,92
<b>Total</b>	<b>42.985</b>	<b>997</b>	<b>1.762.242,74</b>

**Fonte:** Relatório do INCRA/SIPRA 2009, Relatório do INTERPI 2008 e Relatório do PCPR, 2008.

(\*) O relatório do SIPRA informa que o INCRA criou 456 assentamentos no período em análise. Contudo é oportuno destacar que deste total, 166 foram criados pelo governo do Estado em anos anteriores e reconhecidos pelo INCRA, no período de 2000 a 2008. Na totalização dos dados dessa tabela, esses assentamentos foram considerados como assentamentos criados pelos INTERPI, visto que eles já existiam e não representam novas vagas da reforma agrária no Piauí.

Como podemos observar, no período de 1981 a 2008, foram assentadas no Piauí 42.744 famílias, em 997 assentamentos, por meio da intervenção de órgãos públicos (INCRA e INTERPI) e de programas, como o Crédito Fundiário. O número total de famílias assentadas pelo INCRA, nesse período, foi de 22.316 em 290 assentamentos. O total da área dos assentamentos de reforma agrária no Piauí é de 1.762.242,74 hectares.

Sobre a área dos assentamentos, é oportuno destacar que os 830.827,40 hectares dos assentamentos criados pelo INCRA correspondem a 47% da área da reforma agrária no Piauí, enquanto os 663.343,42 hectares dos assentamentos sob gestão do INTERPI ocupam 37% e, por fim, o programa Crédito Fundiário, que, embora possuindo um maior número de

assentamentos (517), apresenta a menor área em hectares, ou seja, os seus 268.071.92 hectares representam 15% da área da reforma agrária no Piauí.

Com efeito, chama a atenção o desempenho do Crédito Fundiário em relação ao INCRA e ao INTERPI no que diz respeito ao assentamento de novas famílias, visto que o programa, por meio da compra e venda de terras, criou 213 assentamentos a mais que o INCRA, e 459 mais assentamentos que o INTERPI.

Esses dados evidenciam que as ações de compra e venda de terra, por associações de trabalhadores rurais tem avançado no Piauí. Essa modalidade, como já evidenciamos, tem sido chamada pelos opositores dessa política, como reforma agrária de mercado. Nas críticas da direção do MST, essa política também tem colaborado para retirar pequenos proprietários de terra do campo, posto que as áreas negociadas, geralmente, são pequenas. Nesse sentido se posiciona um membro do MST,

A prioridade do governo na agricultura familiar tem sido o Crédito Fundiário, que no nosso entendimento é uma lástima, porque acelera o êxodo rural, ou seja, ao invés de desenvolver políticas que fortaleçam a permanência dos pequenos produtores do campo, ao contrário, o governo cria mecanismos para comprar a terra dos pequenos agricultores para que eles acelerem o processo de êxodo rural para os grandes centros [...] de chegar ao cúmulo de ter assentamento do crédito fundiário com uma família, então para tu teres uma idéia do tamanho do absurdo, o quanto isso altera a estrutura fundiária do nosso Estado. (Carlos, 34 anos)

Para ilustrar essa questão, em Teresina, no ano de 2007, foi criado um assentamento<sup>104</sup> para 15 beneficiários, numa área de 36.92 hectares, o que corresponde a 2.46 hectares por beneficiário, área menor que o módulo fiscal para o município, que é de 15 hectares.<sup>105</sup>

### 3.2 A REALIDADE FUNDIÁRIA DE TERESINA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS

Qual é, de fato, a realidade fundiária de Teresina, município no qual se situa o assentamento 17 de abril? Que outros assentamentos rurais existem em Teresina? Sabemos que a questão agrária brasileira tem como principais características a concentração do poder

<sup>104</sup> Conforme relatório do Programa Crédito Fundiário de 2008.

<sup>105</sup> Tamanho do modulo fiscal foi definido pela Instrução Especial/INCRA/nº 20, de 28 de maio de 1980, aprovada pela Portaria/ MA 146/80 - DOU 12/6/80.

econômico e político, materializado na concentração fundiária e no desenvolvimento das monoculturas do agronegócio. Mas, Teresina segue esse padrão? Na tabela a seguir apresentamos a estrutura fundiária do município.

**Tabela 18– Estrutura fundiária de Teresina-PI**

<b>Grupos de área (ha)</b>	<b>Nº de Imóveis</b>	<b>(%)</b>	<b>Área Total (ha)</b>	<b>(%)</b>
Minifúndio	2.194	64,65	10.781,85	7,64
Pequena propriedade	737	21,71	23.059,18	16,34
Média Propriedade	334	9,84	38.469,50	27,30
Grande propriedade	129	3,80	68.725,22	48,72
<b>TOTAL</b>	<b>3.394</b>	<b>100</b>	<b>141.035,75</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Cadastro Nacional de Imóveis Rurais do INCRA, 2007.

Sob o ponto de vista da distribuição dos imóveis rurais em Teresina verifica-se que os minifúndios representam 64,65% do total de imóveis rurais, perfazendo apenas 7,46% da área cadastrada no INCRA. As pequenas propriedades representam 21,71% dos imóveis e ocupam 16,34% da área. As médias propriedades tem uma participação de 9,84% do total de imóveis, representando 27,30% da área e, finalmente, as grandes propriedades, que constituem tão somente, 3,80% do total, ocupam, no entanto, 48,72% da área cadastrada. Em face desses dados é possível afirmar que a estrutura fundiária do município segue o padrão de concentração da terra existente no Piauí e no país.

No tocante a ocupação produtiva, os dados do censo agropecuário do IBGE de 2006 indicam a existência de 7.026 estabelecimentos agropecuários em Teresina, em uma área de 51.931 hectares. As lavouras permanentes ocupam 8.179 hectares e as temporárias 8.205 hectares.

As ações do poder público no sentido de alterar o quadro expressivo da concentração fundiária em Teresina, tem promovido a implantação de assentamentos rurais no município, postos em ação nas últimas décadas por diferentes órgãos públicos. Dessa forma, a área destinada para a reforma agrária foi de 10.075,62 hectares, beneficiando, nesses assentamentos, 1.043 famílias. Na tabela, a seguir, apresentamos dados sobre os assentamentos rurais em Teresina.

Tabela 19 - Assentamentos rurais em Teresina:1997-2006

Nome do Projeto de Assentamento	Área (ha)	Nº de Famílias	Forma e ano de obtenção		Meio de Obtenção
			Forma	Ano	
PCA Alegria	26,94	40	Compra e Venda	1997	Pública
PCA Salobro	433,9515	45	Compra e Venda	1997	Pública
PCA Campestre Norte	797,6046	180	Compra e Venda	2000	Pública
PE Campos Dourados/ Laginha	58,3328	21	Reconhecimento	1995	Pública
PE Fazenda Nova	425,6251	20	Desapropriação	2004	Onerosa
PE Campestre	1.729,7865	62	Reconhecimento	2004	Pública
PE Contrato II	183,6672	60	Reconhecimento	2004	Pública
PA Santana Nossa Esperança	2.092,3915	225	Desapropriação	2004	Onerosa
PCA Tapuia	43	25	Reconhecimento	1998	Pública
<b>PA 17 de Abril/Junco</b>	<b>1.014,694</b>	<b>79</b>	<b>Desapropriação</b>	<b>2004</b>	<b>Onerosa</b>
PA Olga Benário	1.072,4	40	Desapropriação	2005	Onerosa
PE Fazenda Soares I e II	70,2452	30	Reconhecimento	1998	Pública
PE Fazenda Soares II	26,7849	11	Reconhecimento	..	Pública
PE Contrato I	313,6	68	Reconhecimento	1997	Pública
PA Vale da Esperança	1.162,469	64	Desapropriação	2005	Onerosa
PE Recanto de Santo Antonio	570,72	65	Reconhecimento	2006	Pública
PA Passagem de Santo Antonio	53,4045	8	Compra e Venda	1997	Onerosa
<b>Total</b>	<b>10.075,62</b>	<b>1.043</b>			

Fonte: SIPRA/INCRA, 2007.

Conforme exposto na tabela, os primeiros assentamentos rurais em Teresina foram implantados pelo governo do Estado entre os anos de 1995 e 1997. Cabe observar que esses projetos de assentamentos estaduais já foram reconhecidos pelo INCRA. Entre os anos de 1997 a 2000, a Prefeitura municipal de Teresina implantou mais 04 assentamentos rurais dentro do Projeto Casulo.<sup>106</sup>

As primeiras desapropriações de terras realizadas pelo INCRA em Teresina datam do ano de 2004, essas foram uma resposta do órgão as ocupação de terras realizadas pelo MST, sendo que uma dessas ocupações, notadamente a Fazenda Junco, resultou no Assentamento 17 de Abril e outra no Assentamento Olga Benário. Ao todo existem na zona rural de Teresina 19 assentamentos reconhecidos ou criados pelo INCRA.

Essas áreas foram adquiridas por meio da compra e venda (04 Projeto Casulo), 08 projetos estaduais pela ação de reconhecimento e 05 projeto de assentamentos (PA) federais, sendo 04 desapropriações de terra e um por meio de compra e venda. O INTERPI foi o órgão que mais criou assentamentos rurais em Teresina, ficando o INCRA na segunda posição.

Além dos assentamentos criados pelo INCRA, pela Prefeitura e pelo INTERPI, o Programa Crédito Fundiário também tem desenvolvido ações na zona rural de Teresina implantando assentamentos, como podemos observar na tabela a seguir.

A intervenção do Programa Crédito Fundiário na zona rural de Teresina resultou na criação de 06 assentamentos, através das ações de compra e venda por entidades representativas dos trabalhadores rurais, beneficiando 150 famílias, numa área de 1.043,03. Se compararmos com os dados do INCRA e do INTERPI, o número de famílias assentadas pelo programa, bem como a área desses assentamentos é menor que os criados pelos órgãos federal e estadual, essa situações ocorre porque o programa objetiva a aquisição de pequenas propriedades, ou seja, estabelece um limite para o tamanho das áreas que podem ser adquiridas pelo instrumento de compra e venda para a implantação de assentamentos rurais.

---

<sup>106</sup> Segundo Gonçalo (2001), o Projeto Casulo foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso, sendo implementado em parceria com estados e município. As terras adquiridas para o programas poderiam ser de propriedade dos municípios ou compradas pelas prefeituras para o assentamento das famílias. O objetivo do programa era propiciar o retorno ao campo de trabalhadores rurais residentes em periferias da cidade, incorporando-os a unidades familiares de produção agrícola, com vistas a geração de emprego e renda.

**Tabela 20 - Assentamentos criados pelo Programa Crédito Fundiário em Teresina: 2002-2008**

<b>Nº de ordem</b>	<b>Nome do Assentamento</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Nº de Famílias</b>
1	28 de agosto	226,14	40
2	Rebolero	268,66	30
3	Nova vida	36,92	15
4	Bom Jesus	75,84	15
5	Angola	135,92	25
6	Bom sossego	299,55	25
<b>Total</b>		<b>1.043,03</b>	<b>150</b>

Fonte: Crédito Fundiário. Relação das propostas de assentamento dos municípios de Teresina, 2008.

Do conjunto das considerações aqui tecidas sobre a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense, resultados de esforços para compreender números controversos, conceitos e abordagens divergentes, intervenções distintas e imprecisões técnicas, fica a constatação do quão movediço é esse terreno e do quanto ainda há a percorrer rumo a uma maior transparência das ações públicas nesta área. O capítulo a seguir, fornecerá melhores informações acerca de como esses e outros problemas se expressam na produção de um assentamento em particular, o 17 de Abril, localizado na zona rural de Teresina.

#### IV O ASSENTAMENTO “17 DE ABRIL” EM TERESINA: SUJEITOS E CONCEPÇÕES

Tudo aconteceu num certo dia  
Hora da Ave Maria  
O universo viu gerar  
No principio, o verbo se fez fogo  
Nem atlas tinha o globo  
Mas tinha nome o lugar  
Era a terra, terra, terra, terra. [...]  
Fez por fim, então, a rebeldia  
Que nos dá a garantia  
Que nos leva a lutar  
pela terra, terra, terra, terra.

*“Canção da Terra”*  
*de Pedro Munhoz (2006)*

O presente capítulo, produzido fundamentalmente a partir dos resultados do trabalho de campo desenvolvido acerca das relações entre os distintos sujeitos que atuam no território do assentamento 17 de abril, foca sua atenção no conjunto das relações que se estabeleceram no processo de constituição do assentamento, relações que envolvem as famílias, os movimentos sociais, os operadores da assistência técnica e os gestores da política pública de reforma agrária. Buscamos, portanto, identificar os sujeitos, projetos e concepções postas na trama produtora do território do assentamento, procurando articular os principais problemas enfrentados pelos/as assentados/as ao ocuparem a terra e as estratégias elaboradas por eles para permanecer na área, indicando também os principais impactos que a situação de assentado/a provoca na qualidade de vida e nas relações de poder internas ao assentamento.



#### 4.1 A MOVIMENTAÇÃO PRÓ-ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL: A AÇÃO POLÍTICA DO MST E A INTERVENÇÃO PÚBLICA

Um assentamento é muito mais do que revelam os documentos presentes do processo de sua criação, ou o que é narrado a partir da memória dos sujeitos que se movimentam no desejo e na ação de criá-lo.

Para compreender o conjunto de práticas que levaram a formação do Assentamento 17 de Abril convém um esforço de recuperação das singularidades do processo de mobilização das famílias – particularmente no momento de acampamento -, e das distintas formas como o poder público responde a essas práticas (vistoria, elaboração de relatórios, visita de avaliação de benfeitorias, a desapropriação, entre outros procedimentos).

Nos seu 25 anos de existência, o MST construiu uma metodologia de ação que tem contribuído para a sua espacialização e territorialização pelo país e que o distingue de outros movimentos sociais do campo. A ocupação massiva de terras no campo consiste na estratégia fundamental empreendida pelo MST a partir do final da década de 1970 e vem inspirando outros movimentos no campo.<sup>107</sup> Uma ocupação de terra é um ato que compreende planejamento e movimentação dos militantes do MST. Sobre essa questão um militante destaca que

antes que aconteça a ocupação é feito toda uma sondagem, pra saber de quem é a terra, quais são as condições... se ela está registrada em cartório... [é analisada a situação] [...] para se definir [se é] uma terra produtiva ou improdutivo. Geralmente teu olho já basta pra fazer isso, se tu anda numa terra dessa e tu não vê nada plantado, não vê nem um tipo de animal sendo criado, então isso já te define, principalmente pelo tamanho da área. (Francisco, 27 anos)

No caso específico da ocupação que originou o Assentamento 17 de Abril, o MST realizou um levantamento da situação da fazenda, e por meio do ofício de nº 40, solicitou junto ao INCRA a vistoria da fazenda Junco, informando a localização, o proprietário, bem como o tamanho da área, além desses dados justifica a referida solicitação, alegando que a terra encontrava-se “improdutiva, sendo passiva de desapropriação conforme o artigo 186 da Constituição Federal e não cumpre com sua função social e pela grande demanda de

---

<sup>107</sup> No Piauí, as primeiras ocupações de terras foram organizadas por sindicatos de trabalhadores rurais acompanhados politicamente pela FETAG.

trabalhadores rurais sem terras que estão acampados na área de proteção da BR 316”.<sup>108</sup> Os procedimentos do INCRA para verificar as condições da fazenda iniciaram após o MST ter acionado o órgão em defesa da desapropriação, situação em geral observada nos estudos sobre os conflitos agrários, quando destacam que a ação do Estado segue a geografia das ocupações de terras empreendidas pelos movimentos em luta pela terra.

Como podemos observar, o MST produziu um diagnóstico acerca da situação da propriedade que estava sendo solicitada a vistoria para a sua desapropriação. Nesse sentido, Almeida (2003, p.148-149) destaca que no processo de mobilização para a ocupação e formação dos acampamentos, o MST segue por itinerários, tais como:

a Direção Estadual faz o levantamento da matrícula dos imóveis da região com indícios de devolutividade e também de improdutividade, em seguida, os dados são repassados aos setores, para que seja feita a vistoria, isto é, a verificação *in locus*. Por outro lado, um grupo de militantes, geralmente o setor da Frente de Massa,<sup>109</sup> percorre a região, contactando trabalhadores rurais sem terra. O passo seguinte é organizá-los em grupo, visando a criação de um espaço de diálogo a fim de prepará-los para as ações de ocupação. Após uma ação de despejo pela qual as famílias, na maioria das vezes, ficam às margens das rodovias ou próximas de alguma cidade, a orientação a ser seguida é a seguinte: manter as famílias em grupo com seu respectivo coordenador e imediatamente escolher, através de assembléia, um membro de cada grupo para formar a coordenação geral do acampamento e este irá então organizar as equipes de trabalho, a saber: finanças, educação, saúde e higiene, animação, segurança, etc.

No que tange a mobilização das famílias para participar dessa ocupação, os relatos indicam que os moradores da periferia urbana de Teresina, notadamente aqueles das vilas e favelas da zona Sul da cidade, bem como os moradores das comunidades rurais localizadas no entorno da fazenda Junco foram escolhidos pelo MST como o público alvo para serem mobilizados. A estratégia de convidar segmentos populacionais com experiência de vida na cidade para participar de ocupações de terras no campo visava, segundo os militantes do MST, enfrentar o latifúndio estabelecido na região e aproximar os assentamentos do centro do poder político e econômico do Estado, conforme reforça um dirigente do MST,

---

<sup>108</sup> Conforme Ofício de Nº 40/2004 do MST enviado ao INCRA.

<sup>109</sup> Frente de Massa é um dos setores internos da estrutura organizativa do MST, e tem por tarefa a mobilização das famílias para participarem das ações de ocupação de terra. No período da ocupação da fazenda Junco em Teresina, esse setor recebeu o reforço de militantes MST de outros estados do país que estavam participando da Brigada Nacional. Segundo um militante do MST, uma brigada nacional reúne as “pessoas que estão embaixadas das questões políticas, e do ponto de vista de conhecer o MST e também de conhecer a situação atual, a situação histórica do país”. Esses militantes são convidados para participar de discussões políticas nos Estados que estão precisando de apoio para a organização das ações políticas do movimento, especialmente nas atividades de caráter nacional, como o Abril Vermelho.

No campo específico de Teresina, nós começamos a perceber que na verdade o centro de todas as decisões está na capital e nós enfrentávamos na época uma série de dificuldades de deslocamento das pessoas, tanto da região Sul, quanto da região do litoral [é nessas regiões que se encontram os assentamentos mais antigos do MST no Piauí], nas ações de pressão, digamos, aos órgãos governamentais pra divulgar a reforma agrária, [para], desenvolver as políticas públicas nos assentamentos. A gente entendeu que precisávamos de algum modo encurtar esse caminho e entendemos que deveríamos priorizar essa região da grande Teresina, ou seja, realizar várias ações nessa região, que isso permitiria a gente fazer um enfrentamento mais direto, tanto ao latifúndio improdutivo dessa região, ao capital que vai se apoderando, vai concentrando cada vez mais terra nas proximidades da capital e quanto à pressão governamental, então por isso que a gente definiu. Começamos com o acampamento “Vale da Esperança”, que é aqui em direção a Altos, e depois então veio o “17 de Abril”, e outros assentamentos aqui na região. Nós entendemos que pra agente fazer a disputa da hegemonia na sociedade, as ações do MST aqui em torno de Teresina, seriam cruciais pra nós enquanto movimento. (Carlos, 34 anos)

A decisão do MST de realizar ocupações de terra na região Centro-Norte do Estado, sobretudo no entorno de Teresina, foi tomada no início do governo Lula, no intuito de pressionar o governo para realização da reforma agrária. Além desse aspecto, o dirigente destaca ainda que as ocupações nas proximidades da capital tem como ponto positivo a facilidade de mobilização das famílias para participarem de atividades, como marchas, ocupação de órgãos públicos, para pressionar o poder público no sentido de implementar as políticas públicas nas áreas dos assentamentos de reforma agrária.

Assim, é possível identificar que a escolha dessa região se insere no quadro das estratégias do MST para impulsionar a realização da reforma agrária nas regiões onde se concentram o poder político e econômico do Estado, bem como para fazer o enfrentamento com o latifúndio instalado na região. As primeiras ocupações de terras realizadas pelo MST na região da grande Teresina aconteceram no início de 2003, dentro da estratégia de espacialização e territorialização do movimento nessa região.

A imprensa local divulgou a ocupação como uma “invasão” de área urbana da capital, como podemos observar em matéria divulgada no jornal Diário do Povo do dia 19/04/2004. (figura a seguir).

Figura 04 – Matéria veiculada em jornal local de Teresina quando da ocupação da área do assentamento 17 de abril.

Teresina - PI - segunda-feira, 19 de abril de 2004  
E-mail: poltica@diariodopovo-pi.com.br

POLÍTICA

DIÁRIO DO POVO - 3

NOVAS INVASÕES

## MST invade propriedades na zona urbana de Teresina

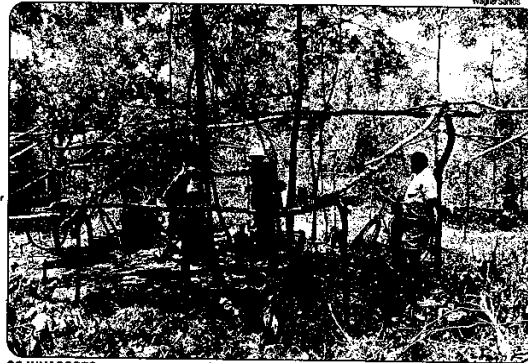
As áreas ocupadas ficam na BR-316, na saída Sul do Estado e na Cacimba Velha, na zona Leste

LUCIANO COELHO  
REPÓRTER DE POLÍTICA

O Movimento Nacional Sem-Terra (MST) iniciou ontem as primeiras ocupações urbanas em Teresina, dentro das atividades da marcha estadual por reforma agrária, emprego e em defesa da água. Os coordenadores do movimento arrebanharam pessoas sem terra de outros municípios e dos bairros de Teresina. O MST contou, inclusive, com o pessoal atingido pelas enchentes, que desde janeiro está em abrigos improvisados na capital.

Cerca de 450 pessoas deslocaram uma área de um hectare para montar o acampamento em um terreno de 2,5 mil hectares ocupado pelo MST no Km 18 da BR-316, próximo ao Parque de Exposições e Vaquejada Arrocha o Nô. Eles alegaram que enfrentaram até a polícia para se manterem no local.

A ação foi acompanhada de perto pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), por estar às margens da BR-316. A outra ocupação planejada pelo MST ocorreu também ontem, no mesmo horário, na Cacimba Velha, zona Leste de Teresina. Lá, como na BR-316, mais de 400 pessoas desma-



OS INVASORES armaram barracas e distribuíram comida para as pessoas presentes

taram uma área para montar o acampamento.

As pessoas foram mobilizadas pela coordenação do MST em reuniões secretas para decidirem o local, dia e horário da ocupação. A mobilização partiu de famílias de bairros periféricos e favelas de Teresina, sem-teto e sem-terra da capital e cidades vizinhas.

Enquanto os homens desmatavam o local e tiravam tocos, muitas mulheres vestindo camisetas do PT e do presidente Lula, montaram o acampamento, já fazendo fogareiros para iniciar o rancho.

Entre redes, empanadas e barracas, as mulheres preparavam arroz, feijão e macarrão com sardinha.

As panelas, grandes tachos, foram colocadas em cima de pedras que continham lascas de madeiras e galhos quebrados para servirem como lenha.

O almoço foi servido pelos coordenadores do MST e da Freitas e outra no município de

formaram longas filas. Havia várias crianças que foram levadas para a ocupação. As barracas para descanso foram montadas com lona plástica preta e latadas de palha da palmeira de babaçu.

A organização faz um cadastro para dividir o terreno todo em lotes. Os primeiros já estão com lotes organizados. A coordenação mantém segredo sobre a ocupação e a divisão para evitar conflitos antecipados.

Ainda na semana passada, o MST liderou outras duas invasões de terra no Piauí. Uma delas no município de José de Freitas e outra no município de

## Movimento quer recuperar terra grilada

Os coordenadores do Movimento Sem-Terra (MST) afirmaram que há oito milhões de hectares de terras no Piauí na mão de grileiros. O governo, segundo o MST, tenta recuperar cinco milhões de hectares em ações promovidas pelo Instituto de Terras do Piauí (Interpi) e Incrá-PI. A ação vai permitir a doação de 617 mil hectares de terras para o Ministério da Reforma Agrária promover a distribuição entre os sem-terra no Estado.

Segundo um dos coordenadores do MST, Adir Vicente, há 80 mil famílias sem-terra no Piauí. Ele disse que estas famílias estão sobrevivendo de modo rudimentar ou precariamente nos assentamentos vivendo apenas de cesta básica, esperando a oportunidade de ter uma gleba de terra para plantar e obter renda.

O movimento está levantando os latifúndios do Estado e não fará cerimônia de ocupação para fins de reforma

agrária. "As famílias estão sendo preparadas para isso", admitiu Adir Vicente.

Ele reclamou da lentidão do governo em promover a política de reforma agrária e discutir o plano de assentamento, desapropriação e atendimento aos sem-terra. Uma ação dos procuradores do Interpi de fazer conexões, conferindo as propriedades com os registros cartoriais, será o balizamento do resgate das áreas que foram supostamente griladas por terceiros.

O Incrá-PI, que atua em parceria com o Interpi, traçou uma meta para assentar 4,3 mil famílias; destas 2 mil serão assentadas com imóveis desapropriados à base de indenização paga pelo poder público. As outras 2,3 mil famílias, se não forem assentadas, esperam fazer ocupações com base na doação de terras que devem ser feitas pelo Incrá-PI. Até agora, já foram desapropriadas cerca de 150 mil hectares. Muito além da meta traçada pelo instituto. (LC)

## Incrá terá R\$ 2,2 milhões

O Instituto de Terras do Piauí (Interpi) vai receber R\$ 2,2 milhões do Ministério da Reforma Agrária para promover o reaparelhamento e equipamento do órgão. O Interpi analisa imóveis para fins de reforma agrária em várias áreas do Estado. A maioria se encontra no Sul do Piauí, exatamente na área de terras mais valorizadas do Estado, o cerrado piauiense.

A verba para Interpi consta de R\$ 2 milhões do Ministério e outros R\$ 200 mil de contra-

O projeto já foi entregue no Ministério e está em tramitação há quase um ano. A perspectiva é que estes recursos sejam liberados até o final do primeiro semestre.

O Incrá-PI confirmou as informações do MST que tem 70 áreas de terras para serem desapropriadas este ano. A maioria já foi vistoriada. Já estão aptas para serem transformadas em assentamentos regularizados pelo Incrá-PI cerca de 50 áreas. Até agora foram assentadas 500 famílias em oito mil hectares de

Fonte: Jornal Diário do Povo, 19/04/2004.

A mobilização das famílias para participarem da ocupação foi realizada pelos membros do MST em diferentes bairros, vilas e favelas da zona Sul de Teresina, bem como em cidades vizinhas da capital. Os depoimentos de alguns dos/as assentados/as revelam os contornos dessas primeiras investidas.

Foi o meu primo que me chamou... o pessoal tava fazendo reuniões pra ocupar as terras, ele falou assim pra conseguir uma terra pra trabalhar, que era no MST. Aí eu fui com ele no colégio, em frente ao colégio tava o pessoal lá. E começaram a falar o que é aquilo, o tempo que leva, explicando um pouco [as regras da ocupação], dizendo não pode chegar lá num dia, e no outro dia voltar, tinha que no mínimo passar de 15 a 20 dias, depois voltaria pra ver a família e coisa e tal. Mas dentro daquele processo de levar toda a família logo em seguida. Não tem esse negócio de você vai, fica pra lá e a sua família aqui, você lá... e esse vai e vem. Aí eu disse é, talvez seja aí que eu vou me encaixar, porque eu sempre gostei dessa parte do mato, desse negócio. (João, 48 anos, morador da Vila Irmã Dulce na época da ocupação)

O pessoal do MST foi no loteamento, teve uma reunião lá, aí esse nosso amigo assistiu e nos convidou a participar. Ele falou que era muito bom, que a gente ia ganhar terra, muita coisa boa que ele falou, aí animou meu marido. Eu mesmo tava com o pé atrás... a gente só conhecia o MST assim da televisão, quando eles tava quebrando tudo, invadindo, eu só conhecia através da televisão, então eu tinha um pouco de medo. [...]. Eu via o MST como um incentivador para as pessoas fazer baderna, tomar o que é alheio, eu até imaginava assim: Meu Deus! será que é comunista? e eu tinha medo. Meu marido se convenceu, e como a gente é casado e tem que acompanhar o marido... Estamos aqui. (Maria, 40 anos, moradora do Loteamento Cebola antes de ir para a ocupação)

Um colega meu passou e disse: tem um grupo de sem terra que tá acampado na beira do asfalto nas terras do Ciro Nogueira e lá é pelo MST e vai ser pelo INCRA. E lá a gente não paga nada. Ele perguntou, - você topa de ir com panela, com tudo, com barraca, pra fazer o barraco e ficar logo? “Você tem coragem de ir?”, eu disse: “eu tenho” – “Pois pode preparar a panela, o prato e o feijão pra gente fazer, nós vamos pra lá fazer logo o nosso barraco”. (Raimunda, 51 anos, residia em Teresina antes de ir para a ocupação)

Os relatos evidenciam que o primeiro contato dos/as assentados/as com o MST foi estabelecido nas reuniões de mobilização nos bairros, favelas e comunidades localizados próximos da área da fazenda que seria solicitada a desapropriação. Nessas reuniões, os militantes do MST apresentam os objetivos da ocupação e as regras que deviam ser seguidas/obedecidas para garantir a conquista da terra. Podemos observar também que o contato inicial com o MST acontece com a intermediação de um parente, vizinho ou amigo que tomou conhecimento das reuniões, assumindo depois desse contato o papel de divulgador das informações.

A esse respeito, Carvalho (1999), em estudo realizado sobre os processos recentes de constituição dos assentamentos rurais no país, identificou que as relações de vizinhança e parentesco especialmente, desempenham um papel fundamental na conformação desses territórios, visto que uma intensa rede de relacionamentos é tecida. Geralmente, as famílias chegam aos acampamentos em grupos de amigos ou familiares.

Podemos identificar também nos relatos dos/as assentados/as, a manifestação de certa cautela e desconfiança em relação ao MST quando do momento da decisão de ocupação, visto que as informações que dispunham sobre o movimento eram, basicamente as produzidas e divulgadas pela grande mídia. Nesses meios de comunicação, o MST geralmente, é

apresentado como um movimento formado por “baderneiros”, “desordeiros”, entre outras adjetivações vinculadas a idéia de rompimento da ordem pública.<sup>110</sup>

Os relatos indicam que uma ocupação de terra é um empreendimento coletivo, que obedece a um planejamento e diversos atos até o fechamento com a organização do acampamento. Os itinerários percorridos pelos membros do MST seguem duas frentes de trabalho, uma fica responsável pela realização de um levantamento prévio da situação da área, identificando, sobretudo os aspectos legais, e outra frente atua em prol da mobilização das famílias, utilizando como estratégia a realização de diversas reuniões nos bairros e comunidades rurais da zona sul de Teresina. Esses foram os passos tomados no sentido de se alcançar a execução do planejamento e estabelecer o acampamento 17 de Abril, às margens da BR 316.

Outro elemento colocado em destaque diz respeito à forma como as famílias se inseriram nesse processo, ou melhor, como foram interpelados pelo MST para participarem da ocupação. As reuniões, geralmente em escolas dos bairros onde o movimento estava fazendo o convite para a participação das ocupações, foram os instrumentos de divulgação da atividade. Nesses espaços são apresentados dados sobre a realidade agrária do país, a concepção de reforma agrária defendida pelo MST, como se realizam as ocupações, quais regras devem ser seguidas para garantir o funcionamento de um acampamento, dentre outras questões. Na propaganda realizada pelos militantes, é destacado, sobretudo a necessidade de cumprir essas regras, visto que esse é um dos critérios estabelecidos pelo MST para a seleção das famílias que serão assentadas nas áreas conquistadas por meio das ocupações.

Data emblemática, o dia 17 de abril de 2004, precisamente ao final da tarde, mais de 500 famílias<sup>111</sup> de trabalhadores rurais sem terras mobilizadas pelo MST, acampados em

---

<sup>110</sup> Como ilustração da forma que a imprensa vem tratando os conflitos no campo levados a efeito pelo MST, a capa da revista *Veja*, edição de número 1549, de 03 de junho de 1998, trouxe a imagem de João Pedro Stédile, com uma fisionomia fechada, aparentando um homem raivoso e zangado. A chamada para a reportagem era a seguinte: “*A esquerda com raiva*”. O conteúdo da reportagem caracterizava o MST como um movimento que pregava a “implosão da democracia burguesa”. Em anos seguintes, o MST volta a protagonizar outras capas dessa revista. Na edição de nº 1648, de 10 de maio de 2000 a chamada da capa era: “*A tática da baderna*”, na reportagem, João Pedro Stédile aparece vestido de James Bond, com uma arma em punho e os militantes são chamados de sem terra e sem lei e de defensores da revolução socialista. As imagens e os conteúdos expressos, nas páginas de várias edições da revista, demonstram a forma como determinados setores da sociedade e a grande mídia enxergam o movimento dos sem terra, ressaltando, sobretudo o caráter “desordeiro do movimento”, que coloca em “risco a garantia da ordem pública”. Assim é compreensível esse receio por parte de algumas pessoas ao entrarem em contato com o movimento nesses processos de mobilização para a ocupação da terra.

<sup>111</sup> Segundo relatos dos/as assentados/as, o acampamento chegou a reunir nos primeiros momentos 500 a 800 famílias. Muitas delas foram se incorporando na medida em que tomaram conhecimento da ocupação pelos meios de comunicação.

frente a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em Teresina, participando de atividade política, no âmbito das mobilizações nacionais do “Abril Vermelho,”<sup>112</sup> de onde partiram para a realização de duas ocupações de terras na zona rural de Teresina.

Um grupo seguiu em direção a região leste da cidade,<sup>113</sup> e outro partiu em direção a cidade de Demerval Lobão, parando no quilometro 17, nas proximidades da estrada que dá acesso a Fazenda Junco de propriedade da Empresa Agropecuária Ciro Nogueira. Ao chegar nessa área montaram um acampamento nas margens da BR 316, numa faixa de terra de 40 metros de proteção do Departamento Nacional Infraestrutura e Transporte (DNIT).<sup>114</sup> Esse ato materializou a ocupação que foi responsável pela constituição do Assentamento 17 de Abril.

As famílias mobilizadas pelo MST montaram o acampamento durante toda a noite do dia 17, e no dia seguinte o aparato policial foi acionado pelo grupo agropecuário, por meio de formalização de queixa na Delegacia de Polícia alegando que a fazenda Junco havia sido “invadida” por pessoas mobilizadas pelo MST. Contudo, o despejo da área não foi realizado, visto que o acampamento estava localizado numa faixa de terra de propriedade do DNIT e não nas terras do grupo agropecuário.

O estabelecimento do acampamento nas proximidades da propriedade reivindicada é uma estratégia que passou a ser adotada pelo MST depois da legislação criada no governo de Fernando Henrique Cardoso que proibiu a realização de vistoria em áreas ocupadas, por um período de dois anos. Dessa forma, o MST passou a instalar os acampamentos às margens das estradas/BRs, ou nas proximidades das áreas que estavam reivindicando a desapropriação, agindo dessa forma, estariam evitando que a legislação fosse aplicada.

A Empresa Agropecuária Ciro Nogueira LTDA, conforme consta no processo de desapropriação da Fazenda Junco no INCRA solicitou à justiça, pedido de reintegração de posse da referida fazenda, alegando que essa era uma propriedade produtiva, destinada para a criação de gado, solicitação atendida pelo Juiz da 4ª Vara Cível de Teresina. Em face dessa

---

<sup>112</sup> Em cada mês de abril são realizadas pelo MST, atividades com o objetivo de denunciar o massacre de 19 Sem Terra, em Eldorado do Carajás, no Pará, no ano 1996. Além da denúncia, as atividades tinham por objetivo pressionar o poder público para a realização da reforma agrária no Piauí e no Brasil.

<sup>113</sup> Esse grupo realizou uma ocupação na região da Cacimba Velha que recebeu o nome de Eldorado dos Carajás. A nomeação dos acampamentos e assentamentos organizados pelo MST, considerando fatos marcantes, tem por finalidade ligar as lutas empreendidas pelo movimento ao conjunto dos processos de resistência dos camponeses no país.

<sup>114</sup> Segundo relato de um entrevistado, no processo de organização da ocupação, o MST solicitou ao DNIT informações sobre o faixa de terra de domínio do órgão na BR 316. Respondendo a essa solicitação, o órgão informou por meio de ofício ao MST que a faixa de terra sob seu domínio nas margens da BR era de 80 metros, sendo 40m para cada lado.

questão, o grupo agropecuário ingressou junto ao INCRA com documentação expedida pelo referido juiz, como forma de comprovar a existência de conflito, o que no seu entendimento, impossibilitaria o processo administrativo de desapropriação da fazenda. Diante dessa situação, o INCRA solicitou ao DNIT informações sobre a localização do acampamento. O órgão responsável pela BR apresentou um relatório informando que o acampamento estava na faixa de terra de sua responsabilidade e não nas terras do grupo agropecuário. Em face da informação, o INCRA continuou com os procedimentos administrativos e jurídicos necessários para realizar a desapropriação da área solicitada pelo MST.

Após essa investida, o grupo agropecuário não se manifestou mais de forma contrária as ações do INCRA para realizar a desapropriação da área.<sup>115</sup> A vistoria da fazenda foi realizada no dia 27/05/2004, por uma equipe técnica do INCRA. Seguindo as orientações que versam sobre o processo de desapropriação, a empresa agropecuária e o MST foram informados da realização da vistoria para a qual poderiam indicar um representante para o acompanhamento da visita de vistoria da fazenda.

O relatório técnico do INCRA produzido depois da visita de vistoria da fazenda Junco constatou que não havia a presença de moradores na área, e que os acampados estavam às margens da BR 316, fora do perímetro do imóvel rural. O resultado final do relatório indicou que a propriedade, em razão de sua dimensão e por não haver atingido os índices mínimos de utilização e eficiência na exploração previsto em lei, era um imóvel improdutivo, sendo esse o requisito fundamental para desapropriação, ou seja, o imóvel não estava cumprindo sua função social, podendo dessa forma ser desapropriado para fins de reforma agrária pelo INCRA.

---

<sup>115</sup> Para um dirigente do MST, o grupo agropecuário recuou nas investidas para barrar a desapropriação da fazenda, porque um dos proprietários era o Deputado Federal Ciro Nogueira Filho. E, para não passar a imagem de truculento e contrário aos interesses dos trabalhadores rurais, optaram por negociar a desapropriação da área com o intuito de resguardar a imagem do referido deputado.



#### 4.1.1 O Acampamento como espaço educativo na luta pela terra e na construção do território do assentamento

A ocupação e o estabelecimento de um acampamento de Sem Terra para o MST é uma forma de pressionar o INCRA a cumprir com as suas responsabilidades no que diz respeito a desapropriação para assentar definitivamente famílias sem terra. No entanto, no caso do assentamento 17 de Abril, em que pese o fato do laudo técnico do INCRA ter sido favorável a realização da reforma agrária, visto que a propriedade foi considerada improdutivo, as famílias ficaram morando no acampamento durante um ano e cinco meses.

Os acampamentos de Sem Terra representam um espaço social que deixa marcas profundas na experiência das famílias que participam da luta pela terra. Em alguns estudos, o tempo do acampamento é considerado como o tempo da gestação do assentamento. Sobre a existência dos acampamentos nos processos de luta pela terra, Abramovay (1985, p.55) destaca que

uma das mais importantes consequências do desencadeamento do processo de Reforma Agrária é a aparição de novas formas de luta e resistência por parte dos trabalhadores rurais. Neste sentido, as dezenas de acampamentos à beira de estradas que tem surgido nos últimos anos [...] representam formas inéditas de manifestação dos movimentos sociais de luta pela terra

O acampamento emerge, assim, como um instrumento de resistência na luta pela terra, construído nas experiências organizativas de parte significativa de trabalhadores rurais sem terra. O acampamento foi, em geral, apresentado pelos/as entrevistados/as como um lugar excepcional, onde as coisas aconteciam de um jeito diferente. Diferença sentida não só na forma, mas, sobretudo no que diz respeito ao conteúdo das relações que se estabeleciam naquele espaço, como atesta o relato a seguir.

*A pessoa se envolve tanto que fica na naquela ansia... gente, isso é uma lavagem cerebral, porque, eu sinceramente não entendo nada de política e nem eu quero entender e tô me envolvendo com um negócio desse aqui, porque eu considero coisa muito séria até hoje, muito séria e tinha assim, aquela... a gente aprende coisas diferentes, coisas novas, assim que você diz, nunca pensei de passar por isso na minha vida, sinceramente. E é bom. A gente fica... conhecendo muitas coisas que a gente ignorava antes. E ali você tá e fica por dentro mesmo de tudo. Você se interessa mais porque eu me interessei mais pela leitura, eu me interessei mais pela minha responsabilidade mesmo. De pontualidade, de estar sempre presente nas horas necessárias. [...] Eu sei que eu sempre fui uma pessoa responsável, mas eu acho que depois que eu passei para o MST, para estar envolvida, eu acho que eu me interessei mais pelas coisas. Até nem tanto por mim, mas até mesmo pelas pessoas, o meu maior interesse é com meus companheiros,*

eu pra mim, tá tudo bem, meus companheiros estando melhor do que eu ainda pra mim eu estou satisfeita e é assim. (Antonia, 50 anos, residia em Teresina antes de ir para a ocupação)

O acampamento deixa marcas profundas nos/as acampados/as que participam dessas experiências, apresentando uma realidade até então desconhecida para parte significativa das pessoas envolvidas em sua construção. Assim, entender a luta pela terra no formato empreendido pelos movimentos que utilizam a ocupação como estratégia de luta, impõe a necessidade de uma reflexão acerca dos processos e das relações que se estabelecem nesses espaços. Sobre esse aspecto é oportuno destacar a contribuição de Fernandes (2001, p.75), para quem,

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação, são uma forma de materialização da organização dos sem terra e trazem, em si, os principais elementos organizacionais do movimento. [...]. São, portanto espaços de lutas e resistências. [...]. Podem estar localizados dentro de um latifúndio ou nas margens de uma estrada. [...] podem ser as primeiras ações das famílias ou podem ser reprodução dessa ação por diversas vezes. [...], os sem terra compreenderam que acampar sem ocupar dificilmente leva a conquista da terra. A ocupação é um trunfo nas negociações.

Nas conversas informais e nas entrevistas realizadas no 17 de Abril, os/as entrevistados/as fazem referência à ocupação como um espaço e um tempo diferente da experiência que estão construindo no assentamento. Os relatos dos/as assentadas/os, a seguir, evidenciam a força do acampamento nas experiências dos sujeitos envolvidos nos processos de luta pela terra no caso do 17 de Abril.

A experiência que eu tenho da ocupação, é que lá é uma experiência muito boa. Eu achava que enquanto a gente estava lá, no tempo de acampado, a gente era mais unido, se tornava mais uma família só. Porque, tinha os nossos horários de discussão, tudo baseado em equipe, tudo o que chegasse, tudo o que a gente fosse resolver era discutido na direção. [...] As discussões que a gente tinha lá no acampamento principalmente no início era a gente se unir com as pessoas, entrar nos eixos, é seguir a regra do MST de acampamento. *As regras era você não beber, você não brigar, não falar mal do seu amigo, do seu companheiro, e sempre ta disposta a ajudar no que fosse preciso, sempre unido, essas eram as regras.* [...] *Era a gente se assentar e viver uma vida sossegada. Era a gente trabalhar sempre no coletivo, essa era as discussão, tudo era no coletivo. Durante o tempo que a gente tava lá [no acampamento] todo mundo falava numa boca só, aceitava sempre [as propostas] dos companheiros [X e Y]<sup>116</sup>, que era o pessoal mais*

<sup>116</sup> Considerando os aspectos éticos, optamos por não revelar o nome dos militantes citados na entrevista. Esses dois militantes foram designados pela direção estadual do MST para coordenar politicamente as famílias que estavam participando da ocupação. O primeiro, oriundo do Maranhão, veio para o Piauí em 2004, junto com outros militantes da brigada nacional com a tarefa de colaborar nas ocupações de terras daquele período. No momento de seleção das famílias a serem assentadas, ele optou por ficar assentado no 17 de Abril. O segundo militante, depois da desapropriação da fazenda Junco, foi designado pelo MST para acompanhar politicamente os assentamentos da região Norte do Estado.

firme que a gente tinha, o pessoal mais cabeça feita era esse dois menino, então eles orientava e falavam qual era a melhor maneira da gente trabalhar. (Maria, 40 anos)

Eu acho que a gente aprende realmente praticamente quase tudo dentro de um acampamento, porque lá é a base de tudo no processo, porque a partir do momento em que você começa a formar os núcleos, as pessoas, muitas vezes como a gente, que nunca tinha participado... Eu já tinha participado de uma outra ocupação, mas diferente.<sup>117</sup> Aí formam os núcleos de dez famílias, tem que ter as reuniões, a família tem que discutir o que vem da direção. Tem o coordenador de cada núcleo de dez famílias, que ele passa pro núcleo aquilo que foi discutido na direção, encaminhado né? E tem que discutir. Aí forma os setores. Todos os setores tem que ter e funcionar, isso aí eles até dizem que hoje em dia os setores passam um pouco de dificuldade. Lá no acampamento parece que tudo é mais fácil, as pessoas tão muito ligadas, a gente tem que conseguir a terra, então a gente fica bem... todo mundo observa tudo, todo mundo discute tudo que tem que discutir. (João, 48 anos)

Nas falas dos/as entrevistados/as observamos, sobretudo, a ênfase nas mudanças por que passaram depois que se envolveram com o MST, com a incorporação da ideia de coletividade, visto que os códigos morais do movimento colaboraram para alterar a visão de mundo e o jeito de ser das pessoas que se envolvem nos processos de luta pela terra. Observamos também, que nesse momento, os militantes do movimento desempenham um papel de líder, apresentando as regras do movimento e seus códigos morais, ou seja, esses militantes funcionam como espelho para os/as acampados/as.

Na constituição do acampamento, o MST assume a direção política desse espaço, visto que são as regras apresentadas pelo movimento que passam a orientar as ações das pessoas envolvidas nessa resistência pela terra. Dessa forma, o acampamento é um espaço de educação política do sujeito que se envolve nas lutas pela terra, conforme indica o relato a seguir:

o MST tava sempre presente entre nós e foi educando, botando a gente pra aprender, então aprendi a ser coordenadora de grupo, eu era uma coordenadora, uma das melhores. [...]. No início, a gente tava mais naquela fase de conhecer o desconhecido, que a gente não conhecia, e aí a gente ficava ouvindo, participava de reunião, então a gente ficava ouvindo e o projeto da gente era conseguir a terra, se manter ali se unir e conseguir chegar até onde nos chegamos [...] durante o acampamento a gente foi conhecendo, foi procurando ver que é o MST, qual é o propósito dele com as pessoa, e aí a gente ficou convencido que ele era bom pras família carente que precisava de terra, então a gente se convenceu disso” (Maria, 40 anos)

---

<sup>117</sup> O entrevistado já havia participado de ocupações urbanas, notadamente da ocupação que gerou a Vila Irmã Dulce, em Teresina.

Enquanto espaço educativo, o acampamento possibilita a incorporação das concepções, das ideias e ideais que são apresentadas pelos militantes do MST por meio das discussões das questões que dizem respeito à vida no acampamento e a projeção do futuro. As discussões giram em torno de temas formativos, de educação política e técnica tendo como horizonte a vida no futuro assentamento, como indica o relato a seguir:

A coordenação do acampamento nos finais de semana organizava um determinado tema pra ser discutido e aí se pensava quem vinha pra discutir o tema. Se existisse alguém dentro do acampamento pra dispor, colocar o tema pra comunidade, tudo bem, se não, teria que convidar outra pessoa, da brigada nacional ou da direção estadual do MST, ou qualquer outra pessoa que fosse de qualquer outra entidade, mas que tivesse uma boa relação com o MST. E aí a gente discutia, eram diversos temas, questão da sexualidade, a questão produtiva, a conjuntura agrária, e uma série de temas (Francisco, 27 anos)

As reuniões, as assembleias, e os debates realizados no acampamento são utilizados pelo MST para apresentar as concepções do movimento sobre a vida futura no assentamento, reforçando, sobretudo, que esse futuro deve está assentado em bases coletivistas. Caldart (2000, p.116) destaca que,

o acampamento pode ser olhado como um grande espaço de *socialização dos sem-terra* que passam a viver um tempo significativo de suas vidas em uma coletividade cujas regras e jeito de funcionar, embora tão diferente da sua experiência anterior, foram eles mesmos que ajudaram a constituir.

As atividades desenvolvidas objetivam socializar os sujeitos envolvidos na luta pela terra com os princípios organizativos do MST, além de colaborar na construção de uma unidade discursiva sobre o projeto comum do assentamento e fortalecer os ânimos para prosseguir na resistência pela terra.

O acampamento pode ser entendido também como um tempo de experimentação, onde se formam coletivos de trabalho, para realizar as atividades, como informa os entrevistados a seguir:

a gente tinha uma hortazinha lá na beira da estrada né? Era o setor onde ia plantar, e fazia a horta e ia atrás das cestas básicas lá no INCRA. Corria atrás dessa questão do alimento, da cesta básica, e a questão da produção da horta lá na beira da estrada. O Setor de saúde também, sempre matinha a questão da farmácia viva, lá, [...] e [se] adoecia uma pessoa, o setor da saúde é que tinha que encaminhar, chamar uma ambulância e cuidar, fazer um remédio caseiro, [...]. E a questão da cultura, do jovem, a gente sempre promovia algum jogo de futebol, fazia mística dentro do acampamento pra animar também o jovem. (Antonio, 45 anos)

A superintendência do INCRA naquele período [...] veio com a imprensa, visitou o acampamento, mostrou a horta comunitária lá do acampamento e começou a criar uma imagem totalmente diferente pra quem passava, pra

quem visitava o acampamento. Criamos também, dentro do acampamento uma experiência coletiva de criação de frango. Não deu certo porque o fogo queimou...[...], fizemos uma pequena escola, onde durante as noites era aula de jovens e adultos, durante o dia tinha aula pra as crianças. Na verdade era um reforço e o espaço também servia para as reuniões e algumas atividades, que na verdade eram reuniões de núcleo e outras atividades como cultos religiosos (Francisco, 27 anos)

Assim, o acampamento permitia a experimentação de práticas fundamentadas na divisão de tarefas e responsabilidades entre as pessoas, estimulando o espírito de coletividade, visto que as distintas questões que emergem no cotidiano do acampamento são resolvidas considerando o coletivo e não apenas o indivíduo.

Em estudo sobre as especificidades que distinguem os movimentos sociais que atuam na luta pela terra no país, Almeida (2003, p.183-184) observa que nos acampamentos organizados pelo MST ocorre a

suspensão de todas as distinções e divisões da ordem social estruturada com forte ênfase na ideia de pobreza, igualdade e ausência de propriedade. Formação de um novo homem a partir da negação dos atributos anteriores, daí a ideia de gestação/nascimento que acompanha os símbolos. Ausência de uma marcada polaridade sexual (todos são iguais). Crença na humildade, no altruísmo, na obediência aos valores comuns e nos “poderes dos fracos”, bem como em figuras simbólicas que tem a elas vinculadas esses atributos. Obediência/disciplina a todos sem distinção de posição. Forte caráter místico, revestindo as qualidades humanas: lealdade, coragem, etc. - Aceitação de dores e sofrimentos. Princípio da inferioridade estrutural; pobreza.

Nesse sentido, o acampamento representa para as pessoas envolvidas em sua construção, um lugar marcado pela emergência de novos códigos morais e pela gestação de novos valores e concepções. Palavras como trabalho comunitário, organicidade, coletivização são incorporadas ao discurso das pessoas, como indicam os relatos a seguir:

O MST em si é o responsável, vamos dizer assim, [por] um terço da minha mudança mental, hoje eu tenho uma visão de vida mais ampla, antes eu não tinha essa visão, vamos dizer assim... [era] meio ignorante, meio bruto, enfim... é a lei da capital, a lei da cidade. *Hoje eu já aprendi a ter uma nova visão sobre a humanidade, sobre os direitos que é pra... que é pra todo mundo ter igual, mas que não tem e hoje eu me sinto um lutador do povo, eu hoje eu me sinto fazendo parte é... fazendo parte dessa militância, e lutando pra melhoria do povo, lutando pela reforma agrária.* (José, 40 anos)

Eu passei a entender muitas coisas que eu não entenderia na moradia urbana, na convivência urbana. [...] e eu agradeço, acabe se acabar, diminua o que diminuir o movimento [MST], mas eu agradeço muito o movimento como professor, como pai, como mestre pra mim. (Raimunda, 51 anos)

Os relatos são ilustrativos das mudanças que operam com o fluir do tempo nas pessoas que tomam a decisão de participar da construção da luta pela terra. Depois de tomada a decisão, é necessário atribuir sentido a cada momento de vida, sentir em si o atrito da realidade, passando a acreditar e assumir o discurso do movimento em defesa da reforma agrária. Dessa forma, o MST assume o papel de sujeito político fundamental no processo de formação das pessoas envolvidas na constituição dos espaços de luta e resistência.

Contudo, cabe ressaltar que diversos estudos tem identificado, como o de Martins (2003), que a lógica de cunho mais coletivista que orienta o MST no processo de mobilização dos/as trabalhadores/as em direção à ocupação de terras é diferente da lógica, voltada mais para a condição de produtor individual, que leva os/as trabalhadores/as a participarem da ocupação. E, se no momento do acampamento as diferenças não aparecem de forma tão evidente, no processo de constituição do assentamento, as divergentes emergem, forjando conflitos.

Como parte do processo pedagógico de organização dos espaços de luta pela terra, o MST construiu uma metodologia de organização dos acampamentos e assentamentos, chamada pelos militantes de “organicidade do movimento”, que se materializa por meio da formação de grupos de famílias, setores, equipes, e coordenadores. Segundo um entrevistado, no período da ocupação, essa organicidade estava passando por um processo de mudança, o que significou um problema a mais na organização do acampamento. O relato a seguir, de uma liderança do MST que participou da ocupação, destaca as dificuldades dos/as acampados/as com a organicidade do movimento.

Na verdade foi um choque que a gente teve [com a nova proposta de] organicidade [que] o MST tava tentando implantar [...] que [...] surgiu a partir do Rio Grande do Sul. Nós com pouca experiência desse modelo de organicidade tivemos que passar bastante tempo estudando, tivemos que passar um bom tempo com a brigada nacional pra explicar melhor esse modelo de organicidade. O modelo de organicidade de antes era coordenação do núcleo, a coordenação de núcleo era quem discutia e encaminhava tudo, e existia as assembleias. [...]. A proposta atual existe uma coordenação, a coordenação de núcleo, ela é formada por um homem e por uma mulher. Na proposta anterior não, não se preocupava tanto com a mulher. A proposta era machista, não se preocupava tanto com a mulher, aí cada núcleo de família tinha lá a coordenadoria, o coordenador. Na proposta anterior as demais pessoas não tinham lá sua responsabilidade. Hoje não, todas as pessoas tem a sua responsabilidade de fazer parte do setor de educação, do setor de finanças, setor de produção, dos demais setores que compõem o MST. Ainda existia a associação, *na verdade a associação pra o MST seria só uma questão jurídica. As definições elas seriam feitas dentro desses setores, dentro dos núcleos de família, e se necessário for, faz-se uma assembleia para definir as coisas melhor.* Aí pra se pensar, pra

gente colocar todo esse esquema na cabeça de pessoas que tavam saindo de uma situação urbana pra vir pra o campo, sentar dia após dia discutindo o modelo de organicidade do MST era coisa tão complicada! (Francisco, 27 anos)

A metodologia construída pelo movimento para a organização dos acampamentos e dos assentamentos, chamada de organicidade, se faz presente por todos os locais onde existe ação do MST. Quando da ocupação, a metodologia anterior estava passando por alterações e em seu lugar o movimento estava implantando uma experiência construída no Rio Grande do Sul e naquele momento essa organicidade estava se espacializando pelo país. Assim, a experiência do acampamento funcionou como uma espécie de laboratório para a nova organicidade do MST. A partir dos relatos construímos um organograma com a estrutura organizativa do acampamento 17 de abril, conforme figura a seguir.

Na base da organização do acampamento/assentamento encontram-se os grupos de famílias ou núcleos de base, compostos de 10 a 15 famílias, cuja organização é feita pelo critério proximidade de vizinhança. O objetivo dessa metodologia organizativa, segundo os membros do MST, é buscar a maior participação popular em atividades relacionadas com o cotidiano do acampamento e dos assentamentos. Cumpre observar que essa estrutura criada ainda no período da ocupação foi levada para a organização do Assentamento 17 de Abril.

A coordenação do núcleo de base ou de famílias e dos setores é exercida por um homem e por uma mulher, visando garantir a participação das mulheres nos espaços de socialização política e enfraquecer os traços da dominação masculina. A segunda instância é a coordenação política do acampamento que reúne os coordenadores/as dos núcleos de famílias e dos setores do acampamento/assentamento<sup>118</sup> para discutir as questões referentes à organização política, econômica, social, culturas desses espaços. Por fim, tem-se a assembleia geral como espaço destinado para as questões que não foram deliberadas e encaminhadas nas outras instâncias de discussão. Para um dirigente do MST, essa estrutura foi construída visando,

democratizar a participação de todos e todas em todas as decisões do MST. Seja ela decisão lá do núcleo de base, seja ela decisão do coletivo de produção, seja ela uma decisão que tem haver com a vida, com o destino do assentamento, enfim, a ideia é que todas as pessoas de um modo ou de outro se sintam parte do movimento. (Carlos, 34 anos)

---

<sup>118</sup> Ainda durante o acampamento foram estruturados quatro por setores (Educação, saúde, produção e meio ambiente e segurança). Quando da constituição do assentamento foi incorporado mais um setor, o de Cultura e juventude.

Por ser construído a partir dessa engenharia e por diferentes espaços de participação, Fernandes (2001) compreende os acampamentos como espaços de socialização política, marcados por três dimensões, isto é, são espaços interativos, comunicativos e de mobilização permanente. São espaços que possibilitam vivenciar novas situações com a mediação de outros sujeitos, visto que a partir dessa realidade, os/as acampados/as são chamados a negociar com o poder público - além de outros mediadores -, os passos que os levará para o assentamento.

No momento da ocupação, o MST assume o papel de direção política do processo, conforme destaca a assentada Antonia, quando afirma: “o MST foi presente todo tempo. [...] a direção todo tempo vinha... *a organicidade que o MST trazia pra nós* e a gente via aquilo ali e fazia. A gente foi acompanhado pelo MST todo tempo, [...] se não fosse pelo MST não tinha ninguém aqui de jeito nenhum.” No entanto, a presença do INCRA no espaço do acampamento é registrada, sobretudo pelo fornecimento das cestas básicas para as famílias acampadas, como informa uma outra assentada: “enquanto a gente estava no acampamento tinha aquela questão das cestas, eles [o INCRA] deram todo apoio, todo o tempo” (Raimunda, 51 anos).

Além do fornecimento das cestas básicas, o órgão esteve presente no momento de preenchimento dos cadastros de inscrição das famílias que seriam assentadas na área desapropriada. Os critérios estabelecidos pelo INCRA para selecionar os beneficiários da reforma agrária tem caráter classificatórios e eliminatórios, tais como: idade, tamanho da família, experiência em trabalhos anteriores, dentre outros.<sup>119</sup> Entre as pessoas que não podem ser beneficiadas pela política estão, portanto, os/as funcionários/as públicos/as, os/as aposentados/as e pessoas com antecedentes criminais.

A seleção das famílias levou em consideração as regras do INCRA, e os critérios que foram estabelecidos pelo MST no início da ocupação, como indicam os entrevistados a seguir:

O INCRA não participou da seleção. Só veio quando [a seleção] já tinha [sido] feita [...] pra fazer o cadastro oficial. Foi a participação dele. A

---

<sup>119</sup> No momento da seleção junto ao INCRA, as famílias preenchem um formulário que tem por objetivo a construção do perfil dos demandantes de terra. As perguntas dizem respeito a experiência de trabalho, local de moradia, tempo de moradia no endereço informado, tempo de trabalho em atividades rurais, se é aposentado ou possui antecedentes criminais, dentre outras questões. Segundo um servidor do INCRA, em entrevista para essa pesquisa, para cada resposta, o demandante por terra recebe uma pontuação classificatória. Assim, conforme ainda o citado servidor do INCRA, em uma situação hipotética de seleção de 30 famílias num universo de 50 inscritos: “vai ter uma hierarquização de 50 famílias, da maior à menor pontuação. As primeiras 30 é que são as selecionadas”, ou seja, as famílias selecionadas são aquelas que obtiverem a maior pontuação em relação às respostas fornecidas no momento de preenchimento do cadastro.



seleção foi feita pelos meninos do MST, [...] que vinham acompanhando, ajudando. [...]. Os critérios era pra quem tirava a vigia correta, era pra quem vivia no dia-a-dia do assentamento, era pra quem fazia parte mais da direção, quem fazia parte da coordenação e quem contribuía com os mutirões e quem contribuía com as ocupações também. (Raimunda, 48 anos)

um dos critérios básicos é tu tenha respeito com a tua própria esposa, que tu tenha uma boa relação com teu filho, dentro de um acampamento principalmente nos primeiros dias, nos primeiros meses, não pode se usar bebida alcoólica, não pode usar droga, questão do silêncio no período da noite, respeitar as diversas religiões que existam, brigas nem pensar. Existe uma série de coisas que são exigidas e aí aquela comunidade que ta se formando é que se define. (Francisco, 27 anos)

Os critérios do MST no caso do Assentamento 17 de Abril ultrapassam os estreitos e objetivos limites da inserção nas atividades práticas do dia a dia e do compromisso com a luta, alcançando exigências de conteúdo moral e social, regras e padrões de convivência social, conjugal, de respeito aos credos religiosos, entre outros.

Os relatos indicam que a seleção foi realizada pelo MST tendo em vista as regras estabelecidas no processo de organização do acampamento, o que evidenciam o quanto o cumprimento dessas regras são fundamentais para a conquista da terra. Essa questão indica também que as famílias envolvidas nos processos de luta pela terra se submetem tanto as racionalidades do Estado como as do movimento social. No momento da imissão de posse da terra, em 2005, foram cadastrados como beneficiários da reforma agrária 80 famílias. Atualmente moram no assentamento 77 famílias.

Por fim, o acampamento pode ser considerado como o momento inicial de uma nova vida que as famílias assumem ao decidir participar de uma ocupação de terra. Esse espaço é marcado por mudanças importantes, na organização das famílias, no espaço geográfico, e nas relações de vizinhança. Na constituição desses espaços, aspectos que reforçam a necessidade da coesão do grupo e da definição de um elo comum e a defesa da coletividade são apresentados como valores que devem ser assumidos no processo de conquista da terra.

#### 4.2 A ESTRUTURAÇÃO DO ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL: UMA “ESPERA” EM MOVIMENTO

A criação de assentamento envolve procedimentos jurídicos e administrativos. Uma série de procedimentos administrativos são tomados e encaminhados pelo INCRA para

garantir a assinatura do decreto de desapropriação de uma área para fins de reforma agrária, dentre os quais podemos destacar, os seguintes: as visitas de vistorias para avaliar os índices de produtividade da área, bem como as visitas de avaliação, que tem por finalidade realizar o levantamento das benfeitorias existentes nas áreas reivindicadas e que serão indenizadas pelo poder público. Essas visitas geram laudos técnicos que informam sobre as condições dessas áreas.

No caso do 17 de Abril, esses relatórios apresentaram um estudo do quadro natural do área, as condições dos solos, a fertilidade natural da terra, aspectos da vegetação, bem como indicação de atividades produtivas que poderiam ser desenvolvidas pelas famílias após a desapropriação, a inexistência de rios, nascentes ou riachos e existência de um lençol freático no subsolo, sendo necessário, contudo, a perfuração de poços artesianos para garantir o acesso à água para as famílias que seriam assentadas na área.

O Ato de Imissão de Posse feita por um juiz é o procedimento jurídico que garante a criação do assentamento, visto que após esse ato, o imóvel passa a ser de propriedade do INCRA, que por sua vez emite a Portaria de Criação, autorizando as famílias selecionadas a se instalarem no assentamento e a receberem os recursos do Programa Nacional de Reforma Agrária. Na perspectiva de Carvalho (1999, p.6),

O assentamento expressa no momento da sua criação um ponto de inflexão histórica mais complexa do que o mero ato administrativo da sua criação formal. Nesse momento encerra-se um determinado processo político social onde o monopólio da terra e o conflito social localizado pela posse da terra são superados e imediatamente inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental naquela área.

A Instrução Normativa do INCRA de N°15 de 2004, que dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária, determina que as ações e instrumentos para implementação do assentamento são as seguintes:

I - Criação de projetos; II - Cadastro e seleção de candidatos; III - Contrato de concessão de uso<sup>120</sup>; IV - Créditos apoio à instalação e aquisição de materiais de construção; V – Serviços: a) Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES (Projeto de Exploração Anual - PEA, Plano de

<sup>120</sup> Uma área desapropriada pelo INCRA fica sob domínio da união, e no momento de instalação das famílias na área é estabelecido um contrato de concessão de uso entre INCRA e os assentados, adquirindo os mesmos a condição de beneficiários da reforma agrária. Esse é um título provisório. O INCRA tem um prazo de 5 anos, prorrogável por mais 5 para efetivar a título de domínio dos para os assentados. Segundo informou um técnico do INCRA, a titulação definitiva só ocorre quando todos os créditos estiverem implantados, a infraestrutura básica do assentamento estiver instalada e o georeferenciamento do assentamento finalizado. Após a titulação, o beneficiário é incorporados as outras linhas do PRONAF e o lote fica inalienável por um período de 10 anos, ou seja, o beneficiário não pode fazer transação comercial durante esse período.

Desenvolvimento do Assentamento – PDA e Plano de Recuperação do Assentamento - PRA). b) Topografia; VI - Infraestrutura básica: a) Estradas, b) Energia, c) Água; VII - Crédito PRONAF “A”; VIII - Supervisão e acompanhamento; IX - Manejo de Recursos Naturais.

A instalação de um assentamento rural pelo INCRA compreende, portanto, 09 ações. Nas primeiras ações, a intervenção do poder público tem por objetivo a instalação efetiva do assentamento, sendo as três primeiras relacionadas aos procedimentos de caráter mais técnicos e jurídicos do órgão. A quarta e quinta dizem respeito ao processo de fixação das famílias nos lotes. Nesse momento ocorre a liberação dos créditos iniciais e a construção dos PEA, PDA, PRA, planos que devem ser construídos sobre orientação dos serviços de assistência técnica. A etapa final consiste nos serviços de medição e demarcação topográfica.

As outras ações tem por finalidade a implementação da infraestrutura básica do assentamento, que compreende, especialmente, a construção das estradas, instalação de água e energia e a liberação dos créditos para a estruturação da produção, com o acesso a linha de crédito do PRONAF-A, destinada aos beneficiários da reforma agrária. Por fim, tem-se o manejo de recursos naturais, respeitando as determinações da política nacional de meio ambiente e as ações de supervisão e acompanhamento dos assentamentos, atividade realizada por técnicos do INCRA.

Assim, as atribuições do INCRA com a implementação dos assentamentos em terras desapropriadas, são as seguintes: concessão dos créditos de instalação, dotação de infraestrutura básica com a instalação de energia elétrica, abastecimento de águas, construção de estrada, dentre outros.

Ao iniciar no processo de constituição de um assentamento, o Estado reconhece a legitimidade das demandas dos sujeitos mobilizados na luta pela terra e assume também a responsabilidade de intervir visando a sua viabilidade econômica e social, por meio das políticas públicas de crédito para produção agrícola e infra-estrutura. Contudo, nesse processo, os estudos tem evidenciado que as famílias assentados ficam a “mercê das ações e omissões do Estado” (LEITE, *et. al.*, 2004, p.86-87).

O assentamento é um território produzido por diferentes sujeitos que não necessariamente estavam numa mesma direção, mas que ao se encontrarem em uma mesma situação passam a viver esses diferentes jeitos de ser e reproduzem não mais o que são, mas o conjunto das relações estabelecidas a partir dessa nova realidade. Nesse sentido se posiciona Caldart ( 2000, p. 89),

permanece uma tensão entre duas lógicas organizativas distintas: a necessária para fazer avançar a luta pela terra, enquanto mobilização das massas sem-terra, e a necessária para fazer avançar a produção nos assentamentos, enquanto empreendimento social que implica em qualificação profissional, planejamento a longo prazo, permanência de estruturas; na linguagem do MST, trata-se da lógica do rolo (ou do movimento) versus a lógica da empresa social (organização, planejamento).

Essas lógicas distintas passam a operar com mais força quando os diferentes sujeitos que atuam na constituição desses espaços são chamados para discutir e definir as questões que passam a alterar o espaço natural e a construir o território do assentamento.

#### **4.2.1 A ocupação do espaço do Assentamento 17 de Abril**

A criação do Projeto do Assentamento 17 de Abril não se deu no momento imediatamente seguinte a realização da ocupação. O decreto de desapropriação para fins de reforma agrária da Fazenda Junco foi assinado pelo Presidente da República em dezembro de 2004. Contudo, o Ato de Imissão de Posse só foi expedido pela justiça no dia 06 de setembro de 2005, nove meses depois do decreto de desapropriação. As famílias passaram um ano e cinco meses acampadas às margens da BR 316. A área desapropriada de 1.014 hectares não atendeu ao conjunto das famílias que ainda estavam participando da ocupação, tendo sido possível assentar somente 80 famílias.<sup>121</sup>

Na constituição do assentamento, muitas famílias desistiram, outras foram expulsas,<sup>122</sup> indo para outros lugares. Aquelas que ficam e resistem começam a construir um território onde as marcas de sua história vão sendo fixadas nesse território. Sobre a questão da evasão nos assentamentos, estudos tem indicado que a precariedade na infraestrutura, dificuldade de acesso ao lazer, à educação, à assistência à saúde, bem como a dificuldade no escoamento da produção, tem sido uma das principais causas da evasão (MEDEIROS, 2003). A seguir,

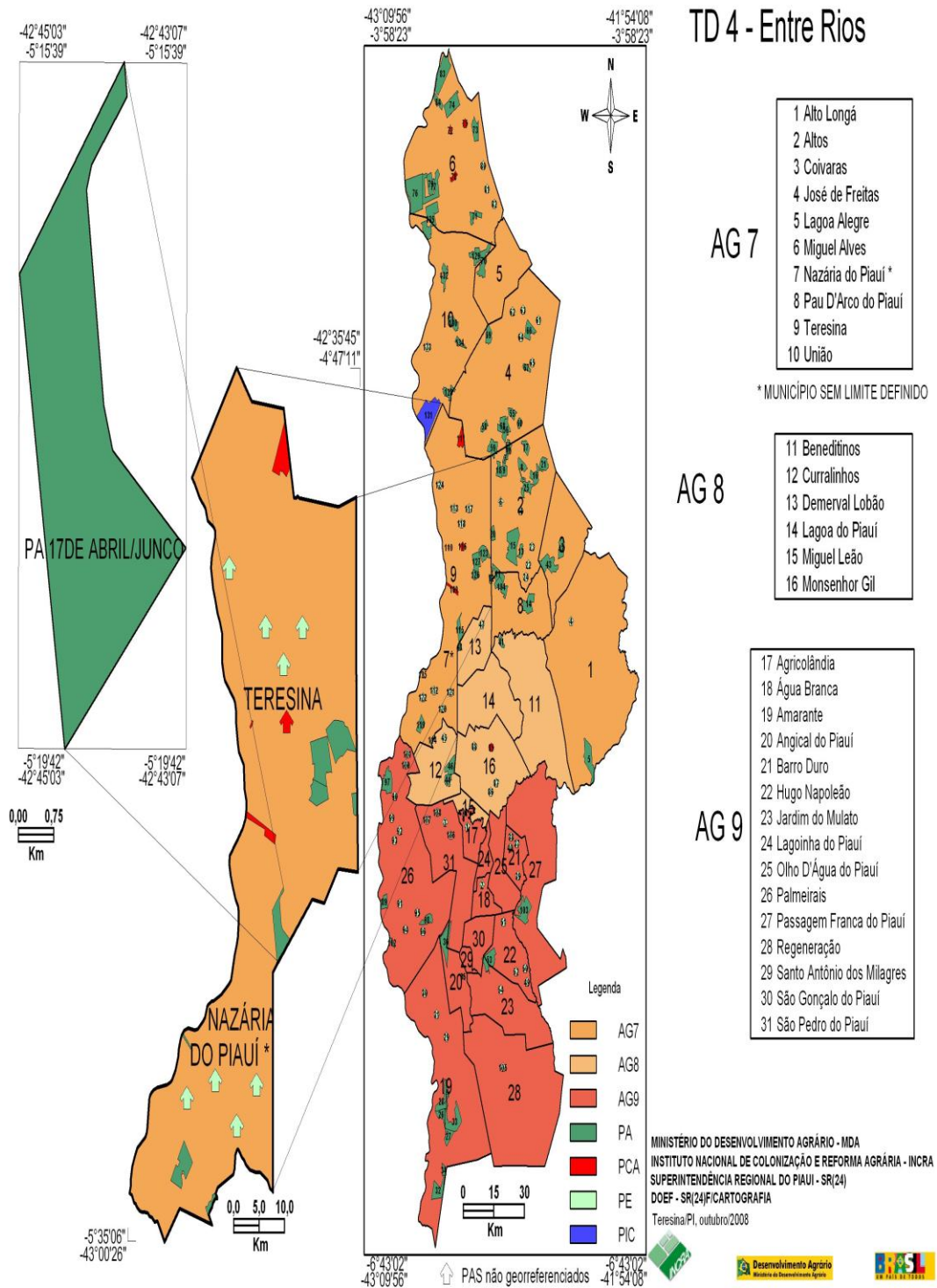
---

<sup>121</sup> As outras famílias foram incorporadas a outros acampamentos e assentamentos organizados pelo MST no Piauí.

<sup>122</sup> Nesses três anos de existência, 113 famílias já foram cadastradas como beneficiários da reforma agrária no Assentamento 17 de Abril. Atualmente se encontram morando 77 famílias, o que representa uma evasão de 36 famílias do assentamento.

apresentamos a localização da área do Assentamento 17 de Abril em imagem do território “Entre Rios”.

**Figura 6 - Localização da área do assentamento 17 de abril em imagem do território “Entre Rios”**



A área do Assentamento 17 de Abril está localizada na zona rural da cidade Teresina, portanto no território Entre Rios, é uma região com significativa presença de assentamentos rurais, notadamente aqueles sob gestão do INCRA. Em Teresina encontram-se 19 assentamentos criados ou reconhecidos pelo órgão federal.

Um assentamento de reforma agrária é uma organização resultante de uma estratégia coletiva que envolve um planejamento mais amplo, tanto por parte do Estado como das famílias envolvidas em sua constituição. No que diz respeito a ocupação definitiva da área do 17 de Abril, cabe destacar que devido a um incêndio que consumiu a maioria dos barracos do acampamento, no dia 07 de setembro de 2005, as famílias ficaram desprovidas do mínimo necessário para permanecer na condição de acampados/as, essa situação alterou os planos iniciais das famílias, como indicam os relatos a seguir:

Era pra gente entrar só quando tivesse feito toda a casinha, aí é que a gente deixava lá [o acampamento] e mudava pra dentro das casinhas [no assentamento]. Mas não foi possível... pois depois do incêndio, a gente veio pra debaixo dos pés de pau. Só que a gente já vinha mais seguro, porque a gente já vinha com a segurança de que a gente já vinha para o que era da gente, mesmo que não tivesse casa. Porque a gente já tinha o título de posse assinado. E aí a gente trabalhou com mais segurança. Aí eu mesmo trouxe uma panela, fazia comida debaixo de uma sombra, enquanto nós enfiávamos umas coxias, para fazer uma latada, fiz um giral grande, botei as coisas [...]. Aí as casas tudo distante, todo mundo estava com as casas feitas, alguma ainda estava na beira de algum barraquinho que ainda tinha ficado lá, e aí minha amiga, era um mato muito alto, aí tinha dia que eu dormia sozinha. (Raimunda, 51 anos)

Essa área aqui todinha que é a agrovila, foi nós mesmos quem dividimos. O INCRA não fez nenhuma..., não impôs de jeito nenhum. Veio depois, eles vieram aqui mais recente para fazer algumas medições com GPS pra indicar pra Caixa Econômica a questão das casas. Isso aqui é o modelo do assentamento que foi colocado no papel, aonde a gente discutiu todo esse formato aí, o que seria. Ele foi feito em 2006, no início de 2006, quando a gente já tava aqui, que a gente veio pra cá em 2005, setembro de 2005. [...]. São 80 lotes, com 30 [metros] de frente por 100 de fundo, cada lote tem 100[metros] de fundo. Então a gente fez esse modelo aqui pro pessoal aceitar, concordar que fosse assim e tá até hoje nesse modelo assim. O que falta é a gente definir ou seria o INCRA definir se vai continuar mesmo coletivo, como é o projeto que seja, que o restante da área seja coletivo, ou se o INCRA vai fazer alguma modificação, se vai dividir, se não vai. (Pedro, 47 anos)

Como podemos observar a alteração na paisagem natural do assentamento foi empreendida pelas famílias, ou seja, resultou do protagonismo dos/as assentadas. Dessa forma, elas aceleraram o processo de instalação dos lotes, realizando os trabalhos em forma

de mutirão para a derrubada da mata para abertura das ruas e localização dos lotes na agrovila, bem como para o preparo do solo, plantio, entre outras atividades.

Em geral, a forma de organização do assentamento e da agrovila é um momento tenso, visto que o tanto o INCRA como o MST tem modelo distintos de organização dos espaços. Segundo um técnico do INCRA, a organização das casas em agrovila é uma orientação do INCRA, visto que

O INCRA tem estabelecido regras, normas para o assentamento, [com] a exploração de forma coletiva pra baratear custos na questão da demarcação dos lotes, mas também a forma de exploração coletiva não é só com objetivo de baratear custos, o objetivo também é de socializar democraticamente a exploração da terra. A gente sabe que o imóvel não é assim com as terras todas uniformes, terras todas agricultáveis e de forma mais fértil, ou menos fértil, tem áreas que são exploráveis, assim agricultáveis e áreas não muito boas para a agricultura, se fosse a demarcação em lotes individuais os trabalhadores iam pegar o que? E outros iam pegar áreas menos férteis ou áreas impróprias para exploração agrícola, de acordo com a atividade deles, e aí aquelas pessoas que pegassem o lote não muito bom para sua atividade agrícola, estavam como que condenados a não ter sucesso. (Antonio, 40 anos)

No sentido em que aponta o excerto acima, a organização das famílias numa agrovila tem por finalidade o barateamento dos custos de instalação dos assentamentos. Segundo Ferrante e Barrone (1998, p.139), as agrovilas, são “impostas por um plano técnico proposto pelo Estado” e expressam, sobretudo, o “autoritarismo do modelo estatal”, apresentando “aspectos da ‘desruralização’ reveladora de controles”, posto que deslocam o local de moradia do local de trabalho dos/as assentados/as. Leite *et. al.* (2004), destaca que em algumas experiências, os/as assentados/as tem apresentado dificuldades para permanecerem nas casas da agrovila, e em alguns casos, tem abandonado as casas indo se estabelecer em condições precárias nos lotes individuais.

Além da questão do barateamento dos custos, a democratização do acesso a terra é apresentado como argumento para garantir a exploração coletiva dos assentamentos criados pelo INCRA, visto que geralmente as terras desapropriadas não são uniformes, podendo apresentar áreas propícias para o desenvolvimento da agricultura e outras inapropriadas, o que poderia privilegiar uns em detrimento de outros, caso ocorresse à divisão da área em lotes individuais.

E como indicam os relatos, os/as assentados/as começam a questionar se o formato coletivo vai prevalecer ou se o INCRA fará a divisão dos lotes. Na realidade existe uma expectativa entre as famílias que a divisão da área seja feita pelo INCRA. Quando

questionamos o técnico do INCRA sobre a expectativa das famílias em relação ao parcelamento da área do assentamento 17 de abril, ele informou que não é uma prática do órgão no Piauí criar assentamentos para serem explorados de forma individual. A ação do órgão nessa questão visa à exploração coletiva dos lotes dos assentamentos sob gestão do INCRA no Piauí.

Para Neves (1997), a força exercida pelo modelo técnico-burocrático na materialidade da política de reforma agrária, privilegia a racionalização técnica e a busca de eficiência material, visto que a escassez de recursos é admitida previamente como estratégia para a maximização destes. O modelo implementado pelo Estado estabelece um caminho que deve ser seguido para os assentados no processo de constituição do assentamento.

No que diz respeito a proposta do MST, construída no processo de organização das famílias no espaço dos assentamentos nos seus 25 anos de existência, um dirigente estadual destaca o seguinte:

Ao longo da nossa história, fomos delineando o que seria um modelo de assentamento que favorecesse uma nova forma de organizar o assentamento [...]. Então a gente construiu uma metodologia que permitisse [...] facilitar o acesso às obras de infraestrutura, por exemplo, a educação, quer dizer, encurtar os caminhos das crianças, de casa até a escola, ao colégio. O acesso à saúde de qualidade, o acesso à água encanada, energia, quer dizer, nós fomos tentando construir um modelo diferente de organização dos assentamentos, que a estrutura produtiva dos assentamentos tivesse ligada evidentemente, vinculada, cada vez mais próxima da sua residência. Nós temos casos, por exemplo, de famílias que moram a dez, doze quilômetros da roça, isso ele perde um bom tempo até chegar à roça, sem falar na dificuldade que vai ter em relação à obra de infraestrutura, então nós tentamos construir um modelo diferenciado, que em alguns assentamentos a gente consegue aplicar isso com mais intensidade, e outros mais dificuldade, evidentemente, como a ideia da participação democrática, da construção das coisas, em alguns assentamentos, talvez pelo baixo nível de consciência você não consegue implementar uma proposta diferente. (Carlos, 34 anos)

É possível observar pelos dois posicionamentos, certa convergência em relação à existência da agrovila nos assentamentos, visto que tanto o INCRA como o MST defendem a concentração das famílias nas agrovilas. Entretanto, as diferenças surgem no que diz respeito ao formato, posto que o MST defende uma agrovila no modelo circular, visando diminuir a distância entre os lotes e distribuir, em oposição à agrovila centralizada [do INCRA], núcleos de moradia no meio dos círculos. No caso do assentamento 17 de Abril, as famílias optaram por uma disposição espacial que levou em consideração as condições da área e de seus interesses, conforme evidenciado na entrevista abaixo:



O INCRA tem uma proposta de espaço que a gente chama de quadrado é só quadrado mesmo, a gente fica no curral. Isso aí já tem mesmo... é o praxis deles, de todos os assentamentos não só daqui do Piauí como de todo lugar.[...]. A proposta do MST, eles tem experiência de como se fazer uma uma agrovila, de acordo com o tamanho e a quantidade de pessoas que tem... aí os meninos do MST, eles iam mostrar pra gente como é que deveria ser, que a nossa idéia do MST é que fosse assim um círculo, a gente fizesse as casa em círculos e se o terreno fosse um terreno que desse condições de dali do fundo da casa você já pegar o seu terreno, os dez hectares, a ideia era essa. Só que como aqui tem uma área muito acidentada, o seu Luiz veio olhar aqui as terras, com muitos outros, o cabeça mesmo era o seu Luiz, aí eles vieram, olharam, mediram tudinho. O seu Luiz achou que seria melhor que fosse feito nesse estilo dessa cruz, e aí veio, passou a fita, mediu, desenhou direitinho, levou para o acampamento e lá ele mostrou pra direção do acampamento. [...], depois levou pra ver se a gente aprovava e aí todo mundo, a direção aprovou, achou que estava certo, mas levamos para a assembleia, mostramos para todo pessoal e todo mundo aceitou que fosse dessa forma, depois fomos medir tudinho, direitinho e abrir as ruas. (Antonia, 50 anos, assentada do 17 de Abril)

Na definição do formato da agrovila, as famílias assentadas tomaram conhecimento da proposta do INCRA e do MST, tendo sido apresentadas e discutidas. Entretanto a opção dos/as assentados/as pelo modelo da agrovila do assentamento, levou em consideração os aspectos naturais da área desapropriada e suas experiências. Assim, no processo de definição do modelo da agrovila, as famílias percorreram um itinerário que passou pelo reconhecimento da área, pela elaboração de uma proposta de agrovila discutida e aprovada pelo conjunto das famílias.

Nesse percurso, as famílias estavam, na realidade, construindo e vivenciando um processo educativo e participativo que levou a definição do formato do território do assentamento. A ação dos sujeitos levou à demarcação dos territórios físico e simbólico. Uma vez definidos os locais do lote, os/as assentados iniciaram a construção das casas improvisadas até que o crédito destinado para a construção das casas definitivas fosse liberado pelo INCRA. Na figura abaixo apresentamos o primeiro desenho da agrovila produzido em setembro de 2005 pelos assentados/as. Esse modelo foi construído depois da primeira visita que os/as assentados/as fizeram à área da Fazenda Junco, após a desapropriação da terra pelo INCRA.

**Figura 7 – Modelo da agrovila do Assentamento 17 de Abril**

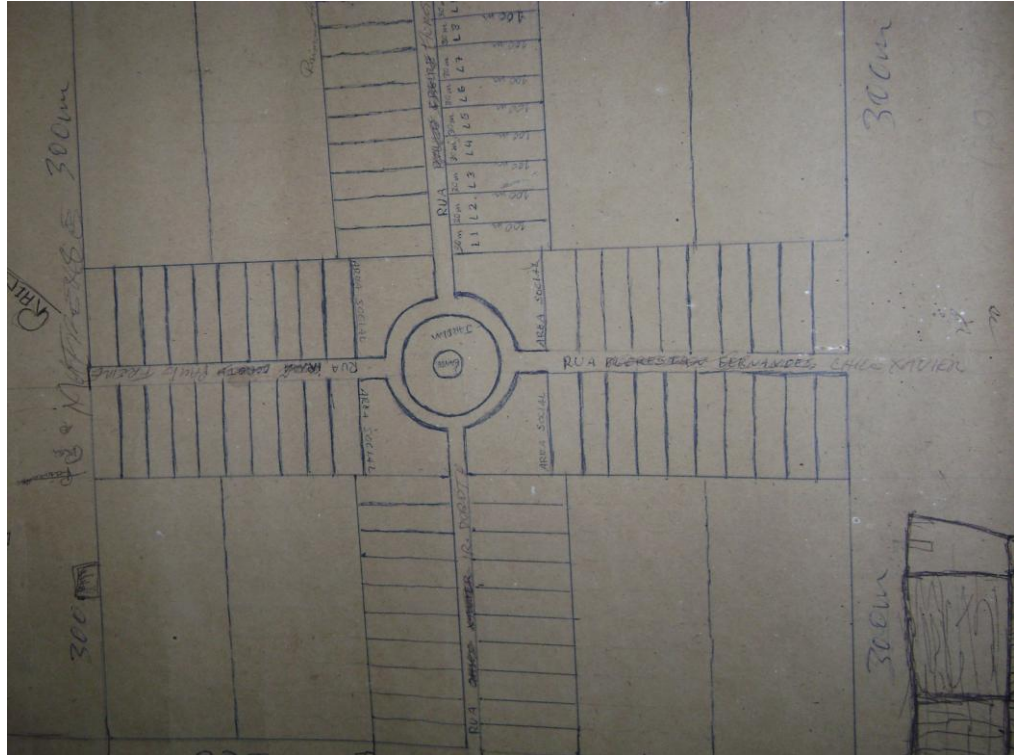


Foto: Patrícia Andrade. Realizada em novembro de 2008.

Como podemos observar, o perímetro do assentamento foi concebido no formato de uma cruz, ficando no centro a área destinada para a instalação dos equipamentos coletivos, como escolas, sede da associação, igreja, lavanderia, entre outros; e os lotes de moradia foram divididos em 04 blocos de núcleos familiares, cada bloco compreendendo dois núcleos com 20 famílias, perfazendo assim 80 lotes. A imagem a seguir, consiste no resultado de um exercício de construção pelos/as assentado/as de um mapa cognitivo da realidade do assentamento.<sup>123</sup>

<sup>123</sup> A construção desse mapa cognitivo, produzido em uma oficina promovida como parte das atividades da pesquisa que gerou o presente trabalho, seguiu as orientações de Cossette e Audet (1994, p.15 *apud* BASTOS, 2002, p.68) que definiu o mapa cognitivo como "uma representação gráfica de um conjunto de representações discursivas feita por um sujeito (o ator) com vistas a um objeto (o problema) em um contexto de uma interação particular." Dessa forma, o resultado do trabalho que ora apresentamos foi produzindo não como um instrumento de orientação, mas como um recurso didático para promover a visualização do espaço do assentamento a partir dos discursos produzidos pelos/as assentados/as.

**Figura 8 – Mapa cognitivo da realidade do assentamento 17 de abril**



Foto: Patrícia Andrade. Realizada em novembro de 2008.

O desenho objetivou, portanto, a identificação das alterações promovidas na paisagem natural a partir da presença das famílias na área, buscando revelar a disposição das benfeitorias, a localização das casas, ou seja, apresentar uma visão geral do assentamento a partir do discurso produzido pelos sujeitos envolvidos na constituição do assentamento.

No processo de construção do mapa, os/as assentados/as foram elencando a infraestrutura presente no assentamento, tais como, prédio da escola,<sup>124</sup> com um galpão

<sup>124</sup> No assentamento há uma escola da rede estadual de educação que atende a comunidade do assentamento e das localidades vizinhas, ofertando o ensino médio e a educação de jovens e adultos (EJA). O que pode ser visto como um avanço, considerando que não é comum no meio rural escola de ensino médio. A construção dessa escola resultou da pauta de negociação apresentada pelo MST na Marcha Nacional da Reforma Agrária de 2005, visto que um dos pontos apresentada ao governo federal era a construção de escolas nos assentamentos rurais. Em face dessa solicitação, o governo, através do Ministério da Educação, liberou recursos para os Estados construírem escolas e se responsabilizassem pelo funcionamento das mesmas. No Piauí foram construídas 09 (nove) escolas em assentamentos criados pelos INCRA. Os/as assentados/as destacam que a escola resultou de mais um processo de luta empreendido por eles visando a melhoria da infraestrutura do assentamento. Esse fato evidencia também que o assentamento é um espaço que demanda outras intervenções do poder público, como saúde, educação, vias de transportes, projetos produtivos, políticas culturais, programas para a juventude, entre outros.

anexo,<sup>125</sup> barracão construído para o projeto Cinturão Verde,<sup>126</sup> casa de beneficiamento de farinha,<sup>127</sup> área coletiva do assentamento, localização das casas na agrovila, a bandeira na entrada do MST, identificando a filiação política do assentamento, bem como o processo que levou à implantação da mesma. Essas modificações alteraram a paisagem inicial, indicando que o espaço natural está se transformando num território construído (SANTOS, 1996) pela intervenção dos diferentes sujeitos e racionalidade que atuam no assentamento.

Dessa forma, estão na realidade construindo “territórios que darão às pessoas que neles habitam a consciência de sua participação, provocando um sentimento de territorialidade, que de forma subjetiva, cria um sentimento de confraternização” (ANDRADE 2002, p.214). A ação desses diferentes sujeitos está alterando, portanto, o espaço do latifúndio e, em seu lugar, está surgindo uma nova paisagem e com uma nova sociabilidade.

As atividades de campo foram fundamentais para evidenciar que um assentamento de reforma agrária é um espaço que demanda diferentes políticas públicas: de saúde, educação, cultural, sociais, ou seja, demanda uma intervenção para além do que é estabelecido nos programas do INCRA para os assentamentos. Para Neves (1997), o papel do INCRA nos assentamentos pode ser avaliado a partir de sua presença, bem como de suas ausências. No 17 de abril, as ausências do órgão nos primeiros anos de vida do assentamento impuseram privações às famílias assentadas, como indicam os relatos a seguir,

Nós temos um assentamento pelo INCRA e saber que nós temos o direito de uma coisa [dos recursos financeiros e da infraestrutura] e que pra nós obtermos [é] na maior agonia, seja na maior dificuldade, quando a gente está em situação que a gente não possa mais sair, aí é que eles procuram

---

<sup>125</sup> As aulas da EJA funcionam no galpão durante a semana e nos fins de semana ele é utilizado pela comunidade para a realização de atividades, como reunião da direção política do assentamento, assembleia da associação, palestras, entre outras atividades.

<sup>126</sup> O projeto Cinturão Verde é uma ação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR), que consiste na implantação de infraestrutura para a produção de hortaliças e aves no entorno da grande Teresina. O Assentamento 17 de abril foi incluído nesse projeto no ano de 2006, devido à desistência de uma comunidade rural. Após essa inclusão, um grupo de famílias tem envidado esforços (o que significa uma cobrança constante desse grupo ao referido órgão) para garantir o funcionamento do projeto no assentamento. Contudo até o período de realização do trabalho de campo, o projeto não estava funcionando porque a Prefeitura de Teresina, via SDR não havia cumprido com as atribuições pertinentes ao projeto, quais sejam: perfuração de um poço para viabilizar a instalação da irrigação e fornecimentos das matrizes para produção de aves. Essa situação tem colaborado para emergência de uma descrença em relação à possibilidade do projeto, de fato vir a funcionar, desmotivando a participação de boa parte dos/as assentados/as no referido projeto.

<sup>127</sup> A construção dessa Casa de Beneficiamento é uma atividade de responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento Rural de Teresina (SDR). Segundo relatou um assentado, essa ação resultou da participação de um representante do assentamento na assembleia de votação do orçamento popular de Teresina no ano de 2007.

qualquer meiozinho pra vir aqui só jogar na nossa cara, tipo assim, dizer que nós não temos competência. (Raimunda, 48 anos)

*Aqui o assentamento é uma espera, tudo você espera. Espera casa, espera estrada, espera tudo, então é isso. [...]. Por exemplo, essa estrada já era pra ter vindo, já venceu o prazo que o rapaz deu. Quando a gente invadiu a estrada na última vez, ele prometeu, determinou uma data pra iniciar a estrada e até uma data, não vieram, tá vencido o prazo. Então, o que cansa mais os assentados é isso, a espera, você espera... as pessoas dos órgãos promete, e você fica esperando, os assentado ficam esperando, mais perdendo a paciência, esperando uma estrada boa, eu pelo menos espero uma estrada boa pra poder entrar um ônibus até aqui, passar linha pra ir pra rua e vir, porque pra gente ir pra rua é dificultoso, ir esse pedaço de bicicleta, e voltar meio dia é difícil. Então, o que eu vejo assim, sobre o assentamento, é que quem é assentado vive esperando. (Maria, 40 anos)*

Essa situação indica como o modelo técnico burocrático do Estado tem atuado, visto que os créditos necessários para garantir a viabilidade dos assentamentos (projetos produtivos, moradia, estradas, eletrificação, água, entre outros), via de regra, demoram anos para serem liberados. A emergência dessas demandas, como crédito, assistência técnica, infraestrutura, entre outras evidencia que “o assentamento não é uma ação resolutive, mas um tipo dispositivo legal que acaba gerando sempre novos conflitos”. (ESTERCI *et. al.* 1992, p.06).

Além do INCRA, outros órgãos públicos atuam no assentamento, tais como a Secretaria Estadual de Educação, responsável pela construção e manutenção da escola de ensino médio, a Secretaria de desenvolvimento rural do Estado, por meio do projeto Cinturão Verde, a Superintendência de Desenvolvimento Rural do município, através da construção de uma casa de farinha, resultado da atuação do representante do assentamento junto a construção do orçamento popular do município.

A presença do Estado, por meio desses diferentes órgãos, no Assentamento 17 de abril tem permitido que as famílias assentadas tenham acesso a um conjunto de políticas públicas que não estão disponíveis para outros trabalhadores rurais da região, como casas de alvenaria, água potável e distribuída por rede, escolas de ensino médio, energia, casa de farinha, entre outros. Contudo, essa intervenção só se realizou após um processo intenso de cobrança exercida pelos/as assentados/as aos órgãos públicos, como podemos observar nos relatos abaixo:

tudo o que a gente quer do INCRA é com muito sacrifício, mas com muito sacrifício a gente consegue [...] é lento, mas ele chega no local que a gente quer. Por exemplo, para o conserto da estrada, a gente cobrou, chamou tantas vezes e não vieram, a gente chamou tantas vezes pra consertar, dar pelo menos um jeito enquanto começasse as chuvas e nunca vinham. [...]. Esse processo [de construção] das casas, a gente estava vendo que tinha um

recurso, sabia que tinha e nunca chegava, não sabia onde ele estava. Aí teve aquela outra mobilização da Caixa [Econômica], nesse dia a gente quebrou até a porta da Caixa, e ainda ia apanhando da polícia, [...]. Tudo isso, tudo o que nós temos aqui, é só cobrança, é só indo atrás, tudo é através de interdição de BR, de mobilização em Caixa, mobilização em qualquer órgão, lá no INCRA mesmo, só através disso que nós conseguimos o objetivo mais rápido. E assim, *nós aqui temos os nossos métodos, quando nós cansamos de ir atrás e nós não conseguimos, aí quando nós paramos de cobrar eles já ficam desconfiados, já sabem que nós estamos tomando a nossa atitude do nosso jeito.* (Raimunda, 48 anos, grifo nosso)

A energia, a água, isso tudo chegou aqui por luta nossa. Nós correndo atrás todo tempo. [...] Pra você ter uma idéia, o nosso poço foi uma embromação tão grande, que foi preciso a gente fazer uma ocupação bem aqui na BR [316]. Nós fechamos a BR, fechamos sete horas da manhã, e quando foi mais ou menos assim, umas duas horas da tarde, o cara [técnico do INCRA] já estava aqui olhando para perfurar o poço, aí foi rapidinho, ligeiro demais, porque quando é nessa hora o INCRA aparece. Porque a gente foi, fez a mobilização. Porque é o que eles querem mesmo, é que a gente esteja exposto, que é pra depois dizer assim “são uns vagabundos”, porque o que eles querem é isso. *Às vezes eu até comento aqui, eu não gosto do negócio dessas ocupações, porque a gente se expõe e é o que eles querem. Na hora que a gente faz, eles vêm fazer aquilo que a gente está pedindo... Uma coisa que a gente tem direito é preciso se expor numa BR dessas aí.* Aí a mídia vem pegar a gente, a gente é esculhambado por todo mundo, porque eles querem é isso, porque se eles não quisessem que acontecesse isso eles faziam como deveriam fazer, mas não... esperam que a gente vá fazer essas manifestações (Antonia, 50 anos, grifo nosso)

Os relatos são ilustrativos da situação por que passam as famílias para conseguirem a implementação das políticas públicas destinadas para os assentamentos de reforma agrária, evidenciando que a implementação dessas políticas frequentemente está associada a conflitos. Alguns direitos tem sido garantidos para os/as assentados/as, mas antes eles tem empreendido processos de mobilização para cobrar do poder público o atendimento de suas demandas.

Ferrante (1997, p.73) abordando a tensão entre os/as assentados e o Estado no processo de constituição dos assentamentos, afirma que estes espaços são construídos num quadro de dificuldades que evidencia em algumas situações “a omissão do Estado na falta de uma assistência técnica na inserção mais efetiva dos órgãos públicos, na ausência de equipamentos coletivos à reprodução das condições de vida social.” A autora chega a questionar se o abandono dos assentamentos pelo Estado é manifestação de uma irracionalidade ou de uma violência programada?

No momento da pesquisa de campo, entre os meses de outubro a dezembro de 2008, os recursos destinados para a construção das moradias do assentamento estavam sendo

liberados. Para encaminhar esse processo foi formado uma comissão de assentados/as, que ficou com a responsabilidade de discutir a forma de construção e utilização dos recursos. Nas discussões, surgiram duas propostas, uma para construir as casas em regime de mutirão, e outra, para fazê-lo por meio de contratação de uma empresa. Após as discussões na direção política do assentamento, nos núcleos de famílias e após realização de assembléia com participação dos membros da direção estadual do MST, foi definido pela contratação de uma empresa.

Assim, a comissão encaminhou uma concorrência, envolvendo construtoras que realizam esses serviços, essas apresentaram propostas, e após analisá-las, a comissão decidiu pela contratação da empresa que apresentou o menor preço para a construção das casas. Os argumentos do MST na defesa da construção das casas em regime de mutirão, enfatizando os aspectos pedagógicos do ato, voltados, sobretudo para o fortalecimento dos princípios e dos valores da coletividade, não foram, portanto, suficientes para convencer as famílias a alterar a posição que haviam tomado para construção das casas por meio da contratação de uma empresa. Esses encaminhamentos ocorreram em meio à emergência de tensões, como revelam os relatos a seguir:

A questão das casas, nós estamos aqui com o processo muito atrasado porque o recurso do INCRA tá na conta da associação desde novembro de 2005, esse recurso, era de R\$ 5.000,00, nós assinamos o contrato com o INCRA [...] Se a gente tivesse usado na época tinha dado pra gente construir uma casinha como tá sendo construída agora, já foi aumentado esse recurso pra R\$ 7.000,00, mas na época também com R\$ 5.000,00 dava pra construir esse mesmo tamanho aqui. Em outros assentamentos foram construídos com esse valor. Então a gente, com uma orientação da secretaria do MST disse que a gente aguardasse por um projeto que estava sendo construído pra que fosse uma casa maior. Nessa discussão, *a gente vem esperando cada vez mais atrasando e perdendo, de certa forma, o valor, o poder de compra do recurso. Porque hoje já não dá mais pra construir, como daria em 2005. [...]. Hoje dá pra construir mas só a casa, sem reboco sem nada.* O que acrescentou na verdade foi só R\$ 4.000,00 da Caixa Econômica<sup>128</sup> que aí a gente tá num engodo que nos já fizemos o processo aqui no assentamento de, que isso aí seria pra gente fazer as casas no regime de mutirão. Mas como a gente tem uma certa dificuldade porque nós temos no assentamento mulheres solteiras e homens também que são solteiros e que dificulta no caso, porque se você fosse construir a sua casa, por exemplo, eu fosse ajudar a fazer sua casa, aí você teria que ajudar a minha, e aí é meio difícil porque geralmente as mulheres... num é que seja uma discriminação mas geralmente as mulheres... elas não tem essa facilidade de trabalhar no trabalho mais braçal e aí ficaria difícil. A gente propôs que as

<sup>128</sup> O assentado está se referido a um convênio estabelecido entre o INCRA e a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de aumentar os recursos financeiros destinados a construção das casas dos assentamentos. Nesse convênio o INCRA disponibilizaria R\$ 7.000,00 e a Caixa Econômica, com recursos do FGTS, participaria com o valor de R\$ 4.000,00 perfazendo assim, um total de R\$ 11.000,00 para cada unidade habitacional.

casas fossem construídas por uma empresa e a maioria do assentamento aceitou, concordou que fosse assim e aí a gente fez a escolha (Pedro, 47 anos).

No caso do “17 de Abril”, nós estamos lá construindo as casas [...]. A orientação do MST é que elas fossem construídas de forma coletiva, em forma de mutirão. Porque a gente entende que quando a gente introduz essa metodologia, você permite elevar o nível de consciência das pessoas na construção da sua própria casa. Quem é o assentado que não vai querer construir a casa que ele tem a intenção de morar a vida toda? A não ser que ele esteja no lugar errado. Então, a nossa divergência no caso do “17 de Abril” foi porque eles não aceitaram a construção das casas em forma de mutirão e contrataram uma empresa pra construir. E, nós sabemos que o principal objetivo da empresa é o acesso ao lucro. Eles não têm responsabilidade nenhuma se a casa vai cair no dia seguinte, que é o que tem acontecido. [...]. Nós fizemos uma discussão no assentamento de que as casas pudessem ter sido construídas em regime de mutirão, porque isso é muito óbvio que as pessoas possam construir a sua própria casa. A coordenação daquele assentamento fez uma discussão atravessada, parcial, e acabaram então aprovando a construção via empresa. Nós tivemos lá na época, logo em seguida e percebemos que a discussão tinha sido feita a partir da coordenação sem consultar ninguém. Reencaminhamos o processo pra que fosse discutido nos grupos pra que a comunidade tomasse a decisão de construir via empresa, mas que [se] fosse debatida nos grupos, a gente acataria sem problema, apesar da parcialidade da discussão nos grupos. Mas [eles] acabaram apoiando a empresa, ta aí, nós vamos manter o acompanhamento (Carlos, 34 anos, Dirigente do MST).

As divergências existentes no processo de definição da forma de construção das casas indicam a presença de posições diferenciadas dentro do assentamento, ou seja, estes espaços não devem ser pensados como um bloco monolítico. As discordância dos/as assentados/as em relação às orientações do MST indicam que dentro de um mesmo movimento existem visões diversas, por vezes diferentes no que diz respeito a constituição dos assentamentos.

Vale destacar que entre os moradores do assentamento, dez assentados/as já possuíam algum financiamento do sistema financeiro de habitação, o que inviabilizou a obtenção da complementação do crédito com recurso da Caixa Econômica para essas famílias. Se elas fossem beneficiados com a complementação ficariam com dois benefícios, um do programa de habitação urbana e, outro para habitação rural. Dessa forma, essas dez famílias ficaram de fora da complementação do recurso da Caixa Econômica e suas casas foram construídas apenas com os recursos do INCRA. Essa é mais uma questão que se relaciona com as especificidades de um assentamento formado por pessoas com experiência de vida na cidade.

Na constituição dos assentamentos a emergência de novas tensões entre os/as assentados/as, o Estado (expresso na forma de aparecer da intervenção de suas instituições político-administrativas e burocráticas) e os movimentos sociais, não se encerram com a



alocação das famílias nas áreas desapropriadas. Dessa forma, como qualificou Leite *et.al.* (2004), o assentamento é o ponto de chegada e de partida para novos processos de mobilização e, ou como lembra Ferrante (1997), os assentamentos são expressões de um movimento tenso, do qual participam agentes munidos de projetos distintos: trabalhadores rurais, Estado, Igreja, sindicatos e partidos políticos. E os/as assentado/as vivem uma contradição de nem ser o que eram antes, nem ser o que talvez desejassem.

#### 4.2.2 As atividades produtivas e a assistência técnica no Assentamento 17 de Abril

Os financiamentos destinados aos assentamentos da reforma agrária, em seus primeiros anos não fluem no ritmo adequado às necessidades reais dos assentados, ou seja, não levam em conta que o lote de um assentamento é uma propriedade em fase de implantação que demanda diversas intervenções para se tornar produtiva. Mas, quais são os créditos necessários para a implantação dos assentamentos rurais? Segundo um técnico do INCRA, os créditos necessários para a instalação dos assentamentos rurais são os seguintes:

o crédito implantação que são os créditos liberados na época de implantação do projeto de Assentamento que é dividido em apoio inicial no valor de R\$ 2.400,00<sup>129</sup> por família e o crédito aquisição de material de construção no valor de R\$ 7.000,00<sup>130</sup> [por família] para que de forma organizada eles possam construir sua casa. Logo depois de construída as casas [...] o crédito fomento, também no valor de R\$ 2.400,00, na região do Semiárido tem também o crédito adicional que é concedido só para o semiárido para que as pessoas possam estruturar o seu lote na questão do abastecimento de água.

No tocante a liberação desses créditos para o Assentamento 17 de Abril, um técnico do INCRA, que acompanha o assentamento, informou que cada família já havia acessado o crédito apoio, no valor de R\$ 2.400,00 para instalação de projetos produtivos, e, naquele período [no mês de novembro de 2008] estavam acessando o crédito para construção das moradias.

---

<sup>129</sup> Conforme a instrução normativa do INCRA de nº 15/2004, esse crédito tem por finalidade garantir a “segurança alimentar e nutricional” dos/as assentados/as, bem como a implantação das primeiras “atividades produtivas, necessárias a sua sobrevivência e permanência com dignidade na fase inicial de implantação de projeto”. Dessa forma, parte do recurso é utilizada com a compra de alimentação e a outra é investida na implantação de atividades produtivas.

<sup>130</sup> Em 2005, o valor do recurso para a construção das casas era de R\$ 5.000,00 sendo alterado para 7.000,00, no ano seguinte.

Para a utilização do crédito apoio é necessário a elaboração do Plano de Exploração Anual (PEA). A elaboração desse documento foi realizada com a participação direta dos técnicos do INCRA, visto que até aquele momento o assentamento não contava com o serviço de assistência técnica.<sup>131</sup> Nesse processo, as discordâncias envolvendo os técnicos do INCRA e as famílias foram frequentes como podemos observar nos relatos a seguir:

Teve o credi-apoio que a gente usou, a gente queria um projeto, fazer essa discussão, porque a gente tinha direito de usar, [para a] coisa que a gente quisesse. Por exemplo, se a gente quisesse aplicar ele em porco, fazer um coletivo de porco, a gente podia. Se a gente quisesse fazer, aplicar em caprino, a gente podia. Se a gente quisesse aplicar em bovino a gente poderia. Aí a gente fez tanto essa discussão e no fim quando o técnico do INCRA veio não aprovou. A gente discutia em que ia aplicar, aí eles vinham encaminhavam com a gente o que a gente queria, mas só que não foi desse jeito. Eles disseram, a gente discutia suíno, eles vinham faziam a discussão conosco, diziam que não podia porque aqui não tinha estrutura. Os argumentos que eles usaram foi que aqui nós só tínhamos capacidade pra seguir esse projeto de ave, como nós não tínhamos estrutura pra criar bovino, nós não tínhamos estrutura pra criar caprino, nós não tínhamos estrutura pra criar suíno e nisso ficava. E, aliás, nós não tínhamos estrutura nem pra criar frango. Nós ainda fomos fazer estrutura, mas se nós tínhamos o dinheiro, se nós não tínhamos nenhuma estrutura pra nenhum projeto, se não tava usando o projeto, exatamente era pra fazer estrutura e pra criação, eles tinham que ter orientado nós. Então toda discussão que nós fazíamos eles só faziam botar nós pra baixo dizia que simplesmente não tinha capacidade pra isso. Nós sofremos as consequências. (Raimunda, 48 anos)

[...] foi colocado pelo INCRA que não se conseguiria comprar o tanto de aves que a gente queria, que era muito difícil de comprar. Na verdade dava pra comprar, mas houve alguma coisa que o INCRA propôs diferente. Acabou que a gente mudou pra esse caipirão, que cada família recebeu 100 pintos, e uma quantidade de ração e milho pra criar, essas coisas. A ideia disso aí é que você comece uma produção, mas aí o que aconteceu que... 100 vezes 80 dá 8.000, aí quando a gente pensa que não, tava todo mundo aí com 100, ou 70, ou 90 galinhas aí no ponto de vender e aí o preço ficou lá embaixo, acabou atrapalhando um pouco, aí um dos motivos foi esse, de não continuar, o outro foi também não darem continuidade. Ai acabou morrendo o processo de criação. É pouca gente aí que tem uma galinha pra fazer um almoço diferente (Pedro, 47 anos)

Como indicam os relatos dos/as assentados/as, na discussão para definir a utilização do crédito apoio, lógicas distintas operaram no processo, prevalecendo os aspectos técnicos em detrimento dos interesses individuais ou mesmo de grupo dos/as assentados/as. A reclamação comum entre os/as assentados/as é que o INCRA interferiu no processo de definição da aplicação do referido crédito. Essa experiência produziu um efeito negativo, em boa parte das famílias assentadas, no que diz respeito a possibilidade de implementação de

---

<sup>131</sup> Os serviços de Assistência Técnica só começaram a ser realizados no assentamento, apenas no início de 2006.

novos projeto produtivo, visto que o primeiro crédito que acessaram não conseguiram lograr êxito. Sobre essa questão os assentados/as se posicionam:

Nós sofremos as consequências. Eu como já tinha uma experiênciazinha, quando entrei pra cá logo eu já fui botando meu projeto de ave, eu já tinha aquela experiência, não sofri tanto... aquela dificuldade tanto como muitos aí tiveram, vendi os meus [frangos, galinhas, etc.] bem vendidos, ainda hoje eu nunca fiquei sem galinha, ainda hoje eu tenho restante do meu projetozinho aí, mas muitos aqui se precisar comer uma galinha tem que comprar e nunca fez nada com o projeto, nunca botou pra frente, nunca fez nada, simplesmente morreu... e aí o que foi que fez com o crédito? Nada. Morreu quase tudo, os que não morreram, eles passaram a vender até mesmo pra se ver livre, porque tem gente quer ter as coisas, mas não quer ter trabalho, e aí meu amigo, o que foi que deu, [...]... na hora de vender ficaram no ponto todos os frango ao mesmo tempo, ninguém queria comprar pelo preço que fosse válido e aí muita gente se desesperou, vendeu frango aqui até por quatro reais, queria era se livrar. [...]. Isso foi o pior exemplo que nós tivemos porque eles [os técnicos] seduziram tanto nós de querer o crédito só de frango, porque pra eles só dava o crédito se fosse de frango e no fim não fizeram o acompanhamento. (Raimunda, 48 anos)

O projeto não foi pra frente, por que na verdade o projeto era o seguinte: tu pega o recurso, tu vai movimentar o recurso. Naquele período todo e qualquer recurso que entrava no assentamento era pra alimentação, porque que na verdade ninguém tinha produzido quase nada. [...]. *A avaliação que a gente faz hoje é que foi mal pensado o recurso... Tanto por parte técnica do INCRA, tanto por parte técnica nossa mesmo*, que muitas pessoas conheciam o que tavam fazendo, mas queriam recurso, queriam investir. (Pedro, 47 anos)

Para Neves (1997), os programas de assentamentos formulados pelo governo esvaziam o assentado de suas experiências anteriores e de suas aptidões, que, via de regra não são consideradas nem no planejamento nem na execução das políticas. Nesse processo, muitas vezes desaparece o fato de que a maioria dos assentamentos é fruto de um processo de luta, e os diversos interesses continuam a se defrontar no interior dos assentamentos.

Assim, no modo de operar do Estado observamos a prevalência de uma racionalidade que termina homogeneizando esses espaços, muito embora o discurso oficial enfatize a necessidade de reconhecimento da diversidade dos sujeitos que demandam por terra na implementação das políticas públicas. Em face dessa situação, até o momento as famílias assentadas não dispõem de investimentos para a produção do assentamento, como indica o relato a seguir:

Bom, *a gente tinha muitos planos, muitos sonhos, a gente esperava que fosse ter projetos irrigados, que pudesse acessar o PRONAF* e aí, na verdade esse PRONAF é meio complicado porque a gente vai fazer agora, 4 anos aqui e a gente não tem, não teve ainda acesso a quase nada de benefícios pra gente, a gente tá aqui e tem muita vontade, eu por exemplo tenho muita vontade de produzir e não consigo produzir por que? Porque

*falta o principal que é o capital pra gente investir, porque você trabalhar só na roça, só no período invernos é muito difícil, porque não dá resultado, principalmente ultimamente que os invernos são fracos e aí a gente não consegue, se a gente tivesse recursos pra investir com irrigação, com insumos pra poder ter um resultado melhor, a gente seria melhor. Então a gente esperava isso, que fosse ter alguns benefícios de conseguir acessar o PRONAF e outras coisas mais. O pessoal sonhava muito com piscicultura, que mais, o que eu via mais o pessoal falava era disso, piscicultura. (Pedro, 47 anos)*

No primeiro ano os/as assentados resolveram plantar a terra de forma coletiva, contudo, alguns problemas aconteceram, o que inviabilizou a continuidade da experiência no ano seguinte. Para alguns assentados, a presença do trabalho feminino no desenvolvimento da atividade alterou o ritmo do trabalho, como informa a assentada a seguir:

*Eu não tenho marido, não tinha uma pessoa pra estar fazendo [a roça], o que eu fazia era muito pouco, não dava pra contribuir igual e aí isso aí muitas pessoas não gostam. Tem pessoas que dizem assim, mas a mulher tem o mesmo direito do homem então [...] a mulher [...] tem que trabalhar da mesma forma. Nem todas as mulheres são iguais, eu pelo menos não faço nada, o que eu faço é muito pouco e não dá pra comparar. (Antonia, 50 anos)*

As dificuldades em realizar as atividades produtivas de forma coletiva, associada a ausência de créditos para investir na produção agrícola ou em outros projetos produtivos, visando a diversificação da produção, emergem como uma das principais questões elencadas pelas famílias na avaliação que fazem das dificuldades para transformar o assentamento em um espaço produtivo, e que de fato gere renda para as famílias. Diante dessa situação, a área tem sido utilizada para o desenvolvimento da agricultura de subsistência, com baixa intervenção técnica, visto que plantam no regime da “roça de toco”, aproveitando, especialmente, o período chuvoso. A produção de grãos oriundas dessas roças tem suprido apenas as necessidades básicas das famílias.

Dessa forma, as famílias assentadas tem construído estratégias individuais para garantir a sua reprodução social, como a instalação de pequenas hortas e a criação de algumas galinhas e porcos. No caso das mulheres residentes no assentamento, a estratégia para colaborar com a reprodução social do núcleo familiar é a realização de trabalho doméstico em chácaras da região ou em casas de família nas cidades próximas, como Teresina ou Demerval Lobão. Os jovens procuram as roças da região para a oferta da mão-de-obra em troca de uma diária de serviço ou o trabalho na construção civil.

É comum aos/as assentados/as a avaliação de que foram abandonadas pelo INCRA, sendo o cotidiano do/a assentado/as, marcado pela estratégia de busca individual da reprodução da unidade familiar, para isso trabalham dentro e fora do lote, estabelecendo,

nesse processo, novas relações internas e externas. Essa situação evidencia que a vida no assentamento nem sempre se materializa como projetado ou mesmo sonhado no momento da ocupação. É comum a presença de conflitos internos e externos, modificando a experiência dos sujeitos e o território que estão produzindo.

#### *4.2.2.1 A assistência técnica no assentamento*

No processo de constituição dos assentamentos rurais, a assistência técnica é considerada como uma das ações prioritárias para garantir a viabilidade econômica, social, política e cultural desses espaços. De acordo com o exposto no II PNRA (2003), a participação de técnicos na produção do assentamento visa fortalecer os pequenos produtores para a sua inserção nas políticas de desenvolvimento regional. As equipes de assistência técnicas que atuam nos assentamentos, geralmente são formadas por engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas e assistentes sociais.

Pimentel (2007), avaliando as experiências de assistência técnica desenvolvidas pelo INCRA em assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro, afirma que estas experiências, dentre elas o programa Lumiar,<sup>132</sup> foram marcadas por tensões, conflitos e disputas e visavam, sobretudo, transformar o/a assentado/a, em “rentáveis” produtores de alimentos, desconsiderando inclusive as distintas trajetórias e estratégias econômicas desses sujeitos. No intuito de atingir esta meta,

o técnico era chamado a ser a ponte entre as entidades “obrigatoriamente” representativas dos assentados e as políticas públicas. Do ponto de vista político, parecia que cabia ao técnico um trabalho de fortalecimento das associações e cooperativas, como também o desenvolvimento de um “debate democrático” sobre os problemas enfrentados nos assentamentos. O técnico era chamado a cumprir a função de mediador. Essa tarefa exigia algumas habilidades entre elas uma formação política, metodológica, técnica que, nem sempre, a formação “produtivista” proporciona aos técnicos das

---

<sup>132</sup> Projeto de assistência técnica direcionado para os beneficiários da reforma agrária. O referido projeto foi implementado no governo de Fernando Henrique Cardoso, no período de 1997 a 2000. Objetivava impulsionar o desenvolvimento autônomo dos assentamentos. A estratégia de longo prazo era a emancipação socioeconômica dos assentamentos. A novidade do programa consistia na participação das famílias assentadas, por meio de suas organizações (associações, cooperativas, CONTAG, MST, etc.) na gestão da política de assistência técnica, inclusive contratando os técnicos para trabalharem nos assentamentos (PIMENTEL, 2007).

ciências agrárias, já que são formados profissionais pouco atentos às complexidades das comunidades (PIMENTEL, 2007, p. 66).

O programa Lumiar foi extinto no início do ano de 2000, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, e um novo programa de assistência técnica para os assentamentos só foi apresentado pelo governo Lula, em 2004, por meio da Norma de Execução/INCRA/SD/Nº39/2004. Esse programa recebeu o nome de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES). O objetivo central do programa era a promoção dos “assentamentos à condição de unidades de produção estruturadas, com garantia de alcance da segurança alimentar, inserção das unidades de produção nos mercados local e regional e integração à dinâmica de desenvolvimento municipal” (INCRA, 2008, p.37).

A Instrução Normativa do INCRA de Nº15, de 30 de Março de 2004, que dispõe sobre o processo de instalação dos assentamentos, compreende os “serviços de ATES como ação prioritária de apoio aos assentados” e que tais serviços “deverão estar disponibilizados logo após a instalação da família na área, visando proporcionar a troca de informações e experiências, conhecimentos tecnológicos de cunho social e econômico, propiciando o desenvolvimento pleno de suas habilidades.” Nesse sentido, a assistência técnica deve compor as ações que se estabelecem na estruturação do território da reforma agrária, sendo essa concebida como uma ação prioritária, devendo iniciar logo que as famílias estejam instaladas.

A implementação do programa de ATES previa a participação tanto das empresas públicas de assistência técnica dos Estados, como das entidades representativas dos movimentos sociais do campo<sup>133</sup>, no processo de credenciamento para a seleção das empresas ou entidades que prestariam os serviços de assistência técnica, conforme explica um técnico do INCRA,

No formato da política da ATES, além de empresas públicas, os movimentos sociais também participavam indicando entidades para participar do credenciamento. Essas entidades deveriam obedecer a critérios para serem credenciadas. Entre as selecionadas havia entidades que não tinham tradição com assistência técnica, por isso tiveram que contratar técnico de fora dos seus quadros para realizar o trabalho. (Marcos, 45 anos)

Esse programa utilizou os serviços dos técnicos das empresas públicas e das organizações não governamentais (ONGs), ou seja, utilizou a estratégia da terceirização para a implementação desses serviços. Nesse aspecto o programa de ATES estava seguindo os passos iniciados ainda no programa Lumiar, visto que as associações, cooperativas, dentre

---

<sup>133</sup> No Piauí, a Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Piauí (ESCAPI) foi credenciada para prestar serviços nos assentamentos acompanhados politicamente pelo MST.

outras entidades representativas dos movimentos sociais do campo eram responsáveis pela contratação dos técnicos para trabalhar nos assentamentos.

No Piauí, o programa de ATEs foi implementado com a participação da Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (EMATER) e de outras entidades não governamentais. No desenvolvimento do programa, problemas foram ocorrendo, sendo que a demora por parte do INCRA para repassar os recursos financeiros para as prestadoras de serviços, é um dos aspectos colocado em destaque na avaliação que o MST faz desse programa. Tal demora na liberação dos recursos decorria do fato que estes só poderiam ser liberados após a aprovação da prestação de conta das etapas que estavam sendo executadas pelas entidades prestadoras dos serviços de ATEs, conforme estabelecido nos convênios celebrados entre o INCRA e essas entidades.

Sobre a posição do MST em relação à política de assistência técnica e sua participação na implementação do programa de ATEs, um dirigente do MST afirma que foi

um convênio bastante restrito, não atendeu todas as famílias que deveria atender e o maior problema foi esse do desembolso [...] todos os estados foram tendo problemas com os profissionais, porque as entidades contratadas, os profissionais, o INSS, etc., pela falta de recolhimento devido os atrasos. Então eu diria que foi um problema, um convênio bastante problemático pra nós, enquanto MST. [...]. *A nossa posição em relação a ATEs, é que a ATEs continue sendo pública e que o governo tenha total controle sobre ela, mas que ela tenha uma ação prática, concreta e efetiva. Como o governo se encarregou de deteriorar as suas empresas estaduais, no caso da EMATER, a própria EMBRAPA, estão tudo sucateadas, então nós acabamos cumprindo uma tarefa que não é nossa. Qual é o problema? É o que nós acabamos enfrentando nesse convênio aí. O problema é que nós estamos executando uma tarefa no Estado com as mesmas regras do Estado, e é por isso que a maioria das entidades nossas estão com problema. É porque não se construiu regras compatíveis com as organizações. Aprendemos muito com isso, mas tivemos muita dor de cabeça com essa questão da ATEs.* (Carlos, 34 anos, grifo nosso)

Podemos destacar duas questões centrais nesse relato. A primeira diz respeito a posição do MST em relação a identificar que os limites do desenvolvimento da ATEs estava no próprio formato do programa, visto que os movimentos sociais foram chamados para implementar uma ação que é (ou deveria ser) de responsabilidade do Estado, e nesse processo a lógica que operou não adivinha das experiências construídas pelos movimentos sociais, ao contrário, o funcionamento do programa se orientava pela racionalidade do modelo técnico burocrático do Estado. O desembolso dos recursos financeiros vinculados à aprovação da prestação de contas de ações que estavam sendo ainda realizadas expressam essa racionalidade.

A segunda questão diz respeito aos aprendizados construídos pelo MST no processo de participação do programa de ATEs, visto que o dirigente destaca a necessidade de uma política pública de assistência técnica para os assentamentos de reforma agrária, posição que pode ser compreendida como uma crítica a terceirização desses serviços e do qual o movimento participou por meio das entidades representativas dos assentados/as.

Para um técnico do INCRA, o programa não atingiu os resultados esperados visto que,

*as entidades selecionadas apresentaram dificuldades no desenvolvimento do trabalho. O EMATER devolveu dinheiro por não execução, inclusive entregou o convênio, reduzindo pela metade as metas previstas. E os movimentos ao assumirem a tarefa de desenvolver a assistência técnica perderam a referência, e assumiram atividades que não eram de sua competência. Além disso, o governo passou recursos para entidades que não tinham experiência com o trabalho. (Marcos, 45 anos. Grifo nosso)*

Assim, tanto na avaliação de setores internos do INCRA, quanto do MST, são enfatizados aspectos negativos e limitantes do programa. Segundo Matos (2008), num universo de 422 assentamentos de responsabilidade do INCRA no ano de 2007, apenas 78 contavam com os serviços de assistência técnica, o que corresponde a aproximadamente 19% dos assentamentos. Esse dado evidencia que o programa de ATEs apresentou um desempenho abaixo das expectativas, sobretudo se considerarmos nessa avaliação as metas estabelecida no PRRA de 2005, bem como as metas do INCRA para o período.

No que diz respeito ao desenvolvimento do programa de ATEs no Assentamento 17 de Abril, os serviços de assistência técnica começaram apenas no ano de 2006, quando as famílias já haviam utilizado o crédito apoio com a implantação de um projeto de criação de aves, chamado por eles de “caipirão”, em um momento em que já enfrentavam problemas para dar continuidades às ações do projeto, sobretudo porque nesse período o assentamento ainda não contava com abastecimento de água, sendo necessário deslocarem-se aproximadamente 5 km para a obtenção de água para o consumo humano e demais atividades do assentamento, como a criação de aves. Diante desse quadro uma das primeiras atividades dos/as técnicos/as<sup>134</sup> no assentamento consistiu na rediscussão do PEA com as famílias do assentamento. Um técnico da ATEs que participou desse processo destaca que na avaliação

<sup>134</sup> Os/as técnicos/as que trabalharam no Assentamento 17 de Abril foram contratados pela ESCAPI, entidade credenciada no programa de ATEs, vinculada ao MST. Uma parte dos técnicos que trabalharam no referido programa era formada por militantes do próprio movimento, visto que nos últimos anos o MST tem apostado na política de formação de seus militantes nas áreas de técnico agrícola, agronomia, dentre outros, em parceria com as universidades públicas no âmbito do PRONERA. Os outros técnicos foram contratados por meio de seleção de currículo. O acompanhamento do trabalho desses técnicos nas áreas dos assentamentos era realizado pelo MST, visto que um dirigente estadual foi designado para realizar essa atividade.



foi questionado o número de animais, a quantidade de ração, como seria o sistema de criação, quais materiais seriam usados para construção dos galpões para os pintos. Nessa discussão alguns coordenadores dos núcleos falaram que os técnicos do INCRA chegaram ao assentamento e fizeram a discussão do projeto em dois dias. Enquanto a nossa equipe levou dias para elaborar o PEA do P.A do José Constâncio, dois dias para a discussão de um projeto como esse era pouco. As famílias avaliaram que tinham pressa para começar a produzir, por isso terminaram aceitando. Devido a pressa das famílias e a falta de sensibilidade dos técnicos do INCRA para trabalhar mais uma diversificação do projeto, ele foi mal elaborado. [...]. Além da criação de frango caipira, poderia se trabalhar a diversificação do projeto com outras atividades, como: hortaliças, a criação de abelhas utilizando a flora nativa, a produção de plantas medicinais.... (Cláudia, 30 anos)

No processo de rediscussão do PEA, fica evidente que lógicas distintas operaram no momento de sua elaboração, chamando atenção, no entanto que para além das diferenças, ocorreu também convergência entre os interesses das famílias e dos técnicos do INCRA, posto que o desejo das famílias de iniciar a produção colaborou na prevalência das orientações do INCRA na elaboração do documento. Esses relatos evidenciam, aspecto já destacado por Ferrante e Barrone, (1998, p.126), sobre a força dos agentes estatais na relação com as famílias assentadas, tendo em vista que “nos primeiros tempos, a voz de comando do Estado” parece “soar soberana”.

Em análise acerca dos serviços de assistência técnica prestado ao assentamento, uma assentada afirma que

nós somos acompanhados muito pouco pelo INCRA. A assistência técnica do INCRA pra nós é muito precária, vou dizer com toda sinceridade. Como por exemplo, nós sabemos que nós temos direito de técnicos pelo INCRA, mas pra vir um técnico do INCRA aqui resolver alguma coisa, se vir quatro vezes no ano vem muito. Eu ando muito no INCRA, quando estamos precisando mesmo urgente, [mas] se é preciso ele vir aqui, luto muito dentro do INCRA pra tirar “X”<sup>135</sup> de lá pra vir aqui. E outro técnico de outra coisa, de projeto, nós somos muito pobres [...] desse acompanhamento. (Raimunda, 48 anos).

Até a finalização do trabalho de campo, o assentamento não havia construído o seu PDA. Cabe destacar também que em virtude do programa de ATEs para os assentamentos rurais em parceria com as entidades dos movimentos sociais do campo não está mais sendo executado em boa parte dos assentamentos criados ou sob gestão do INCRA no Piauí, o Assentamento 17 de Abril não conta mais com os serviços da assistência técnica.

Uma das atribuições dos serviços de assistência técnica é a elaboração do PDA e, em virtude do corte do orçamento do INCRA da ordem de 30%, não há previsão orçamentária para assistência técnica no ano de 2009. Assim, é possível prever que por mais um ano o

<sup>135</sup> Referência nominal a um técnico do órgão.

assentamento ficará sem um plano de desenvolvimento, o que nos leva a corroborar com a afirmação de Neves (1997), de que os assentamentos rurais representam, na realidade, uma reforma agrária em migalhas.

#### **4.2.3 A gestão do assentamento 17 de Abril: entre a organicidade do MST e a emergente autonomia relativa das famílias**

Além das tensões constantes entre os trabalhadores rurais na relação com o Estado que se perpetuam na condição de acampamento e de assentamento, outras tensões ocorrem dificultando o desenvolvimento do assentamento.

Segundo Carvalho (1999), os assentamentos são “encruzilhada social”, em virtude da heterogeneidade de famílias com diferentes experiências de vida, de trabalho, de lutas e de culturas, favorecendo, nesse encontro interações e conflitos que contribuem para a construção de outras práticas não experimentadas até então.

Podemos acrescentar a essa situação a emergência de tensões em função da existência dos instrumentos de representação política e econômica dos/as assentados/as. As associações e cooperativas existentes nos assentamentos de reforma agrária passam a exercer a interlocução dos/os assentados/as para fora do assentamento com diferentes instâncias e agentes públicos e privados visando garantir a viabilidade desses espaços. Leite *et. al.* (2004), em estudo sobre os impactos dos assentamentos no espaço rural, informam a presença de associações em 96% dos projetos de assentamentos pesquisados. Essa predominância se relaciona com a exigência feita pelo Estado de uma personalidade jurídica para os assentamentos, como condição para o repasse dos créditos dos programas de reforma agrária.

No caso específico do Assentamento 17 de Abril, além dos problemas referentes à obtenção de créditos e os impasses com o INCRA, a ausência de assistência técnica, há um conjunto de divergências em um jogo de relações de poder, especialmente no tocante ao funcionamento da organicidade construída no período da ocupação na relação com a associação representativa dos assentados.

As associações dos assentamentos aparecem na estrutura organizativa do MST como instrumento de representação política que resulta de uma exigência do INCRA para a

liberação dos créditos. Para o MST, elas tem uma finalidade apenas jurídica, posto que todas as questões dos acampamentos ou dos assentamentos devem ser resolvidas nas instâncias internas da sua estrutura organizativa, quais seja, núcleo de base, setores do MST, coordenação política e por fim a assembléia.<sup>136</sup>

No cotidiano do assentamento as práticas dos sujeitos alteram essas concepções, e o território passa a ser disputado tanto pelas orientações da associação como pelas definições da direção política do assentamento.<sup>137</sup> Essa situação colabora para o surgimento de certa confusão no tocante a organização política do assentamento e instaura novas disputas entre os/as assentados/as. Nesse sentido destaca alguns assentados,

A confusão que causa é assim, é que, aquelas pessoas que são menos informadas ficam fazendo uma distinção de, que sejam duas coisas e, [...] tem também alguns momentos que as pessoas usam um pouco de poder da associação. Sendo membro da associação, ele acha que tem um poder a mais porque ele é o secretário-geral, por exemplo, da associação. Então ele acha que tem um poder, que na verdade não deveria existir porque, o que, o que funcionaria no caso seria a direção política do assentamento, e que deveria ser coletiva. Coletiva como eu quero dizer, que as decisões seriam tomadas coletivamente [e] os encaminhamentos seriam também. Mas isso funciona muito capenga. (Pedro, 47 anos)

Quem assume a responsabilidade de uma associação, de um assentamento do MST, que não pensa, não conhece essas regras [a organicidade do MST], não conhece politicamente o que é o MST. Sempre acontece isso, a associação indo de encontro com os princípios do MST, indo de encontro com os princípios do próprio assentamento, da própria militância e até da própria pessoa que tá lá dizendo que é presidente da associação. Então isso é muito complicado. A gente tem brigado muito nos últimos anos pra discutir nos assentamentos uma forma mais clara de se conduzir as funções políticas nos assentamentos, sendo que *as associações não sejam instrumentos contra a própria organicidade dos assentamentos*. Mas as pessoas que assumem a responsabilidade de tá lá como presidente, como secretário-geral garante isso, parece que [...] quando chega lá cria aquela coisa. Ser presidente de uma associação é mesmo que ser presidente da República, é poder, independente de tá ganhando ou não, mas garante ali uma estrutura que parece tá dentro de um área ele tem poder e pronto, as definições são dele (Francisco, 27 anos).

---

<sup>136</sup> Contudo, diversos estudos (LAZZARETI, 2003, BRENNEISEN, 2002, dentre outros) tem evidenciado que a existência das associações e de cooperativas nos assentamentos organizados pelo MST e por outros movimentos sociais do campo tem gerado disputas entre os/as assentados/as. Essa situação acaba revelando como uma estrutura criada para funcionar apenas como representação jurídica do assentamento passa a ocupar um papel de destaque nas relações cotidianas dos assentados, alterando as ideias iniciais sobre como esse instrumento de poder deveria funcionar. Evidenciando também a existência de distâncias entre as idealizações e o que de fato tem sido possível efetivar na constituição dos assentamentos.

<sup>137</sup> Instância formada pelos coordenadores dos núcleos de família e dos setores, conforme destacamos na apresentação da estrutura organizativa do assentamento.

Assim, a existência dessas duas instâncias de poder estimula a disputa pela prevalência das orientações e decisões sobre os rumos do assentamento, sobretudo porque a interlocução dos assentados/as com os órgãos estatais para discutir as liberações dos créditos, para a implantação da infraestrutura é feita mediante a participação dos membros da associação, notadamente do/a presidente. Essa situação, na avaliação de alguns assentados, pode estimular certo distanciamento entre as definições da direção política e os membros da associação e uma centralização do poder na hora de definir as questões referentes a organização do assentamento, podendo inclusive a associação agir em desacordo com os interesses do MST ou particularmente das famílias.

Na avaliação dos/as assentados/as, o modelo organizativo proposto pelo MST e aceito pelas famílias no período da ocupação, formado por núcleos de base/famílias, pelos setores (educação, saúde, cultura, produção) pelas equipes de trabalho e o desenvolvimento de atividades coletivas como o mutirão, não funcionam no assentamento da forma que funcionavam no tempo do acampamento. Como indica um assentado,

No acampamento os setores funcionam porque as pessoas estão almejando na verdade conquista da terra. Todo passo que ele dá é favorável à conquista da terra, todo erro que ele dá ele sente que ali naquele momento ele tá perdendo parte da terra dele. Se ele ajuda o setor ir, vá pra frente, se ele ajudou na construção de uma horta, ele tá também ajudando na conquista dessa terra. Se ele ajudou o setor de produção a construir o barracão de produção, que é as alternativas de renda pra comunidade, ele também tá ajudando a conquistar a terra. (Francisco, 27 anos)

Para o assentado, a dinâmica do acampamento colabora para o funcionamento da organicidade segundo as regras estabelecida para e com as famílias, visto que o objetivo comum de conquista da terra fortalece os laços de união dos sujeitos envolvidos na resistência. A palavra “terra” aparece como palavra-chave, símbolo de luta e futuro. Entretanto, depois que passaram a viver no assentamento, com a certeza que alcançaram o objetivo que os unira e os colocara em movimento, ou seja, com a conquista da terra, os espaços de discussão e definição dos rumos do assentamento passaram a funcionar com uma dinâmica diferente do que ocorria no tempo do acampamento. Nesse sentido, o assentado prossegue na sua avaliação,

*o que funciona hoje dentro do assentamento é a partir da necessidade. O que associação tá fazendo é a partir da necessidade [...] O setor de saúde, funciona? Não funciona. Porque não há uma expectativa de algo para o setor. O setor de educação, ele funciona? Pouco, por causa da escola. Então assim, parece que é uma outra avaliação [diferente do acampamento], só dá pra funcionar o setor se eu me beneficiar com algo. Por exemplo, o setor de educação hoje só funciona porque há a situação da escola, eu estou ali no*

*setor porque mais tarde eu posso ser funcionário da escola. O setor de produção funciona? Um pouco [...] funciona, por quê? Tá saindo alguns projetos pros assentamentos. Quem tá lá na frente ajuda a discutir os projetos e ajuda a encaminhar. Tem um projeto aí de mil reais para cada assentado. O setor de produção tem que sentar, pensar e articular aquele projeto junto com a equipe técnica, junto com o banco que vai fornecer o recurso. Os demais setores não funcionam porque não tem algo, que mostre que é algo de valor pra tá ali brigando por aquilo. (Francisco, 27 anos)*

A conquista da terra esgotaria um suposto projeto utópico mais amplo, gestado quando da experiência do acampamento? As indicações de alguns assentados destacam a presença de uma perspectiva individualista, centrada na busca de créditos ou outros benefícios materiais, que se distancia de um enfoque de bases mais coletivas e gestado na democracia interna do assentamento, ou seja, em muitas situações, o princípio norteador das práticas é a busca de um eventual proveito particular, que, em princípio, é estranho ao itinerário construído na luta pela terra.

Porém, há que se ressaltar que, mergulhados em uma lógica e em um modo de funcionar das instituições e das relações em geral - não somente produtivas -, que se notabiliza pelo individualismo, e inseridos no pólo subordinado das relações que se travam nessa sociedade, as famílias assentadas, sendo em seu conjunto, formadas por pessoas de elevada carência e vulnerabilidade social, para as quais a acessibilidade a tais benefícios se revela de grande importância e, sendo a “espera” demasiado longa para que possam efetivamente acessar o mundo dos direitos civis, políticos e sociais - para muitos desconhecidos até a experiência do assentamento -, é óbvio que a prioridade e o interesse acaba por recair sobre interesses por vezes particularistas ou de cunho somente material já que esses são os que demandam maior urgência.

Embora as forças pro-organização comunitária e coletivista disputem a direção do território, nem sempre elas se revelam exitosas. O MST desempenhou um papel fundamental na organização e direção social e política das famílias no período do acampamento. Porém, quando da constituição do Assentamento 17 de Abril e do aflorar de inúmeros problemas e lógicas distintas a operar na produção desse território, ocorre certo distanciamento e questionamento dessas regras e diretrizes por ele estabelecidas, passando as famílias a assumir relativa autonomia na direção do processo.

Verificamos, portanto a emergência de críticas frente a forma como o movimento tem acompanhado politicamente as famílias. Se no momento da ocupação, as famílias identificam que o MST é a direção política e esteve sempre presente na organização dos acampados/as, nas condições do assentamento, elas passam a destacar que o acompanhamento não tem a

mesma força, se posicionam afirmando que o movimento em algumas situações está ausente do assentamento, intensificando os questionamentos das regras iniciais apresentadas pelo MST e acordada entre eles, passando a agir, em algumas situações, experimentando uma emergente e relativa autonomia, por vezes se aproximando das orientações estatais ou divergindo de ambas. A contribuição de Ferrante (1997, p.73) nos ajuda a refletir sobre essa questão, visto que

ao ser cadastrada, a família de trabalhadores rurais passa a sujeitar-se a uma série de regras fixadas para ela e não por elas. A escolha das culturas, a construção da moradia e da agrovila, a forma de se explorar a terra são colocadas pelos “outros”. O fato de se terem postos como iguais no momento da luta, não significa necessariamente sua disposição de estruturarem-se coletivamente para a organização social da produção, mesmo porque a perspectiva de construção de uma coletividade rural de produtores em cooperação não é necessariamente produto da vontade dos trabalhadores, mas resposta a uma decisão ao modelo cooperativo forjado nas instâncias do poder.

Como vimos, o tempo do assentamento produz conflitos em virtude do surgimento de novas questões, como a necessidade, muitas vezes, de disputar os créditos de implantação e organização dos/as assentados/as, decidir entre diferentes orientações e racionalidades, que envolve os interesses do MST, do Estado, dos dirigentes da associação e das próprias famílias. Nesse movimento, o assentamento vai sendo tecido a partir de tensões e impasses entre o que é desejado pelas famílias e o que é projetado tanto pelo Estado, como pelos demais mediadores que atuam na questão. Nesse sentido Carvalho afirma que um assentamento de reforma agrária é um

espaço físico, uma parcela do território rural, [que] plasmar-se-á uma nova organização social, um microcosmo social, quando o conjunto de famílias de trabalhadores rurais sem terra passarem a apossarem-se formalmente dessa terra. Esse espaço físico transforma-se, mais uma vez na sua história, num espaço econômico, político e social (CARVALHO, 1999, p. 7).

Dessa forma, o Assentamento 17 de Abril tem se estruturado numa “teia de relações sociais”, revelando tensões entre práticas e racionalidades dos diferentes agentes envolvidos na sua produção - os/as assentados/as, os técnicos e gestores da esfera estatal e os movimentos sociais. Contudo, entre erros e acertos, alternando momentos de euforia e de desânimo, o Assentamento 17 de Abril vai se constituindo num movimento que envolve de um lado a mobilização de movimento sociais, e de outro a ação do Estado por meio da política pública de reforma agrária e, sobretudo, agregam pessoas com distintas trajetórias e vivências que influenciam na configuração desse espaço. Assim, a vida no assentamento pode ser

caracterizada pelo persistir, pelo esperar e pelo seguir em frente, mesmo diante de situações que colaboram para colocar como alternativa a desistência, a evasão do lote.

## V O ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL: ENTRE A EXPERIÊNCIA CIDADINA E A SOCIABILIDADE CAMPESINA

Zanza daqui  
Zanza pra acolá  
Fim de feira, periferia afora  
A cidade não mora mais em mim  
Francisco, Serafim  
Assentamento de Chico Buarque (1997)

Se a compreensão do processo de produção do território de um assentamento de reforma agrária passa sobretudo pelo estudo da teia de relações que o compõe, na busca de captar as dinâmicas e concepções que operam em sua constituição,<sup>138</sup> no caso específico do “17 de Abril” um componente a mais deve ser incorporado à análise, a experiência de cidade de grande parte das famílias assentadas, ou seja, o assentamento em questão constitui-se em um território formado por um significativo número de pessoas que, tendo migrado inicialmente do campo para cidade e nela permanecido por certo período, realizaram, com o assentamento, um retorno ao campo. Assim, buscamos captar as particularidades da constituição desse território a partir dessa característica, posto que seus integrantes, embora com forte sociabilidade campesina,<sup>139</sup> apresentam também traços e condutas marcadas pela experiência cidadina.<sup>140</sup>

---

<sup>138</sup> Tenham caráter coletivo (com gênese na identificação de ponto em comum e nas demandas compartilhadas) ou individual (assentadas em propósitos e objetivos particularistas), essas concepções, elementos, projetos ou interesses, disputam hegemonia na definição da direção social, política e organizativa do assentamento.

<sup>139</sup> Refiro-me a forma como são tecidas as relações sociais entre tais sujeitos, relações marcadas por práticas, ritos linguagens e condutas de um tempo-espaço particular, o campo, não necessariamente por estarem geograficamente situados nele, mas com ele guardarem relações de pertencimento e identificação.

<sup>140</sup> Tal entendimento distancia-se, no entanto, de construções dicotômicas acerca do “campo” ou da “cidade” que eventualmente estabelecessem para habitantes desses espaços uma identidade fixa ou essencializada. Tidafi (2005, p.223) relembra, retomando reflexões de Williams (1989, p.11), que “o contraste campo-cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica, sendo o campo associado que ‘a uma forma natural de vida - de paz, inocência e virtudes simples’, e da tradição oral; e a cidade, associada ‘a ideia de centro de realizações - de saber, de comunicações, luz’, da tradição escrita e, mais contemporaneamente, das comunicações eletrônicas, virtuais. Williams (1989, p.11) afirma ainda que ‘também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar do barulho, mundanidade e



Essa condição de assentado rural migrado da área urbana nos remete a uma reflexão acerca de Teresina para além de sua área rural e a sua condição fundiária, buscando entender processos múltiplos que conformam o conjunto do município, no qual, como assevera Tidafi (2005, p.218), “é notória a força de uma espaço-temporalidade curtida na ruralidade,” sendo muito forte no imaginário de sua população a imagem do vaqueiro, marca fundamental da história da ocupação de terras e das atividades produtivas no Estado do Piauí.” A autora ainda relembra que (2005, p.218 *apud* HARVEY, 1980, p.266), “a pobreza urbana é, na maior parte dos casos, pobreza rural reorganizada dentro do sistema urbano.”<sup>141</sup>

Com efeito, como assevera o estudo de Tidafi (2005), o espaço urbano de Teresina é fortemente marcado pela presença de traços da cultura camponesa, sobretudo nas áreas de concentração de pobreza, traços que Woortmann (1990) identifica como “campesinidade”.<sup>142</sup> A campesinidade também teria como valor a liberdade, entendida como autonomia, como possibilidade de definir, como, quando e onde realizar o trabalho com e para a família.

Assim, estudos tem indicado que práticas camponesas se reproduzem nas periferias dos centros urbanos. No caso de Teresina, Tidafi (2005) destaca que na periferia da cidade é possível encontrarmos atividades agrícolas e formas de convivência social e grupal a partir do trabalho comunitário, como a realização de farinhadas, ou mesmo familiar, como as pequenas hortas nos quintais e a criação de animais de pequeno porte como galinhas e porcos, no entorno das moradias, além de outras práticas do universo e do cotidiano da vida rural.

A presença de alguns traços culturais em distintos bairros e grupos evidencia que a cultura camponesa não foi apagada por completo na experiência de vida na cidade de Teresina, ficando a indagação acerca dos limites entre a relação de pertencimento ao universo

---

ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação.” Para Tidafi (2005, p.223), “essas adjetivações dicotômicas e duais não carregam consigo as explicações históricas que conformam e produzem o campo e a cidade, que definem o que cada um pode ser em determinado modo de produzir historicamente determinado.”

<sup>141</sup> Nesse debate entre a pobreza rural nas periferias da cidade e as concepções acerca das representações que se fazem do “campo”, Tidafi (2005, p.224) afirma que “os contrastes e dualismos do tipo bom/ruim, ou atrasado/moderno, significam, em geral, perceber a ruralidade no ambiente urbano como uma realidade arcaica ou como resíduo a ser suplantado pela cidade moderna, como se a modernidade não comportasse a própria lógica que produz combinadamente a desigualdade, ou como se a cidade fosse o paraíso da civilização prometida e o campo, consistisse simplesmente em vestígio de um passado a ser superado, meramente formas pré-capitalistas sobreviventes que o desenvolvimento suplantará. A ideia do *continuum* atrasado-moderno esconde a lógica mesma de produção dessas espacialidades.”

<sup>142</sup> Para Woortmann (1990), a campesinidade consiste na presença de traços da cultura camponesa em maior ou menor grau em distintos grupos que migraram do campo, expressos, sobretudo, nos valores subjetivos com base na ética camponesa, uma ética fundada no trabalho, na família, pelos laços de solidariedade, pelo vínculo à terra como morada e trabalho.

da vida rural (por vínculos afetivos e identificação com a atividade produtiva do campo) e o fato de que grande parte desses sujeitos ocupam, quando na cidade, as zonas de pobreza, consistindo como já afirmou Harvey, em uma “pobreza rural reorganizada dentro do sistema urbano.”

Os estudos que tratam do processo de urbanização em Teresina<sup>143</sup> identificam um enorme crescimento da população urbana de 1970-1980, indicando ainda que esse aumento encontra explicação, em grande parte, no fluxo populacional das zonas rurais em direção a capital do Estado. Tidafi (2005, p.189-190) destaca que,

Teresina consistia no ponto de chegada de um processo migratório iniciado a partir das áreas rurais para as cidades pequenas, geralmente próximas, e, somente posteriormente, a migração para a capital. Conforme os censos demográficos realizados, a população total do município de Teresina cresceu entre 1970 e 1980 a uma taxa geométrica da ordem de 5,53% ao ano, o que corresponde a 17,66% da população do Estado. [...]. Vale destacar, também, que a capital piauiense ostentou uma taxa de crescimento no período 1980-1991 [quando essa taxa já estava em queda], superior as demais capitais nordestinas.

Conforme dados do IBGE, a população de Teresina passou de 90.723 habitantes em 1950 para 598.411 em 1991, saindo portanto de uma taxa de urbanização de 56,67 (1950) para a taxa de 92,93 (1991), reconhecidamente um imenso salto na população urbana. Em 1996 a população do município era de 654.276 habitantes, número que se eleva em 2000 para uma população de 714.318 habitantes, dos quais 94,72% habitava a zona urbana e o restante, em torno somente de 5%, morava em áreas rurais do município. Conforme a contagem da população (IBGE, 2007), o município de Teresina conta com 779.939 habitantes.<sup>144</sup>

Esse aumento vertiginoso da população de Teresina provocou alterações na estruturação da cidade, que já apresentando graves problemas urbanos, com as novas demandas postas pelo crescimento demográfico, sobretudo advindo do meio rural, se vê frente a problemas emergentes que passam a se impor ao poder público (TIDAFI, 2005). Um desses graves problemas estava assentado no déficit de moradias, materializado no aumento dos conflitos pela posse da terra urbana que geraram muitas ocupações de terrenos públicos ou

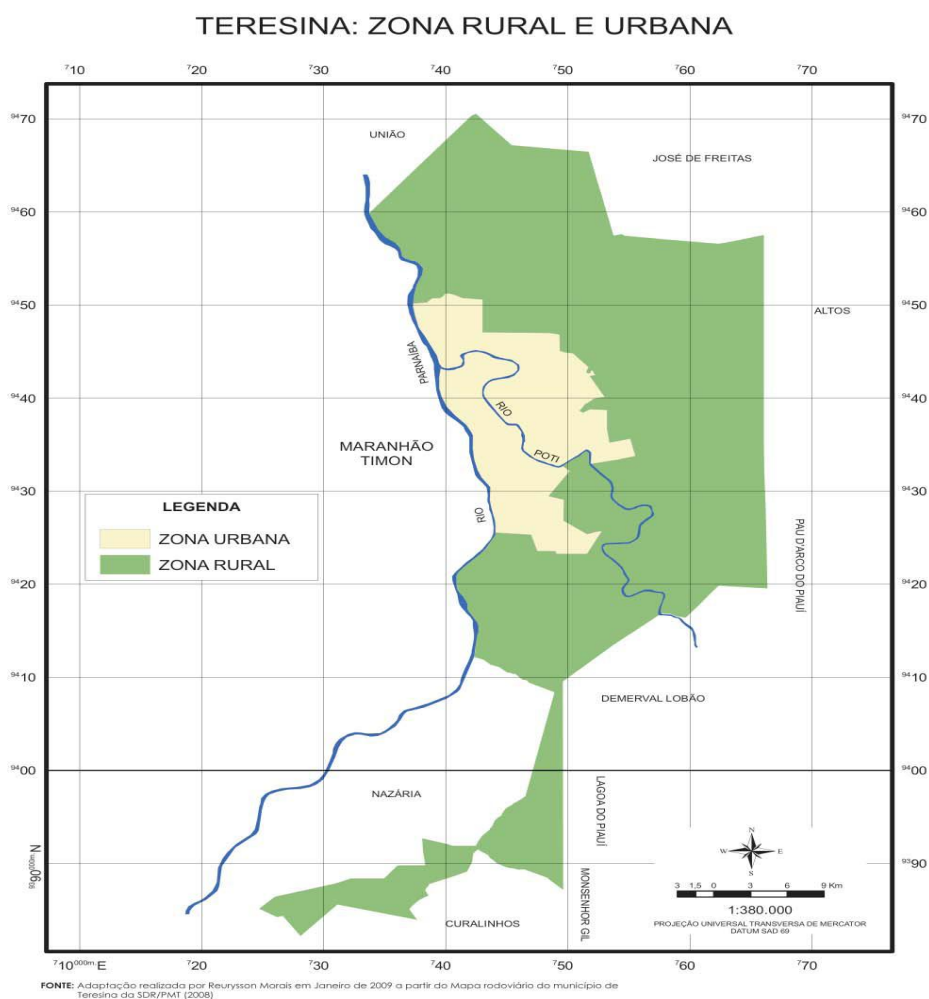
---

<sup>143</sup> Para um estudo mais detalhado dessa questão, os trabalhos de Tidafi (2005), Lima (2003), Façanha (2003) e Nascimento (2002), dentre outros, representam uma esforço significativo na construção de referências para pensar a cidade de Teresina.

<sup>144</sup> Atualmente, em face de alterações nos perímetros urbano-rural de Teresina (ver mapa a seguir) e do desmembramento recente do município de Nazária - povoado rural de Teresina até dezembro de 2008 -, houve alteração significativa na população rural do município, dados que certamente o próximo censo demográfico deverá captar.

privados no período imediatamente subsequente.<sup>145</sup> Estudos tem indicado que a estratégia utilizada por aqueles que se dirigiam para Teresina na busca de emprego e de melhores condições de vida foi a ocupação de terras públicas e privadas para estabelecerem suas moradias, geralmente em áreas periféricas e conformando o crescimento da unidade espacial “favela” ou “vila”.<sup>146</sup>

Figura 09 – Mapa de Teresina zona rural e urbana



Assim, a luta dos sem teto produziu um crescimento acelerado do número de vilas e favelas na cidade, gerando intervenções públicas de remoções, assentamentos de famílias em

<sup>145</sup> Maiores considerações a respeito podem ser encontradas em Tidafi (1999), um estudo sobre o processo de ocupações urbanas levadas a efeito de 1985-1990, período de intensa movimentação em torno na questão da moradia.

<sup>146</sup> Uma parte significativa moradores do Assentamento 17 de Abril participaram de experiências de ocupação de terrenos urbanos em Teresina, no período entre 1980 e 1990.

parques residenciais e uma gama de outras ações com impactos decisivos na gestão e na ocupação do solo da cidade. O desenho urbano da cidade foi sendo alterado pela ação dos sem teto ao ocuparem novas áreas e seu perímetro urbano sendo dilatado pelas intervenções públicas que incorporavam novas glebas rurais à cidade que se expandia.

Muitos dos novos moradores da cidade eram, portanto, migrantes das áreas rurais atraídos pelo sonho da qualidade de vida nas áreas urbanas. O assentamento 17 de abril constitui um dos sinais reveladores de que a cidade não atendeu satisfatoriamente às expectativas de muitos desses migrantes, já que alguns deles, deixando as periferias de Teresina rumo ao campo, contribuíram para conformar o referido assentamento.<sup>147</sup>

## 5.1 A MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM EXPERIÊNCIA URBANA

Para os militantes do MST, a mobilização nas áreas periféricas dos centros urbanos é uma estratégia que o movimento adotou para estimular o retorno das pessoas para o campo, visto que,

boa parte das famílias que hoje vivem nas periferias dos grandes centros são agricultores, que de um modo ou de outro foram expulsos do campo, pela ação do capital, das transnacionais, dos grandes proprietários. Eles foram expulsos do campo e vieram pra cidade em busca de alternativas. Como na essência, digamos... noventa e oito por cento dessa mão-de-obra é uma mão-de-obra desqualificada pro trabalho urbano, industrial... A construção civil ainda consegue absorver parte dessa mão de obra, mas é uma parte muito insignificante e o restante acaba inchando os grandes centros, e a nossa ação enquanto MST é mobilizar essas famílias para que façam o caminho de volta para o campo. No caso específico de Teresina, do “17 de Abril”, e de outros assentamentos, todos aqui da região, eles

---

<sup>147</sup> Carneiro (1998), estudando especificamente os jovens rurais afirma que “a intensificação da comunicação entre a cidade e o campo, facilitando o acesso a bens e valores urbanos, somada ao desemprego e ao aumento da violência nos grandes centros urbanos, acabaram por produzir uma situação em que a vida na cidade deixa de ser tão atraente como há 30 ou 20 anos.” Para ela, “as dificuldades enfrentadas nos centros urbanos por um jovem de origem rural, com qualificação profissional e nível educacional normalmente mais baixos que os da cidade, a inexistência de uma rede de parentela de apoio, a obrigação de pagar caro pela moradia, pelo transporte e pela alimentação, tem levado os jovens a ‘descobrirem’ que podem ter um padrão de vida bem satisfatório no campo onde contam com um conjunto de facilidades inexistentes na cidade, sobretudo a da moradia. Estabelecer residência na localidade de origem passa a ser valorizado não só por motivos econômicos mas também em decorrência da idealização da vida rural pelos moradores da cidade. *Abrir novas alternativas de trabalho no campo é um projeto que surge em função da perspectiva de estreitamento dos laços com a cidade, favorecido pelas facilidades dos meios de comunicação*” É nesse contexto que os ideais da juventude rural apontam para uma síntese, que a autora define como projeto de *vida rurbano* (Grifo nosso). Adiante apresentamos algumas outras considerações sobre a questão.

tem, digamos, quase que setenta por cento das famílias acampadas da região de Teresina. Eles vieram do centro urbano. [...] *É claro que esse é um público que dependendo do tempo que está afastado da agricultura, ele vai passar por um longo processo de readaptação e certamente temos enfrentado muitos problemas nesse processo de readaptação novamente à cultura camponesa* e assim por diante, mas, o que a gente tem observado, é que mesmo com todos os problemas enfrentados, digamos, o resultado positivo é muito maior do que o negativo. (Carlos, 34 anos, membro da direção estadual do MST. Grifo nosso)

Quem tá no campo teve que sair pra cidade... a questão do êxodo rural. Só que tem muitas pessoas que tão lá na cidade que não dá pra se adequar ali pela questão de estudo, trabalho, tem muitas pessoas, [que] até pela idade não consegue mais emprego, há essa demanda de pessoas que não se adequam a situação urbana e na verdade a gente tem que buscar eles novamente pro campo. (Francisco, 27 anos, militante do MST e assentado no “17 de Abril”)

Como já destacado, os estudos de Medeiros (2003), Fernandes (2005, 2008), Carvalho (1999), dentre outros, tem indicado uma alteração no perfil dos demandantes de terra.<sup>148</sup> Nos últimos anos, os acampamentos tem incorporando pessoas com significativa experiência de vida nos espaços urbanos. Essa mudança pode ser explicada em função da crise estrutural do capitalismo que intensificou a redução dos postos de trabalhos no mundo urbano, elevando as taxas de desemprego das últimas décadas, reduzindo ainda mais as possibilidades de inserção produtiva para aqueles segmentos com baixa qualificação profissional.

Assim, uma das características das famílias do assentamento 17 de Abril é a experiência anterior de grande parte de seus assentados/as em áreas urbanas (em Teresina, Fortaleza, Rio de Janeiro, dentre outras cidades) por um período de tempo antes de migrarem para o assentamento. A presença de traços da cultura e da tradição campesina emerge, quando tais assentados/as são questionados sobre as motivações geradoras da decisão de participar da ocupação, oportunidade em que sempre foi evidenciada a vontade de “voltar ao campo”, ou de “ter uma terra para plantar”, como indicam os relatos, a seguir:

Eu não tinha uma condição financeira que desse pra comprar um pedaço de terra, nem nada. E aí *eu vi que a oportunidade de conseguir algum pedacinho de terra pra trabalhar* seria participando lá do acampamento (Pedro, 47 anos, migrou da zona rural de Altos em direção a Teresina em 1979. Grifo nosso)

[Eu] morava na zona rural, porque a gente era uma família grande e a gente tinha que completar [a renda] porque nosso pai ganhava pouco. Tinha que

---

<sup>148</sup> Conforme Fernandes (2008), no Estado de São Paulo, o MST tem implementado a experiência de “Comunas da Terra”, que consiste na realização de acampamentos próximos aos grandes centros urbanos - como a cidade de São Paulo, Campinas, dentre outras -, por pessoas que moram nas periferias dessas cidades e que não conseguem mais uma inserção produtiva no trabalho urbano.

plantar o milho, um arroz, um feijão, pra complementar a renda da família, então tinha que trabalhar, e a gente mesmo tinha interesse de trabalhar. [...]. Eu fiquei nessa, trabalhando no meu próprio negócio<sup>149</sup>, mas assim... *eu tinha vontade mesmo de voltar pro interior, de voltar a trabalhar na roça*, aí surgiu a oportunidade com o MST aqui, que eu também já conhecia lá de Luzilândia. (Antonio, 45 anos, migrou de Luzilândia para Teresina na década de 1980. Grifo nosso).

Os relatos evidenciam ainda um desencanto pela cidade, sobretudo por conta da violência presente de forma mais intensa nos últimos anos, como informam os excertos a seguir:

Já sofri a violência urbana. Foi essa violência que eu sofri lá na época que eu era frentista. A vontade de sair das zonas urbanas para dar um local mais sossegado pros filhos. [...] Meu filho de sete anos, ele foi assaltado e levou uma pancada do revólver na cabeça, e o menino se assombrou com a cidade. E as drogas já tavam chegando na calçada de casa. E isso foi o que levou à minha decisão maior de ir procurando a zona rural. Embora aqui ainda não existe [a violência], mas pode vir a acontecer. Mas foi [...] pensando assim... mais nos filhos... que eu decidi vir pra zona rural, e também, a questão mais forte também, é a questão da política da reforma agrária. Porque nesse país se não avançar a reforma agrária, não tem como nenhum dos outros setores vir a avançar. (Joana, 45 anos, natural da cidade Batalha, migrou para Teresina na década de 1980)

[Saímos de Teresina] para sair mais da marginalidade, da poluição e com o projeto de preservar mais a natureza, o meio ambiente, tudo isso... por isso em decidi participar da ocupação (Raimunda, 48 anos, migrou da zona rural de Barras para Teresina na década de 1970)

Os relatos são ilustrativos das condições de vida que os, hoje assentados/as, enfrentaram como pobres urbanos em uma vida marcada pela instabilidade, por privações e riscos. Riscos de sofrer os mais diversos tipos de violência, além das privações de espaços de lazer, de boa educação, de tempo para a família e de acesso a serviços de saúde de qualidade. Essas questões interferem no momento de decidir pela participação nos processos de luta pela terra e, como podemos observar, a vivência na cidade e as experiências ligadas à violência urbana jogaram um peso importante na decisão de participar da ocupação, realizando um caminho de volta para o campo.

Contudo, a estratégia do MST de mobilização das famílias desempregadas e moradoras da periferia urbana para participarem das ocupações de terras rurais é alvo de controvérsias. Pessoas ou famílias com experiências urbanas teriam dificuldades de adaptação ao modo de vida e de produção nas áreas rurais? Em que medida ou em que condições

---

<sup>149</sup> Antes de ir para a ocupação, o informante possuía uma oficina de refrigeração para conserto de geladeira.

poderiam constituir-se em beneficiários de uma Política de Reforma Agrária? Conforme o Superintendente do INCRA no Piauí,

na verdade, essa estratégia [mobilização de pessoas que moram na periferia das cidades para participar das ocupações no campo] que o movimento tem adotado não tem se refletido numa eficácia que a gente pudesse dizer pelo menos razoável. Porque geralmente quando essas famílias vem para os núcleos urbanos elas passam a estabelecer uma vinculação com a cidade, então, mesmo nas condições mais precárias que elas possam ter de vida, elas tem um vínculo muito forte com a cidade. Nos assentamentos no entorno dos centros urbanos, nós temos um problema sério porque as pessoas não ficam no assentamento, são poucos aqueles que realmente permanecem nas áreas [dos assentamentos] e não tem uma vida dupla, geralmente eles constroem um barraco ou coisa parecida nas periferias, e mantêm a sua casa no assentamento. [...] Essa estratégia de implantação de assentamentos muito próximos dos centros urbanos acaba criando uma situação muito difícil para o INCRA porque, em tese, essas famílias, para serem assentadas precisam morar no assentamento efetivamente e, em algumas situações a gente vê que as pessoas moram menos no assentamento e mais na cidade e isso acaba gerando um conflito e uma tensão nessa relação do INCRA com os assentamentos. (Gestor do INCRA no Piauí).

Assim, conforme tal depoimento, as pessoas envolvidas nessas ocupações estabelecem uma relação com a cidade que interfere negativamente na permanência nas áreas conquistadas, visto que um dos critérios para ser assentado é a permanência no assentamento, critério também estabelecido pelo MST no momento de seleção dos beneficiários para o assentamento.

Outro elemento destacado na crítica acerca dessa estratégia do movimento diz respeito a uma suposta “ausência de vocação” para o trabalho na agricultura das pessoas que viviam nas cidades e estão sendo assentadas pelo INCRA. Esse é o entendimento da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), para a qual, há “forte evasão dos lotes distribuídos aos assentados, devido principalmente à falta de vocação do assentado para trabalhar na terra”.<sup>150</sup>

Rebatendo tais críticas, os militantes do MST destacam que no processo de modernização da agricultura e industrialização do país, intensificado a partir da década de 1950, os camponeses foram paulatinamente sendo expulsos do campo, tendo que migrarem para as cidades em busca de melhores condições de trabalho, e no processo de incorporação desses segmentos ao trabalho nas cidades, especialmente na construção civil, não foi cobrado a esses sujeitos a tal vocação para o trabalho urbano. Para um militante do MST, “não nascemos operários, bancários, professores, assalariados. O sistema capitalista foi quem nos

<sup>150</sup> Conforme texto intitulado “Questão Fundiária: Reforma agrária é cara e sem resultados sociais”. Disponível em: < <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=726> > . Acesso em 23. jun.2009.

tornou assalariados e, muitas vezes, sem salários, na informalidade.”<sup>151</sup> Ademais, como lembra Carneiro (1998), experimentamos um “contexto de crise da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola.”

Em que pese os aspectos levantados nessa polêmica, que evidenciam a complexidade da problemática em questão, cabe ressaltar que as condições materiais para a efetivação da conquista da terra passa, via de regra, por várias situações. No caso específico do assentamento 17 de Abril, as famílias receberam o título provisório de concessão de uso da terra em 2005 e desde o mês de setembro do referido ano passaram a morar efetivamente na área desapropriada pelo INCRA. Assim, apenas no final de 2008 tiveram acesso ao crédito habitação para a construção de suas moradias. Essa situação impôs severas limitações aos assentados/as, haja vista que durante esse tempo as famílias ficaram morando em condições bastante precárias, acompanhando o padrão de moradia de parte da população pobre do meio rural piauiense.

#### **Figura 10– Aspectos de habitação dos assentados**



Foto: Patrícia Andrade. Realizada em novembro de 2008.

---

<sup>151</sup> Conforme exposto no texto “Vocação” para trabalhar no campo. Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/formacao/realidade-brasileira/trabalhos-de-conclusao-do-curso-realidade-brasileira-de-sao-paulo-2005-turma-lu>>. Acesso em 20.jun.2009.



**Figura 11 – Aspectos do interior de habitação de um dos assentados**



Foto: Patrícia Andrade. Realizada em novembro de 2008.

Como podemos observar, as condições de moradia do Assentamento 17 de Abril são bastante precárias<sup>152</sup>. As casas, em sua maioria, tem as paredes feitas de barro (taipa) ou palha e a cobertura com palha de carnaúba, árvore bastante comum na área no período anterior à instalação da agrovila. Esse quadro de precariedade de condições de moradia e mesmo das condições de produção das famílias assentadas, constitui elemento importante no entendimento das razões dos deslocamentos eventuais para a cidade ou mesmo da desistência do lote na agrovila; afinal, não seriam essas, formas distintas de busca por qualidade de vida, de luta pela sobrevivência em locais e em condições diferentes das que se revelaram possíveis no assentamento? Assim, as causas de evasões dos assentamentos podem ser explicadas muito mais pelas adversidades das condições de vida e trabalho nos assentamentos que, por uma eventual “ausência de vocação” para o trabalho na agricultura, ou mesmo ainda pela atração que os possíveis “encantos” da cidade possa exercer sobre as pessoas.

---

<sup>152</sup> As famílias já estavam há 03 anos morando nessas condições, mas essa situação está sendo alterada, visto que no final do ano de 2008, os/as assentados/as estavam recebendo o crédito habitação para a construção das casas.

Os relatos dos/as assentados/as quanto a seus itinerários campo – cidade – campo são reveladores de uma mobilidade acionada pela luta pela sobrevivência.

Nós chegamos em 1970...74, eu morava aqui na Betânia, no interior que tem aqui depois de Demerval Lobão. A gente veio pro parque Piauí [bairro de Teresina]. Na época [...] a gente ficou lá na quadra 111, eu fiquei na casa 16, e meu pai na 111... aí foi quando construíram o Bela Vista... eu não sei por que a gente não tinha renda eles acharam [que] a gente não podia ficar nas casas dos Parque aí transferiram a gente pro Bela Vista... para as casas que chamavam de embrião... E aí eu fiquei lá até quando saí pra invasão...<sup>153</sup> pro acampamento [Paulo, 63 anos]

Eu nasci na zona rural mesmo, só que no Maranhão. Eu sou do Maranhão, e meus pais tinham um terreninho no município de Brejo Anapurus. E todos eles trabalham em roça. Eu cresci trabalhando em roça também. Depois dos 12 anos, 13 anos, foi que eu vim morar com a minha tia aqui em Teresina. Aí comecei a estudar, aprendi a profissão de sapateiro. Comecei a trabalhar “de menor” ainda. Porque todo o pessoal da minha família trabalhava, meu pai trabalha com isso daí também, porque ele faz de tudo. [...] Aí quando eu vim pra Teresina, eu fui morar com a minha tia e depois meu pai veio de São Luís e eu fiquei morando com ele. Aí eu aprendi, comecei a estudar, trabalhar com ele lá na sapataria. Em 81 eu viajei pro Rio. [...] Eu tinha uma irmã que morava lá e eu tinha muita vontade de conhecer. E eu fui pra passar um ano e passei 7 anos. (João, 48 anos)

A mobilidade das famílias do campo para a cidade pode ser entendida dentro do processo de modernização da agricultura brasileira implementada a partir da década de 1970, que colaborou para intensificar a expulsão dos trabalhadores/as rurais para os grandes centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida, provocando, conseqüentemente, o crescimento das cidades. Como as áreas urbanas não conseguiram absorver o grande contingente populacional que para elas ocorreu nesse período, uma das formas de aparecer da “questão urbana” contemporânea é a favelização, a indigência em seus cordões periféricos, o desemprego, o subemprego, a informalidade do trabalho precário, entre outros aspectos.

No processo de organização dos acampamentos rurais, sobretudo naqueles formados por pessoas com experiência de vida na cidade, o MST estabelece uma série de critérios para selecionar as famílias que serão assentadas na terra desapropriada pelo Estado. Esses critérios são construídos a partir das concepções que o movimento tem sobre o campo e os/as camponeses/as, bem como das relações que devem existir - conforme sua concepção - nesses espaços. Segundo relato de um dirigente do MST,

Nós temos [nos assentamentos próximos de Teresina] digamos [...] *em torno de trinta e cinco por cento, que são pessoas que nunca saíram do*

---

<sup>153</sup> A expressão “invasão” embora preterida pelo MST que qualifica tais ações como “ocupação”, é, no entanto, utilizada por algumas pessoas que se envolvem nas ações organizadas pelo movimento.

*campo. O restante desses companheiros já tem, uns mais e outros menos, mas tem um longo tempo já convivendo com os valores urbanos, já adquiriu uma série de vícios urbanos. [...] O que deve atrair o camponês que tá na cidade pra que volte pro campo? O que deve atrair são novos valores. E esses novos valores, o principal medo é essa questão da coletividade, da socialização, das conquistas e dos problemas também. Porque veja: é muito mais difícil eu resolver um problema que eu tenho de forma individual do que eu resolver esse problema se ele se transformar num problema coletivo. Quando eu levo um grupo de pessoas para o campo, significa dizer que todos eles tem um problema que é a falta de acesso à terra. Isso une aquelas pessoas que vivem em diferentes espaços. Então a partir do objetivo comum que é a terra, você acaba introduzindo a construção de novos valores. [...]. O resultado desse trabalho tem sido muito salutar pra nós enquanto movimento no sentido de reinserir e reintroduzir essas pessoas novamente à convivência social, novamente a outra cultura, uma cultura digamos, mais sustentável, que permite ao futuro assentado oferecer melhores condições de vida a sua família. (Carlos, 34 anos. Grifo nosso)*

Como podemos observar, o dirigente do MST assinala os “vícios adquiridos na cidade”, notadamente por conta do individualismo presente nesses espaços, como dificuldade no assentamento em áreas rurais de famílias que já tiveram experiências urbanas. Em face dessa situação, o movimento opera por meio de um discurso que reforça a necessidade de construir novos valores, assentados principalmente no princípio da coletividade, reforçando o ideário de que os problemas comuns pertinentes ao conjunto dessas pessoas devam ser resolvidos de forma coletiva.<sup>154</sup>

## 5.2 O PERFIL DOS/AS ASSENTADOS/AS NO ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL

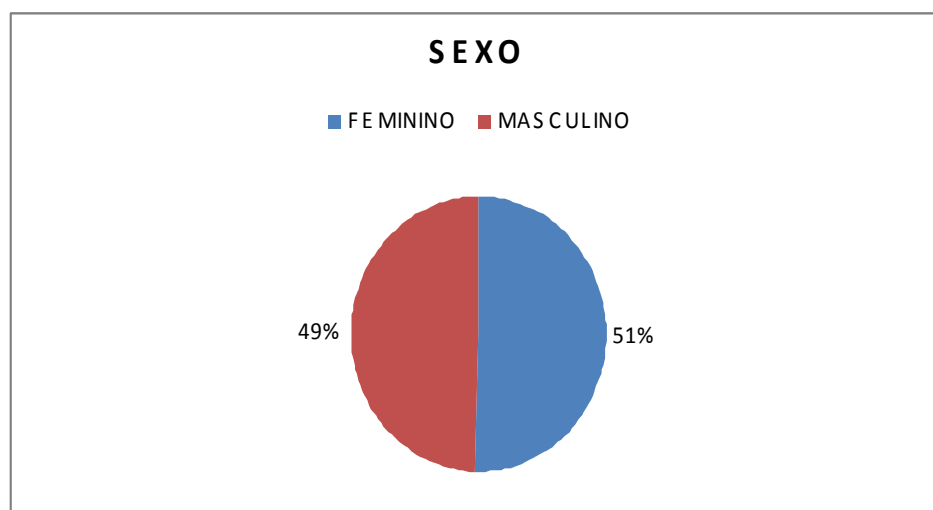
Na busca de conhecer o perfil das famílias assentadas no assentamento 17 de Abril, além de colher maiores informações quanto a trajetória campo-cidade-campo dessas pessoas, elaboramos um questionário que foi aplicado em uma amostra de 22 representantes de lotes do assentamento, o que representa 28% das famílias assentadas.<sup>155</sup>

<sup>154</sup> Um dos elementos geralmente arrolados como dificuldade nos assentamentos e justificados pela via das influências de uma cultura competitiva e individualista diz respeito a defesa da propriedade individual dos lotes por parte de muitos assentados.

<sup>155</sup> O questionário objetivou abordar inicialmente todos os 77 representantes das unidades familiares do assentamento. Nesse sentido, definimos como estratégia a participação nas reuniões dos oitos núcleos de famílias que existem no assentamento. No entanto, em razão da desarticulação de alguns núcleos e a

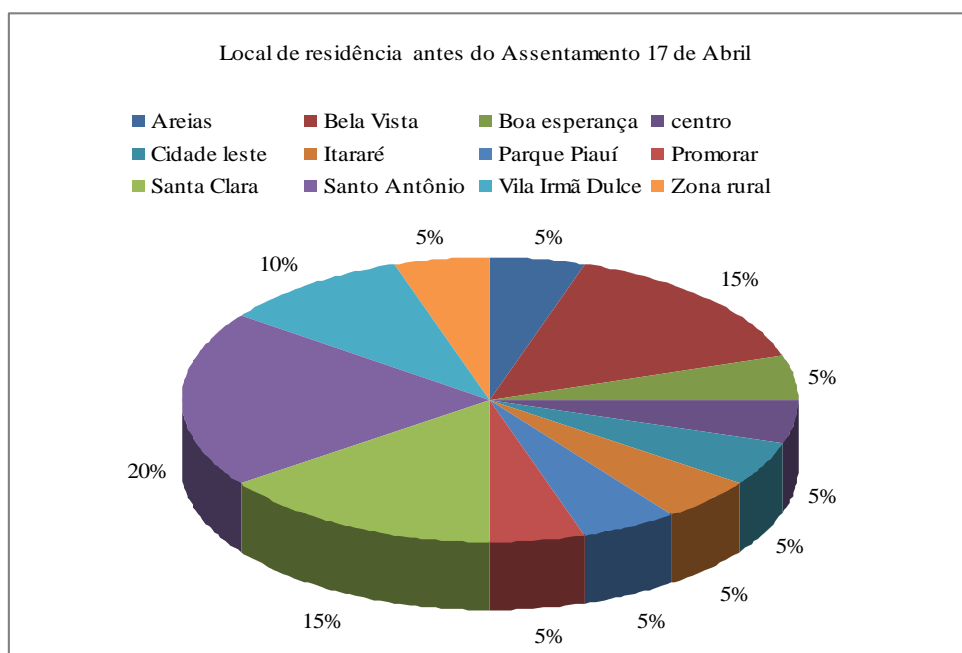
Carvalho (1999) destaca que a heterogeneidade de pessoas vivendo nos assentamentos de reforma agrária é muito ampla: crianças, jovens, velhos, homens, mulheres, brancos, negros, mulatos e mestiços, católicos, protestantes, e diversos outros cultos, pessoas originárias de diversas regiões do país, que vieram da zona rural e urbana, de diversas escolaridades, profissões e com diversos valores morais, políticos e culturais. Os gráficos, a seguir, apresentam dados sobre a composição de sexo, experiência de trabalho e local de residência anterior a participação da ocupação.

**Gráfico 01: Distribuição dos(as) assentados(as) quanto ao sexo**



Fonte: Relação de Beneficiários do Assentamento 17 de Abril – SIPRA/2009.

São as mulheres, 49% dos beneficiários da reforma agrária no assentamento 17 de abril. Esse é um dado expressivo e se relaciona com as conquistas de gênero na política de reforma agrária, visto que a Portaria do INCRA Nº 981 de 03 de outubro de 2003, assegura a titulação conjunta de terras aos assentados da reforma agrária, e a Instrução Normativa Nº 38 de 13 de março de 2007, apresentou normas para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, estabelecendo como garantias para o registro de como beneficiária tanto em nome da mulher, quanto do homem, independentemente do estado civil, no Contrato de Concessão de Uso (CCU) e no Contrato de Concessão de Créditos.

**Gráfico 02: Procedência dos(as) assentados(as)**

Fonte: Pesquisa Direta/Questionário.

No que diz respeito ao último local de moradia antes de ir para o assentamento, a grande maioria das famílias que foram assentadas é proveniente da zona urbana de Teresina, ou seja, teve a cidade de Teresina como última moradia, visto que apenas 5% da amostra pesquisada é oriunda da zona rural. No que diz respeito a zona e ao bairros de procedência, todos que habitavam em Teresina localizavam suas residências na zona Sul, com destaque para os Bairros Santo Antonio e Santa Clara, com 20% e 15% respectivamente..

Quanto às experiências de trabalho podemos observar que foram principalmente atividades na construção civil e na prestação de serviços como empregada doméstica, vendedor ambulante, ou em outra atividade que exigia pouca qualificação, indicando um processo de inserção precária, que grande parte dos sem terra vivenciam antes (por vezes durante) sua incorporação como beneficiário da política de reforma agrária com a implantação dos assentamentos. O gráfico, a seguir, apresenta informações quanto a última experiência de trabalhos antes do assentamento.

**Gráfico 03: Atividade produtiva anterior a condição de assentamento/a**

Fonte: Pesquisa Direta/Questionário.

Curioso é a indicação de 13% dos assentados como trabalhadores rurais quando somente 5% indicou residia no campo, ou seja, uma parcela considerável de pessoas que habitavam dentro do perímetros urbanos de Teresina, na verdade desenvolviam atividades rurais mesmo que de forma precária *e sem terra*.

Com efeito, a maioria das famílias que residem hoje no assentamento tomou conhecimento da ocupação por meio de parentes que estavam participando das reuniões de mobilização, e passaram a convidar seus familiares, irmãos, cunhados, vizinhos, que viviam a mesma condição de luta pela sobrevivência na cidade, quase sempre numa inserção precarizada no mercado de trabalho, desempenhando atividades na construção civil, como vendedores ambulantes, dentre outras atividades.

A trajetória sócioespacial dessas famílias revela uma intensa mobilidade não somente de moradias, mas no mundo do trabalho, quase sempre de inserção precarizada, na informalidade dos “bicos” ou de baixa remuneração. Os relatos a seguir são ilustrativos.

Quando eu vim pra Altos, eu passei uns dois anos em Altos, e lá as dificuldades de trabalho eram muitas. Era jovem ainda também, não tinha experiência de trabalho nem nada. E aí quando foi em 81 eu vim pra Teresina procurar trabalho. Arranjei trabalho, passei uns dois meses na casa da minha irmã. [...] e arranjei um trabalho de vigilante, segurança de banco, essas coisas. Eu passei uns dois anos [...] na Agespisa,<sup>156</sup> prestava serviço

<sup>156</sup> AGESPISA é a empresa Estadual de Águas e Esgotos do Piauí.

lá. Depois eu saí da Secopi,<sup>157</sup> fiquei dois anos na Secopi, ela perdeu o contato lá na Agespisa e quem ganhou o contrato foi a Servisan.<sup>158</sup> Aí eu imediatamente passei para [...] outra, a carteira foi dada baixa num dia e no outro foi assinada pela outra empresa. Passei também uns dois anos na Servisan, aí tive um meio desentendimento lá com as chefias lá da Servisan e eu resolvi sair, fiz um acordo lá com a empresa, saí, passei um ano e pouco desempregado. Aí arranjei um trabalho lá na Entracol.<sup>159</sup> Nessa época fui cobrador de ônibus. Nessa época eu já namorava com a minha esposa e aí trabalhei uns seis meses na Entracol, arranjei um outro emprego na Itapemirim. Saí da Entracol e fui pra Itapemirim, trabalhei na Itapemirim durante sete anos. Lá na Itapemirim, a minha função é... tem uma função (risos) que diz que eu era traficante, que o nome da função era auxiliar de tráfego. [...]. Aí depois quando eu saí de lá, eu sempre tive uma tendência pra eletricidade. Era uma coisa que eu gostava muito era eletricidade. E eu consegui mudar de função de auxiliar de tráfego para eletricista veicular. Aprendi lá mesmo a função, já trabalhava, já tinha aprendido lá em Altos [...] a trabalhar com eletricidade residencial. E aí eu trabalhei. Saí de lá da Itapemirim como eletricista em 93. De lá pra cá eu fiquei trabalhando mais foi autônomo, trabalhava com eletricidade. Quase tudo de construção civil eu fazia, o que aparecesse primeiro, o que tivesse pra fazer eu tava fazendo. Tive um período também como representante comercial de uma empresa de cosmético, chamada Beauty World. Era até meio estranho, era cosmético, eu trabalhava vendendo cosmético de porta em porta, direto para o cliente mesmo. Foi uma experiência boa, tive um bocado de experiência boa, conheci algumas cidades que eu não conhecia como Recife, Fortaleza, São Luís. [...]. Tem um amigo meu [...], que diz que eu sou um homem das 14 profissões, brincadeira dele, mas que eu sei trabalhar com um bocado de coisas. Então nesse período, depois disso eu fiquei trabalhando mesmo autônomo, como eletricista, pedreiro, bombeiro. Com construção, o que se aproximou mais do que eu faço com construção civil foi instalador de piscina. [...]. Eu trabalhei uns 3 anos pra eles lá mas só trabalhando mesmo como prestando serviço... [...] Mas aí ele montou uma empresa de piscinas [para] vender material de piscinas lá no Jockey [...] Ai eu fui, fiquei fazendo o serviço de instalação de piscinas dele lá. Mas eu fiquei só 7 meses lá nessa empresa, não gostei assim porque com o dono da empresa eu me dava muito bem mas tinha um sujeito lá que era representante da Albacete, uma empresa que fabrica materiais de piscina e ele se metia lá como gerente da parte da empresa [...], aí eu fui pedir pra sair; [...] O último registro em carteira é como instalador de piscina, função instalador de piscinas, em 2003. (Pedro, 47 anos)

Eu morei uma época em Fortaleza, morei uns cinco anos lá. Lá eu trabalhava na beira mar. Logo que a gente foi para lá, a gente fazia [...] jarros de madeira, cinzeiros, então meu marido... a gente trabalhava com isso, com os tornos, a gente comprava a madeira aqui porque a madeira de lá não é boa, levava para lá, nessa época tinha trem, levava no trem e lá gente fazia os jarros e vendia na beira mar, porque lá tem um comércio na praia que começa assim duas horas da tarde aí vai noite a dentro e a gente ia

<sup>157</sup> Refere-se a uma empresa que presta serviços de segurança geralmente de vigilância para órgãos públicos.

<sup>158</sup> A SERVISAN também é uma empresa que presta serviços de segurança geralmente de vigilância para órgãos públicos.

<sup>159</sup> Refere-se a uma empresa prestadora de serviços de transporte urbanos com atuação em Teresina.

para lá. Era artesanato. Eu sou artesã, eu trabalho com couro e madeira; Eu talho. E daí, depois a gente começou a trabalhar vendendo, acabamos com essa história da madeira porque era muito trabalhoso, dava muito problema e a gente começou a fazer algodãozinho. [...] umas tangas de rede, a gente chama de tanga de rede, que é de botar mesmo nas varandas da rede, a gente fazia vestido, confeccionava, eu mesma costurava com conchas, fazia cinto, enfeitava os vestidos com conchinhas, sandália e assim vivia lá durante cinco anos. Ai eu vim embora para cá novamente, para Teresina. Ai eu trabalhava já no Mercado Central com minha mãe. Lá eu fiz um curso de enfermagem daí eu fui trabalhar lá na Casamater.<sup>160</sup> Eu trabalhei uns dez anos lá na Casamater [como enfermeira] e ai [...], quando eu saia do hospital já ia direto pro Mercado Central pra ajudar a minha mãe, [que] já estava lá e aí de noite era que eu ia para casa e assim ficava. No Mercado Central eu vendi roupa, depois botei uma lanchonete, aí botei uma mercearia, aí botei uma lojinha de alumínio foi justamente o período que eu vim para cá. (Antônia, 50 anos)

Frente aos relatos, podemos afirmar que os assentados/as passaram por um processo significativo de mobilidade no mundo do trabalho até chegarem ao assentamento. Essa mobilidade gera, inclusive, para um deles, a jocosa adjetivação de “homem das 14 profissões.” Essa característica identificada no caso dos assentados no 17 de Abril pode ser encontrada também em outros assentamentos, como revela Carvalho (1999), quando afirma que parte expressiva dos/as assentados/as da reforma agrária, por sua mobilidade social e pelas suas estratégias de sobrevivência, vivenciam um “nomadismo geográfico e social.” Martins (2003, p. 34-35), ainda sobre essa questão observa que

a diversidade de origem dos assentados sugere que a massa de clientes da reforma agrária é constituída pelos resíduos de várias categorias sociais que se desagregaram em consequência de transformações econômicas, sobretudo na agricultura, nos últimos 50 anos: colonos de café, pequenos arrendatários de formação de fazendas em várias regiões, como o Paraná, o Oeste de São Paulo e Goiás, moradores das fazendas de cana-de-açúcar do Nordeste, pequenos agricultores e proprietários no Sul do país, pequenos posseiros na Amazônia, não raro abandonados pela decadência da economia extrativista. Vários passaram por categorias de transição como “bóia-fria” em São Paulo e no Paraná, ou “clandestino”, em Pernambuco ou na Paraíba. São sobreviventes de um passado histórico que não conseguiram requalificação e reinserção em outras atividades econômicas após a extinção de suas ocupações originais ou após a precarização das velhas relações de trabalho. A isso se agrega o recrutamento de populações “lumpem” nas cidades, muitas das quais tiveram origem e experiências rurais, mas que se perderam nos espaços degradados das cidades e nas funções econômicas subalternas da urbanização patológica.

A inserção na realidade do assentamento e o contato com a trajetória social das famílias permitiu observar que essas famílias assentadas possuíam vínculos significativos com a terra, algumas, óbvio, com mais experiências que outras. E a escolha por acampar e vir a ser

---

<sup>160</sup> Casamater é um hospital da rede particular de Teresina.



um assentado é vivenciada para alguns como um retorno às raízes, ou como uma possibilidade de inserção no mundo do trabalho agrícola, além de viabilizar a reunião do núcleo familiar, visto que os filhos de assentados/as que estavam em outros Estados retornaram para o assentamento para a realização do trabalho agrícola em família, além de gerar a possibilidade de pertencer a uma comunidade. São essas as principais motivações que levaram as pessoas a investir esforços na luta por reforma agrária.

Como os órgãos públicos responsáveis pela implantação e implementação das ações de reforma agrária tratam dessa realidade das famílias, sobretudo o fato de que alguns assentamentos recentes são formados com pessoas com experiência urbanas significativas que retornam ao campo? Indagado sobre a questão, o gestor do INCRA Piauí afirma que

Na verdade, esse é mais um aprendizado pro INCRA porque você tem que conceber assentamentos com essa especificidade, mas o INCRA não tem esse *know how*, na verdade a ação do INCRA é nas áreas rurais efetivamente, e nas áreas rurais geralmente distantes dos centros urbanos. Então, aqui recentemente houve uma explosão muito grande [...] de assentamentos no entorno de Teresina. [...] mas nós temos tido alguns problemas no que se refere a [...], entrada e saída de pessoas do assentamento exatamente porque há uma cobrança de que essas pessoas permaneçam no assentamento. No momento em que, por exemplo, ela passa a ser assalariada, com carteira assinada, ela perde o perfil de assentada. Então tudo isso gera um tensionamento na relação, e o INCRA está aprendendo na verdade, a lidar com esse espaço que se chama periurbano que é o assentamento no entorno das pequenas e médias, sobretudo das médias e grandes cidades.

Assim, em que pese a “explosão” de acampamentos no entorno da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) da Grande Teresina<sup>161</sup> apresentar cada vez mais um público que experimentou viver e trabalhar em áreas urbanas, o gestor do INCRA reconhece que no Piauí, o aludido órgão apresenta dificuldades para lidar com este tipo de situação, sendo a

---

<sup>161</sup> Conforme o Anuário do Piauí (2009), “criada em 2002, através da lei complementar nº 112 de 19 de setembro de 2001, a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) da Grande Teresina foi inicialmente formada, conforme a lei, por 13 municípios, sendo 12 do estado do Piauí: Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, União e a capital, pólo da RIDE, Teresina, incluindo-se ainda o município de Timon, no Maranhão. No entanto, como a própria lei define que “os municípios que vierem a ser constituídos a partir de desmembramento de território de Municípios citados no parágrafo anterior passarão a compor, automaticamente, a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina”, o quadro atual inclui os municípios de Pau D’Arco do Piauí (desmembrado de Altos) e Nazária (desmembrado de Teresina), perfazendo um total de 15 municípios” e uma população que ultrapassa um milhão de habitantes. Em números do IBGE de 2007 chega a 1.096.434 pessoas morando na área da Grande Teresina.

intervenção do poder público tensionada em função dessa nova realidade de assentamentos em áreas “periurbanas” ou mesmo “rurbanas”, como sinalizam alguns estudos.<sup>162</sup>

Graziano da Silva (2007, p.03) refletindo sobre as possibilidades de implementação de uma política de reforma agrária no século XXI, destaca que nas regiões onde se concentram os maiores índices de pobreza, sejam elas urbanas ou rurais, a política de reforma agrária é a única “capaz de dinamizar esses locais, fornecendo casa, comida e ocupação a uma população sem qualquer outra possibilidade de inserção produtiva na sociedade do século XXI”. Dessa forma, considera necessário como um primeiro passo garantir o assentamento das famílias acampadas e a implementação de assentamentos rurais “não exclusivamente agrícolas, especialmente quando disponham de fácil acesso a áreas periurbanas de modo a incorporar ocupações não agrícolas como sua principal fonte de renda”.

No processo de seleção das famílias, o INCRA trabalha com um perfil de assentado ou de agricultor familiar que interdita a participação de segmentos assalariados, funcionários públicos, aposentados por invalidez, dentre outros que não podem ser assentados/as.

Sobre os critérios estabelecidos pelo INCRA para a seleção das famílias, Ferrante e Barrone, (1998, p.126-127), identificam o que chamam de “o autoritarismo das regras” já que o processo decisório se faz “independentemente de uma discussão - com lideranças dos movimentos da luta pela terra - sobre o perfil dos ocupantes ou candidatos a uma área de terra”. Destarte, a crítica dos autores evidencia a elaboração das regras por técnicos, muitas vezes distantes da realidade social dos assentados/as, considerando o beneficiário da política de reforma agrária de forma abstrata, ignorando, por vezes, sua história, seus valores, seus saberes e interesses.

Em instigante esforço de pontuar aspectos do território “rurbano” no imaginário de jovens rurais, Carneiro (1998) oferece luzes para a reflexão sobre esses novos territórios mesclados de significações produzidas no diálogo entre as identificações do campo e da cidade. Conforme Carneiro (1998),

*quando se considera a atual possibilidade de uma redefinição de identidades deve-se atentar para uma dinâmica que inclui uma diversidade de sistemas simbólicos coexistentes e nem sempre concorrentes. Devido à*

---

<sup>162</sup> A “rurbanização” consiste, como indica Carneiro (1998), na “afirmação da sociedade local a partir de definições e redefinições de identidades sustentadas não mais na homogeneidade de padrões culturais, mas na diversidade e, principalmente, na maneira específica de combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos [urbanos e rurais]”. No Estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1999 a 2002, o governo estadual, diante do aumento de desempregados participando das ocupações de terras na região metropolitana de Porto Alegre implementou uma experiência de assentamento caracterizado como “rurbano”.

concomitância dos valores locais com os valores da cidade, *há uma reelaboração do sistema de valores local*. Os jovens são atores dessa reconstrução cultural a partir de uma releitura dos valores urbanos, onde papéis sociais são redefinidos e projetos são formulados sob novos paradigmas, partindo-se de uma ruptura (parcial) com os velhos moldes adotados tradicionalmente pela sociedade local. Entretanto, *é necessário que se investigue como se organiza e se estrutura essa nova síntese que aproxima valores urbanos e rurais*, tomando-se o cuidado de levar em conta a heterogeneidade da chamada "juventude rural". É importante registrar que o desejo de permanecer no campo não pressupõe mais assumir a profissão de agricultor. Isso acarreta, como se sabe, implicações sobre o processo sucessório no interior da família camponesa ameaçando a continuidade da exploração agrícola e a manutenção do patrimônio familiar [...]. *O primeiro efeito dessa ruptura no universo de significações é a elaboração de novas identidades no meio rural não mais sustentadas exclusivamente na atividade agrícola*. [...]. Ambos lugares comportam jovens com identidades e projetos distintos, o que vem reiterar a heterogeneidade cultural, diluída de um lado e re-afirmada de outro, pelo processo de globalização, o que nos impede de traçarmos recortes homogeneizadores e fronteiras rígidas entre, não somente, o rural x o urbano, mas também dentro de cada um desses pólos. Dentro desses universos culturais coexistem sistemas de valores antagônicos que informam os projetos individuais distintos e competitivos. [...] *Nesse processo de intensificação da comunicação entre universos culturais distintos, as fronteiras entre o "rural" e o "urbano" tornam-se cada vez mais imprecisas* [...]. Contudo *é certo que o resultado não aponta para a conformação de um todo homogêneo. Nesse sentido, seria temerário e simplista falarmos da urbanização do campo como expressão que qualificaria a perda da especificidade de um desses dois pólos* (Grifo nosso).

Dessas indagações aproximativas, fica ainda uma inquietação: a ideia de “urbanização do campo” não estaria, muitas vezes, associada a uma romantização desse espaço ou ainda ligada a uma construção que o dissociaria da acessibilidade a direitos sociais pelas populações do campo (como moradia digna, educação de qualidade, entre outros), como se tais direitos fossem, “por excelência”, acessados somente por habitantes dos espaços urbanos? Se o esforço investigativo permitiu respostas a algumas indagações, certamente engendrou novas interrogações e pontos de partida para pesquisas posteriores.

Do exposto, podemos asseverar que o Assentamento 17 de abril é um espaço marcado por diversos processos e relações. Não consiste, portanto, em um território isolado, com uma marca identitária estável ou monolítica. Sendo área rural, trava, no entanto, relações com a cidade de Teresina e com outras comunidades rurais do seu entorno e as redes familiares são centrais na ocupação do território e no conjunto das atividades que lá se realizam. Sendo assim, o 17 de Abril é um território novo, modelado pela ação de distintas identificações e relações de pertencimentos, aproximando o universo da vida rural às influências do mundo urbano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos de reforma agrária podem ser considerados espaços de invenção social que estimulam diferentes estudos, ou seja, podem ser tomados como objeto de investigação em suas diversas dimensões, quais sejam: políticas, econômicas, ambientais, culturais ou sociais.

O resultado do esforço que ora apresentamos se relaciona com a política de Reforma Agrária implementada no país, situando-se no âmbito das políticas públicas para o campo tomando como *locus* de análise um assentamento localizado na zona rural de Teresina, visando captar as especificidades de um território formado por um significativo número de pessoas que passaram pela experiência de vida no mundo urbano. A inserção em campo evidenciou que as pessoas envolvidas na ocupação que gestou o assentamento realizavam uma migração de retorno ao campo, visto que num momento anterior migraram do campo para cidade, e, de fato compõem um agrupamento com forte sociabilidade campesina, embora com influências da experiência cidadina.

A análise dos resultados obtidos através das entrevistas e das observações de campo, complementadas com as informações da pesquisa bibliográfica e documental, possibilitou compor um quadro geral de caracterização do contexto e uma interpretação sociológica das relações e dos processos existentes, construídos socialmente.

O presente estudo se reveste de um sentido particular, o de contribuir, dentro de seus limites, para a análise e reflexão do processo de exclusão social vivenciado por pessoas com experiências de vida na cidade que se deslocam para acampamentos e assentamentos rurais, e de buscar entender as relações que se estabelecem no processo de conquista da terra, tomadas como base na construção do território do assentamento.

Na abordagem, optamos por situar o Assentamento 17 de Abril nos processos mais amplos da sociedade brasileira, notadamente aqueles relacionados com os movimentos dos sujeitos envolvidos nos processos de resistência pela permanência ou conquista da terra. Nesse sentido, a história passada e recente sobre o tema foi tomada como um recurso fundamental na compreensão dos cenários que produziram as lutas pela posse e uso da terra e que estimularam a formação de uma bandeira política, a Reforma Agrária.

A luta por tal reforma tem marcado fortemente a realidade brasileira, sobretudo por conta das diferentes posições oriundas da diversidade de sujeitos que operam no debate sobre

a possibilidade ou não de sua realização. A luta por permanecer ou conquistar a terra aparece como um aspecto fundante da história dos camponeses no Brasil. É uma luta secular, que assumiu formatos diferentes ao longo do tempo. No Piauí, como informa Machado (2002), as populações nativas resistiram bravamente, ao devassamento de suas terras no processo de ocupação do território.

Os instrumentos políticos de representação dos trabalhadores rurais (as ligas camponesas, sindicatos, associações, etc.) a partir da década de 60 do século XX, de forma mais sistemática, apresentam a bandeira da Reforma Agrária como uma possibilidade de solução dos problemas para os pobres do campo. Nesse contexto, a proposta de reforma agrária passa a ocupar centralidade nos debates sobre os rumos do desenvolvimento do país. No Piauí, as primeiras entidades sindicais de representação dos trabalhadores rurais surgem na década de 1960, trazendo a bandeira da reforma agrária como uma proposta de luta voltada para alterar a situação do povo pobre do campo piauiense. Os trabalhadores rurais foram organizados inicialmente através de alguns sindicatos rurais, com apoio da Igreja, que criou a Pastoral Rural e posteriormente da CPT.

A efervescência de mobilizações sociais no campo e na cidade, cobrando a realização das reformas de bases, dentre elas a reforma agrária, gera a reação conservadora de direita e o golpe militar é a saída empreendida pelas elites do país. Nessa conjuntura, os movimentos camponeses são sufocados, ocorrendo o que Martins (1986) chamou de militarização da questão agrária. A reação dos militares as demandas do campo consistiu na elaboração e aprovação do Estatuto da Terra, bem como de emendas constitucionais para intervir no campo, embora a almejada reforma agrária não tenha sido realizada já que a opção do regime militar foi a modernização da agricultura com a implantação de empresas capitalistas.

Foram criados programas públicos, linhas de créditos e financiamentos, com destaque para o Sistema Nacional de Crédito que viabilizou a implantação das empresas capitalistas no campo. Como resultado tivemos a emergência de uma territorialização do capitalismo no campo de um lado ou a redução ou mesmo a destruição do território camponês de outro. Assim, o território do capital implantou o pacote tecnológico conhecido como revolução verde, que dentre outros aspectos, colaborou para a emergência dos extensos campos agrícolas da monocultura, produzindo assim uma visão moderna do latifúndio. No outro lado do processo, o território camponês sofreu os efeitos da modernização, tendo inclusive suas áreas reduzidas, com a expropriação de suas terras, levando a extinção de formas tradicionais

de produção. Nessa conjuntura, os camponeses foram confrontados com uma realidade que impôs a luta pela terra.

A expansão do capitalismo no campo é, inclusive, invocada pelos opositores da reforma agrária para justificar suas posições, visto que o argumento de parcelamento da terra para o aumento da produção já não faria mais sentido diante do aumento da produção atingido pelo agronegócio.

No que tange a realidade piauiense, nessa conjuntura, o poder público também desempenhou um papel de destaque, atuando como o principal incentivador da modernização da agricultura. No Piauí, mesmo em um ritmo menos intenso do que nas outras regiões do país, a modernização seguiu o formato conservador, visto que atuou por meio da implantação de projetos voltados, sobretudo para a pecuária bovina, tendo também por especificidade a pouca absorção de mão-de-obra.

A criação de assentamentos rurais pelo poder público, tem sido considerada em vários estudos, uma resposta a intensificação dos conflitos no campo. Ação implantada em meio a emergência de diferentes concepções, visto que o assentamento é um território marcado por relações, projetos e interesses nem sempre convergentes, onde operam forças por vezes conflitantes que tencionam na definição da direção que toma o assentamento nos mais diversos aspectos: seja na produção, na definição da forma como ocupam o espaço ou na forma como gerem suas questões internas e externas.

O sonho de possuir um lugar para viver, morar e trabalhar tem levado muitas famílias a ingressarem na luta por um pedaço de chão, saindo inclusive das cidades, em um movimento de “retorno” como no caso do Assentamento 17 de Abril, colaborando para uma reinvenção do rural mediado na luta pela terra, luta que tem colaborado para a construção e redefinição incessante de identidade(s) e da cidadania no meio rural. Uma luta que, para além do simples acesso à terra, implica também uma aceção de direitos no âmbito da Saúde, da Educação, da Cultura, da Renda, entre outros.

Com efeito, os assentamentos emergem como uma encruzilhada de sujeitos, interesses, orientações e projetos. Carvalho (1999) identificou que as relações de vizinhança e parentesco, especialmente, desempenham um papel fundamental na conformação desses territórios. Ferrante (1995), afirma que os assentamentos rurais são espaços marcados por várias dimensões, posto que é uma realidade multidimensional, o que faz necessário o uso de diferentes aportes teóricos para tratar desta realidade. O assentamento também é

multifuncional, porque representa lugar de moradia e produção para as famílias envolvidas em sua construção, e na perspectiva do Estado é um instrumento para a solução do problema da moradia, bem como para o reordenamento fundiário das áreas concentradas.

Para alguns estudiosos da questão, os assentamentos representam uma parte da unidade territorial camponesa, um espaço, portanto, de produção e reprodução dos camponeses. Contudo, cabe destacar que esse é um espaço formado a partir da contribuição de diversos sujeitos, com experiências diferentes e modos de ser camponês também diversos e que jogam um peso fundamental na sua conformação.

O processo investigativo permitiu aproximações significativas quanto a implementação dos assentamentos rurais no Piauí. Nesse sentido, essa discussão é importante no contexto atual das Políticas Públicas, pois possibilita o debate sobre a intervenção dos diferentes sujeitos que atuam na problemática agrária e fundiária do Piauí a partir de um estudo de caso. Os assentamentos rurais no Piauí possuem origens diversas, o que propicia uma diferenciação entre eles. As primeiras ocupações de terras no Estado foram empreendidas por sindicatos de trabalhadores rurais, e em seguida pelo MST, este tendo surgido no final da década de 1980 como novo ator na luta pela terra e pela conquista da Reforma Agrária

A ocupação de terra é usada pelos movimentos sociais do campo como instrumento de pressão frente ao Estado e desempenha um papel determinante para os sujeitos envolvidos na resistência pela terra, posto que esse é um espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. É o momento de interagir com outros códigos, com novas regras, constituindo assim, um espaço de socialização política e principalmente de empoderamento dos sujeitos que estão envolvidos, em uma busca por materializar um outro futuro, situados em uma terra em condições de produzir.

No percurso teórico-metodológico construído, de bases fundamentalmente qualitativas, foi possível, no entanto, aproximações a dados quantitativos, particularmente sobre a intervenção pública frente a questão agrária no Estado e sobre os demandantes por terra que se movimentaram no sentido de formar o Assentamento 17 de Abril, além de aspectos que informaram a trajetória campo-cidade-campo. A inserção no mundo do trabalho urbano, anterior ao assentamento, denotou experiências de trabalho quase sempre em atividades com baixa qualificação, indicando uma inserção precária no mercado de trabalho.

Assim, a pesquisa possibilitou aproximações substantivas na construção e no amadurecimento do olhar investigativo sobre as questões-problema, colaborando para a

produção de um olhar e de uma análise para além das formas fenomênicas ou aparentes que se apresentam no cotidiano dos assentamentos. O processo de inserção no campo e o “diálogo” com as produções teóricas sobre a questão foram fundamentais para revelar que a constituição dos assentamentos rurais compreendem concepções que advém tanto dos sujeitos (famílias e movimentos sociais), que se colocam em movimento nos processos de luta pela terra, como dos representantes do modelo técnico racional do Estado e de outros mediadores que atuam nessa questão.

A teia de relações que se origina desse encontro produz um território que não representa a cópia dessas idealizações, mas é o resultado do possível produzido pela ação desses diferentes sujeitos, com lógicas, racionalidades e temporalidades<sup>163</sup> distintas, que em determinados momento ou situações estão em posições contrárias, mas que também podem convergir na busca pela materialidade do possível.

O processo de constituição dos assentamentos rurais pelo INCRA e as tensões e as relações entre os distintos sujeitos políticos que se apresentam na formação dos assentamentos, indicam que a luta pela terra não é portadora de apenas um formato. Ela é múltipla, pois diversos também são os sujeitos que se colocam em movimento visando a construção do território da reforma agrária, ou seja, trata-se de um espaço marcado pela pluralidade e pela heterogeneidade.

Destarte, foi possível refletir sobre o conjunto de leis, portarias, instruções normativas, e demais aparatos institucionais responsáveis pela implementação da política de reforma agrária, criados pelo Estado e que ditam o ritmo da burocracia. Porém, a materialização da política apresenta distâncias substantivas entre o que é definido no aparato institucional das leis, normas, planos e rotinas burocráticas e o que é possível concretizar na realidade do assentamento.

Não só o Estado opera com suas regras e orientações institucionais, o MST também tem suas regras e seus códigos morais que são apresentados e acordadas com famílias e consideradas necessárias para construir *uma outra sociabilidade no campo*, no assentamento, ou melhor na terra conquistada. Esses códigos e orientações incidem fortemente na produção do território.

---

<sup>163</sup> A inserção na realidade do assentamento permitiu identificar fundamentalmente que o tempo do Estado se distancia do tempo das necessidades das pessoas.



Assim, o Assentamento 17 de Abril, implantado no primeiro mandato do governo Lula e resultado da intensificação das ocupações de terras na região da Grande Teresina, empreendidas pelo MST como forma de pressionar o governo para a realização da reforma agrária, constitui-se em um espaço produzido pela participação de diferentes sujeitos, que são portadores de concepção de sociedade, de códigos morais, com orientações e procedimentos que podem convergir, mas também divergir, dependendo do que está em negociação.

Ao se constituir o assentamento, as famílias passam por um processo de readaptação em função de seu novo espaço, oportunidade em que são empreendidas mudanças quanto ao que devem produzir ou quanto às técnicas para tal. O começo do assentamento foi um período marcado pelo desafio da luta pela sobrevivência no novo local de moradia, o que muitas vezes implicou na apreensão e “domesticação” de um meio físico até então desconhecido. A continuidade dessa empreitada depende do acesso aos diferentes meios necessários para a produção agrícola como equipamentos, insumos, crédito e assistência técnica, e da disponibilidade de mão-de-obra na família.

O crédito destinado para implantação dos primeiros projetos produtivos no Assentamento 17 de Abril saiu no início de 2006, provavelmente devido à conjuntura política da época, favorável ao MST. No entanto a maioria dos/as assentados não conseguiram lograr êxito com o investimento inicial e a escassez de água e a ausência de outros créditos para investir em projetos produtivos tem prejudicado a produção de grãos no assentamento. Além disso, podemos destacar que a conciliação entre o trabalho nos lotes individuais, com as atividades coletivas do assentamento emergem como uma das dificuldades que precisam ser superadas pelos/as assentados/as.<sup>164</sup>

As famílias são chamadas a negociar a produção/constituição do território do assentamento, nesse processo elas tanto podem impor os seus interesses como esses podem ser sufocados diante do ritmo da burocracia, que apresenta uma temporalidade diferente para a solução dos problemas que emergem no assentamento. Essa situação termina gerando para os/as assentados/as a sensação que este *é um espaço da espera*. Todavia, é uma espera em movimento, já que as famílias são protagonistas de lutas e processos distintos na busca da efetivação de seus projetos, dirigindo suas intervenções a um Estado que, embora lento e muitas vezes omissivo ou negligente, produz também “idealizações” na forma de planos,

---

<sup>164</sup> Uma das especificidades do assentamento é a organização de uma área coletiva, formada por bares, venda de frutas, quitandas, que durante no final de semana torna-se o ponto de encontro das famílias, onde geralmente são realizados bingos e atividades culturais. Podemos indicar ainda como reivindicação dos assentados: espaços esportivos onde possam ocorrer atividades para os jovens, adultos e pessoas da terceira idade.

diretrizes, instruções normativas ou outras formas de aparecer da intervenção frente ao problema.

Na relação dos sujeitos do assentamento com os representantes do Estado, relação que se faz quase sempre na forma de reivindicação ou “cobranças”, se estabelece o possível, ou seja, o que é garantindo não é o idealizado/formulado nos documentos que orientam (ou deveriam orientar) a prática do Estado, tampouco é o que demandam as famílias ou no tempo em que elas desejam.

Quando as famílias assentadas utilizam o espaço da direção política do assentamento, para discutir as questões que se relacionam com a vida do território que estão construindo, como a festa, os problemas em relação às disputas internas entre os/as assentados/as, o que produzir, como produzir, quem produzir, se individualmente ou em grupos, quantos grupos estão se formando visando a produção, ou mesmo para discutir as formas de encaminhar as demandas junto aos órgãos públicos, nesse fazer estão mantendo um espaço importante de discussão, uma arena discursiva e argumentativa, uma esfera de socialização política e possibilidades de exercício democrático no assentamento. Tal espaço foi constituído ainda no período da ocupação como parte da metodologia de organização do MST. Nesse movimento, estão na realidade exercitando uma emergente e relativa autonomia frente os sujeitos que disputam a direção do território e que dão materialidade do assentamento.

Na constituição do assentamento, o território é disputado na medida em que lógicas distintas orientam a ação dos sujeitos, com prevalência muitas vezes dos interesses pessoais em detrimento das posturas de cunho mais coletivistas. Nesse sentido, o projeto utópico, gestado no tempo da ocupação sofreu significativo declínio, prevalecendo, não raras vezes, uma lógica da acumulação individual, em detrimento dos propósitos outrora de bases coletivas.

Assim, as famílias estão envolvidas em um movimento de disputas entre diferentes racionalidades, o que se constitui também em um instrumento pedagógico na medida em que permite uma aprendizagem política. Todavia, cabe questionar até que ponto essas experiências tem colaborado para a emergência de uma cidadania política, que poderia jogar um peso na busca de romper com práticas de cunho clientelistas, paternalistas, assistencialistas ou personalistas na relação entre as famílias e os agentes públicos e mesmo nas relações internas do assentamento?

Na verdade, se houve um significativo aprendizado rumo a um posicionamento crítico frente ao Estado e em direção a uma concepção de direitos, por outro, ainda resta um longo caminho em direção a consolidação da necessidade de ruptura com as velhas práticas arraigadas nas estruturas tradicionais de mando e mesmo nas relações sociais em geral.

A inserção nas atividades de campo serviram para evidenciar também que a vida no assentamento 17 de Abril não é uma fuga definitiva do espaço urbano, ou uma possibilidade de viver um isolamento, um afastamento da cidade, buscando um campo que ficou para trás em algum momento do passado. O assentamento é um espaço que abriga forma e conteúdo rurais, bem como traços do universo urbano. É um território em movimento, que passa incessantemente por constantes mudanças, sendo, no entanto, um espaço diferenciado da configuração da cidade, possibilitando alguns arranjos sociais que atendem as necessidades de sua população, principalmente no que se refere a possibilidade de trabalho na terra como forma de colaborar para garantir a sua reprodução social.

Na abordagem que construímos até aqui sobre a constituição de um assentamento de reforma agrária seguimos por caminhos sinuosos, ou mesmo por trilhas desconhecidas, tendo por guia os interesses ou as intencionalidades que nos colocaram em movimento, por isso mesmo, o resultado que emerge desse caminhar deve ser visto como provisório e inconcluso. E a inconclusividade se impõe também em função do próprio universo onde foi tecida a pesquisa que deu origem a essas reflexões: um terreno por vezes movediço, de informações distintas sobre os mesmos fatos e ações, de imprecisões técnicas, de discursos por vezes controversos tendo em vista a diversidade de sujeitos que operam no debate e na intervenção pública.

Por fim, nesse cenário diversificado e complexo, marcado por (des)encontros entre os diferentes sujeitos que se movimentam visando a constituição do assentamento, destacamos que no processo de ocupação e a formação inicial do assentamento, o MST assumiu a direção sociopolítica, contudo, em outras situações ocorre uma certa prevalência das orientações estatais na definição dos rumos para a materialização do território, notadamente na discussão da implementação dos créditos iniciais. Em outros momentos, as famílias assentadas, fazem valer seus interesses e conduzem os rumos das questões que se materializam na produção de um nova territorialidade.

Nesse movimento, estão construindo um espaço plural: o Assentamento 17 de Abril que reflete, em determinadas situações, as concepções, os códigos, ou as orientações do MST, do Estado, e das famílias que também se posicionam disputando o formato desse território.

Ou seja, são relações sociais que podem se constituir num pêndulo, visto que dependendo da correlação de forças podem prevalecer os interesses das famílias, do MST, ou dos agentes estatais.

Como palavras finais desse esforço investigativo na busca de compreender a constituição de uma realidade particular, o Assentamento 17 de Abril, não visamos colocar pontos-finais sobre as questões em tela, mas tão somente apresentar um fechamento provisório de uma pesquisa que tem como limite as páginas escritas e o fôlego de uma pesquisadora exausta e inquieta, às vezes “cheia” de palavras, mas, por diversas vezes, silenciosa, sobretudo pela dificuldade de falar em virtude dos sentimentos e das emoções partilhados no desenvolvimento dessa pesquisa, um tempo de convivência relativamente pequeno com a comunidade, mas que foram significativos na tentativa de compreender os desafios e as dificuldades dos sujeitos envolvidos na construção de um futuro, planejado no tempo da resistência, mas que tem se materializado *no compasso da espera, do persistir e do seguir em frente.*

## REFERÊNCIAS

ABRA. **Qual é a questão agrária atual?** São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.reformaagraria.org/sites/doc.completo.pdf>>. Acesso 05 nov. 2007.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

\_\_\_\_\_. Nova Forma de Luta pela Terra: acampar. In: **Revista ABRA**. Campinas/SP, ano 15, nº 02, maio/julho, 1985.

ALBUQUERQUE, M. C. C. de. Estrutura fundiária e reforma agrária. **Revista de Economia Política**, nº 27, v. 7, jul-set, p.99-134,1987.

ALENTEJANO, P. R. R. **Reforma Agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. 297f. (Tese de Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, 2003

\_\_\_\_\_. **A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI**. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/pdf>>. Acesso em 28 out. 2008.

ALMEIDA, R. A. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação Camponesa no mato grosso do sul**. (Tese de Doutorado). UNESP/SP, 2003.

ANDRADE, M. C. de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 2ª edição, 1993.  
\_\_\_\_\_. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local, 2002.

ARAÚJO, S. G. de. **Assentamentos Rurais: Trajetórias dos trabalhadores assentados e cultura política**. Natal: EDUFERN, 2005.

ARAÚJO, Tânia B. de. Descentralização e Participação na Reforma Agrária: um processo em discussão. In: LEITE, Pedro S., *et al.* (orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

ATLAS da questão agrária brasileira- NERA/DALUTA, 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>>. Acesso.05. jan.2009.

BARQUETE, P. R. F. O Estado brasileiro e a Reforma Agrária: 1964-2002. In: **Revista “Políticas Públicas e Sociedade**, 2005. Disponível em: <[http://www.inclusaodejovens.org.br/Documentos/biblioteca/Agricultura/o\\_estado\\_brasileiro\\_e\\_a\\_reforma\\_agraria.doc](http://www.inclusaodejovens.org.br/Documentos/biblioteca/Agricultura/o_estado_brasileiro_e_a_reforma_agraria.doc)>. Acesso em: 14. mar. 2009.

BASTOS, A.V. B. **Mapas cognitivos e pesquisa organizacional: explorando aspectos metodológicos**. Estudos de Psicologia. Natal, 2002, vol. 7, nº spe, p. 65-77. Disponível em:<[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 10 jun.2008.

BERGAMASCO, S. M. P. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números.** Estudos Avançados, 1997, vol.11, n. 31.

\_\_\_\_\_. **Ontem e hoje: a difícil realidade dos assentamentos rurais. Reforma Agrária.** Campinas, v 22, 1992.

BERGAMASCO, S. M; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo, Brasiliense, 1996.

BOURDIEU, P. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia,** Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Lei nº. 601 de 1850 (Lei de Terras). In: **Coleção das Leis o Império do Brasil.** Tomo 11, Parte I, secção 44. Disponível em: [http://www.interpa.pb.gov.br/legislacao\\_arquivos/lei\\_601.pdf](http://www.interpa.pb.gov.br/legislacao_arquivos/lei_601.pdf). Acesso em 11.set.2008.

\_\_\_\_\_. **Medida provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001.** Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Poder Executivo.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **“Desenvolvimento Agrário como Estratégia: Balanço MDA 2003-2006”.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/index.php?scid=1322>. Aceso 12.Maio de 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural.** Brasília: 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária, 2003.** Disponível em: [http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA\\_2004.pdf](http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf)>. Acesso em 05. nov. 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual operacional do programa credito fundiário.** Disponível em: < [www.creditofundiario.org.br](http://www.creditofundiario.org.br).

\_\_\_\_\_.Decreto de nº 3.338, de 14 janeiro de 2000. **Aprova a estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário.**

\_\_\_\_\_. Ministério da política fundiária. **O futuro nasce da terra: balanço da reforma agrária e da agricultura familiar, 1999**

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Avaliação do TCU sobre o Programa Novo Mundo Rural.** Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2004. 21 p.

\_\_\_\_\_. INCRA. **Resumo das atividades do INCRA–1995/1999.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/publicacoes/0173500477.pdf>>. Acesso em: 02.Maio de 2009.

\_\_\_\_\_. INCRA. **Reforma Agrária e Agricultura Familiar**, 2002. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/publi\\_04/reformaagraria.pdf](http://www.planalto.gov.br/publi_04/reformaagraria.pdf)> Acesso em: 20..Mar. de 2009.

\_\_\_\_\_.INCRA.Instrução Especial/INCRA/nº 20, de 28 de maio de 1980, aprovada pela Portaria/ MA 146/80 - DOU 12/6/80. Disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br) >. Acesso em: 12.Maio de 2008.

\_\_\_\_\_. INCRA. Instrução normativa nº 15, de 30 de março de 2004. Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de Projetos de assentamento de reforma agrária. **Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5.abril.2004. Seção 1, p. 148 .

\_\_\_\_\_. INCRA. Norma de execução de nº 39, de 30 de março de 2004. Estabelece critérios e procedimentos referentes ao Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES. (Publicada no BS nº 14 de 05/04/04). [http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA\\_2004.pdf](http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf)>. Acesso em 05. nov.2007.

\_\_\_\_\_. INCRA. Manual operacional do programa de assessoria técnica, social e ambiental a reforma agrária - ATES 2008. Disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br). Acesso em: 10. abr.2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria de nº 080 - 24/04/2002 - Estabelece denominações e conceitos orientadores dos assentamentos integrantes do programa nacional de reforma agrária. Diário Oficial de 25/04/2002, seção 1, p. 127

\_\_\_\_\_. INCRA. Relatório de gestão do INCRA 2004. Disponível em: <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>. Acesso em: 12.dez.2008.

\_\_\_\_\_. INCRA. Relatório de gestão do INCRA 2005. Disponível em: <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>. Acesso em: 12.dez.2008.

\_\_\_\_\_. INCRA. Portaria de nº 981 de 03 de outubro de 2003. Assegura a titulação conjunta de terras aos assentados da reforma agrária, e a Instrução Normativa Nº 38 de 13 de março de 2007.

\_\_\_\_\_. INCRA. Portaria de nº 31 de 13 de março de 2007. Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Publicada no **Diário da Republica Federativa do Brasil** de 14 de março de 2007. Seção i, p. 59.

\_\_\_\_\_.INCRA. **Relação de beneficiários assentados no ano de 2005**. Disponível em [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br). Acesso em 09.08.2006.

\_\_\_\_\_. INCRA. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local por um novo mundo rural**. Disponível em [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br), de 29 de abril.

\_\_\_\_\_.INCRA. **Relatório de Atividades INCRA – 30 anos**. Brasília, 2000. 106 p.

\_\_\_\_\_.INCRA. **Cadastro Nacional de Imóveis Rurais**, 2007.

\_\_\_\_\_. INCRA. Relação de beneficiários da reforma agrária no Piauí: 1981 a 2008 **Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária**, 2008.

\_\_\_\_\_. INCRA/Piauí. Processo de desapropriação da fazenda Zebulândia, 1989,

\_\_\_\_\_. INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2007

\_\_\_\_\_. INCRA/Piauí.. Processo de desapropriação da fazenda Junco, 2004.

\_\_\_\_\_. INCRA/Piauí. Famílias acampadas no Piauí atendidas com cestas de alimentos no ano de 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário 2006 – resultados preliminares. Rio de Janeiro, p.1-146, 2006

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Sistema de acompanhamento do orçamento Federal. Disponível em: <[http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento\\_senado/SigaBrasil](http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/SigaBrasil)>

BRENNEISEN, E.C. **Relações de poder, dominação e resistência**: o MST e os assentamentos rurais. Cascavel: Edunioeste, 2002.

BUAINAIN, A.M; ROMEIRO, A. R. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. In: **Dossiê**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.

BUARQUE, C. Assentamento. In: **Terra**. São Paulo. Sonopress, 1997. 1 CD. Faixa 1.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAMPOS, A. **Verbas para fiscalização podem ser reduzidas em até 20%**. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1326>. Acesso em 10 abril 2008.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 34. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2001.

CARONE, E. "Coronelismo. Definição Histórica e Bibliografia". In: **Revista de Administração de Empresas**, vol. 11, nº 3, 1977. p. 85-89.

CARNEIRO, M. J. O Ideal Rurbano: campo e cidade no Imaginário de Jovens Rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (orgs.) **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/livros/anpocs/carne.rtp>> Acesso em: 17.07.2009.

CARDOSO, R. "A Trajetória dos Movimentos Sociais". In: DAGNINO, E. (org.). **Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994. pp. 81-90.

CARVALHO, J. M.. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. In: **Dados**, vol. 40 nº. 2 Rio de Janeiro 1997



CARVALHO FILHO, J. J. **Reforma agrária**: a proposta é uma coisa, o plano do governo é outra. *Estud. av.* [online]. 2004, vol.18, n.50, pp. 337-345. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a31v1850.pdf>>. Acesso em 05.out.2008.

\_\_\_\_\_. **O governo Lula fracassou na reforma agrária**. 23. jan.2006. Disponível em:< [http://www.renatosimoes.com.br/CN02/artigos/arts\\_det\\_PT\\_em\\_debate.asp?id=635](http://www.renatosimoes.com.br/CN02/artigos/arts_det_PT_em_debate.asp?id=635)> Acesso em 20 dez 2008.

CARVALHO, H. M.. Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária. *ADUSP*, nº 34, maio de 2005. Disponível em:

\_\_\_\_\_. Luta na terra, um desafio constante ao MST. Curitiba, 2003. (Dig.)

\_\_\_\_\_. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba, Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento (NEAD), 1999. Disponível em: < [www.nead.gov.br](http://www.nead.gov.br).>

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

COCA, E. L. F. **Tipologia de assentamentos rurais**. Disponível em: [http://www4.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim\\_dataluta\\_04\\_2008.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_04_2008.pdf)> Acesso em: 27 Maio 2008

COELHO, L. MST invade propriedade na zona urbana de Teresina. **Diário do Povo**, Teresina, 19 abril.2004. Política, p.3.

COHEN, E. e F. R. **Avaliação de projetos sociais**. 5.ed Petrópolis:Vozes,1993.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo** – Brasil 2003 a 2008. CPT Nacional, 2009. Disponível em:< [www.cpt.org.br](http://www.cpt.org.br)>

DAGNINO, E. (org) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, vol.15, n.4, 2001.

\_\_\_\_\_. **Banqueiros**, usineiros e empreiteiros? permanecem como prioridades na agenda para 2010. 15-Abr-2009. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/3172/109/>>. Acesso em 05 jun 2009.

DOBAL, H. **Obra completa**. Teresina: Corisco, 1997.

DOIMO, A. M. Movimento Social: a crise de um conceito. In: **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. São Paulo: ANPOCS, 1994.

DOMINGOS NETO, M. O Novo Mundo Rural. In: MARTINS, Monica Dias. (Org.). **O Banco Mundial e a Terra**: Ofensiva e Resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004, v. , p. 27-39.

\_\_\_\_\_. Os Poderosos do Sertão. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, 2000.

Estatuto da Terra – Lei no. 4.504, de 30 de novembro de 1964. In: (Org.) STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

ESTERCI, N. et. al. Assentamentos Rurais: um convite ao debate. In: **Reforma Agrária**. Campinas, v 22, 1992.

GIRARDI, E. P. Cartografia Geográfica: considerações críticas e propostas para ressignificação de práticas cartográficas na formação do profissional em Geografia. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Atlas da questão agrária brasileira. NERA/DALUTA, 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>>. Acesso.05. jan.2009.

GOVERNO infla a execução orçamentária dos programas da função agrária em 2008. Norma técnica do Instituto de estudos socioeconômicos(INESC), nº 147 Abril de 2009. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/notas-tecnicas/NT>> . Acesso em: 20.maio.2009.

FAÇANHA A. C. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e... In: **CARTA CEPRO**, Teresina, v.22, n.1, jan/jun,2003 p.59-69.

FELICIO, Munir Jorge. **A conflitualidade dos paradigmas** da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. 2006. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=82&article=55&mode=pdf>>. Acesso em: 15 out. 2007.

FERRAZ, E. P. Estrutura agrária e atualidade da reforma agrária no Brasil. In: **Universidade Aberta Nordeste**. Disponível em: <[www.incra.gov.br/portal/arquivos/publicacoes/0129300437.pdf](http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/publicacoes/0129300437.pdf)>. Acesso em: 06. maio. 2009.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação do Campo e território camponês no Brasil**. SANTOS, Clarice aparecida dos (org). Brasília: INCRA, MDA, 2008.

\_\_\_\_\_. Impactos socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: uma contribuição crítica à publicação a qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. In: GALVÃO, C et. al. (org.). **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005.

\_\_\_\_\_. **MST: formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. (org.). **Educação do Campo e Pesquisa**. Brasília: MDA, 2006.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes\\_2008.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes_2008.pdf)>. Acesso em 10/02/2009

\_\_\_\_\_. **Los dos campos de la cuestión agraria: campesinado y agronegocio**. 2007. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>> Acesso em 20 out. 2007.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária no governo lula: a esperança**. 2003. Disponível em:< [http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA\\_RA.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf)> Acesso em 12.set.2007

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987

FERRANTE, B. V. A aventura de pesquisar assentamentos rurais: dilemas da multidisciplinaridade e do pluralismo teórico. **Cadernos de Sociologia/PPGS**. Número especial. Porto Alegre: UFRGS,1995. p.105-116.

\_\_\_\_\_. “Assentamentos rurais: estratégias de recusa ao modelo estatal”, In.**Raízes**, revista de ciências sociais e econômicas, n° 15, ano XVI, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, dezembro, 1997, pp. 62-76.

\_\_\_\_\_. Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena. In: **Revista NERA**.Presidente Prudente. Ano 10, Jul.-dez./2007. n°. 11pp. 61-80

FERRANTE, V. L. S. B; BARONE, L. A. Homens e Mulheres nos Assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Revista de Ciências Sociais**, vol.20/21, São Paulo, Perspectivas EDUNESP, 1997/1998.

FIORI, J. L. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, Brasília: IPEA, jun. 2000.

GERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão agrária**. Presidente Prudente, agosto de 2008. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas>. Acesso em 27 ago 2008.

GONÇALO, J. E. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Plano 2001.

GONÇALVES, R. **Assentamentos como pactos de (des)interesses nos governos democráticos**, 2006. p.184-193. Disponível em: < [http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15\\_16\\_renata.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_renata.pdf)>. Acesso em 05.mar.2008.

GÖRGEN, F. S. A; STÉDILLE, J. P. (Orgs). **Assentamentos**: resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.

GRZYBOWSKI, R. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: (Org.) STÉDILE, J. P. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2002.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, 2007, Rio de Janeiro, vol.45, n.2, pp. 301-328

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEREDIA, B. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. In: **Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil**. Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira, Rosângela Cintrão e Sérgio Pereira Leite, 2002.

HEREDIA, B. et al. **Assentamentos rurais e perspectivas da reforma agrária no Brasil. Revista do Terceiro Setor**. 2004. Disponível em: <http://www.rets.org.br/rets/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecao?codigoDaSecao=11&dataDoJornal=108266257900>>. Acesso em: 23 abril 2009.

IANNI, Otavio. A formação do proletariado rural no Brasil. In: (Org.) STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. IANNI, 1986.

IGLESIAS, E. El papel del Estado y los paradigmas económicos en América Latina, In: **Revista da CEPAL**, 2000. Acesso em 26 de fev. 2008.

João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

LAUREANO, D. dos S. **O MST e a constituição: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LAZZARETI, M. A. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

LEAL, G. F. **Políticas de reforma agrária contra os movimentos sociais de luta pela terra: uma análise dos anos 90**, 2003. Disponível em:< [http://cac-php.Unioeste.br/projetos/gpps/midia/se\\_minario1/trabalhos/Assistencia%20Social/eixo1/07GiulianaFrancoLeal.pdf](http://cac-php.Unioeste.br/projetos/gpps/midia/se_minario1/trabalhos/Assistencia%20Social/eixo1/07GiulianaFrancoLeal.pdf)>. Acesso em: 12 jan 2008.

LEITE, P. S.; AVILA, R.V. **Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Viera & Lent, 2007.

LEITE, S. *et. al.* **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: UNESP. 2004.

LERRER, D. **Reforma agrária: os caminhos do impasse**. São Paulo: Garçon, 2003.

LIMA, A.J. de. **As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos**. Teresina: Halley, 2003.

LIRIO, Sergio. MST, 25 depois. **Revista Carta Capital**, ano XV, nº 530 28/janeiro/2009.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **A pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MACHADO, P. H. C. **As trilhas da morte**: extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense. Teresina: Corisco, 2002.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes. 1990.

MARQUES, I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil; um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULILO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

MARQUES, V. P. M. A. **Aspectos orçamentários e financeiros da reforma agrária no Brasil 2000 - 2005**. Brasília: MDA, INCRA, 2007.

MARTINS, A. S. et al. **Piauí**: evolução, realidade e desenvolvimento. 2. ed, Teresina: Fundação CEPRO, 2002.

MARTINS, J. de S. **O Cativo da Terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000.

\_\_\_\_\_. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Revista Tempo Social**, São Paulo (SP), v. 15, n. 2, p. 141-175, 2003a.

\_\_\_\_\_. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b.

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M.A. **Migrações rurais no Brasil**: velhas e novas questões. Disponível em:<  
[http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes\\_Rurais\\_no\\_Brasil\\_ve\\_lhas\\_e\\_novas\\_questoes.pdf](http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_ve_lhas_e_novas_questoes.pdf)>. Acesso. 20.out.2008.

MEDEIROS, A. J. **Movimentos Sociais e Participação Política**. Teresina: CEPAC, 1996.

MEDEIROS, L. S. **Reforma Agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, L.; LEITE, S. **Assentamentos Rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Maud, 2004.

MELO NETO, J. C. de. **Morte e Vida Severina** e outros poemas para vozes. Rio de Janeiro: Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MENDES, F. Formação Econômica. In: MONTEIRO DE SANTANA, Raimundo Nonato (Org.). **Piauí**: formação, desenvolvimento e perspectivas. Teresina: Halley, 1995.

MOLINA, Mônica Castagna. **A reforma agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**: a reinvenção do futuro. (Dissertação de Mestrado em Sociologia)

Campinas: Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 1998.

MONTEIRO, M. S. L. **Ocupação do cerrado piauiense: estratégia empresaria e especulação fundiária.** (Tese de Doutorado) UNICAM/SP, 2002.

MONTEIRO, M. S. L. ; REYDON, B. P. A ocupação do cerrado piauiense: um processo de valorização fundiária. In: REYDON, Bastiaan Philip; Francisca Neide Maemura Cornélio. (Org.). **Mercado de terras no Brasil: estrutura e dinâmica.** 1 ed. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural, 2006, v. 7, p. 94-122.

MORAES, M.D.C. **Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativa e atores sociais nos cerrados piauienses.** (Tese de Doutorado). UNICAMP/SP. 2000.

MORAES, et. al.. **Andando pelo mundo: significados da migração temporária do Piauí para a agroindústria canavieira paulista.** In: NOVAES, J.R.; ALVES F. **Migrantes.** São Carlos: EDUFSCar, 2007. p. 257-296

MORAES, A. C. R. de. **Bases da Formação Territorial do Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2000.

MORIN, Edgar. **O Método II: A vida da vida.** Portugal: Publicações Europa-América, 1999, p.12.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, C. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST.** São Paulo: Expressão Popular. 2000

MOURA, A. S. de. (Org). **O Estado e as políticas públicas na transição democrática.** São Paulo: Vértice. 1989.

MUNHOZ, P. **Canção da Terra. MST/SETOR DE EDUCAÇÃO. Cantares da Educação do Campo:.** Pedro, 2006.

**MST/PIAUI Relatório de Atividades do MST no Piauí, 2009**

MUSUMECI, L. **O mito da terra liberta.** São Paulo: Vértice ANPOCS, 1988.

NASCIMENTO, F. A. **A Revolução de 1930 no Piauí (1928-1934).** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

NASCIMENTO, F. N. A cidade invisível. In: **CARTA CEPRO,** Teresina, v.21, n.1, jan/jun,2002, p.07-15.

NAVARRO, Z. Até quando a desrazão agrária? **Folha de São Paulo,** 30/03/09.

\_\_\_\_\_. **Faz sentido ainda uma política de Reforma Agrária regional.** O que não faz sentido é a política de Reforma Agrária nacional. Porto Alegre, 21.abril 2009. Disponível em:

[http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=21575](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=21575). Acesso em: 05 jun. 2009.

NERA – Núcleo De Estudos, Pesquisas E Projetos De Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra**. Presidente Prudente: NERA/Unesp. Disponível em: [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)>. Acesso em 14 abr 2009.

NEVES, D. P. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. In: **Estudos sociedade e agricultura**. Out. 1999. n. 13, págs 05-28.

\_\_\_\_\_. Reforma Agrária: idealizações, irrealizações e plausibilidades. **Revista Reforma Agrária**. v.25, n.1, jan-abr, p.185-204.,1995.

\_\_\_\_\_. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997. (1997)

NOGUEIRA, M. S. **Pequenos produtores rurais**: movimentos e interações com a reforma agrária. Brasil – Piauí. (1970-1990). Dissertação (Mestrado em Historia Social) Pontifícia Universidade católica de São Paulo. São Paulo, 1997.

NUNES, O. **Súmula de história do Piauí**. 2.ed. Teresina: Academia Piauiense de letras, 2001.

NUNES, M.C. P. N.; ABREU, I. G. Vilas e Cidades do Piauí. In: MONTEIRO DE SANTANA, R. N. (Org.). **Piauí**: formação, desenvolvimento e perspectivas. Teresina: Halley, 1995.

OINEGUE, E.; PETRY, A. O que eles querem. **Veja**. São Paulo, nº 1.549, p. 42-47 .

OINEGUE, E. Sem terra e sem lei. **Veja**. São Paulo, nº 1.648, p. 42-49. 10 maio. 2000.

OLIVEIRA, A. U. A não reforma agrária do governo Lula. **Revista da ABRA**. Volume 33, nº 2. 2006.

\_\_\_\_\_. **O governo Lula dá adeus à reforma agrária**. 22. Dez.2008. Disponível em: <http://www.correiodadania.com.br/content/view/2729/9/>>

\_\_\_\_\_. **Os números da Reforma Agrária do Governo Lula**. em 27fev. 2007. Disponível em: <http://www.radioagencianp.com.br/index.php>> Acesso em: 12 ago 2008.

\_\_\_\_\_. O avesso do agronegócio. Salvador, BA, 2004. **Revista do CREA-BA / Conselho Regional de Engenharia,Arquitetura e Agronomia da Bahia**. nº. 09, p.10, 2004.

\_\_\_\_\_. **O modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI? In: MARQUES, M. I. M.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. Sao Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, M. A. **A Cruzada antivermelha: democracia, Deus e Terra contra a força comunista**. Teresina: Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí, 2008.

PASQUALINO, B. MST: "**Lula não tem vontade política para mudar índice de produtividade da terra**" 2005. Disponível em: <<http://www.radioagencianp.com.br>> Acesso em 12.nov.2008.

PAULINO, E.T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo, UNESP, 2006.

PENDURADOS no INSS **Época**, Rio de Janeiro, nº 47 - 05/04/1999

PEREIRA, J. M. M. A “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial no Brasil: da panacéia à agonia? **Revista Sem Terra**, nº 34, jan./fev. de 2006, pp. 23-25.

\_\_\_\_\_. A disputa ideológica entre a reforma agrária redistributiva e o modelo de reforma agrária de mercado do banco mundial. In: **Sociedade e Estado**. Brasília. V.20, nº 3. set/dez. 2005, pp. 611-646. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v20n3/v20n3a05.pdf>>. Acesso em 25 ago 2008.

PEREIRA L. C. B. **A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração. 1997.

PEREIRA, F. C. **A sustentabilidade da agricultura familiar no vale do gurgueia-Pi: construção de novas identidades socioprofissionais**. Tese de Doutorado. UFRGS, Porto Alegre, 2004.

PIAUI. **Lei Complementar Nº 87 de 22 de agosto de 2007**. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sefaz.pi.gov.br/scan/pages/jsp/scan/consultaDeAtoNormativo.jsp?idAtoNormativo=5423>>. Acesso em 10. nov.200

\_\_\_\_\_. **Plano de Reforma Agrária do Estado do Piauí – 2003/2010**. 2005.

\_\_\_\_\_. Instituto de Terras do Piauí. **Relação de Assentamentos criados pelo INTERPI**, 2008.

\_\_\_\_\_. Programa Crédito Fundiário. **Relação das propostas de assentamentos do PCF aprovadas no Piauí**, 2008

PIAUI é destaque na reforma agrária. 03.dez.2006. Disponível em:<[http://www.creditofundiario.org.br/comunicacao/one-entry?entry\\_id=81211](http://www.creditofundiario.org.br/comunicacao/one-entry?entry_id=81211)>. Acesso em 12.jan.2009.

PIMENTEL, V. C.. **Assentamento é mais que um “projeto”**: a assistência técnica nos assentamentos rurais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: < [www.ufrjr.br/cpda/static/teses](http://www.ufrjr.br/cpda/static/teses)>. Acesso em 15/10/2007



PIMENTEL, C. **Agricultores querem que Lula assumas metas para reforma agrária.** Agência Brasil. 12 abril 2007. Disponível em <<http://www.brasiloste.com.br/noticia/2026/reforma-agraria>> . Acesso. 05. abril. 2009.

PLATA, L. E. A. ; REYDON, B. P. Políticas de Intervenção no Mercado de Terras no Governo FHC. In: REYDON, Baastian P.; CORNÉLIO, Francisca Neide Maerura. (Org.). **Mercado de Terras no Brasil: Estrutura e Dinâmica.** 1 ed. Brasília: NEAD, 2006, v. 7, p. 25-53

PENSAMENTO católico conservador e reforma agrária: a defesa intransigente da propriedade privada da terra. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>> Acesso em 29.maio.2009

PRADO JUNIOR, C. A questão agrária e a revolução brasileira. In: **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional de 1500 a 1960.** STÉDILE, J.P. (org.), São Paulo, Expressão Popular, 2005, p. 79-87.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

“QUESTÃO Fundiária: Reforma agrária é cara e sem resultados sociais”. Disponível em: <<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=726>> . Acesso em 23. jun.2009

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira.** São Paulo: Páginas e letras editora. 2006.

REFORMA agrária no Brasil não está parada. 21.nov.2007.Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/2007>>. Acesso em:10 mar. 2009

REZENDE, G. C. de. **Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA):** Institucionalidade, Subsídio e Eficácia. Rio de Janeiro, maio de 1999. O IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0648.pdf>. Acesso em:08. out 2008.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROCHA, J. A pequena Produção Rural no Estado do Piauí. In: **Carta CEPRO.** jan / jul /1988. Teresina: Fundação CEPRO, 1988.

ROMEIRO, A. Reforma agrária e distribuição de renda, In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2002.

ROS. C. A. da. O MST, as instâncias para o tratamento da questão agrária e a constituição dos assentamentos rurais. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identities Sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUER, S.; SOUZA, M. R. Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas (53-87). In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta, WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta FERNANDES, Bernardo Mançano(org.). **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais / Brasília: MDA. São Paulo: Uniara. [co-editor], 2008. 348 p.

SILVA, J. G. Um modelo para a reforma agrária social no Brasil. In: (org) STÉDILE, João Pedro e GORGEN, Frei Sérgio. **Assentamentos**: a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.

\_\_\_\_\_. A reforma agrária no Brasil, In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2002. p.165-190. p. 70 a 84.

SILVA. J. G.. **A reforma agrária no Brasil do século XXI**. Disponível em: [www.nead.org.br](http://www.nead.org.br)>. Acesso em: 05. nov. 2007.

SILVA. L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

SILVA, S. S. L. **Uma gente feita de barro**: a formação da militância do MST a partir das experiências no assentamento marrecas em São João do Piauí (1989 – 1997). Teresina, 2008 (Monografia de Conclusão de Curso), UFPI.

SOUSA FILHO. C. Ocupar, resistir e produzir. **Jornal o Dia**, Teresina, 13 jun.1989. 1º Caderno, p.5.

SOLANO, P. **Ex-ministro é autuado por escravidão**. Folha online, São Paulo, 07 maio 2009. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u561697.shtml>> Acesso em.30 maio 2009

STÉDILE. J. P. MST: 25 anos de lutas, resistência e conquistas. **Pastoral da Terra**. Goiânia: janeiro a março de 2009 Ano 34 – Nº 195. p. 2.

STEDILE, J. P.; FERNANDES B. M. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

TEÓFILO, E. **A necessidade uma reforma agrária**, ampla e participativa para o Brasil. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Editorial Abaré, 2002.

TIDAFI, M. R. V. **E os sem teto também tecem a cidade**: as ocupações urbanas de Teresina (1985-1990). (Dissertação de Mestrado), PUC/SP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Itinerantes no cronotopos: mobilidade e segregação em Teresina-Piauí.** (Tese de Doutorado), PUC/SP, 2005.

\_\_\_\_\_. (coord) *Anuário do Piauí.* Teresina: Ed. Gráfica O Dia. v.2, n.2, 2009.

TOLEDO, C. N. de. Estado Nacional e desenvolvimento no Brasil. In: COSTA, Silvio (org). **Concepções do estado brasileiro.** São Paulo. A. Garibaldi, 1999.

TOMAZELA, José Maria. **Número de famílias assentadas cai 68% em comparação a 2007. 16/11/2008.** Disponível em: < <http://www.unisinos.br/ihu/index.php?>>. Acesso em 19.dez.2008.

VEIGA, J. E. Fundamentos do Agrorreformismo In: STÉDILE, J. P.(org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. **O que é reforma agrária.** 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

VELOSO FILHO, F. A. **Planejamento regional e transformação da Agricultura tradicional.**-lições da experiência no Estado do Piauí. (Tese de Doutorado).UNICAMP/SP,1998

VIVELA, L. O. **Globalização e emergência de múltiplas territorialidades:** reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercados. (Tese de Doutorado) UNICAMP/SP, 1999.

“VOCAÇÃO” para trabalhar no campo. Disponível em: < <http://www.Consultapopular.org.br/formacao/realidade-brasileira/trabalhos-de-conclusao-do-curso> >. Acesso em 20.jun.2009.

WANDERLEY, M. de N. B. Olhares sobre o “rural” brasileira. In: **Raízes.** Campina Grande, vol. 23, nºs 01 e 02, p. 82–98, jan./dez. 2004.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomás Tadeu (org.). **Identidade e diferença:** A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Com parente não se negocia. In: **Anuário antropológico.** nº 1987. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p. 11-73.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)